



DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

DAHYSE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: POSSÍVEIS
CONTRIBUIÇÕES DO CURSO NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM EXTEN-
SÃO UNIVERSITÁRIA (MINAS GERAIS, 2013)**

Salvador
2018

DAHYSE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: POSSÍVEIS
CONTRIBUIÇÕES DO CURSO NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM EXTEN-
SÃO UNIVERSITÁRIA (MINAS GERAIS, 2013)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Edivaldo M. Boaventura (*in memoriam*)

Coorientador: Prof. Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros

Salvador
2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS - Universidade Salvador.

Oliveira, Dahyse de Oliveira e

Extensão universitária e transformações socioespaciais: possíveis contribuições do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária (Minas Gerais, 2013). / Dahyse Oliveira e Oliveira. – Salvador: UNIFACS, 2018.

209 f.: il.

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS - Universidade Salvador, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Machado Boaventura.

Coorientador: Prof. Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros.

1. Educação. 2. Extensão universitária. 3. Desenvolvimento. 4. Inovação.
I. Boaventura, Edvaldo Machado, orient. II. Barros, Manoel Joaquim Fernandes de, orient. III. Título.

CDD: 370

DAHYSE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (MINAS GERAIS, 2013)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS - Universidade Salvador, como requisito parcial à obtenção do grau do título de Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano, aprovada pela seguinte banca examinadora:

Edivaldo M. Boaventura (*in memoriam*) - Orientador _____
PhD em Administração Educacional pela Université du Québec, UQAM, Canadá. Doutor em Direito e livre docente em Economia Política pela Universidade Federal da Bahia - UFBA UNIFACS - Universidade Salvador

Manoel Joaquim Fernandes de Barros – Coorientador _____
Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia/Université Montréal UNIFACS - Universidade Salvador

Carolina de Andrade Spínola _____
Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona UNIFACS - Universidade Salvador

José Claudio Rocha _____
Doutor em Educação pela Universidade Federal da BAHIA – UFBA, Brasil Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Lídia Boaventura Pimenta _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Salvador, 4 de dezembro de 2018.

A todos aqueles que acreditam em novos desafios e sabem que é possível realizá-los.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e perseverança para superar os momentos mais difíceis.

Aos meus filhos Lahyse e Eduardo, e meu marido Onofre, pela compreensão das ausências na presença, das dores na alegria, dos momentos de fraqueza na determinação, da certeza de que tudo vale a pena para seguir em frente.

Ao meu orientador – Professor Dr. Edvaldo Boaventura (*in memoriam*) – pelo apoio amigo e decisivo, pela firmeza na condução de meus passos e pela confiança no trilhar deste estudo, em um momento de tantas adversidades.

Ao meu coorientador, exemplo de conhecimento, determinação e parceria, Prof. Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros, por sua contribuição singular em um momento em que a presença fez toda a diferença. Muito obrigada por tudo!

Aos Professores Dr. Laumar Souza e Dra. Carolina Spinola, pela acolhedora receptividade na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS.

À Professora Dra. Débora Nunes, que plantou a semente que gerou este estudo, encaminhando-me à sublime descoberta dos saberes no campo da extensão universitária.

Aos professores convidados, membros da banca, por suas contribuições significativas à lapidação desse estudo.

Ao corpo docente do PPDRU, condutores imprescindíveis e inesquecíveis do processo de construção e apreensão do conhecimento.

Aos meus pais, Wilson e Neide, e irmãos, Neyde, Denyse, Daisy, Dennyson, Dênio, Dennis e Wilson, que mesmo distantes incentivaram-me para o sucesso dessa jornada.

À amiga, colega e pesquisadora Edileuza Bezerra, em cujo círculo de trabalho despertou-me para essa investigação, compartilhando práticas e saberes sobre a extensão universitária.

Ao corpo discente do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária, pelos saberes, significados e vivências compartilhadas ao longo dessa caminhada.

À Pró-Reitoria de Extensão da UNEB, representada pela Prof. Adriana Marmorí Lima, pelos laços de amizade e parceria, além do apoio incondicional na concessão de meu afastamento das atividades laborais para a conclusão dessa pesquisa.

À UNEB, coadjuvante essencial do processo, pela oportunidade concedida em subsidiar, muito além dos aspectos financeiros concedidos por intermédio do Programa de Apoio à Capacitação

Docente e de Técnicos Administrativos (PAC- DT), o meu crescimento intelectual, profissional e social.

Por fim, o meu agradecimento a todos aqueles que se fizeram presentes nesta árdua jornada do conhecimento, logrando êxito para a abertura de novos caminhos para o desenvolvimento da educação na Bahia, no Brasil e no mundo.

RESUMO

Esta investigação buscou estudar as possíveis contribuições da extensão universitária para o desenvolvimento local por meio da análise de uma amostra dos trabalhos monográficos dos estudantes egressos do primeiro Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária (CNEEU), ocorrido em Minas Gerais, em 2013. Fruto da parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT) e o Fórum Nacional de Extensão das IES Particulares (FOREXP), o curso buscou fortalecer a ação extensionista nos campos teórico-conceitual, político, metodológico, de avaliação e de gestão acadêmica. Este estudo justifica-se por fornecer um panorama das práticas e estudos de agentes extensionistas, de capilaridades regionais distintas e oriundos de instituições públicas, privadas e comunitárias. Essa pesquisa apresenta os antecedentes históricos, os fundamentos legais e conceituais da extensão universitária, os parâmetros da inovação e do desenvolvimento em múltiplas escalas espaciais. Em termos metodológicos, utilizou a abordagem Fenomenográfica, em uma abordagem fenomenológica, descritiva e qualitativa, utilizando-se de fontes bibliográficas, documentais, eletrônicas e pesquisa de campo. A experiência dos agentes extensionistas, de capilaridades regionais diversificadas, revelou conhecimentos diferenciados dos predominantes nos espaços acadêmicos e que, em virtude do contexto geográfico ao qual se insere o sujeito, os atores envolvidos e as parcerias estabelecidas, emergem potenciais significativos para transformações socioespaciais.

Palavras-Chave: Universidade; extensão universitária; desenvolvimento local; inovação.

ABSTRACT

This investigation aimed to study possible contributions from university extension to local development. It was done through analysis of a sample of the first National Specialization Course in University Extension (CNEEU) monographs in Minas Gerais, Brazil, in 2013. As the result of a partnership among Minas Gerais Research Support Foundation (FAPEMIG), Forum of Pro-Rectors for Extension of Brazilian Public Universities (FORPROEX), National Forum for Extension and Community Action of Universities and Community in Higher Education Institutions (FOREXT), and National Forum for Extension in Private Higher Education Institutions (FOREXP). Therefore the Specialization Course sought to strengthen extension action in theoretical-conceptual, political, methodological, evaluation, and academic management fields. This investigation is justified by providing an overview of extension agents' practices and studies from different regional capillarities and from public, private and community institutions. This research presents historical background, legal and conceptual foundations of university extension, parameters of innovation, and development at multiple spatial scales. In methodological terms, Phenomenographic approach was used, in a phenomenological, descriptive and qualitative approach, by using bibliographic, documentary, electronic sources and field research. The extension agents' experiences, from diversified regional capillarities, revealed different knowledge from those prevailing in academic spaces. Due to the geographical context in which the subject, the actors involved, and on-going partnerships belong, significant potentials for socio-spatial transformations emerge.

Keywords: University; university extension; local development; innovation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de publicações, por área temática, nos Anais dos sete Congressos Brasileiros de Extensão Universitária, 2002 -2016	53
Gráfico 2 - Percentual de pessoas de 25 ou mais anos de idade que completaram pelo menos um ano de curso universitário, segundo o Brasil e as Grandes Regiões, 1991 -2000	73
Gráfico 3 - Percentual de docentes do CEEU, por rede de atuação institucional, em 2016*.	115
Gráfico 4 - Percentual de docentes do CEEU, por região de atuação profissional, em 2016	115
Gráfico 5 - Percentual de discentes do CEEU, por rede de atuação institucional, em 2016 ..	116
Gráfico 6 - Percentual de discentes do CEEU, por região de atuação profissional, em 2016	117
Gráfico 8 - Percentual de Monografias do CNEEU, por Área Temática de Estudo, em 2013	127
Gráfico 9 - Percentual de Monografias recebidas, por capilaridade regional, em 2016.....	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de temas e principais autores abordados na tese, em 2018.....	26
Quadro 2 - Legislações Aplicáveis à Extensão Universitária no Brasil, em 2018	37
Quadro 3 - Modelo proposto para identificar indicadores de desenvolvimento local/regional, pelo viés da extensão universitária	94
Quadro 4 - Relação de alunos do CNEEU, com instituições de atuação e sua tipologia, títulos das monografias e suas classificações por área temática de estudo e de aplicação - 2012	121
Quadro 5 - Relação de autores que enviaram os trabalhos monográficos, com respectivos temas abordados e região de atuação - 2016.....	128
Quadro 6 - Relação de discentes e respectivos trabalhos monográficos defendidos, com questões abordadas, resultados e recomendações – 2013.....	152
Quadro 7 - Dados obtidos sobre o CEEU, no 7o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, em Ouro Preto (MG) - 2016	155
Quadro 8 - Disciplinas do Curso de Especialização em Extensão Universitária, com respectiva carga horária, áreas de formação docente, instituição de atuação docente e tipo de instituição de atuação docente - 2012	182
Quadro 9 - Professores convidados para bancas de defesa de monografia do Curso de Especialização em Extensão Universitária, com instituição de atuação docente e tipo de instituição de atuação docente – 2012	185
Quadro 10 - Descritivo das Atividades de Campo desenvolvidas pela pesquisadora na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte (MG) – 2013-2016	186
Quadro 11 - Relação de Autores e Monografias recebidas, com informações sobre publicação e temas abordados – 2016.....	191

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensão Regional de Origem de Atuação dos Discentes do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária - 2014.....	117
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de pesquisas publicadas, por área temática de Extensão, nos Anais de Congressos de Extensão Universitária - 2017	52
Tabela 2 - Número de Instituições de Educação Superior, por Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação - 2016	55
Tabela 3 - População nos Censos Demográficos, segundo o Brasil e as Grandes Regiões - 1991/2010	69
Tabela 4 - Densidade demográfica nos Censos Demográficos, segundo o Brasil e as Grandes Regiões - 1991/2010	69

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Análise de Conteúdo
BESP	Bônus Especial de Desempenho Institucional
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAP	<i>Campus</i> Alto Paraopeba
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Centros Acadêmicos
CBEU	Congresso Brasileiro de Extensão Universitária
CCC	Causação Circular Cumulativa
CCO	<i>Campus</i> Centro-Oeste
CDB	<i>Campus</i> Centro-Oeste
CEEXT	Curso de Especialização em Extensão Universitária
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNEEU	Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFAT	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CTI	Ciência, Tecnologia e Inovação
CPCs	Centros Populares de Cultura
DAS	Diretórios Acadêmicos
DCEs	Diretórios Centrais
FAFI-BH	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte
FAP	Fundação de Amparo à Pesquisa
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
FAPESB	Fundação de Amparo da Pesquisa do Estado da Bahia
FINEP	Financiadora de Inovação e Pesquisa
FOREXP	Fórum Nacional de Extensão das Instituições de Ensino Superior Particulares
FOREXT	Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias

FORPROEX	Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
FUNADESP	Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular
FUNDAC-BH	Fundação Cultural de Belo Horizonte
FUN-REI	Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei
GEEX	Gerência de Extensão
GERES	Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
GETQUALI	Grupo Executivo de Trabalho de Qualificação da Copa do Mundo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEx	Instituto de Ciências Exatas
IES	Instituições de Ensino Superior
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IMEC-UNI-BH	Instituto Mineiro de Educação e Cultura/Centro Universitário de Belo Horizonte
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
JUEMG	Jogos Universitários da Universidade do Estado de Minas Gerais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LBDEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MG	Minas Gerais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIN	Ministério da Integração Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PAC-DT	Programa de Apoio à Capacitação Docente e de Técnicos Administrativos
PNE 2001-2010	Plano Nacional de Educação 2001-2010
PPDRU	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano
PROEXT	Programa de Fomento a Extensão Universitária
PUC/ Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RENEX	Rede Nacional de Extensão
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SESu	Secretaria de Educação Superior
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura <i>(United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)</i>
UNI-BH	Instituto Mineiro de Educação e Cultura
UNIFACS	Universidade Salvador
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UMG	Universidade de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SOCIEDADE: DE QUAL EXTENSÃO ESTAMOS FALANDO?	27
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	27
2.2 FUNDAMENTOS LEGAIS: CONSTRUINDO CAMINHOS.....	33
2.3 EXTENSÃO: UMA TRAJETÓRIA DE MÚLTIPLOS CONCEITOS	39
2.4 APRENDIZAGEM E EXTENSÃO: TROCANDO EXPERIÊNCIAS, COLHENDO SABERES.....	43
2.5 PESQUISA E EXTENSÃO: ELOS DE FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO	48
2.6 A EXTENSÃO NA ATUALIDADE: EM BUSCA DE MAIS DIÁLOGO E MAIS COMPLEXIDADE.....	54
3 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO REGIONAL	62
3.1 DIVERSIDADE REGIONAL COMO POTENCIALIDADE	62
3.2 A ESCALA REGIONAL EM DEBATE.....	65
3.3 DESENVOLVIMENTO EM MÚLTIPLAS ESCALAS ESPACIAIS	70
3.4 TERRITÓRIO, EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO: ELOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	78
3.5 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA AGENDA POSSÍVEL PARA O DESENVOLVIMENTO.....	88
4 METODOLOGIA.....	98
4.1 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS.....	98
4.2 QUESTÕES DE MÉTODO	100
4.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	107
5 CONHECENDO O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	109
5.1 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	109
5.1.1 Perfil das instituições parceiras.....	111
5.1.2 Currículo do curso.....	114
5.1.3 Perfil dos professores.....	114
5.1.4 Perfil dos estudantes.....	115
5.1.5 Resultados encontrados.....	118
5.2 MONOGRAFIAS DO CURSO: limites e potencialidades	127
5.2.1 O artigo apresentado pelo Autor A teve como objetivo avaliar os resultados e impactos alcançados com a realização das atividades do Projeto Jogos Universitários de uma universidade pública mineira, para os docentes, discentes e comunidades dos municípios envolvidos.....	130

5.2.2 A investigação do Autor B buscou contribuir para uma ramificação da extensão no âmbito do ensino e, conseqüentemente, da pesquisa buscando ampliar e/ou implantar as ações de extensão em disciplinas do curso de Letras e Controle Ambiental do Instituto Federal do Sudeste Mineiro 132

5.2.3 O Autor C apresentou um estudo monográfico sobre a realização do projeto horta escolar orgânica desenvolvido na rede pública do município de Cruz das Almas, visando integrar discentes da academia com alunos do ensino fundamental por meio da discussão sobre educação ambiental e alimentar, estimulando os grupos sociais no consumo de produtos orgânicos e na formação de agentes multiplicadores 134

5.2.4 O artigo do Autor D objetivou uma reflexão sobre o papel da extensão universitária na concepção de diretrizes de planejamento das ações extensionistas ligadas ao evento Copa 2014, no âmbito de uma universidade estadual baiana..... 136

5.2.5 No que tange ao Autor E, o trabalho monográfico apresenta uma análise dos aspectos relativos à institucionalização da extensão no âmbito de uma instituição pública de ensino superior de educação profissional e tecnológica 138

5.2.6 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor F 139

5.2.7 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor G 141

5.2.8 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor H 142

5.2.9 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor I 144

5.2.10 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor J..... 145

5.2.11 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor K 145

5.2.12 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor L 146

5.2.13 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor M..... 148

5.2.14 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor N..... 149

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 158

REFERÊNCIAS 169

APENDICE A - Grade pedagógica do curso – 2012..... 182

APENDICE B - Grade de docentes convidados - 2012 185

APENDICE C - Descritivo das atividades de campo..... 186

APENDICE D - Convite aos egressos do CEEU a participarem da pesquisa..... 187

APENDICE E - Protocolo de Pesquisa 188

APENDICE F - Grade de trabalhos monográficos publicados 191

APENDICE G - Questionário de Pesquisa de Campo 192

ANEXO A - Participação da pesquisadora em aulas presenciais do CEEU - 2013 200

ANEXO B - Participação da pesquisadora nas defesas de monografias do CEEU - 2013 201

ANEXO C - Participação da Pesquisadora no 7º congresso Brasileiro de Extensão Universitária - 2016..... 202

ANEXO D - Carta de Saudação ao início do curso - 2012 203

ANEXO E - Carta Convite às Instituições Universitárias - 2012..... 204

ANEXO F - Termo de Cooperação Técnica e Financeira.....	205
ANEXO G - Cronograma de aulas do Curso - 2012	209

1 INTRODUÇÃO

A universidade ocupa um lugar privilegiado entre os diferentes espaços de construção do conhecimento, tanto por sua atuação no ambiente interno, quanto no extramuros da academia. O tripé ensino-pesquisa-extensão, que consolida as ações universitárias, potencializa o desenvolvimento humano, científico-tecnológico e social. Pensar as funções da universidade hoje representa formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento, interligados à sociedade, atingindo os diversos níveis de integração, seja local, regional, nacional ou global. E a extensão, por interagir fora do campo de atuação do centro acadêmico, permite agregar espaços de diálogo que trilham caminhos para o desenvolvimento de territórios.

O amadurecer da função social da universidade, através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, evidencia que a nação brasileira carece de um conhecimento aplicado ao enfrentamento das desigualdades regionais. Percebe-se, ao longo da história, que, por meio de ações extensionistas, é possível produzir, ressignificar e perpetuar conhecimentos em espaços diversificados em benefício da coletividade. A ideia de pesquisar a extensão apresenta-se como um fato recente na história da sociedade moderna e esse trabalho buscou evidenciar a diversidade de abordagens conceituais e de fundamentação legal que delimitam a ação extensionista.

A extensão universitária possui um potencial estratégico de desenvolvimento ao propiciar o diálogo entre agentes de diversas categorias sociais: comunidade, professores, alunos, técnicos de universidades, sociedade civil e o poder público. O diálogo entre estas diferentes vozes constituem-se em uma estratégia fundamental para se estabelecer pontes entre a universidade e seu entorno, o que possibilita a utilização da metodologia dialógica da extensão como um instrumento de transformação socioespacial. A vivência e o diálogo intercultural são desafios que constituem aspectos qualitativos a uma concepção de extensão que produz conhecimentos e propostas concretas de intervenção no território.

A extensão universitária produz conhecimentos resultantes de experiências em que os sujeitos constroem, a partir de uma relação dialógica, outros conhecimentos, numa perspectiva de desenvolvimento. As práticas de extensão têm em sua gênese o processo de intervenção social, de âmbito local e prospecção regional, que propicia aos sujeitos, que interagem socialmente, o acesso a diferentes referências de leitura de mundo e de relações com este mundo.

A análise da evolução histórica dos conceitos e legislações aplicáveis aos fundamentos extensionistas convalidam o respaldo social das ações de extensão. Em um processo de interação dinâmica com a sociedade, a extensão conquistou avanços no quadro normativo que ampara as suas ações. A difusão de conhecimentos, decorrente da troca de saberes que emerge de capilaridades espaciais distintas, corrobora para o contínuo emergir de novos conhecimentos, em prol de gerações atuais e futuras, consagrando o desenvolvimento de territórios.

O olhar, a escuta e a voz dos atores extensionistas possuem um lugar privilegiado no desenho institucional das universidades. Por meio da extensão, é possível a formação de agentes multiplicadores de conhecimento, que perpetuam discussões de âmbito local, regional e nacional, na perspectiva de um desenvolvimento integrador e sustentável. O diálogo colaborativo local é um dos instrumentos sociais que permite um leque de possibilidades à constituição de novas aprendizagens. As aprendizagens que conduzem à formação de um indivíduo crítico e reflexivo, tanto intra quanto extramuros da academia, produz saberes que aumentam o potencial de desenvolvimento territorial. As possibilidades para essa conquista são ampliadas, a partir de vivências e diálogos colaborativos decorrentes das ações de extensão em localidades geográficas próximas ao vetor de crescimento. Essas aprendizagens, por sua vez, direcionam os processos regionais de transformação socioespacial, numa perspectiva inovadora.

A presente investigação, baseando-se nas premissas do desenvolvimento regional e urbano, recorreu a conhecimentos científicos dos campos das Ciências Sociais e Humanas, entre outras. O interesse numa pesquisa dessa natureza justifica-se tendo em vista o respaldo social em que se apresenta a extensão. Nesse sentido, realizar um levantamento das principais tendências inovadoras do mundo acadêmico, e relacionadas à Extensão, faz-se necessário. Percebe-se que a troca de saberes entre agentes extensionistas produz conhecimentos e propostas concretas de intervenção no território fazendo emergir soluções inovadoras para o enfrentamento das desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, a trajetória de crescimento e consolidação da Extensão no Brasil vem se firmando através do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT) e do Fórum Nacional de Extensão das IES Particulares (FOREXP). Além disso, as conquistas da legislação, em termos de financiamento da extensão, e de trocas acadêmicas, apresentadas nas edições do Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), configuram uma agenda de desafios permanentes para a institucionalização da extensão e de pesquisas sobre as práticas extensionistas.

Tendo em vista ser uma investigação que envolve um dos pilares da academia que age e interage socialmente - a extensão - traçar um paralelo com as pesquisas do projeto piloto do primeiro Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária, concluído em 2013, faz-se necessário. Primeiro, por sua característica de participação discente e docente, de capilaridade regional, com respaldo em todo cenário nacional. Segundo, pela dimensão diversificada, onde estudantes e professores são oriundos de instituições de ensino superior públicas, privadas e comunitárias. Terceiro, pela composição curricular dos docentes e discentes, com qualificações acadêmicas e profissionais expressivas. Por fim, por apresentar uma visão efetiva do estado da arte da extensão no Brasil, no que tange a pesquisas extensionistas.

O quadro de abundância de ações extensionistas desenvolvidas, em um país de dimensões continentais, dificulta uma análise global da Extensão no Brasil. O desafio de compreender o complexo cenário da Extensão, por meio das pesquisas desenvolvidas no projeto pioneiro do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária (CNEEU), que contempla extensionistas de todas as regiões do Brasil, buscou ampliar horizontes e consensos em torno dessa temática. Os estudos e práticas de profissionais de instituições públicas, privadas e comunitárias representam um painel significativo do estado da arte da extensão no Brasil, evidenciando a sua importância para o desenvolvimento local.

A escolha de um objeto de pesquisa dessa natureza evidenciou conceitos, leis e práticas relacionadas à extensão universitária, decorrentes da troca de saberes entre agentes extensionistas, que impactaram para o desenvolvimento de territórios. A história demonstra que a constituição do aparato legal extensionista decorre de transformações sociais ocorridas nas mais distintas localidades espaciais. A extensão universitária pode ser considerada uma fonte geradora de novas descobertas e a proximidade geográfica com as comunidades desempenha um papel significativo na transmissão e produção de conhecimentos.

O despertar para os estudos sobre a temática extensionista envolvendo os atores participantes do projeto piloto do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária, realizado em Belo Horizonte - Minas Gerais, em 2013, surgiu em virtude das atividades desenvolvidas no exercício do cargo de Analista Universitário da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Entre as muitas atribuições da pesquisadora no exercício de sua profissão no serviço público estão as atividades de docência, elaboração, coordenação e avaliação de projetos extensionistas, tanto na capital quanto em seu entorno, que contempla a Região Metropolitana de Salvador (RMS). A referida Universidade desenvolve ações extensionistas,

além do ensino e da pesquisa, de dimensões locais e regionais, em 24 (vinte e quatro) municípios do Estado da Bahia, inclusive a capital, tendo como fio condutor o enfrentamento das desigualdades sociais nos diversos territórios envolvidos.

A partir das inquietações iniciais e vivências pessoais na extensão, essa investigação buscou fazer recortes significativos para análise, estabelecendo os principais objetivos da pesquisa. A experiência profissional da autora, enraizada no cenário acadêmico ao longo de 16 anos de vivências na extensão, como parte ativa e integrante, desenvolveu na pesquisadora um conhecimento singular – concreto e contextualizado – dessa realidade específica.

Em virtude da estreita ligação da pesquisadora com a extensão universitária, aos anseios individuais por essa investigação e a temática do desenvolvimento e da educação estarem inseridos na linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Regionais, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), esse conjunto ofereceu subsídios para o imergir nos estudos sobre a extensão universitária, que entrelaça práticas e saberes envolvendo a academia e a comunidade externa, como uma ação de transformação social, pelo viés da educação superior. Com o objetivo de aprofundar conhecimentos no campo da Educação, Ciência e Tecnologia e as contribuições para o desenvolvimento regional, a pesquisadora faz parte no Grupo de Pesquisa Educação e Desenvolvimento da UNIFACS, linha de pesquisa Universidade e Região, chancelado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, contribuindo para a criação de novos modelos e a construção compartilhada de conhecimentos para superação das desigualdades sociais. Toda essa abordagem de estudo coaduna com a missão de “Gerar e transferir conhecimento através de educação continuada, inovadora e de excelência, de modo a formar pessoas que contribuam para o desenvolvimento regional”, descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017 da UNIFACS (2017, p. 22). Além disso, está inclusa na estratégia de ação da extensão que agrega “responsabilidade social, promoção cultural e responsabilidade ambiental” (UNIFACS, 2017, p. 23).

As diferentes realidades encontradas, por meio da extensão na vivência universitária da pesquisadora, subsidiaram-na a um novo olhar frente à academia, mais crítico e propositivo. A realidade profissional da academia, direcionada a contextos territoriais diversificados, tanto em termos de teoria quanto de práticas, contribuiu significativamente para a constituição do saber e fazer extensão, enveredando a autora para o desvelar dessa investigação.

Diante dessas vivências, emergiu o despertar para conhecer e analisar a experiência de um projeto piloto que contempla pesquisas extensionistas, como o CNEEU. Esse curso aconteceu em

Belo Horizonte - Minas Gerais, em 2013, na modalidade semipresencial, utilizando-se da metodologia educacional nas modalidades presencial e a distância, numa perspectiva integradora, de baixo custo e amplitude nacional. Fruto da parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT) e o Fórum Nacional de Extensão das IES Particulares (FOREXP), o CNEEU buscou fortalecer a ação extensionista nos campos teórico-conceitual, político, metodológico, de avaliação e de gestão acadêmica. Essa investigação buscou focalizar os resultados alcançados pelo referido Curso, no que tange a troca e construção de saberes por meio da extensão universitária e suas implicações para o desenvolvimento local.

Estudar o campo teórico-conceitual e metodológico da extensão universitária, que valoriza o diálogo inter e transcultural e, ao mesmo tempo, forma profissionais para o exercício e aperfeiçoamento de ações concretas de intervenção no território, fomenta a (re)criação e disseminação de conhecimentos mais adequados à realidade social. Sendo assim, a natureza, a amplitude e a quantidade de conhecimento produzido e de pessoas atingidas por atividades extensionistas consolidam a dimensão significativa do sistema de produção e difusão de conhecimentos por meio da extensão. Esse sistema permite garantir relações de aprendizagens mútuas que, em sua complexidade, edificam o lugar comum da extensão para o desenvolvimento de regiões.

A trajetória histórica do emergir da extensão, onde a teoria confronta-se com a realidade, promove questionamentos sobre o papel social das Universidades. Essa pesquisa buscou desvendar e refletir sobre a experiência mineira do Curso no campo da extensão universitária, com o seguinte questionamento: em que medida a extensão universitária pode influenciar o desenvolvimento local, à luz dos relatos monográficos de estudantes egressos do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária (CNEEU), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2013?

O processo de pesquisa buscou evidenciar vivências, saberes e significados presentes em uma amostra dos textos monográficos elaborados pelo corpo discente egresso do curso. O propósito de elucidar até que ponto os relatos monográficos, ou seja, a raiz epistemológica que norteia a extensão viabiliza uma prática concreta e operacional, capaz de promover o desenvolvimento, de forma sustentável, emerge como uma possibilidade. Revelar o valor que a extensão tem como função social da universidade, numa perspectiva de inovação e de promoção do desenvolvimento, demanda investigações.

Diante do exposto, surgiram alguns questionamentos que nortearam os moldes dessa investigação, a saber: a) Que modelos de extensão universitária foram identificados nos relatos monográficos de egressos do Curso de Especialização em Extensão Universitária, em Minas Gerais?; b) Quais as contribuições da extensão universitária para o desenvolvimento local?; c) Em que medida os relatos monográficos dos estudantes relacionam a troca de saberes extensionistas como fator de transformação socioespacial?

Dentro dessa linha, o objetivo principal dessa pesquisa foi estudar a influência da extensão universitária para a promoção do desenvolvimento local, por meio da análise de uma amostra dos relatos monográficos de estudantes egressos do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária (CNEEU), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2013. Em termos específicos buscou: apresentar os antecedentes históricos e os parâmetros legais e conceituais que fundamentam a extensão universitária; posteriormente, apresentar os parâmetros espaciais e conceituais acerca da temática regional; além disso, estudar as relações existentes entre educação, extensão universitária e desenvolvimento local; em sequência, descrever a origem, criação e constituição do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária; por fim, examinar as práticas extensionistas relatadas nas monografias de discentes egressos do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária (CNEEU), evidenciando as possíveis contribuições da extensão universitária para as regiões envolvidas.

Esta investigação está inserida no campo de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, buscando evidenciar a interface entre extensão universitária e desenvolvimento. Por se basear nos parâmetros do estudo de caso único e revelador, sua representatividade pode significar um caso raro ou extremo a embasar outras pesquisas em Ciências Sociais. Sendo um método de análise científico voltado à pesquisa básica estratégica, propõe-se a ampliar o conhecimento científico sobre o objeto de estudo, e assim suscitar novas investigações no campo da extensão.

Do ponto de vista metodológico, optou-se pela pesquisa descritiva, em uma análise qualitativa, que se mostrou adequada aos anseios da proponente dessa investigação. Em termos de delineamento da pesquisa, foram empregadas as pesquisas bibliográfica e documental. Como método de abordagem, utilizou o fenomenológico, que busca mostrar e esclarecer o que é dado. O método fenomenológico, tal como foi apresentado por Edmund Husserl (1859-1938), propõe-se a estabelecer uma base segura, liberta de proposições, para todas as ciências (GIL, 2016, p. 14).

Tais contornos metodológicos concorreram para a definição da estrutura da tese, que está constituída por seis capítulos, a saber: o **Capítulo I – Introdução** apresenta a temática extensionista

e sua relação com o desenvolvimento, expondo um breve relato do *locus* de estudo - o Curso de Especialização em Extensão Universitária -, as questões que norteiam a pesquisa, seus objetivos e justificativas, bem como a estrutura metodológica da tese. A seguir, o **Capítulo II - Extensão Universitária e Sociedade – de qual extensão estamos falando?** descreve os antecedentes históricos, com autores como Mattos (1981), Fagundes (1986 *apud* SOUZA, 2010), Melo Neto (1996), Botomé (2001), Rocha (2001), Silva e Oliveira (2010) e o Fórum de Pró-reitores de Extensão; no que tange aos fundamentos legais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 2001/2010, o Plano Nacional de Educação 2014-2023, entre outros; aborda as pesquisas dos Congressos Brasileiro de Extensão Universitária; sobre os múltiplos conceitos da extensão universitária e sua relação com a sociedade, autores como Maria das Graças Silva (2000), Tavares (2001), Pedro Demo (2001), Loyola e Oliveira (2005), Cabral (2012), Melo Neto (2013); apresenta as diversas leituras do que representa aprendizagem, com *apud* Piaget (1994), Freire (1997), Vigotsky (1998 *apud* SÍVERES, 2012), Síveres (2012); a relação da extensão com a pesquisa e com o ensino, evidenciando os princípios dialógicos e a complexidade do fazer extensão na contemporaneidade, com autores como Boaventura Souza Santos (2000), Melo Neto (2013), Paulo Freire (2013); extensão na atualidade, Santos (2000), Pedro Demo (2001), Castro, Souza e Lima (2015). O **Capítulo III – Perspectivas de Desenvolvimento no Contexto Regional**, disserta sobre a produção do espaço geográfico, com autores como Henri Lefebvre (1970), Neil Smith (1988), Milton Santos (1985); desenvolvimento desigual, com Harvey (2004); estudos regionais, com Pedro Nóbrega (2015), Paul Vidal de La Blache (1994), Walter Christaller (1966), François Perroux (1967), Boudeville (1972), Souza (2005); desenvolvimento em múltiplas escalas espaciais, autores como Smith (2000), Dias (2000), Guimarães Neto (2012), Bezerra (2001), Galvão (1999), documentos da Secretaria de Desenvolvimento Regional (2012) e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2007); discussões sobre região, educação e inovação, Barquero (2002), Souza (2005), Camagine, (1995), Santos (2002), Schultz (1973), Aguiar (2016), Serra e Rolim (2013), Pedro Demo (1999), Randolph (2014), Brandão (2004) e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022; finalizando com as perspectivas de uma agenda possível para a extensão com a formação de pessoas emancipadas no conhecimento e nas relações sociais, base para a reconstrução do saber e de fomento ao desenvolvimento, com Demo (1999), Castells (1999), Rocha (2008), Brandao (2004). No **Capítulo IV – Metodologia** expõe os pressupostos epistemológicos, as questões de método e os procedimentos abordados na realização da investigação, utilizando-se do método fenomenográfico e da pesquisa fenomenológica, com

utilização de fontes bibliográfica e documental, usando o método descritivo qualitativo, e a construção do modelo de indicadores de desenvolvimento por meio da extensão universitária. Utilizou autores como Marton (1981), Svensson (1997), Gil (2016), Edivaldo Boaventura (2004), Edmund Husserl *apud* Figueiredo e Souza (2011) e Urbano Ziles (2009). O **Capítulo V – O CASO EM ESTUDO: o Curso de Especialização em Extensão Universitária** descreve o caso em estudo através do histórico do curso, os perfis dos corpos docente e discente bem como das instituições parceiras, modelo proposto de indicadores de desenvolvimento e os resultados encontrados para uma formação extensionista inovadora, em prol de transformações socioespaciais. Por fim, o **Capítulo VI – Conclusões e Recomendações** finaliza a investigação, com a conclusão da pesquisa, apontando as contribuições desse estudo, assim como as recomendações para futuros trabalhos. Em seguida, foram disponibilizadas as referências, anexos e apêndices que complementam as informações utilizadas no corpo do texto da tese.

A seguir, o Quadro 1 com uma síntese dos principais autores citados na tese:

Quadro 1 – Relação de temas e principais autores abordados na tese, em 2018

Tema	Principais autores
História da extensão universitária	Rocha (1986), Fagundes (1986 <i>apud</i> SOUZA, 2010), Mattos (1981), Melo Neto (1996), Siveres (2012), Vygotsky (1998 <i>apud</i> SIVERES, 2012), Freire (2013), Melo Neto (2013), Castro, Souza e Lima (2015), Santos (2000)
Desenvolvimento no contexto regional	Walter Christaller (1966), François Perroux (1967), Bezerra (2001), Camagine, (1995), Randolph (2014)
Metodologia	Gil (2016), Boaventura (2004); Marton (1981), Svensson (1997), Edmund Husserl <i>apud</i> Figueiredo e Souza (2011) e Urbano Ziles (2009).

Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2018).

2 EXTENSAO UNIVERSITÁRIA E SOCIEDADE: DE QUAL EXTENSÃO ESTAMOS FALANDO?

Este capítulo apresenta a trajetória do tema da extensão universitária no cenário das universidades. Inicialmente, faz uma abordagem sobre os antecedentes históricos e o quadro legal constituído, que amparam as diretrizes da extensão. Em seguida, descreve os múltiplos conceitos alcançados e as suas inter-relações com o ensino e a pesquisa. Por fim, expõe as possibilidades de aprendizagem decorrentes da articulação dialógica da academia com as comunidades, que fundamentam significativamente a ação extensionista. A seguir, uma breve introdução sobre a história da extensão.

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Ao longo das últimas décadas, a extensão universitária inseriu-se em um contexto de mudanças, por meio de múltiplas e complexas funções assumidas pela Universidade. Considerando-se os rumos dessa instituição na contemporaneidade, estratégias e conhecimentos plurais estão sendo evidenciados continuamente por meio de atividades extensionistas, influenciando a universidade para com seu compromisso social. O estudo da universidade concreta não pode deixar, de modo algum, de levar em consideração as relações múltiplas e recíprocas entre universidade e sociedade (FAGUNDES, 1985 *apud* SOUZA, 2010, p. 13).

Para se compreender Extensão Universitária é necessário resgatar a própria história dessa função na Universidade. Por ser uma área dentro de um contexto acadêmico, delinea-se como um campo de estudo que mostra o papel institucional da Universidade na sociedade. Segundo Roberto Mauro Gurgel Rocha (2001), os primórdios da extensão universitária surgiram na Universidade de Cambridge, em 1867, Inglaterra, por meio de palestras. A extensão inglesa irradiou-se até os Estados Unidos, associada aos ideais da Revolução Americana e aos projetos de desenvolvimento regional, criando verdadeiras Escolas de Extensão, os *Land Grant Colleges*, experiências do extensionismo cooperativo ou rural ou universidades rurais.

Esse movimento influenciou os países da América Latina no sentido de implantarem uma extensão universitária associada a programas de desenvolvimento. Em meados do século XIX, surgiram as Universidades Populares, nascimentos de movimentos políticos de ampla repercussão social. Estas universidades representaram formas de Extensão Universitária, através de cursos livres e programas de difusão cultural. O movimento estudantil de Córdoba, ocorrido na

Argentina em 1918, revelou-se um ponto marcante na história extensionista, no cenário da América Latina, na busca da reforma universitária. As manifestações expressaram seu descontentamento à ordem vigente nas universidades e tinham como propósito a liberdade e o desenvolvimento acadêmico (FRAGA, 2017, p. 23-24). A ação dos estudantes evidenciou a Extensão Universitária e, através das Universidades Populares, colocou em prática metodologias e tecnologias, difundindo concepções de educação e de vida em sociedade.

As primeiras experiências extensionistas, no Brasil, aconteceram no início do século XX, quando se delinearam os primeiros traços de uma política educacional estatal, fruto do próprio fortalecimento do Estado sob a forma de sociedade política. Até então, a política educacional desenvolvia-se exclusivamente, no âmbito da sociedade civil, por intermédio da Igreja. (FREITAG *apud* TAVARES, 2001, p.74).

A Extensão no Brasil, de acordo com Souza (2000), amparou-se basicamente em dois modelos: o europeu, que defende a aproximação da universidade com a sociedade, e o dos Estados Unidos, através da vertente assistencialista. De acordo com a corrente europeia, os primórdios da extensão universitária surgiram com as universidades populares da Europa, que tinham como objetivo disseminar os conhecimentos técnicos, conforme defendem vários autores: Rocha (1986), Fagundes (1986 *apud* SOUZA, 2010) e Botomé (2001).

Com o Estatuto da Universidade Brasileira, em 1931, a extensão passou a ser realizada por meio de cursos e conferências, difundindo conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos em benefício do indivíduo e da coletividade. No início, portanto, a extensão passou por um movimento autoritário de universidade, que desconhecendo a cultura e o saber popular, apresentava-se como detentora de um saber absoluto e superior (RAUSCH; ANGIANI, 2010, p. 10). Diante dessa lógica de construção do conhecimento, Paulo Freire (1997) afirma que o conhecimento era transmitido e não construído pelos partícipes da ação. Com a existência de uma superioridade hierárquica, a transmissão do conhecimento era verticalizada, que escolhia o que e como transmitir, sem levar em consideração a visão de mundo dos receptores da informação.

Corroborando com essa vertente, Botomé (2001, p. 164) defende que as potencialidades da academia, e sua “extensão”, permitem evidenciar, coletivamente, as responsabilidades sociais e as finalidades da universidade: produzir conhecimento, social e cientificamente relevante, e tornar o conhecimento existente acessível a todos. De acordo a esse pensamento, Melo Neto (2013) evidencia:

[...] também desenvolveu-se na Inglaterra uma perspectiva de que a universidade precisava contribuir com um maior conhecimento aos setores populares.

Apontavam aspectos que podem ser úteis como elementos básicos para a formulação daquilo que vai se chamar, posteriormente, extensão. Ora, como seria possível fazer chegar até à população o conhecimento sistemático da universidade? Isso seria possível através da extensão da universidade até aqueles setores sociais. (MELO NETO, 2013, p. 154).

O modelo americano surgiu com os *Land Grant Colleges*, escolas superiores agrícolas criadas no final do século XIX, com objetivo de levar a educação superior às regiões sul e oeste dos Estados Unidos.

A Lei Morrill Land-Grant College, de 1862, representou um impulso à pesquisa e à disseminação de informações para aqueles que não estavam na universidade. [...] Além das atividades de educação formal, essas instituições deveriam também levar os conteúdos das pesquisas para quem não era aluno regular, ou seja, deveriam realizar extensão. Estavam criadas as universidades Land-Grant 1862, mencionadas sob esse título até os dias atuais, e a base (ainda que informalmente) do Sistema Cooperativo de Extensão dos Estados Unidos. (SILVA; OLIVEIRA, 2010, p. 4).

Nas experiências das Universidades americanas, sobretudo àquelas localizadas na zona rural, a extensão caracterizou-se pela ideia de prestação de serviços. Tavares (1997) sobre o assunto afirma:

Visando, por um lado, preparar técnicos e, por outro lado, dispensar o mínimo de atenção às pressões das camadas populares, ainda que cada vez mais expressivas e mais reivindicativas, a extensão universitária se consolida através de cursos voltados para os ausentes da instituição que, sem formação acadêmica regular, desejam obter maior grau de instrução. (TAVARES, 1997, p. 27).

No cenário da América Latina, a extensão universitária surgiu a partir de movimentos sociais. A esse respeito, Melo Neto (2013, p.155) expõe:

Merece destaque o Movimento de Córdoba, de 1918. Nesse movimento, os estudantes argentinos enfatizam, pela primeira vez, a relação entre universidade e sociedade. A materialização dessa relação ocorreria através das propostas de extensão universitária que possibilitassem a divulgação da cultura a ser conhecida pelas “classes populares”.

Roberto Mauro Gurgel Rocha (2001) afirma que, no Brasil, entre 1914 e 1917, funcionou a Universidade Popular Livre de São Paulo, de orientação positivista, que chegou a proferir 107 lições públicas sobre temas que, no entanto, não despertaram o interesse das camadas populares. Com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Brasil, a partir de 1938, surgiu a concepção de extensão veiculada pelo movimento estudantil brasileiro. Em 1961, a UNE realizou o Seminário Nacional de Reforma Universitária, que resultou na Declaração da Bahia, com

a proposta de avanço das relações da universidade com a sociedade, em uma perspectiva emancipatória. Nesse sentido, as discussões acadêmicas visavam assumir um “compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo.” (UNE, 1961, p. 26).

A extensão universitária representou, assim, o “fortalecimento da função social da Universidade. Projeção para o povo da cultura universitária e preocupação com os problemas nacionais”¹ (BLONDY *apud* MELO NETO, 2013, p. 156, tradução nossa). Nesse momento, a participação de segmentos universitários nas lutas sociais, objetivando transformações da sociedade, delineou um novo referencial de extensão universitária. Com a Lei Básica da Reforma Universitária, de 1968, ampliou-se o campo legislativo da extensão, estendendo à comunidade as ações de ensino e pesquisa. Sob essa ótica de prestação de serviços, a universidade foi caracterizada como uma instituição social, comprometida com toda a sociedade.

Rocha (2001) aponta ainda o Movimento Estudantil de Córdoba como um marco de novos paradigmas da extensão universitária. Seus fundamentos estavam amparados pela extensão universitária processual, comprometida com mudanças sociais e vínculos ideológicos de militância política dos docentes e discentes.

A União Nacional dos Estudantes (UNE)², movimento estudantil de traços marcantes no cenário brasileiro, através do Congresso na Bahia, promoveu a discussão da Reforma Universitária apresentando os traços marcantes da extensão universitária (UNE, 1961). A partir das análises da realidade brasileira e da universidade no Brasil, defendeu-se a abertura da universidade ao povo, com prestação de serviços e promoção de cursos a serem desenvolvidos pelos estudantes.

Das diretrizes da Declaração da Bahia depreendem-se as características de uma universidade democrática, marcada pela extensão universitária. O Movimento Estudantil, através das mais diferentes formas, encaminhava suas propostas, principalmente pelos Centros Populares de Cultura - os CPCs da UNE - desenvolvendo ações no sentido de ‘abrir a universidade ao povo’ e, por outro lado, de ‘levar os estudantes à realidade.’ (MELO NETO, 2013, p.158).

Após 1964, ocorreu a singular conotação ideológica da ditadura militar, que assumiu parte das

¹ “fortalecimiento de la función social de la Universidad. Proyección al pueblo de la cultura universitária y preocupación por los problemas nacionales”.

² Entidade fundada em 1937, é a entidade máxima dos estudantes brasileiros e representa cerca de seis milhões de universitários de todos os 26 Estados e do Distrito Federal. A união das organizações representativas dos estudantes como DAs (diretórios acadêmicos), CAs (centros acadêmicos), DCEs (diretórios centrais), uniões estaduais de estudantes e executivas nacionais de cursos, compõem a UNE (UNE, 2018).

reivindicações do Movimento Estudantil. No tocante à extensão, a ditadura criou o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), considerado por Mattos (1981, p. 108) “um recurso realmente capaz de viabilizar a política de extensão universitária [...]”, pois era um dos programas de integração estudante-comunidade. Foram criados ainda o Projeto Rondon e Operação Mauá, programas que tinham a expressão política de contenção das reivindicações estudantis e de combate às mudanças de base, defendidas no governo de João Goulart.

Os estudantes podiam desenvolver atividades profissionais, nesses projetos, ainda que de caráter assistencial, tudo sob rigoroso controle político e ideológico. Observe-se o papel político atribuído à extensão universitária demonstrando como pode também servir ao controle social e político. A universidade pode, dessa maneira, exercer efetivamente uma função social sem estar sob o ponto de vista das classes subalternas. (MELO NETO, 2013, p. 159).

Aquele momento histórico foi permeado por duras medidas de repressão sobre a sociedade brasileira, principalmente sobre o Movimento Estudantil, desfazendo o ideal de universidade democrática.

A década de 60 foi marcada pela mobilização popular que propunha reformas sociais no contexto do Brasil da América Latina. A extensão transita do enfoque de difusão do conhecimento, por meio da popularização da ciência, segundo os interesses da elite da sociedade, para a forma de inserção da Universidade na realidade socioeconômico-política e cultural do país, absorvendo as contradições cotidianas das relações sociais e contribuindo para a sua superação e transformação social (ROCHA, 2001 *apud* RAUSCH; ANGIONI, 2010).

Em 1987, surgiu a instância colegiada denominada Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), que passou a coordenar a discussão conceitual e prática da extensão no âmbito das universidades federais. Vale salientar que o Fórum, a partir desse marco histórico, passou a dar a direção política da extensão universitária para o conjunto das universidades brasileiras (RAUSCH; ANGIONI, 2010, p. 12). Os objetivos do FORPROEX, conforme exposto no Regimento do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, estão amparados nos seguintes pressupostos:

I – propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das pró-reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras;

II – manter articulação permanente com representações dos dirigentes de instituições de educação superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;

III – manter articulação permanente com os demais fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;

IV – manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;

V – incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras.

A discussão da relação da universidade com a sociedade e o papel da extensão nesse contexto configurou-se nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Estes Encontros buscaram defender a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometidas com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. Essas políticas enveredaram na criação do Plano Nacional de Extensão (2000/2001) que apresentou as diretrizes para as ações de extensão considerando as seguintes áreas temáticas: Comunicação; Cultura; Direitos humanos; Educação; Meio ambiente; Saúde; Tecnologia e Trabalho.

Diante desse recorte histórico, percebe-se que várias foram e continuam sendo as concepções e práticas de extensão na direção do compromisso com a sociedade. Porém, as ações de extensão transcendem o viés tradicional e assistencialista.

A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re) produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade. (FORPROEX, 2012, p. 10).

É possível perceber que a vivência em ações de extensão promove a troca de saberes, compartilhado, reflexivo e colaborativo, que apresenta perspectivas de transformações sociais profícuas. A extensão consagra-se, assim, em uma estratégia de produção de conhecimento que utiliza parâmetros democráticos. As atividades extensionistas interligam a universidade à sociedade, promovendo a troca de saberes, produzindo conhecimentos e retroalimentando o processo de ensino-aprendizagem, fomentando a intervenção na realidade concreta.

A partir dos pressupostos extensionistas, o homem aprende a ler, interpretar e ressignificar a sua vida e da sua comunidade, em prol da coletividade. Em seus fundamentos, a relação entre

o sujeito extensionista e a sua história resulta em um processo constante de aprendizagem, interação, transformação e construção social. O significado que a extensão vem assumindo junto aos fins da academia representa um esforço reflexivo sobre o papel que a Universidade representa perante a sociedade. A seguir, a trajetória percorrida para a celebração dos institutos legais extensionistas na história brasileira.

2.2 FUNDAMENTOS LEGAIS: CONSTRUINDO CAMINHOS

A Universidade, como uma instituição social, tem a função de socializar e avaliar o saber que produz. A voz, a fala e a escuta de diferentes atores (universidade, governo e sociedade), reflexos de discussões conceituais sobre a temática extensionista em universidades, contribuíram significativamente para a constituição do aparato legal que fundamenta a Extensão na atualidade.

Inicialmente, a legislação aplicável a Extensão estava associada à ideia de elevação cultural daqueles que não participam da vida universitária, limitando-se a oferecer cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário. O primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, afirma que o termo “Extensão” caracteriza o oferecimento de cursos e conferências de caráter educacional, que simbolizam o organismo da vida social da Universidade.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1961, fora potencializada a realização de cursos de extensão à sociedade, aprofundando a ideia de se estender o conhecimento produzido na academia em benefício de candidatos que atendessem aos requisitos exigidos pelo instituto de ensino. A universidade transmitia conhecimentos para a sociedade, consolidando a visão hierárquica, verticalizada, de um conhecimento superior da academia para a comunidade.

Com o Decreto-Lei Nº 252, de 28/02/1967, o campo legislativo foi ampliado ao estender à comunidade as ações de ensino e pesquisa, que foram consolidadas através da Lei Básica da Reforma Universitária – Lei Nº 5.540, de 28/11/1968. Sob a ótica da prestação de serviços, a universidade foi assumida como uma instituição social comprometida com toda a sociedade.

Os primeiros passos de incentivo do poder público às ações de extensão foram concretizados através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394, de 20/12/1996. A partir desta Lei, a extensão foi concebida como uma das finalidades da universidade, estabelecendo possibilidades de apoio financeiro do poder público, inclusive pelo recebimento de bolsas de

estudo. Em seu artigo 43, inciso VII, a alusiva Lei afirma que uma das finalidades da educação superior é promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (Lei 9.394, 1996). Além disso, conforme afirma o artigo supracitado, inciso VIII, o ensino superior deve atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, incentivando o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. Diante desse quadro normativo, os anseios da academia foram gradualmente se consolidando com o incentivo governamental às ações de extensão, por vias normativas.

Dentre os muitos documentos balizadores que contribuíram para fomentar a Extensão no território nacional, é possível citar ainda: a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988; o Plano Nacional de Educação 2001-2010 - Lei nº 10.172, de 09/01/2001; o Decreto 6.495, de 30/06/2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária; a Lei nº 12.155 de 23/12/2009; o Decreto 7.416, de 30/12/10; o Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Sob o ponto de vista legal, foram muitos os avanços significativos no que tange a Extensão Universitária, principalmente com a promulgação da Constituição de 1988. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Esse preceito legal visa garantir que as instituições de ensino superior articulem essas três dimensões, de forma igualitária, em seu escopo de ação social.

Com a evolução da instituição universitária, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, instituído pela referida Constituição, ilustra a extensão como elemento associado em igualdade de condições, conforme Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES) (BRASIL, 1986, p. 3). Nesse sentido, a indissociabilidade dessas três áreas envolve as atividades acadêmicas em um só fundamento, onde a extensão constitui-se além da compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), com a prestação de serviços (assistência, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos-culturais).

A extensão evidencia a sua importância no cenário nacional, tanto em termos jurídicos e sociais, quanto de política de governo, caracterizando a atividade extensionista na direção de um perfil moderno de universidade, em superação a essa concepção tradicional. Nessa perspectiva, aparece como “função fim, interligada ao ensino e à pesquisa e voltada para a formação de carreiras

tecnológicas, em estreito contato com a sociedade, para servi-la em suas necessidades de progresso e desenvolvimento.” (TAVARES, 1997, p. 61).

A trajetória histórica da extensão expõe a carência das universidades em suas relações com a população, tão necessária à oxigenação da vida acadêmica. E a Constituição de 1988, ao instituir possibilidades de se receber apoio financeiro do poder público para atividades universitárias de pesquisa e extensão, possibilitou alternativas de interação com a comunidade. É importante ressaltar, nesse período, alguns aspectos importantes que simbolizam algumas conquistas no campo da extensão: sua inscrição como um direito social inalienável; a institucionalização da corresponsabilidade dos entes federados por sua efetivação; e a ampliação de percentuais mínimos de receitas para o seu financiamento.

Outra conquista normativa está presente no Plano Nacional de Educação 2001-2010, quando estabeleceu a responsabilidade das universidades, por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão, para a formação de profissionais da educação básica. Além disso, a obrigatoriedade de implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as instituições federais de ensino superior e os 10% (dez por cento) de créditos exigidos para a graduação no ensino superior para atuação de alunos extensionistas.

A partir de 2008, com a instituição do Programa de Extensão Universitária, a institucionalização da extensão como política pública, com recursos governamentais direcionados a área, fora devidamente efetivada. Em termos de financiamento, foram promulgadas ainda a Lei Nº 12.155, de 23/12/2009, que dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional - BESP/DNIT, instituindo a concessão de bolsas de extensão, e o Decreto 7.416, de 30/12/2010, que regulamenta essas bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Essa regulamentação configurou-se em um dos maiores êxitos à efetividade das ações de extensão, pois a participação discente e docente consagrou-se em uma alternativa tangível de interação social.

A publicação da Lei nº 13.005, de 25/06/2014, Plano Nacional de Educação (2014-2023), vem buscando assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. A criação dessa normativa para as ações extensionistas simboliza o reconhecimento da extensão como potencial de desenvolvimento e de superação das desigualdades sociais na medida em que estabelece a promoção de projetos e programas extensionistas no âmbito da graduação. Vale salientar que com esse novo Plano, a

pós-graduação continuou não sendo contemplada com essa prerrogativa. Outra potencialidade da referida Lei está no fomento à formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a reforçar a atuação regional e a visibilidade nacional e internacional das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Quadro 2, a seguir, apresenta a evolução do quadro legal acerca da temática extensionista, suas conquistas e mudanças ao longo de tempo.

Quadro 2 - Legislações Aplicáveis à Extensão Universitária no Brasil, em 2018

LEGISLAÇÃO	FUNDAMENTOS EXTENSIONISTAS
ESTATUTO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - Decreto Federal 19.851, de 11/04/1931	Art. 109. A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos philosophicos, artísticos, litterarios e scientificos, em benefício do aperfeiçoamento individual e collectivo. § 1º De accôrdo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extrauniversitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas. § 2º Caberá ao Conselho Universitário, em entendimento com os conselhos tecnico-administrativos dos diversos institutos, effectivar pelos meios convenientes a extensão universitária.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei 4.024, de 20/12/1961	“Art. 69 Nos estabelecimentos de ensino superior pode m ser ministrados os seguintes cursos: [...] c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.”
Decreto-Lei Nº 252, de 28/02/1967	Art. 10 “a Universidade, em sua missão educativa, deverá estender a comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes”.
Lei Básica da Reforma Universitária - Lei n. 5.540, de 28/11/1968	Instituiu a Extensão Universitária. “[...] as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (Artigo 20).
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05/10/1988	Estabelece a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Artigo 207); Estabelece que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (Artigo 213, § 2º).
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9.394, de 20/12/1996	Estabelece a promoção da extensão como uma das finalidades da educação superior (Artigo 43); Institui a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo (Artigos 52, 53 e 77).
Plano Nacional de Educação, para o decênio 2001-2010 - Lei nº 10.172, de 09/01/2001	Estabelece a responsabilidade das Universidades nas suas funções de Ensino, Pesquisa e Extensão, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica; Salienta ainda “Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.” (B, item 4.3, Meta 23).
Decreto 6.495, de 30/06/2008	Institui o Programa de Extensão Universitária (PROEXT).

LEGISLAÇÃO	FUNDAMENTOS EXTENSIONISTAS
Lei Nº 12.155, de 23/12/2009	Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional - BESP/DNIT, instituindo a concessão de bolsas de extensão.
Decreto 7.416, de 30/12/2010	Regulamenta os art. 10 e 12 da lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária.
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2023 - Lei nº 13.005, de 25/06/2014	<p>Anexo</p> <p>Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior [...]</p> <p>Estratégia 12.7) Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.</p> <p>Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior [...]</p> <p>Estratégia 13.7) Fomentar a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.</p>

Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2018), conforme dados obtidos via *World Wide Web* nos sítios institucionais.

A partir do recorte legal exposto no Quadro 1, observa-se que as abordagens e reflexões no campo da Extensão, de fato, têm evoluído. Sua expressão relevante está presente no arcabouço normativo conquistado ao longo dos últimos 30 (trinta) anos. No entanto, a presença da lei nem sempre surtiu o efeito desejado ao longo da história da extensão. Reconhecer nos diplomas legais os caminhos que a Extensão assumiu é desnudar a realidade que permeia a Universidade em suas relações com a sociedade e com o poder público. Os instrumentos legais da extensão são referenciais de fomento à promoção da cultura extensionista, onde todos que participam do processo de criação são agentes dialógicos de mudança.

Em suma, a constituição da trajetória normativa extensionista apresentada alcança fundamental importância na institucionalização e valorização da extensão universitária. O fazer e acontecer extensionista emerge do arcabouço jurídico conquistado ao longo dos anos, permeado de movimentos dialógicos e de transformação social. E é nesse cenário de institucionalização jurídica e inserção social que a Extensão está continuamente desafiada a atuar. Para melhor subsidiar a análise desse processo, uma síntese da diversidade de conceitos adotados ao longo do emergir da extensão.

2.3 EXTENSÃO: UMA TRAJETÓRIA DE MÚLTIPLOS CONCEITOS

A palavra Extensão vem do latim *extensione*, cujo sentido é “efeito de estender, ampliar-se, aumento”; também significa “importância, dimensão, tamanho” (CONTO, 2013). A visão, apresentada pelo XIII Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste (BRASIL; MEC, 1994, p. 1), percebe a extensão como “um nascedouro e desaguadouro da atividade acadêmica, da qual a pesquisa seria o desenvolvimento das respostas, e o ensino o envolvimento dos estudantes em todas as etapas desse processo [...]”.

Ao longo das últimas décadas, a extensão universitária assumiu formas diversificadas de função, demandando uma definição conceitual de sua natureza. A Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior do Ministério da Educação (BRASIL; MEC, 1985) expressa a conceituação de extensão universitária através da adoção das mais variadas formas de atividades, tais como: estágios curriculares, trabalhos de assessorias e consultorias, além de atendimento a setores sociais carentes. Salienta ainda que as atividades de extensão universitária busquem assegurar a “difusão dos conhecimentos obtidos; a continuidade dos serviços oferecidos à população; a contínua ação recíproca entre a extensão, por um lado e, por outro, o ensino e a pesquisa.” (BRASIL; MEC, 1985, p. 32).

O VIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (BRASIL; MEC, 1994, p. 3) apresentou a perspectiva da extensão voltada para a cidadania.

É a partir do conceito de cidadania que a extensão se externa como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais gerando, como consequência, deveres do indivíduo para com a sociedade e para com o Estado. Nesse encontro, a universidade é vista como sujeito social, devendo, portanto, inserir-se na sociedade “cumprindo seus objetivos de produtora e difusora de ciência, arte, tecnologia e cultura compreendidas como um campo estratégico vital para a construção da cidadania. (MELO NETO, 2013, p.163).

Em um cenário de profundas mudanças, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão apresentou seu conceito de Extensão sistematizado pelos seguintes parâmetros:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. [...] A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados – acadêmico e popular -, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. [...] Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1998, p.5).

A Extensão passou a ser vista como uma ação vinculada, uma estratégia democratizante, com o objetivo de interligar a Universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade, retroalimentando o processo de ensino-aprendizagem e intervindo na realidade concreta.

A trajetória histórica extensionista subsidiou a criação da Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012, p.1), que afirma que a extensão universitária é conceituada “como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade, ou seja, a atividade acadêmica indissociável do Ensino e da Pesquisa, que viabiliza a relação entre universidade e sociedade”. Essa discussão evidencia um conceito de extensionismo onde a troca entre saberes populares e o conhecimento sistematizado da Universidade encontra o seu lugar.

Segundo Maria das Graças Silva (2000), existem três grandes grupos que apresentam o processo histórico de construção dos parâmetros conceituais da Extensão:

- a) Concepção tradicional: a universidade é vista como um complemento do Estado, desempenhando um papel de mera executora de políticas educacionais. A extensão é entendida como uma função específica, autônoma e desarticulada do ensino e da pesquisa, numa perspectiva apolítica e assistencialista;
- b) Concepção processual: a extensão é vista como articuladora entre a universidade e as demandas da sociedade, com a função de promover o compromisso social da universidade, por meio de um espaço próprio em sua estrutura sob a forma de pró-reitoria, coordenação etc. Nessa dimensão, a articulação da extensão com o ensino e a pesquisa está consagrada em lei.
- c) Concepção crítica: a extensão está intrinsecamente ligada ao ensino e a pesquisa, passando a ser entendida como matéria de currículo. Exige que o ensino e a pesquisa estejam comprometidos com a realidade, onde o conhecimento produzido e transmitido esteja inserido e contextualizado de fato.

As diferentes vertentes da concepção extensionista demonstram o quadro evolutivo pelos quais a sociedade perpassa para a conquista processual de um conhecimento que agregue valor. A concepção tradicional - suplementar, a processual - dialógica, e a crítica - circunstanciada e fundamentada com a realidade que a cerca, demonstram que a extensão, alinhada a ações de pesquisa e ensino, alcançou um papel significativo para a produção de conhecimento ao longo do tempo. Várias foram e continuam sendo as concepções e práticas de extensão na direção do compromisso com a sociedade. Porém, as ações de extensão transcendem o viés tradicional e assistencialista.

Do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela Extensão; de função inerente à Universidade, a Extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, que organiza, assessorando os movimentos sociais que estão surgindo. [...] A institucionalização passava a ser perseguida, só que em sua dimensão processual, envolvendo toda a Universidade, e não mais por meio de programas concebidos fora do espaço acadêmico. (FORPROEX, 1998, p.3).

Em seus fundamentos extensionistas, a relação dialética entre a universidade e a sociedade resulta em um processo constante de transformação e construção social pelo viés da extensão. O significado que a extensão vem assumindo junto aos fins da academia, em um processo de interação dialógica, concebe um esforço reflexivo sobre o papel que a Universidade representa perante a sociedade.

A compreensão desse tipo de extensão evoluiu da concepção tradicional de disseminação de conhecimentos, para prestação de serviços e, por fim, difusão

cultural, apontando para uma concepção de Universidade em que a relação com a população passava a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica. (FORPROEX, 1998, p.3-4).

Nessa perspectiva, a produção de conhecimentos fundamentados pela troca de saberes sistematizados – acadêmico e popular, gera a democratização do conhecimento, com a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade local e regional.

O intervir na realidade representa a produção de conhecimentos em parceria com a sociedade, sem substituir funções de responsabilidade do Estado, numa proposta tangível de transformação social. Contempla, assim, um redirecionamento da política de atuação das instituições de ensino superior, com foco em interesses e necessidades de populações extramuros da academia, parcerias com órgãos externos, além de articulações de âmbito interno, visando a efetiva construção da espiral do conhecimento, pelo viés da extensão.

Ao longo de décadas, a multiplicidade de elementos que caracterizam a extensão universitária tornou-a uma prática diversificada, de conceituação complexa, longe de adquirir uma unicidade conceitual. Entretanto, desde a sua origem, na década de 1930, ela tem buscado constituir-se de forma integrada aos processos acadêmicos, como uma prática de legitimação da universidade frente às demandas da sociedade. (CABRAL, 2012, p. 18).

A extensão oferece possibilidades para se contribuir singularmente para o manejo do conhecimento por parte da sociedade, visando a um futuro mais equânime e sustentável. Vivenciar essa relação da universidade com a sociedade potencializa indagações frente às concepções e práticas de extensão universitária vigentes na atualidade. Na perspectiva da construção de um saber coletivo, diferenciado, a extensão realça os limites e potencialidades locais e regionais, e “[...] constrói alternativas de mudança no encontro de saberes, em um processo que é contraditório, tenso e dinâmico.” (CABRAL, 2012, p. 18). Através da extensão, concebe-se a oportunidade de dialogar sobre as especificidades da prática extensionista, dos significados das concepções e das realidades vivenciadas. Pode-se afirmar ainda que a extensão é parte de um processo orgânico e contínuo, que se estende desde a produção até a sistematização e a transmissão do conhecimento.

Os processos acadêmicos necessitam de ações extensionistas para se consolidarem. Aliando estudos teóricos e práticas vivenciadas por atores de distintas localidades, a troca dialógica entre a universidade e a sociedade potencializa o sistematizar de dados e o socializar de informações,

construindo conhecimentos, características e processos que por si só consolidam uma rede extensionista de ampla repercussão social. Vivenciar a relação da universidade com a sociedade permite a concepção de um saber coletivo diferenciado, que realçam potencialidades locais.

A importância das práticas extensionistas é de tal ordem, que muitos autores, entre eles Pedro Demo (2001, p. 141), questionam a própria palavra “extensão”, que tem um sentido fraco para expressar o caráter essencial do que ali se desenvolve. O conhecimento, decorrente de diálogos colaborativos, de segmentos e capilaridades espaciais diversificados, amplia o potencial extensionista para a formação crítica de agentes sociais de mudança.

A extensão quer responder ao desafio da qualidade política na formação universitária. Entretanto, se a qualidade política for compreendida como razão de ser da formação universitária, não pode ser “Extensão”, mas referência essencial. Não poderia ser apenas eventual, acessória, voluntária. Portanto, esta crítica não relega a ideia. Ao contrário, busca colocá-la em seu devido lugar: no centro do sistema universitário. (DEMO, 2001, p. 152).

O avanço na concepção de extensão perpassa por diversas vertentes, a saber: conscientizar a sociedade de seus direitos; atender demandas de todas as classes sociais; integrar parcerias tanto em dimensões locais quanto regionais; incorporar o ensino e a pesquisa às suas ações; promover a interdisciplinaridade; integrar o corpo discente, docente e técnico administrativo nas ações da academia, entre outras. A proposta de extensão que se delineia está em uma Universidade aberta à sociedade, tendo como prerrogativas a troca de saberes emancipatórios, com vistas ao desenvolvimento.

Para fins dessa pesquisa, o conceito de extensão adotado transcende as categorias do ensino e da pesquisa: a pesquisa quando difundida socialmente, converte-se em extensão; o ensino quando realizado na vivência do dia a dia, transforma-se em extensão. Em suma, a extensão é o ensino e a pesquisa integrados, que produz conhecimentos engajados no contexto regional, formando agentes críticos e com potencial empreendedor, de atuação em rede, numa perspectiva inovadora e sustentável. A seguir, uma breve discussão sobre extensão e aprendizagem.

2.4 APRENDIZAGEM E EXTENSÃO: TROCANDO EXPERIÊNCIAS, COLHENDO SABERES

A Universidade, através das ações de extensão, interage com a comunidade, aprendendo e produzindo conhecimentos, colhendo saberes dessas comunidades. Essa troca de conhecimentos perpetua na universidade o aprendizado com a própria comunidade, sobre os seus valores e a sua cultura. A extensão configura-se assim em um potencial de aprendizagem social dentro da

instituição universitária. O desenvolvimento e a formação de agentes extensionistas permite um processo de aprendizagem que tem a finalidade de formar indivíduos críticos para a vida em sociedade.

Ao longo da história, existiram diversos modelos específicos, embora complementares, de aprendizagem. Na antiguidade, ocorreram os modelos vinculados ao trabalho, instruindo os trabalhadores para um ofício. Na Idade Média, a aprendizagem constituía-se pelo agrupamento das disciplinas, separadas em duas vias: a matemática e a linguística. No contexto moderno, o projeto de aprendizagem esteve vinculado ao progresso, com base na revolução industrial, tendo como elemento potencializador a tecnologia. Na perspectiva contemporânea, a máquina, ou o hardware, firmou o seu espaço. Porém, aos poucos, com a valorização das redes, ou o *software*, a mecânica foi substituída pela energia, a rigidez pela fluidez e o ensino pela aprendizagem. (SÍVERES, 2012, p. 16).

As possibilidades de aprendizagem podem ser firmadas por meio da extensão universitária. Todo o processo de aprendizagem envolve, necessariamente, sujeitos aprendizes. A arte de aprender perpassa pela arte de perguntar, de descobrir, de conhecer, de compreender e transformar as informações em conhecimento. Refletir a educação é estudar os sujeitos que influenciaram fortemente os processos de aprendizagem educacionais contemporâneos.

Nesse contexto, o que significa, então, o aprendido? Segundo Vigotsky (1998, p. 108 *apud* SIVERES, 2012, p. 20), “o aprendido é mais do que a aquisição de capacidade para pensar; é aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas”. Diante desse conceito, ampliam-se as possibilidades de pensar e de aprender, para um modelo de aprendizagem com uma conotação mais coletiva ou social.

Na sequência, inserindo-se a proposta construtivista de Piaget, considera-se muito mais a disposição para estar construindo o objeto do que o objeto a ser construído, porque a atitude de construir denota movimento, organização, projeção constante. Existe a interação constante entre o sujeito e o objeto. Tal procedimento está embasado na disposição para estar construindo, por meio da prática. Segundo Piaget (1994), é necessário um processo de ensino-aprendizagem baseado na experimentação. Nessa perspectiva, transforma o sujeito aprendente em um sujeito com autoria ou autonomia, que parte da experimentação para depois chegar numa conceituação.

Com base na compreensão de autoria do sujeito, há o avanço para a tomada de consciência de que o homem é um ser inacabado e, portanto, sempre em processo de ser mais e melhor. Através da articulação entre teoria-prática, reflexão-ação, Freire (1997) sugere o encaminhamento de um percurso transformador, que exige um engajamento social e político. Aprender torna-se um ato, singularmente, político (SIVERES, 2012, p. 22).

Diante desse cenário, o processo de aprendizagem contempla a relação social, de Vigotsky (1998 *apud* SIVERES, 2012), que se caracteriza pela articulação entre a emoção e a razão; pela visão de Piaget, através da construção da interação entre sujeito e objeto; e pela conscientização e transformação social de Freire, que se fortalece por meio da reflexão e ação.

Segundo Síveres (2012, p. 23), “a aprendizagem acontece, portanto, nesse tensionamento entre a experiência pessoal, isto é, entre o subjetivo e o desenvolvimento social, considerado o aspecto operacional da aprendizagem”. A subjetividade está vinculada a aprendizagem, fato este que transforma o conhecimento em sabedoria. Criar um ambiente favorável para vivenciar a própria singularidade, potencializa o sujeito a exercer uma postura crítica e reflexiva em relação à aprendizagem.

De acordo ao Relatório Delors (*apud* SIVERES, 2012, p. 26), elaborado em 1998, os pilares da educação representam:

Aprender a conhecer, que trata do domínio e da metodologia do conhecimento; aprender a fazer, por meio das competências técnicas e profissionais; aprender a viver juntos, por meio do reconhecimento do outro e através de projetos comuns; e aprender a ser, quando busca reforçar a ideia de autonomia intelectual e de discernimento circunstancial.

São inúmeras as possibilidades de um projeto de aprendizagem que contemplem as demandas contemporâneas da extensão universitária. São novos processos, vertentes e caminhos que trilham para a formação de sujeitos que entendem os significados da passagem da informação para a compreensão, da individualidade para a convivialidade e da transformação educacional para o desenvolvimento social.

Refletir sobre o processo de aprendizagem discente aproxima as atividades de extensão à pesquisa e ao ensino de graduação, de forma teórica e propositiva. O conhecimento do estudante fundamentado a partir das práticas de extensão universitária evidencia um processo de ensino-aprendizagem consubstanciado pela troca mútua de conhecimentos entre agentes da academia e da sociedade. As práticas de aprendizagem coletiva realizadas por agentes da área extensionista, e seu papel dentro do contexto social, revelam conhecimentos que direcionam a um novo olhar sobre o papel da academia.

O ensino carece da extensão para levar seus conhecimentos à comunidade e complementá-los com aplicações práticas. A pesquisa fundamenta a extensão para diagnosticar e oferecer soluções para problemas diversos com os quais irá deparar-se. E o tripé que sustenta a universidade

- a pesquisa, o ensino e a extensão - proporciona a difusão e aplicação de conhecimentos, traçando novos rumos para a educação do futuro.

A extensão universitária está fundamentada em um processo ensino-aprendizagem, seja no ensino de graduação e/ou pós-graduação, e na pesquisa, que supera regras internas, disciplinares e organizativas da academia. É uma vertente que proporciona o movimento dos estudantes para fora do *campus*, interagindo com a comunidade externa. As singularidades de outros sujeitos, presentes na comunidade, cristalizam confrontos sociais, podendo apresentar diferentes versões do conhecimento. E é a partir dessa nova realidade, fruto da interação entre a universidade e a comunidade na qual está inserida, que ocorre o desenvolvimento do aprender e do fazer extensão.

A extensão possibilita uma troca de saberes entre a universidade e o meio comunitário, influenciando reciprocamente a todos os envolvidos. Por ser considerada um ensino vivo, dinâmico e mutável, o aprendizado emerge da incerteza do saber-fazendo. Nas palavras de Loyola e Oliveira (2005, p. 432) “a universidade, fundamentalmente ensina a contemplar e a extensão ensina a ensinar na vida, em um movimento que se reapresenta a toda vez como novidade”. A extensão explora a capacidade do estudante em se surpreender com a vida e de pesquisar esta surpresa.

Loyola e Oliveira (2005, p. 432) defendem que “Extensão é ensinar o que habitualmente não se ensina; é pesquisar o que não é sabido; é assistir ao que não se demanda. E com estes dados produzir aprendizado”. O verdadeiro aprendiz é o que é capaz de recriar ou de refazer o que foi ensinado, em um processo de aperfeiçoamento contínuo de sua própria formação. E a extensão, nesse contexto, dá vida a esse aprendizado, criando e recriando a compreensão da realidade.

A extensão é o ensino permeado de experiências no ambiente da academia, que permite ao sujeito construir o seu aprendizado por meio de vivências com a comunidade. O método de aprendizado, sob o viés extensionista, promove o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo que se refletem na formação singular do agente extensionista. Percorrer os caminhos que levam do conhecimento ao saber é um diferencial significativo na concepção da extensão universitária. A universidade se faz de distintos atores que compõem a sua história, porém é por meio da extensão que os verdadeiros protagonistas potencializam sua atuação na sociedade.

Refletir sobre a aplicabilidade da extensão universitária, e sua relação de ensino-aprendizagem, é transformar essa ideia em uma ação possível para o desenvolvimento de regiões. Conscientizar a academia para compreender a extensão como um processo educativo, no qual à medida que se interage com a comunidade, se ensina e se aprende. Por meio da extensão, a universidade

socializa e democratiza o conhecimento, levando e trazendo da comunidade externa, o conhecimento comum, compartilhado e dialógico.

As atividades de extensão bem planejadas, bem estruturadas e bem executadas permitem à universidade socializar e democratizar os conhecimentos dos diversos cursos e áreas. Também permite preparar seus profissionais, não somente com a estratégia do ensino-transmissão, mas complementando a formação com uma estratégia do ensino-aplicação. (LOYOLA; OLIVEIRA, 2005, p. 433).

A experiência tem demonstrado que o verdadeiro aprendizado acontece na vivência diária, entre a teoria e a prática. Vivenciar as atividades de extensão é um diferencial significativo para a formação de profissionais, produzindo conhecimentos que promovem a resolutividade de demandas sociais ativas. Para tanto, a extensão universitária:

[...] propicia o desenvolvimento de práticas educacionais alicerçadas no diálogo entre professores e alunos, auxiliando-os no processo de formação dos docentes (renovação do conhecimento), dos estudantes (amadurecimento enquanto cidadãos) e na reflexão (promovendo a consciência crítica). Nesse sentido, esse tipo de experiência ajuda a proporcionar enormes benefícios construtivos, capazes de encontrar alternativas para os problemas comuns nas comunidades. (FRAGA, 2017, p. 22).

A extensão permite assim que os estudantes entendam e fundamentem os conceitos e teorias aprendidos nas atividades de ensino e pesquisa, efetivando-o através da aplicação desse aprendizado. Além disso, potencializa conhecimentos acerca do aprender a viver, destacado e discutido na 46ª Conferência Internacional da Educação promovida pela UNESCO, em 2001. De acordo com essa conferência, o “Aprender a viver” deve ser uma das preocupações cada vez mais presentes na sociedade atual.

Aprender a viver implica, logicamente, a viver mais humanamente na sociedade do século XXI, com todos os seus desafios. O aprender a viver juntos tem por finalidade alcançar diversos objetivos: a aquisição de conhecimentos, valores e atitudes necessários para o exercício de uma cidadania ativa; a preparação para a vida profissional; a tomada de consciência das interdependências globais e o gerenciamento positivo da diversidade; a promoção dos valores éticos e da solidariedade. (UNESCO, 2001, p. 47).

Nesse sentido, a vivência extensionista potencializa o viver juntos, emergindo como um diferencial de aprendizagem para a academia e seu entorno. A troca de conhecimentos com a comunidade pelo viés da extensão potencializa o processo de aprendizagem e a visão crítica do social, colhendo saberes que podem promover a emancipação e o amadurecimento de seus agentes, em uma ação social e cidadã, que se fortalece cada vez mais unida aos caminhos da pesquisa, conforme apresentado a seguir.

2.5 PESQUISA E EXTENSÃO: ELOS DE FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

A educação superior no Brasil tem evoluído, paulatinamente, transformando o modelo de transmissão de conhecimentos em um modelo de produção e transmissão do saber científico. E o potencial que a educação possui em formar as pessoas e fomentar o meio onde vivem pode ser instrumentalizado pelo viés da extensão. A extensão “extrapola o conhecimento adquirido e sua aplicação imediata, e estimula a atitude investigativa e questionadora.” (NASCIMENTO, 2013, p. 42).

A produção de conhecimento no mundo acadêmico, por meio da extensão, demanda um olhar diferenciado aos sujeitos e aos seus laços de interações sociais. A universidade, sob o viés da extensão, tem a singular oportunidade de viabilizar a troca de saberes com a comunidade em sua realidade concreta, abrindo novas possibilidades para o caminho do conhecimento. Essa aprendizagem interativa pressupõe um significado contextual que viabiliza diálogos construtivos, favorece a análise crítica e produz conhecimentos para a vida, potencializando alternativas para a transformação social. A extensão universitária está articulada com o sistema da ecologia de saberes, conceituada por Boaventura Souza Santos (2005), que afirma que a ecologia de saberes é uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade; consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, que circulam na sociedade.

Em consonância às ideias de Santos (2005), a instauração do diálogo pelo viés da extensão emerge como uma possibilidade à produção do conhecimento colaborativo, configurando-se em um dos pressupostos para metodologias que incentivam a participação da sociedade nesse processo. A relevância do fazer extensão está na promoção da ecologia de saberes.

A ecologia de saberes são conjuntos de práticas que promovem uma nova convivência activa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo. Implica uma vasta gama de ações de valorização, tanto do conhecimento científico, como de outros conhecimentos práticos, considerados úteis, cuja partilha por pesquisadores, estudantes e grupos de cidadãos, serve de base à criação de comunidades epistêmicas mais amplas que convertem a universidade num espaço público de interconhecimento onde os cidadãos e os grupos sociais podem intervir sem ser exclusivamente na posição de aprendizes. (SANTOS, 2012, p.77).

Essa interação social, que potencializa a intervenção na realidade concreta, possibilita “a criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, onde a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos

conhecimentos.” (BRASIL; MEC, 1999, p. 5). E assim conduzir a problematização do conhecimento, com finalidades definidas, realizando atividades úteis para a sociedade, por meio da ação coletiva.

Extensão é, assim, um trabalho social útil sobre a realidade, realizando-se como processo dialético de teoria e da prática dos envolvidos nesse trabalho, externando um produto que é o conhecimento novo, cuja produção e aplicabilidade possibilitam o exercício do pensamento crítico e do agir coletivo. (MELO NETO, 2013, p. 1).

A extensão é um trabalho social que se constitui a partir da realidade objetiva, produzindo novos conhecimentos a partir da análise crítica, colaborativa e proativa. A universidade sem integração não cumpriria seu papel principal, que é servir à sociedade (MELO; SILVA, 2016, p. 2). As ações desenvolvidas por meio de metodologias participativas revelam as tensões e interações dos envolvidos na ação, possibilitando transformar ou reformular verdades outrora estabelecidas.

Portanto, a produção do conhecimento novo, a partir da realidade objetiva, faz-se no sentido de que a realidade social é determinada e não dada como obra natural. Há relações específicas que a determinam, respondendo a uma certa causalidade. Nesse sentido, a realidade social é determinada e sua explicação só é possível quando for possível apreender sua determinação. Trata-se, portanto, de um exercício rigoroso, que parte de abstrações na busca das determinações dessa realidade concreta. O concreto real é uma abstração. Parte de abstrações na busca das definições da realidade concreta, tendo-se todavia a realidade concreta como anterioridade nesse processo de busca de conhecimento novo. O concreto é, em suma, expressão de uma síntese em que, pelo exercício do pensamento e da abstração, tenta-se o seu desvelamento. Esse movimento expressa um triplo caminho que vai da realidade (concreta) através da abstração; dessas abstrações, mantendo o concreto, caminha-se para a chegada de um novo concreto, aquele tomado como ponto de partida, agora, acrescido das abstrações: o conhecimento novo. (MELO NETO, 2013, p. 6).

Os avanços do movimento extensionista evidenciam que o conhecimento produzido é fruto da região de intervenção, onde pressupõe-se haver o respeito à cultura local, à identidade dos partícipes e a abertura ao diálogo. O pensar e o fazer extensão representam compreender o outro como sujeito histórico, respeitando seus valores e sua cultura. Por meio da Extensão, o conhecimento é produzido, o mundo problematizado e as relações de transformação concretizadas, potencializando nas pessoas uma releitura da realidade modificada.

O que se pretende com o diálogo (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento “experencial”), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la. (FREIRE, 2013, p. 65).

O desafio do processo dialógico é fundamental à constituição do saber, ao processo de conscientização do homem. Um saber diferenciado, que reflete o mundo e os homens, e onde a relação dialógica é fundamental ao ato de conhecimento. Conforme Freire (2013, p. 57) afirma, “Ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo. O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais”.

As trocas dialógicas extensionistas, consolidadas através da pesquisa, potencializam a sistematização de dados e a socialização de informações que revelam novos conhecimentos, características e processos, constituindo uma ampla rede de repercussão social. A produção e socialização de conhecimentos, pelo viés dialógico e colaborativo das atividades extensionistas, evidenciam que a vivência social é um dos critérios de formação para o conhecimento produzido. E a sucessão de novos saberes, na humanidade, é uma constante. Como afirma Paulo Freire (2013, p. 58), “O homem como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura faz e refaz constantemente o seu saber. [...] Há, portanto, uma sucessão constante do saber, de tal forma que todo novo saber, ao instalar-se aponta para o que virá substituí-lo”.

Com os avanços da educação superior, a extensão tem se desenvolvido e se enraizado em todo o território nacional e constituído instâncias representativas. O papel político da criação dos Fóruns de Extensão (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), em 1987; do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT), em 1999; e do Fórum de Extensão das Instituições de Ensino Superior Particulares (FOREXP), em 2003) representou o fortalecimento da extensão nas instituições de ensino superior públicas, privadas e comunitárias, consagrando sua credibilidade perante o governo, a comunidade universitária e a sociedade.

Diante desse cenário político e de fortalecimento de instâncias representativas da extensão, as pesquisas apresentadas nos Congressos de Extensão, a partir de 2002, evidenciaram diversas conquistas. Em grande parte, motivadas por metodologias dialógicas e participativas, essas investigações convalidaram o valor que se articula para além das fronteiras da academia, atingindo as mais diversas áreas, a saber: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho.

O número expressivo de pesquisas publicadas nos Anais dos Congressos Brasileiros de Extensão Universitária, conforme apresentado na Tabela 1, salienta a relevante contribuição social da extensão, principalmente nas áreas da educação e da saúde.

Tabela 1 - Número de pesquisas publicadas, por área temática de Extensão, nos Anais de Congressos de Extensão Universitária - 2017

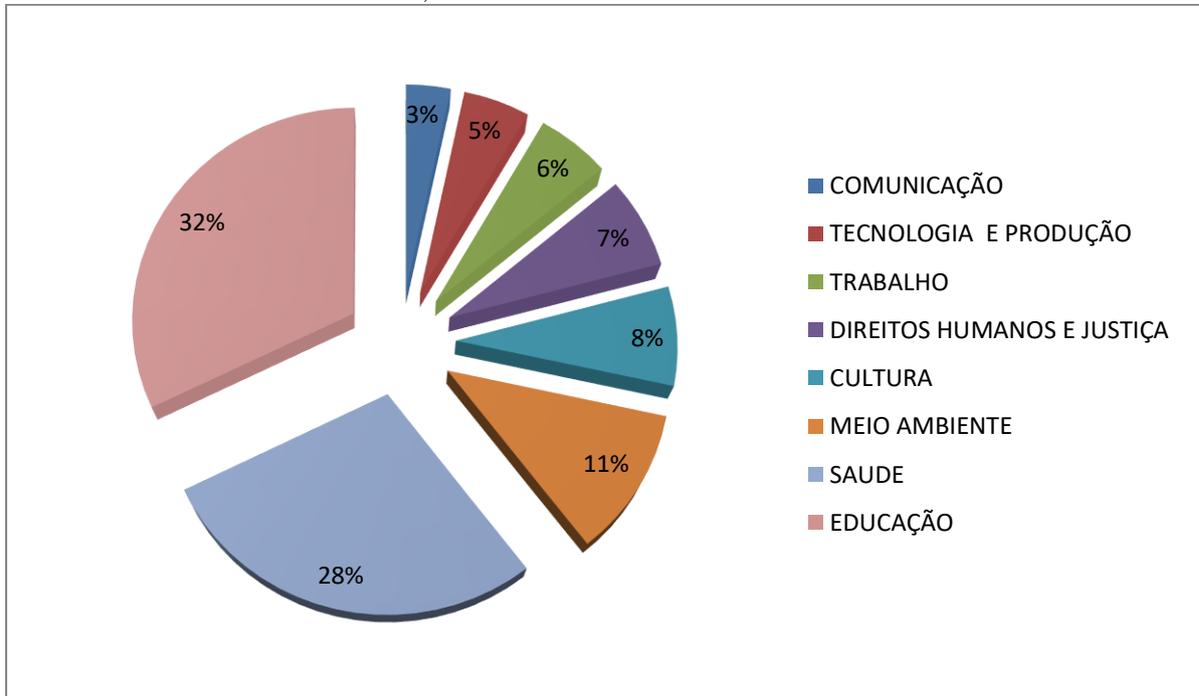
EVENTO/ LOCAL/ ANO /TEMA	COMUNICAÇÃO	CUL-TURA	DIREITOS HUMA-NOS E JUSTIÇA	EDUCAÇÃO	MEIO AM-BIENTE	SAUDE	TECNOLO-GIA E PRO-DUÇÃO	TRABA-LHO	TOTAL DE ARTIGOS
I CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - UFPB - João Pessoa (PB), em 2002 / Tema: UNIVERSIDADE: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL	16	68	61	257	115	345	50	82	1.053*
II CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - UFMG -Belo Horizonte (MG), em 2004 / Tema: (RE) CONHECER DIFERENÇAS, CONSTRUIR RESULTADOS	14	28	68	81	57	200	12	32	549*
III CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - UFSC - Florianópolis (SC), em 2006 / Tema: SUSTENTABILIDADE: CRIANDO TECNOLOGIAS, INOVANDO RESULTADOS	13	12	20	89	22	81	13	13	297*
IV CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - UFGD -Dourados (MS), em 2009 / Tema: TECNOLOGIAS SOCIAIS E INCLUSÃO: CAMINHOS PARA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	27	35	59	216	61	103	54	32	639*
V CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - UFRS -Porto Alegre (RS), em 2011 / Tema: AS FRONTEIRAS DA EXTENSÃO	67	89	73	358	114	347	25	52	1.125*
VI CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - UFPA - Belém (PA), em 2014 / Tema: Diálogos da Extensão: saberes tradicionais e inovação científica	33	118	86	647	163	250	83	72	1452
VII CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - UFOP - Ouro Preto (mg), em 2016 / Tema: Inovações e Emancipação: valores humanos, tecnológicos e ambientais	60	167	110	566	235	615	107	101	1961
TOTAL	230	517	477	2214	767	1941	344	384	7076

Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados dos anais dos Congressos Brasileiros de Extensão Universitária (2018).

Nota: *Com adaptações, para contemplar as áreas de extensão atualmente estudadas.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta o percentual de pesquisas extensionistas, por área temática, conforme as publicações apresentadas nos congressos nacionais de extensão realizados no Brasil.

Gráfico 1 - Percentual de publicações, por área temática, nos Anais dos sete Congressos Brasileiros de Extensão Universitária, 2002 - 2016



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados dos anais de Congressos Extensionistas.

Os estudos apresentados em congressos extensionistas potencializam a atuação local e regional, sistematizando o poder de reflexão e de trocas de saberes com a sociedade. A capacidade de assumir o papel de quem procura conhecer e apresentar a realidade, de ser o sujeito desta procura, evidencia, através da pesquisa, uma maior visibilidade nacional às atividades de extensão.

As relações existentes entre o ensino, a pesquisa e a extensão emergem como uma possibilidade concreta de formação e informação para a sociedade. Sobre esse aspecto, Moita e Andrade (2009, p. 269) argumentam:

[...] a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade.

Dentro da compreensão dos elos existentes entre a formação de agentes sociais, a informação decorrente da academia e sua influência para o desenvolvimento de comunidades, Paulo Freire (1997, p. 107) afirma:

As relações entre Ciência, pesquisa e extensão universitária dependem diretamente de aspectos importantes do trabalho científico: a gênese desse trabalho e a destinação de seus resultados. O ponto de partida do processo conhecer (a gênese dos problemas ou perguntas que desencadeiam esse processo) e o acesso que a sociedade tem aos resultados desse tipo de trabalho podem determinar em maior ou menor grau as relações entre Ciência e sociedade e, na medida em que a Universidade é a principal instituição responsável pela produção de conhecimento científico, podem também determinar as relações desta com a comunidade onde está localizada.

A interlocução entre a extensão e a pesquisa constitui-se assim em uma ferramenta potencial para o combate às desigualdades sociais, promovendo o fomento ao diálogo colaborativo e à socialização do conhecimento científico. A oportunidade de dialogar sobre as especificidades da prática extensionista, dos significados das concepções e das realidades vivenciadas, na perspectiva da troca de saberes e do referencial da pesquisa, dimensionam a natureza e a amplitude das aprendizagens geradas no campo da extensão.

As pessoas envolvidas em ações extensionistas consolidam a dimensão significativa do sistema de produção e difusão de conhecimentos, consagrando a pesquisa extensionista em um elo significativo de formação e informação de agentes sociais, que buscam continuamente mais diálogo e mais complexidade para a solução de demandas regionais, conforme exposto na próxima seção.

2.6 A EXTENSAO NA ATUALIDADE: EM BUSCA DE MAIS DIÁLOGO E MAIS COMPLEXIDADE

A extensão territorial do Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) é de 8.515.759,090 km². Para um país de dimensões continentais, contempla uma população de aproximadamente 209.131.145 habitantes. Esse quadro evidencia a abrangência de cobertura para as ações de educação, tanto em termos espaciais quanto demográficos. Conforme os dados do Censo da Educação Superior, 2016 (INEP, 2018), o Brasil possui 2407 instituições de educação superior, sendo que 296 são da rede pública de ensino e 2111 da rede privada. Vale salientar que 864 instituições estão situadas nas diversas capitais do país e 1543 estão distribuídas em municípios do interior. Conforme os dados da Tabela 2, observa-se que a

região sudeste concentra a maior parte de instituições de educação superior no Brasil. Em comparação à população, as regiões sul e sudeste dispararam os ganhos em termos educacionais.

Tabela 2 - Número de Instituições de Educação Superior, por Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação - 2016

Unidade da Federação	População Residente/Censo 2010	Instituições de Educação Superior		
		Total	Capital	Interior
Brasil	190.755.799	2.407	864	1.543
Norte	15.864.454	156	96	60
Nordeste	53.081.950	480	237	243
Sudeste	80.364.410	1.126	304	822
Sul	27.386.891	405	112	293
Centro-Oeste	14.058.094	240	115	125

Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados do Censo da Educação Superior – 2016, do INEP (2018).

Nesse sentido, a extensão universitária pode ser uma alternativa para se atenuar o descompasso educacional e geográfico existente no Brasil, com ações em capilaridades espaciais diversificadas e que atingem públicos distintos, buscando formar agentes extensionistas em prol da superação de desigualdades sociais.

As universidades vivenciam múltiplos desafios para a produção de conhecimento que produzem reflexos nas ações do Estado e da sociedade. Segundo Buarque (1999, p.255), a crise da Universidade está “em muitos casos, na perda da capacidade para definir corretamente os problemas aos quais a formação e as pesquisas devem servir”.

O relacionamento dinâmico da Universidade com o Estado e a sociedade conduz a questionamentos sobre o “para que, para quem e como deve ser” realizada a produção, troca e difusão de conhecimentos na academia.

A universidade precisa se repensar, colocar a público seu projeto para se fazer entender. Ela é uma instituição da sociedade e a ela tem que se referenciar. Os governos necessitam rever sua postura mediante a universidade, sucateada na sua estrutura e nos seus valores. Ela não pode continuar a viver a mercê dos períodos de maior ou menor sensibilidade das esferas governamentais para com suas questões. E é no sentido de busca de saídas para a crise do conhecimento contemporâneo que procuramos estudar a extensão universitária e sua forma de produção de conhecimento. (CASTRO; SOUZA; LIMA, 2015, p. 1).

Diante desse cenário, a concepção de um modo de produção de conhecimento, que se baseia nos parâmetros da solidariedade, nas relações com o outro e na vivência colaborativa, consagra o movimento de reconstrução do lugar da extensão na academia.

Dentre as três funções da universidade, ensino, pesquisa e extensão, a última é a mais nova e a que carece de maiores investigações. A maioria dos trabalhos realizados enfoca o processo de construção histórica da extensão e sua inserção dentro da Universidade como uma terceira função. Porém, poucos são aqueles que investigam a prática dos projetos, seu dia a dia, sua influência no processo de formação dos discentes e sua contribuição para a consolidação de um campo de conhecimento específico e das consequências dessas práticas acadêmicas. (CASTRO; SOUZA; LIMA, 2015, p. 2).

As práticas extensionistas influenciam diretamente para o processo de formação dos discentes, ao desvendar conhecimentos que à luz da universidade estão ocultos. A relevância de estudos relativos à extensão universitária reflete-se em todas as dimensões do ser, fazer e acontecer social da academia. A tensão dinâmica entre regulação social e emancipação social emerge nesse cenário. Ao desenhar os primeiros traços de horizontes emancipatórios, emergem também perspectivas de transformar formas de poder em formas de autoridade compartilhadas (SANTOS, 2005, p. 19).

A ciência moderna tem sido pouco cuidadosa na análise das consequências dos atos produzidos por ela. É essa ausência que permite a exploração cientificamente fundada da natureza até a destruição da terra e do homem pela opressão. O Conhecimento produzido não é, em nenhum momento, neutro e deve ser pensado em concomitância com suas consequências para que os caminhos possam ser reformulados. (CASTRO; SOUZA; LIMA, 2015, p. 2).

Nesse sentido, conhecer os frutos decorrentes de experiências extensionistas visa explicitar o papel da extensão na formação dos alunos, que se quer emancipador, revelando as características agregadoras e emancipadoras de suas vivências.

Boaventura Santos (2000) considera como emancipador aquele conhecimento que pensa as consequências de seus atos, que a relação sujeito-objeto é substituída pela reciprocidade entre os sujeitos e onde a solidariedade e a participação estão presentes. Segundo Santos, a crise da ciência moderna está no desequilíbrio entre dois tipos de conhecimento: regulação social e emancipação social. A desordem está amparada por sociedades que são autoritárias e libertárias. O conhecimento deve abrir as portas para outros saberes, tratando o objeto como uma possibilidade de troca e de ampliação. O conhecimento emancipação, ao tornar-se senso comum, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que tal como o conhecimento deve traduzir-se em autoconhecimento, o desenvolvimento deve traduzir-se em sabedoria de vida (CASTRO; SOUZA; LIMA, 2015, 2015, p. 2).

A experiência é fonte de transformação e deve ser vista como fenômeno sentido e refletido, e não apenas testemunha de um acontecimento. O que é feito ou dito a partir de um processo

pessoal e coletivo de descobrimento do mundo produz um conhecimento ímpar, como é o caso da extensão.

[...] O que se verifica na extensão é um fazer que sempre pressupõe a presença de um outro que não é somente o aluno ou professor, mas um ouvinte. Esta ampliação de cenário permite uma ampliação da experiência onde narrador e ouvinte se misturam e se revezam nos papéis e, quando a experiência é construída numa relação emancipatória, outros narradores e outros ouvintes nascerão a partir daí. O conhecimento assim produzido é um conhecimento que circula, que tem possibilidade de ser testado e de ter agregado a ele novos valores. A difusão do conhecimento por este modo não é uma mera repetição, mas é exatamente para, inspirado na narrativa, caminhar de outro modo. (CASTRO; SOUZA; LIMA, 2015, p. 4).

Ou seja, o conhecimento decorrente da experiência extensionista é ampliado a partir das diferentes vozes que no coletivo circulam, agregando novos valores e difundindo conhecimentos que vão além do saber comum.

Para ser emancipatório, além de deixar de ser objeto, é preciso que o processo de ensino-aprendizagem, e aí considero a extensão como um processo de ensinar e aprender, permita que os sujeitos caminhem com as próprias pernas, questionem por que conhecem ou desconhecem, saibam agir e intervir, sejam capazes de crítica e de projetos próprios, onde o professor é um orientador do processo de questionamento dos sujeitos envolvidos. (DEMO, 2000 *apud* CASTRO; SOUZA; LIMA, 2015, p. 4).

O conhecimento emancipador une a técnica à ideologia, visando à produção de um novo conhecimento, mais humano, mais crítico, mais cidadão e centrado nas questões cruciais do mundo à sua volta.

Em sua trajetória histórica, a extensão foi vista como uma forma de aproximar a universidade da população, apresentando um caráter assistencialista e de políticas de governo, carente de qualquer significado emancipatório. Muitas das atividades de extensão universitária funcionam como políticas sociais compensatórias, mas existem avanços nesse debate acadêmico principalmente no que tange a sua verdadeira função e quais deverão ser as suas características.

A extensão possui algumas características que se bem exploradas podem vir a contribuir para uma mudança no processo de ensinar e aprender: possuem um arsenal metodológico diferenciado; é feita de encontros entre alunos, professores e comunidades; tem a possibilidade de, neste encontro, incorporar outros saberes, de criar um novo senso comum e de ampliar a capacidade de reflexão sobre as práticas, porque nelas se constituem, ou seja, são constituídas pelas experiências. (CASTRO; SOUZA; LIMA, 2015, 2015, p. 5).

O conhecimento produzido na Universidade articula conteúdos de caráter técnico e humanístico que, pelo viés da extensão, afeta experiências e modos de vida das pessoas em sociedade. Da

mesma forma, o “conhecimento popular” exerce influência significativa para o desenvolvimento do “conhecimento científico”, em uma troca de benefícios mútuos, complexos e que agregam a singularidade do pensar de cada um.

Existe um modo de pensar ou um método capaz de responder ao desafio dessa complexidade? Edgar Morin (2011) defende que a complexidade não conduz à eliminação da simplicidade. A complexidade integra em si tudo o que põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento.

Enquanto o pensamento simplificador desintegra a complexidade do real, o pensamento complexo integra o mais possível os modos simplificadores de pensar, mas recusa as consequências mutiladoras, redutoras, unidimensionais e finalmente ofuscantes de uma simplificação que se considera reflexo do que há de real na realidade. (MORIN, 2011, p. 6).

Nesse sentido, o pensamento complexo aspira ao conhecimento multidimensional, onde o conhecimento completo é impossível. Esse modo de pensar “é animado por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado, não compartimentado, não redutor, e o reconhecimento do inacabado e da incompletude de qualquer conhecimento.” (MORIN, 2011, p. 7).

Nas palavras de Edgar Morin (2011), é preciso tomar consciência da natureza e das consequências dos paradigmas que mutilam o conhecimento e desfiguram o real. A complexidade é absolutamente necessária e está pautada no paradoxo do uno e do múltiplo: são acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos que constituem um mundo surpreendente. Não se pode isolar um objeto de estudo de seu contexto, de seus antecedentes históricos, de seu porvir. Ultrapassar os limites do saber fragmentado reduzem as possibilidades da incerteza e da ambiguidade. Se a complexidade não é a chave do mundo, mas o desafio a enfrentar, por sua vez o pensamento complexo não é o que evita ou suprime o desafio, mas o que ajuda a revelá-lo, e às vezes mesmo a superá-lo (MORIN, 2011).

O conhecimento necessita ordenar os fenômenos rebatendo a desordem, afastando o incerto e selecionando os elementos da ordem e da certeza, hierarquizando, distinguindo, clarificando. Somente o pensamento complexo permite constituir o espiral do conhecimento humano. Nessa perspectiva, a extensão encontra o seu lugar. A participação coletiva, o diálogo colaborativo e o comprometimento das pessoas na realização de atividades de extensão possibilitam vivências

concretas de aprendizagem, que garantem o retorno para a academia das necessidades da comunidade, bem como de novos conhecimentos formando, nesse processo, uma espiral do conhecimento (FERNANDES, 2009).

Nesse contexto, cabe discutir qual seria o papel social da academia. O grande desafio da política científica é criar um ambiente acadêmico marcado pela capacidade sistemática de reconstruir conhecimento (DEMO, 2001). O conhecimento, decorrente de diálogos colaborativos, fruto de segmentos e capilaridades espaciais diversificados, amplia o potencial extensionista para a formação crítica de agentes sociais.

Por ser um lugar proeminente de consciência crítica, a universidade tem na extensão seu lócus privilegiado. É o espaço onde o social, não o assistencialismo, encontra o seu caminho aberto a novas aprendizagens. A Universidade precisa, por constituição e vocação histórica, estar inserida na problemática social, porque faz parte da usina do futuro de qualquer sociedade (DEMO, 2001).

Com vistas a sanar problemáticas sociais, de âmbito local e/ou regional, a ação extensionista busca potencializar a cidadania coletiva, reconstruindo conhecimento e educando novas gerações. O desafio permanente ao pensar acadêmico está em romper os muros da academia para superação de demandas sociais. Nas palavras de Morin (2011, p.6), “o pensamento complexo aspira ao conhecimento multidimensional”. A aproximação da universidade com a sociedade legitima o seu campo de atuação e potencializa o diálogo colaborativo de múltiplas dimensões, consolidando a construção de um conhecimento singular, perpetuado por espaços sociais propícios ao desenvolvimento, com sustentabilidade.

Segundo Demo (2001, p. 142), “duas seriam as funções centrais da Universidade hoje: reconstruir conhecimento e educar novas gerações”. O conhecimento requer uma ação transformadora da realidade e a extensão, através de seu compromisso científico, educacional e social, consolida aprendizagens em benefício de gerações atuais e futuras. Paulo Freire (2013, p. 29) defende, “no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas”.

O verdadeiro papel que cabe ao homem é o de ser sujeito de transformação do mundo, com o qual se humaniza. E o verdadeiro humanismo se encontra a serviço do homem, através da dialogicidade.

E ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não “sloganizar”. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. [...] O diálogo é o encontro amoroso dos homens que mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. (FREIRE, 2013, p. 51).

Com a extensão é possível que o diálogo desponte, humano, vivenciado pelo mundo, em uma ação de transformação social. O que se pretende com o diálogo “[...], é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la.” (FREIRE, 2013, p. 65). O desafio é fundamental à constituição do saber, ao processo de conscientização do homem. Um saber diferenciado, que reflete o mundo e os homens.

A relação dialógica é fundamental ao ato de conhecimento. De acordo ao pensamento Freire (2013), o mundo humano é, antes de tudo, um mundo de relações. O homem é um ser de relações em um mundo de relações, que não pensa sozinho. O ato de pensar, de refletir, de questionar, exige a coparticipação de outros sujeitos, implicando numa reciprocidade que não pode ser rompida. O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações (FREIRE, 2013). E a extensão universitária é um exemplo disso.

O diálogo é o encontro de interlocutores, que buscam o sentido dos significados para a constituição de um novo saber comum. A relação de aprendizagem flui em um processo horizontal de formação do conhecimento, de trocas mediadas pelas vivências de cada um. Afinal, como afirma Paulo Freire (2013, p. 57), “ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo. O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais”. De acordo com essas premissas, a troca dialógica por meio da extensão consolida a sistematização de dados e a socialização de informações revelando conhecimentos, características e processos que integram o fortalecimento de uma rede de ampla repercussão social.

A produção e socialização de conhecimentos pelo viés dialógico e colaborativo das atividades extensionistas, que aliam estudos teóricos e práticas vivenciadas em distintas capilaridades regionais, suscitam reafirmar a vivência social como critério de verdade do conhecimento produzido. O homem é homem e o mundo é histórico-cultural na medida em que, ambos inacabados,

se encontram numa relação permanente, na qual o homem transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação (FREIRE, 2013).

Em suma, através da extensão, concebe-se a oportunidade de dialogar sobre as especificidades da prática extensionista, dos significados das concepções e das realidades vivenciadas, na perspectiva da troca de saberes e do conhecimento produzido. A natureza, a amplitude, o tipo e a quantidade do conhecimento produzido, de aprendizagens desenvolvidas, de pessoas atingidas por atividades extensionistas consolidam uma dimensão significativa do sistema de produção e difusão de conhecimentos da extensão universitária, gerando transformações sociais e relações profícuas de aprendizagens que em sua complexidade edificam a simplicidade do saber comum. Nesse cenário, a extensão, através da ação dialógica integradora e complexa, consagra um horizonte possível de contribuição ao processo de desenvolvimento de regiões. No próximo capítulo, os estudos regionais que podem evidenciar essa análise.

3 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO REGIONAL

Este capítulo apresenta uma breve retrospectiva histórica sobre os parâmetros conceituais do desenvolvimento regional e suas possíveis interrelações com a ação extensionista. As múltiplas escalas espaciais do desenvolvimento, a relação entre região, educação e inovação e os desafios da extensão para uma agenda possível de desenvolvimento são alguns dos aspectos abordados. A seguir, uma breve discussão sobre diversidade regional e suas consequências para a transformação de regiões.

3.1 DIVERSIDADE REGIONAL COMO POTENCIALIDADE

O processo de desenvolvimento é um processo irregular que tende a fortalecer áreas mais dinâmicas e com maior potencial de crescimento. As inter-relações que existem entre diferentes localidades evidenciam a importância do estudo regional para a coesão da economia nacional.

A definição de região contempla estabelecer critérios como homogeneidade, contiguidade, entre outros, para a constituição do espaço econômico, que tende a ser integrado e articulado. A região é como um conjunto de centros urbanos dotados de um determinado grau de integração em oposição ao resto do mundo (LEMOS, 1988 *apud* LIMA; SIMOES, 2010).

A noção de espaço introduzida por François Perroux (1967), utiliza o conceito matemático de espaço abstrato, mais adequado para analisar as inter-relações econômicas. Desta forma, existiriam tantos espaços econômicos quantos fossem os fenômenos econômicos estudados (LIMA; SIMOES, 2010). Neste sentido, a empresa, como unidade de produção, ocupa três espaços econômicos: o espaço definido como conteúdo de um plano, outro como campo de forças e outro como conjunto homogêneo. Para Perroux (1967, p. 164), “o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”.

O papel das instituições é fundamental para a elaboração e a aplicação de políticas econômicas, cujo objetivo deve ser o desenvolvimento técnico e humano e a cooperação entre regiões ricas e pobres (desenvolvimento recíproco) (LIMA; SIMOES, 2010). Neste sentido, conceber eixos de desenvolvimento entre polos situados em pontos diferentes do território implica na concepção de diretrizes duradouras para o desenvolvimento espacial.

No caminho de Perroux, Jacques-R Boudeville trabalhou as noções de espaço como uma realidade concreta, ao mesmo tempo, material e humana: o espaço das relações existentes entre dois conjuntos, das atividades econômicas e dos lugares geográficos. Seria um espaço que apresenta características dinâmicas e, por isso, é mutável. Boudeville (1972) evidencia três noções de espaço: i) em termos econômicos, o espaço é homogêneo; ii) em termos das interdependências e hierarquias de suas partes, o espaço é polarizado; e iii) em termos de centro de decisão e do objetivo, o espaço é um programa/ plano (LIMA; SIMOES, 2010). As políticas de colaboração entre as regiões demandam coesão, complementaridade e cooperação para um crescimento harmonizado. As diversas regiões são partes do todo, ligadas às demais unidades regionais e subordinadas a concepção nacional do bem comum.

Em outra linha de estudos, Gunnar Myrdal (1957) evidencia as disparidades econômicas existentes entre países: os países “desenvolvidos”, caracterizados por altos níveis de renda *per capita* e integração nacional, e os países “subdesenvolvidos”, caracterizados por baixos níveis de renda *per capita* e de crescimento. Sua teoria apresenta a dinâmica econômica regional baseada em um processo de causação circular cumulativa (C.C.C.), na qual o sistema econômico é algo eminentemente instável e desequilibrado, e recorre à noção de ciclo vicioso no qual o processo se torna circular e cumulativo, onde um fator negativo é ao mesmo tempo causa e efeito de outros fatores negativos (LIMA; SIMOES, 2010). Myrdal (1957) destaca assim a importância de Estados Nacionais integrados e da organização social, visto que intervenções públicas podem minimizar as disparidades entre as regiões.

Em uma vertente evolutiva, Vieira e Santos (2012) afirma que crescimento econômico, segundo o *Dicionário de Economia* de Sandroni (1994), representa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. Porém, desenvolvimento econômico, significa crescimento econômico acompanhado da melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social, que possibilitam a distribuição mais equânime das riquezas produzidas.

Entende-se o desenvolvimento econômico como um processo dinâmico por meio do qual a quantidade de bens e serviços produzidos por uma coletividade em unidade de tempo determinada tende a crescer mais rapidamente que ela. O desenvolvimento ocorre de forma quantitativa e qualitativa. Representa um aumento da oferta de bens e serviços *per capita*, altera as técnicas produtivas, a distribuição do rendimento e o comportamento da mão de obra. (VIEIRA; SANTOS, 2012).

O conceito de desenvolvimento econômico evoluiu não mais envolvendo questões sobre a distribuição do poder político, mas sim associando a produção de recursos com sua distribuição

em função da força política dos atores sociais. Em economia, as necessidades são ilimitadas e os recursos econômicos escassos. Para os economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, o desenvolvimento econômico está diretamente ligado ao processo de crescimento, com ênfase na produção, resultado da organização produtiva (SOUZA, 1993 *apud* VIEIRA; SANTOS, 2012).

As teorias sobre desenvolvimento regional sofreram impactos ao longo dos anos, principalmente com o surgimento da proposição macroeconômica da Teoria do Crescimento Endógeno.

Do ponto de vista espacial ou regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. Entretanto, o aspecto novo do processo, que traz à luz um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, está no fato de que a definição do referido modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado; essa estruturação é realizada por meio de um processo já definido por Boisier (1988) como organização social regional, e que tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais. (AMARAL FILHO, 1996, p. 38).

Ou seja, o modelo econômico parte das potencialidades socioeconômicas originais do local. Além disso, o perfil e a estrutura do sistema produtivo local possuem “coerência interna, aderência ao local e sintonia com o movimento mundial dos fatores.” (AMARAL FILHO, 1996, p. 38).

Adam Smith, em seu livro “*A Riqueza das Nações*”, de 1776, afirma que a riqueza de uma nação se constitui a partir do trabalho produtivo, com investimentos em capitais produtivos, especialização de mão-de-obra e divisão do trabalho. Smith (1983) baseia suas premissas na economia social associada a rendimentos crescentes.

Marshall (1982), com sua teoria neoclássica, defende economias ou deseconomias externas associadas aos rendimentos crescentes ou decrescentes, evidenciando a influência da organização, da educação, da saúde, do conhecimento, entre outros, sobre o aumento da eficiência do sistema produtivo e da riqueza. Em outra vertente, Schumpeter (1982) descreve o papel fundamental das inovações para o desenvolvimento econômico, em uma perspectiva virtuosa de destruição criadora.

David Ricardo em sua obra “*Princípios de Economia Política e Tributação*”, de 1817, tem como foco central o crescimento econômico, defendendo a concentração de renda em favor dos capitalistas urbanos industriais, pois a acumulação determina o crescimento econômico, gerando mais empregos e desenvolvimento.

Cabe destacar ainda a contribuição de Lewis (1960 *apud* VIERIA; SANTOS, 2012), que considera o crescimento econômico como fator importante para se alcançar o desenvolvimento. Em sua visão, é possível escolher entre ter mais tempo para o lazer ou mais bens e serviços graças ao crescimento econômico, pois este é um aliado do desenvolvimento.

Para Amartya Sen (1999), desenvolvimento econômico significa aquilo que os agentes econômicos usufruem a partir de suas posses, e não necessariamente ter mais posses. Uma região desenvolvida é aquela em que os indivíduos podem desfrutar das liberdades individuais, para atender a seus desejos, associada ao comprometimento social institucional. Uma atuação mais direta dos indivíduos contribui para a formação de um capital social, resultante do clima de confiança estabelecido entre os membros de uma comunidade. Os contatos sociais entre os membros de uma determinada sociedade facilitam, além das questões econômicas, a disponibilidade dos sujeitos para atender às necessidades da coletividade. (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Em suma, a integração de regiões diferenciadas pode então estabelecer um sistema de fluxos onde as localidades se articulam diretamente, configurando-se assim em potencial de desenvolvimento.

3.2 A ESCALA REGIONAL EM DEBATE

A discussão regional perpassa pelo movimento dinâmico de construção do espaço-tempo, assim como da relação da geografia com a história. Cada momento temporal marca uma trajetória conceitual de região, que busca revelar os mecanismos que envolvem a produção do espaço e como esses elementos se relacionam com a questão regional.

A polissemia no campo de estudos regionais atrelada ao conceito de região, segundo Pedro Nóbrega (2015) apresenta três vertentes: a) uso do conceito de região a partir do senso comum, aqui a região é entendida a partir de seus critérios de localização, dando uma ideia de extensão de um elemento ou um conjunto deles. Em geral, a ideia de região, associada ao senso comum, não tem uma definição clara de critérios e não tem vinculação e acuidade com a escala geográfica; b) histórico (temporal e espacial), ou seja, a compreensão do termo região sofre alterações ao longo do tempo, quer seja porque novas abordagens são incorporadas ou desenvolvidas com a evolução do conhecimento científico, quer seja pela forma como a sociedade incorpora os

discursos técnicos, políticos, acadêmicos e científicos sobre a região; c) práticas sociais: apontam para o entendimento do tempo presente como campo de realização e efetivação da região, quando emergem as relações de poder, o modo de produção e as relações sociais como elementos fundamentais para dar sentido à região e ao processo de regionalização.

Existem inúmeras possibilidades de recortes regionais para um dado espaço. A construção e percepção coletiva do espaço evidenciam inúmeras possibilidades de segmentação do território, em um só tempo. Os estudos que norteiam a divisão espacial possuem como fundamentos o dado humano para a produção/percepção do território. Nessa direção, o pensamento do geógrafo francês Paul Vidal de La Blache (1994, p. 141) afirma que “a história de um povo é inseparável da área que ele habita”. O homem estabelece uma conexão entre os espaços, criando um campo magnético de forças, desencadeando a precisão da área que se diferencia das demais. Essa conexão está diretamente relacionada ao homem.

É preciso partir da ideia de que uma área (“*contrée*”) é um reservatório onde dormem energias das quais a natureza depositou o germe, mas cujo emprego depende do homem. É ele que, ao submetê-la ao seu uso, ilumina sua individualidade. Ele estabelece uma conexão entre traços esparsos; os efeitos incoerentes de circunstâncias locais, ele substitui por um concurso sistemático de forças. É então que uma área adquire precisão e se diferencia, tornando-se em sentido amplo como uma medalha esculpida pela efígie de um povo. (LA BLACHE, 1994, p. 143).

A abordagem de La Blache (1994), sobre a região geográfica, centra os estudos nas relações entre o homem e o meio, evidenciando o termo “região natural” em toda sua obra (MERCIER, 2009). Na visão de La Blache (1994), a possibilidade dos grupos sociais superarem as imposições da natureza está na forma como este grupo é capaz de produzir cultura e modificar essas imposições ambientais, a partir do uso da técnica.

Sob outra vertente, a Teoria dos Lugares Centrais, do filósofo alemão Walter Christaller, em seu livro *Central Places in Southern Germany*, publicado em 1933, afirmou haver ordem nos padrões de povoamento que observava a sua volta.

A abordagem anteriormente estabelecida para geografia do povoamento partia do sítio e da situação das cidades, das suas origens e funções, das classificações baseadas nestas características e da delimitação das áreas de influência das cidades ou dos portos. A abordagem de Christaller incorporou parte desta tradição ao classificar as povoações de acordo com as suas funções e ao examinar as relações entre elas e as suas áreas de influência. Contudo, no seu trabalho, este autor, procurou explicar mais a posição relativa do que a absoluta e sugeriu que havia uma organização geral no sistema de povoamento e áreas de influência das povoações. (BRADFORD; KENT, 1987, p. 17).

Os pressupostos da teoria de Christaller, segundo Bradford e Kent (1987), contemplam: 1) a existência de uma planície uniforme sem limites na qual há igual facilidade de transporte em todas as direções; 2) a população está igualmente distribuída por toda a área; 3) os lugares centrais (povoações) estão localizados nessa superfície para fornecer bens, serviços funções administrativas sua área de influência; 4) Os consumidores deslocam-se ao lugar central mais próximo que forneça função (bens ou serviços) que eles procuram; 5) os fornecedores destas funções agem como homens econômicos, isto é, têm como objetivo maximizar o lucro, localizando-se na planície de modo obter o maior mercado possível; 6) Os fornecedores procederão dessa forma, mas de maneira que nenhum consumidor fique a uma distância maior, em relação a uma dada função, do que aquela que está disposto a percorrer; 7) pressupõe-se que os centros de ordem superior fornecem certas funções (funções de ordem superior), que não são oferecidas pelos centros de ordem inferior; 8) Todos os consumidores têm o mesmo rendimento e a mesma procura de bens serviços.

Nesse sentido, um sistema regional apresenta uma rede, inter e intraurbana, que nasce a partir de relações sócio-espaciais, baseadas no tamanho, nas funções e nas distâncias interurbanas. Essas relações são compostas por pessoas que agem e interagem constituindo a rede urbana. As áreas de influência de centros de diferentes tamanhos se sobrepõem, o desenvolvimento e a distribuição na oferta de serviços determinam a hierarquização da área de abrangência dos lugares centrais. Esse modelo representa a interdependência que existe entre uma cidade e a região em que está situada, evidenciando a relevância da Teoria do Lugar Central, defendida por Walter Christaller.

A Teoria do Lugar Central, desenvolvida por Walter Christaller, baseia-se no princípio da centralidade, sendo o espaço organizado em torno de um núcleo urbano principal, denominado lugar central. A região complementar, ou entorno, possui uma relação de co-dependência com o núcleo principal, por este ser o lócus ofertante de bens e serviços por natureza urbanos.

A base da teoria define que o ritmo de crescimento de um núcleo urbano depende do nível de demanda por serviços urbanos especializados sobre a área atendida pelos lugares centrais. [...] Dois são os conceitos-chave para o entendimento da TLC: 1) “limite crítico”, definido em termos de nível mínimo de demanda necessário para estimular a oferta do bem ou serviço, refletindo as economias de escala na prestação do serviço e as economias de aglomeração; e 2) “alcance”, caracterizado como a distância máxima que se está disposto a percorrer para o usufruto do bem ou serviço, variando de acordo com a complexidade do mesmo. (CUNHA; SIMÕES; PAULA, 2005, p. 12).

Os processos regionais criam a sua própria transformação econômica e socioespacial gerando regiões fruto de experiências e de relações de vida. O conjunto de atividades e agentes econômicos no território potencializa a criação de regiões polarizadas. Sobre esse tema, Nali de Jesus de Souza (2005) apresenta a Teoria dos Pólos de Crescimento, desenvolvida por François Perroux, em 1955, que aborda a concentração industrial na França e na Alemanha, gerando polos de crescimento em torno de aglomerações urbanas importantes, assim como nos locais de passagem de fluxos comerciais significativos. Perroux identificou que o pólo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, porque ele é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, que são liderados pelas indústrias motrizes.

Nas palavras de Pedro Nóbrega (2015), a Teoria de Perroux é caracterizada pela Região Polarizada, onde com a instalação de uma indústria motriz em uma área, e a partir desta indústria, pela complementaridade da produção e com base na força produtiva da indústria instalada, outras novas indústrias são atraídas para a área e, assim, cria-se um polo de crescimento que estimula um circuito produtivo e gera um conglomerado de atividades que dá sentido a existência de uma região. Em Perroux (1967), subentende-se a ação do empresário inovador conduzindo a atividade motriz rumo ao crescimento econômico.

Na região polarizada estão presentes as noções de funcionalidade, hierarquia e heterogeneidade nas relações do polo. Para Boudeville (1972, p.32), “existe uma hierarquia no poder de encadeamento dos setores de atividades, como existe uma hierarquia na irradiação das cidades. Essas duas hierarquias, uma técnica, outra geográfica, são independentes e formam duas dimensões distintas”.

Do ponto de vista geográfico, os polos de crescimento podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais.

A teoria dos polos tem pontos de contato com a abordagem schumpeteriana do desenvolvimento. Em primeiro lugar, ela se baseia no dinamismo da indústria motriz, atividade inovadora e de grande dimensão, que exerce importantes efeitos de encadeamento no interior do polo. Em Schumpeter, a atividade inovadora rompe o fluxo circular estacionário e promove o crescimento de seu meio e leva outras empresas a inovarem em um processo de imitação. As empresas que não adaptam desaparecem (destruição criadora), liberando fatores produtivos a serem empregados pelas empresas inovadoras. (SOUZA, 2005, p. 93).

A atividade inovadora gera um impulso na economia para o crescimento econômico, induzindo outras empresas a um processo de inovação. São criadas novas firmas para abastecer a unidade motriz e novos investimentos são realizados através das polarizações tecnológica, geográfica e

de rendas. Vale salientar que as novas firmas implantadas podem não encontrar no local os “trabalhadores qualificados, fontes de abastecimento fácil, contatos técnicos e matérias-primas baratas” (AYDALOT, 1985, p. 177), o que gera o fracasso empresarial.

Visando sanar as falhas do processo de crescimento econômico, o poder público, utilizando-se da abordagem administrativa, que se refere a microrregiões ou regiões de planejamento utilizadas pelo governo, em suas diversas instâncias, adota as premissas de desenvolvimento que têm como referência as regiões de planejamento delimitadas por agências oficiais, Secretarias de Estado, entre outros. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exemplo tangível dessa esfera de estudo, coordena o levantamento de informações através de censos que norteiam a implementação de serviços públicos e o investimento de recursos financeiros para as distintas regiões do país.

No Brasil, o IBGE adota a classificação em cinco macrorregiões, a saber: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. De forma a evidenciar a trajetória de crescimento do quadro populacional brasileiro, as Tabelas 3 e 4 foram concebidas para mostrar as divergências demográficas do Brasil, nos últimos anos, conforme dados dos Censos Demográficos do IBGE.

Tabela 3 - População nos Censos Demográficos, segundo o Brasil e as Grandes Regiões - 1991/2010

Brasil e Grandes Regiões	01.09.1991	01.08.2000	01.08.2010
Regiões	(1)	(1)	(1)
Brasil	146 917 459	169 590 693	190 755 799
Norte	10 257 266	12 893 561	15 864 454
Nordeste	42 470 225	47 693 253	53 081 950
Sudeste	62 660 700	72 297 351	80 364 410
Sul	22 117 026	25 089 783	27 386 891
Centro-Oeste	9 412 242	11 616 745	14 058 094

Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação, conforme dados do IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.
Nota: (1) População residente.

Tabela 4 - Densidade demográfica nos Censos Demográficos, segundo o Brasil e as Grandes Regiões - 1991/2010

Brasil e Grandes Regiões	01.09.1991	01.08.2000	01.08.2010
Regiões	(1)	(1)	(1)
Brasil	17,26	19,92	22,43
Norte	2,66	3,35	4,12
Nordeste	27,33	30,69	34,15
Sudeste	67,77	78,20	86,92
Sul	38,38	43,54	48,58
Centro-Oeste	5,86	7,23	8,75

Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação, conforme dados do IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.
Nota: (1) População residente.

A distribuição da população por regiões, Tabelas 3 e 4, evidencia a persistência de maiores concentrações demográficas na região Sudeste, com densidade populacional crescente. As taxas de crescimento da população indicam disparidades alarmantes em áreas com níveis de densidade populacional baixos, apesar do enorme potencial de desenvolvimento contido em regiões de dimensões territoriais abrangentes, e diversidades sociais, culturais e ambientais. A questão populacional brasileira emerge como uma disparidade de formação e conformação das pessoas no território brasileiro. Em termos gerais, a densidade demográfica permite mensurar a distribuição da população residente em um determinado território, dimensionando as áreas mais e menos povoadas.

Pontue-se que as discussões relativas à população e desenvolvimento são necessárias à redução das desigualdades sociais e prevenção de novos problemas sociais e econômicos. A identificação de oportunidades para a dinâmica das populações, fundamentada na análise de dados demográficos atualizados e dos espaços geográficos, evidenciam o quanto o fenômeno da urbanização interfere no processo de constituição territorial.

As possibilidades para a compreensão da dimensão de uma região perpassam pela interpretação do espaço, das suas interações e da sua totalidade. A região pode ser entendida como um sistema territorial, econômico e social, no qual fatores espaciais e demográficos interferem em seu processo de desenvolvimento. O desenvolvimento regional brasileiro apresenta uma espacialidade diferenciada, com fenômenos econômicos, sociais e políticos um tanto quanto divergentes, de acordo ao espaço regional estudado. A produção/percepção do espaço define as segmentações possíveis e, a partir desse recorte espacial, é possível refletir sobre a singularidade da região ante a totalidade do espaço, e suas implicações políticas para o desenvolvimento de uma nação. No marco dessa discussão serão apresentados, a seguir, os desafios emergentes que compõem esse sistema.

3.3 DESENVOLVIMENTO EM MULTIPLAS ESCALAS ESPACIAIS

Os potenciais de heterogeneidade e de dimensão econômica e territorial brasileiro carecem de um novo programa a ser escrito, que retratem as potencialidades da diversidade territorial, da criatividade cultural e da variedade produtiva. Um compromisso possível para mudanças significativas, no que tange a questão regional, busca valorizar a heterogeneidade e a dimensão territorial e econômica do Brasil. Definir critérios de seletividade relacionados com sub-regiões e

segmentos produtivos, elaborando políticas específicas de desenvolvimento, de acordo às demandas da localidade, são caminhos possíveis para uma agenda da transformação.

A construção da escala não é apenas uma solidificação ou materialização espacial de forças e processos sociais contestados [...] A escala é um progenitor ativo de processos sociais específicos. De um modo tanto literal quanto metafórico, a escala contém a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social tem lugar. A escala demarca o sítio de disputa social, tanto o objeto quanto a resolução dessa disputa. (SMITH, 2000, p.144).

A construção de escalas perpassa conhecer a atividade social que a envolve, o lugar de materialização espacial das forças e processos sociais. A ampla dimensão territorial do Brasil apresenta diferenças estruturais e diversidades produtiva, urbana, social e ambiental, que agravam o quadro de desigualdades e heterogeneidades inter e intrarregionais. Esse cenário produz impactos no âmbito da educação, saúde, renda, habitação, gestão, dentre outros, gerando possíveis contrapontos que demarcam o sítio da disputa social e revelam (des) equilíbrios entre as diversas porções territoriais.

O processo de desenvolvimento está diretamente relacionado ao processo de produção social do espaço. Os diversos sujeitos e agentes atuam em escala espacial diversificada (local, regional, nacional), e constituem para a localidade uma trajetória de desenvolvimento em aberto. Neil Smith (2000, p.142) define a escala nacional como “um compromisso territorial entre necessidades diferenciadas de classe”, em que se “é possível conceber a escala como uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação.” (SMITH, 2000, p.142).

De fato, construir a unidade na diversidade nacional, com vistas ao combate às inúmeras desigualdades (sociais, políticas, econômicas etc.), com múltiplos processos internos e grande heterogeneidade local/regional, é um processo dinâmico e contraditório. É preciso promover uma consciência social cidadã para o combate às desigualdades regionais, explorando as externalidades positivas de determinados espaços territoriais, sobretudo em áreas em estagnação ou retardo. O processo de desenvolvimento brasileiro prescinde conjugar estratégias que proporcionem coesão à dimensão territorial de seu espaço, contemplando ações para todas as partes diferenciadas.

O equacionamento territorial envolve continuamente políticas de gestão de espaços geográficos e competitividade, em detrimento da sociologia, do urbanismo, da economia política, entre outros. Os temas regionais passam mais pelos estudos da convergência de renda entre regiões, o

equilíbrio espacial, as economias de escala, o papel da inovação, das distorções geradas pela ineficiente intervenção estatal etc. (KRUGMAN *et al.*, 2002).

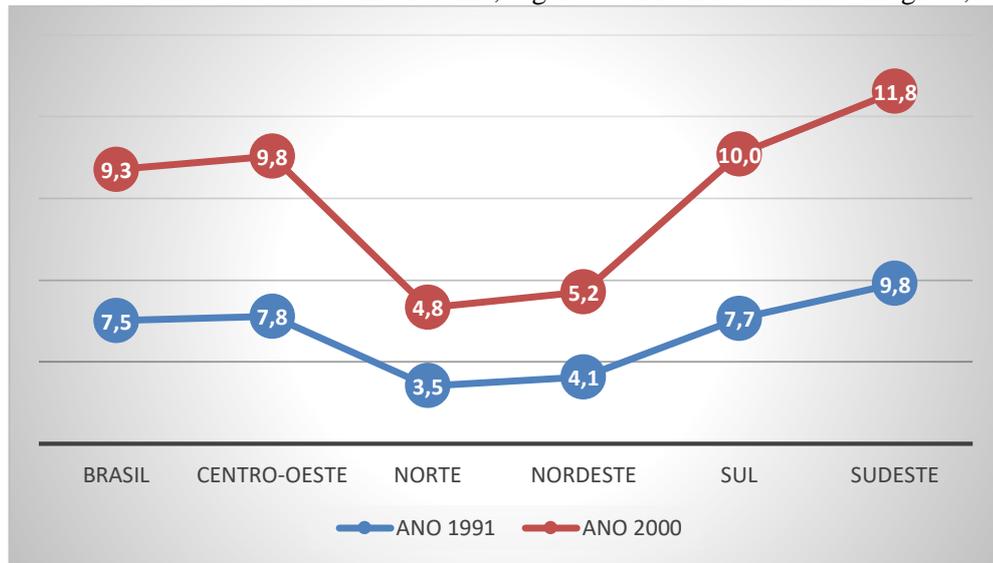
Nos últimos anos, a desaceleração das disparidades inter-regionais brasileiras tem se evidenciado com investimentos e distribuição de recursos, em termos espaciais. No entanto, as disparidades identificadas no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro evidenciam as distorções regionais/locais, tanto em termos de extensão territorial quanto de formação social, econômica e histórica.

Isso se deve a fatos característicos do desenvolvimento regional recente do Brasil, como o crescimento dos investimentos produtivos nas regiões Norte, Centro Oeste e principalmente Nordeste, mediante crédito concedido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB); a distribuição espacial do crescimento econômico; a distribuição espacial de recursos de algumas políticas públicas como os programas de transferência de renda; uma evolução dos indicadores socioeconômicos das regiões Norte e Nordeste e; por último, a convergência do PIB *per capita* em múltiplas escalas regionais, marcado curiosamente pela convergência com divergência, isso porque os PIBs *per capita* estaduais se convergem enquanto que os PIBs *per capita* municipais se divergem, o que pode ser explicado pela diferença de investimento nas áreas metropolitanas em comparação as áreas interioranas. (AGUIAR, 2016, p.441).

A trajetória das desigualdades no Brasil apresenta concentração e desconcentração regional, que impacta diretamente na distribuição espacial da atividade econômica e interfere na dinâmica da conformação urbana, das relações de trabalho e dos níveis de educação e renda da população. Um ponto que deve ficar claro no exame da questão das desigualdades regionais é que, em geral, por trás das diferenças entre regiões e sub-regiões estão, sobretudo, diferenças, também marcantes, de relações de trabalho e de condições de vida da população (GUIMARÃES NETO, 1997, p.46).

Um exemplo do quadro de distorções regionais encontradas, em termos educacionais no Brasil, está demonstrado no Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 - Percentual de pessoas de 25 ou mais anos de idade que completaram pelo menos um ano de curso universitário, segundo o Brasil e as Grandes Regiões, 1991 -2000



Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação, conforme dados do IPEADATA.

É notório que a divergência das regiões centro-oeste, sul e sudeste, no que tange a formação educacional de nível superior é significativa, tanto em termos de Brasil quanto das demais regiões descritas. Aquelas regiões apresentam distorções em relação às regiões norte e nordeste, evidenciando desigualdades regionais alarmantes. Para Penna, Toaldo e Sabedot (2006, p.127), “o desenvolvimento de um país ou região depende de suas características próprias como situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais”.

A questão espacial, no cenário brasileiro, emerge como uma fragilidade para o caminho do desenvolvimento. Segundo Tânia Bacelar Araújo (2015), está havendo uma convergência entre os PIBs estaduais, mas a tendência não se repete na comparação entre municípios e microrregiões. Segundo argumenta a autora, a política regional não pode ser apenas na escala macrorregional, reforçando a ideia de uma política por múltiplas escalas.

Apesar da maior oferta em ensino superior, o investimento em inovação continua muito concentrado. A pós-graduação também. O Nordeste tem 19% dos cursos de pós-graduação, muito concentrados em ciências humanas, ciências da terra e ciências agrárias. São Paulo sozinho tem muito mais cursos de pós-graduação do que o Nordeste todinho. (ARAÚJO, 2015, BRASIL; SENADO FEDERAL, 2015, p.5).

O país carece de investimentos públicos voltados ao desenvolvimento integrado do território nacional, atendendo demandas de todas as escalas espaciais. E nesse sentido, uma política de desenvolvimento necessita contar com fontes seguras de recursos para seu financiamento e sustentabilidade. E a educação possui um papel fundamental nesse processo.

A educação é não apenas caminho para a competitividade do País como construtora de cidadania, pois capacita substantivamente o indivíduo. É preciso afirmar e reafirmar que, sem educação, assim como saúde, de qualidade, o País padecerá tanto no *ranking* mundial dos indicadores sociais como no *ranking* global de competitividade. (BRASIL, 2012, p. 59).

Nesse cenário, emergiu, nas últimas décadas, a reestruturação produtiva baseada na economia do conhecimento e no processo de globalização, que afetaram consideravelmente a dinâmica da questão regional. Investir em atividades intensivas de conhecimento, por meio da Ciência, Tecnologia e Inovação, potencializa a promoção da integração dos mercados e das estruturas produtivas, e fortalece o papel das localidades, intensificando a polarização de regiões.

Em primeiro lugar, a capacidade de desenvolver atividades intensivas em conhecimento em sua estrutura produtiva torna-se um determinante fundamental da competitividade e atratividade das regiões. Portanto, a Ciência, a Tecnologia e a Inovação, aplicadas criativamente às condições e aos potenciais regionais, devem ser eixos estruturantes do esforço de acelerar o desenvolvimento das regiões mais atrasadas.

Em segundo lugar, se por um lado, o movimento amplia e integra internacionalmente os mercados e estruturas produtivas, reforçando a dimensão global, por outro, como o processo de inovação é fortemente dependente de atributos e interações enraizadas no ambiente do território, amplia-se a importância das regiões e localidades.

Em terceiro lugar, apesar de fortalecer o papel das localidades, o processo não favorece a redução das desigualdades entre e intra Países e regiões, mas, ao contrário, embute uma tendência à ampliação destas desigualdades. A forte concentração espacial dos ativos intelectuais e de pesquisa, cruciais para o desenvolvimento das atividades do novo paradigma produtivo, gera um efeito retroalimentador nos territórios que dispõe de uma dotação prévia destes ativos. Verifica-se assim a intensificação da polarização dos espaços que concentram as atividades de alta tecnologia e de maior agregação de valor, seja entre os países, seja no interior de cada País. (BRASIL, 2012, p. 8).

A discussão sobre desenvolvimento carece considerar o modelo de financiamento da educação superior para as distintas regiões do país. As ações do poder público possuem a tendência de oferecer investimentos e infraestrutura para as áreas de maior densidade econômica.

Identificar as premissas que direcionam a uma formação socioeconômica de ação local e impacto regional representa potencializar a região, enquanto polo de crescimento e desenvolvimento. A junção entre o Estado e a sociedade na busca de soluções locais que impactem na dimensão regional do desenvolvimento contempla a formação de organizações sociais. O desenvolvimento local está ligado a iniciativas da coletividade, que potencializam a capacidade sustentável das teias organizacionais para a inclusão social.

A chave para o desenvolvimento é a participação, a organização, a educação e o fortalecimento das pessoas. O desenvolvimento sustentado não é centrado na produção, é centrado nas pessoas, deve ser apropriado não só aos recursos e ao meio ambiente, mas também à cultura, história e sistemas sociais do local onde ele ocorre. Deve ser equitativo, agradável. (DIAS, 2000, p. 6).

A premissa básica para o desenvolvimento econômico, social e ambiental parte da valorização dos patrimônios culturais e ambientais, depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Estas ações compõem o conjunto de dados necessários ao fortalecimento das instituições da organização social e sua sobrevivência, enquanto mentores do processo. O quadro regional demanda redefinir a visão de região, sob a ótica das suas diferenças e potencialidades, consagrando-lhe o papel de autodeterminante de seu desenvolvimento. A valorização de estratégias que contribuam ao projeto de desenvolvimento, em função das reais potencialidades de expansão e de preservação dos recursos ambientais, tem na ação popular uma vertente norteadora que é a base para uma rede sustentável local, de prospecção regional.

Uma definição amplamente utilizada para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (WWF-BRASIL, 2013). É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. O desenvolvimento durável melhor se sustenta sobre o melhoramento contínuo, o valor do indivíduo como fonte de mudanças, na reprodução de boas práticas, eliminação das perdas, com constante foco no cidadão, pois, conforme Bezerra (2001, p.3), “o indivíduo, a pessoa que atua nos diversos grupos da coletividade, é o eixo fundamental de todos os melhoramentos da qualidade na organização social”.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 possui como um de seus objetivos fundamentais a redução das desigualdades sociais e regionais, configurando-se em um dos eixos centrais da estratégia de desenvolvimento do país. São inúmeros os fatores que limitam o desenvolvimento de uma região, pois “o desenvolvimento abrange o campo político, social, econômico, cultural, educacional, ético e ambiental” [...] a discussão acerca do desenvolvimento e suas relações com a educação, cultura e formação profissional evidenciam: A dificuldade de toda a população de integrar-se na economia nacional em virtude das falhas no processo educacional, a falta de um planejamento estratégico continuado, a falta de estudos que promovam o conhecimento da região em suas potencialidades e deficiências, o isolamento cultural e social, a pouca participação da sociedade na promoção do desenvolvimento. (PENNA; TOALDO; SABEDOT, 2006, p. 127).

A proposta inovadora para uma ação de desenvolvimento visa contemplar uma tipologia espacial/territorial voltada basicamente para uma agenda de programas sub-regionais de desenvolvimento. Nessa direção, Antônio Galvão defende alguns princípios que norteiam a realização de uma política regional eficaz:

1) utilizar a escala espacial, enquanto elemento referencial básico para estruturação de políticas de âmbito regional.; 2) desregionalizar ou nacionalizar a política regional, reconciliando-a com todo o território nacional; 3) definir os espaços de atuação e cooperação entre os atores sociais fundamentais das iniciativas regionais, sobretudo as instâncias do poder público, efetivando parcerias, inclusive no que tange às questões financeiras; 4) definir objetivos claros e concretos para a política regional, adequando-os aos problemas regionais brasileiros; 5) criar um fundo nacional de apoio a programas regionais, estabelecendo critérios objetivos de qualificação das microrregiões de todo o país (nem todas as microrregiões estariam aptas a pleitear os recursos do fundo); 6) reequacionar todo o esquema de incentivos e benefícios fiscais concedidos a título de política regional aos empreendimentos privados, com vistas a restabelecer prioridades efetivas de aplicação e a recuperar seu acoplamento às diretrizes e orientações da política. (GALVAO, 1997 *apud* GALVAO; VASCONCELLOS, 1999).

A interpretação da dinâmica regional do país envolve estruturar uma política pública, coordenada com o poder público e as forças sociais, que gere propostas inovadoras e consistentes a uma concepção de desenvolvimento incluyente e sustentável, na promoção de uma sociedade mais justa. A discussão de prioridades sobre a questão regional resultou na instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) - Decreto 6.047, de 22/02/2007. Reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento de regiões brasileiras consagraram-se em metas substanciais a elaboração e a condução de projetos regionais de desenvolvimento, que envolvem o poder público, a sociedade civil e os setores produtivos. Nessa direção, a PNDR (BRASIL, 2007, p.1) orienta:

Art. 2º A redução das desigualdades regionais se norteia pelas seguintes estratégias: I - estimular e apoiar processos e oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas; e II - articular ações que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no Território Nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária. Parágrafo único. As estratégias da PNDR devem ser convergentes com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica.

Nessa perspectiva, contemplar no planejamento de regiões a inclusão social, a produtividade, a sustentabilidade ambiental e a competitividade econômica significam fomentar uma abordagem em múltiplas escalas, onde o diálogo entre as agendas de ações e as escalas de intervenção

(desde a supranacional à local, passando pela nacional, macrorregional e sub-regional)³ configurem as demandas da sociedade.

Para se enfrentar as desigualdades regionais, a direção é incentivar a coesão e integração territorial do país, adotando uma política de âmbito nacional e uma estratégica política de governo, com o conjunto do poder público e da sociedade, que promovam a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

No Brasil, as desigualdades regionais constituem um fator de entrave ao processo de desenvolvimento. A unidade da federação com o Produto Interno Bruto *per capita* (a preços de mercado) mais elevado supera em cerca de 9 vezes o da unidade pior situada neste indicador. Ora, essas diferenças de capacidade de produção refletem-se diretamente sobre as perspectivas de qualidade de vida das populações que residem nos estados mais pobres. As desigualdades possuem, assim, aguda expressão regional no Brasil, diferenciando os cidadãos também com relação ao seu domicílio e local de trabalho. (BRASIL; MIN, 2011, p.7).

As distintas regiões do país prescindem de infraestrutura, tecnologia, investimentos, recursos humanos, entre outros, para que se fomente a inserção social produtiva da população. Ampliar a participação social, capacitar recursos humanos e fortalecer as organizações socioprodutivas regionais, estimulando a exploração das potencialidades sub-regionais, são alguns dos objetivos que referendam a PNDR (BRASIL, 2007). As estratégias para o alcance do desenvolvimento convergem com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica.

Os desequilíbrios regionais têm consequências nefastas para a economia e a sociedade brasileira, conforme revela o Documento de Referência da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional:

1) Os cidadãos brasileiros são punidos por seu local de nascimento. Aqueles que nascem nas regiões menos dinâmicas terão suas oportunidades de crescimento pessoal e profissional profundamente limitadas em razão do baixo acesso à educação, saúde e emprego de qualidade e a toda uma gama de serviços e oportunidades. 2) A desigualdade induz uma movimentação populacional em direção aos espaços mais dinâmicos agravando o fenômeno da mega metropolização com todas as suas consequências de favelização, pobreza e violência bastante conhecidas. 3) O Brasil deixa de aproveitar grande parte de seu potencial produtivo que poderia estar contribuindo para uma maior competitividade do País, gerando emprego, renda e bem-estar. (BRASIL; SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2012, p. 5).

³Segundo o Ministério da Integração Nacional (BRASIL; MIN, 2011): Nacional: regulação geral das desigualdades e orientação dos grandes investimentos; Macrorregional: articulação das ações e elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento; Sub-regional: organização e articulação das iniciativas em mesorregiões diferenciadas; e Intraurbana: organização e articulação de ações nas regiões metropolitanas (RMs) e nas cidades em geral.

Ativar as potencialidades dos sujeitos de origem territorial diversificada, fruto da convivência de talentos culturais e de capacidade dialógica criativa, em um território amplo, e ao mesmo tempo fragmentado, faz parte da agenda de desenvolvimento de uma cidade e/ou região. Problematizar mecanismos de atuação governamental, bem como a adoção de medidas norteadoras, que enveredem em propostas concretas de intervenção no território, são instrumentos essenciais ao incremento social. Os estudos que considerem as múltiplas escalas espaciais como variável de desenvolvimento são imprescindíveis para o progresso de uma nação.

O tratamento da questão regional vem evoluindo com a PNDR, adotando uma abordagem nacional articulada por múltiplas escalas. Esse modelo busca superar o antigo recorte entre regiões modernas e atrasadas, e busca adotar uma abordagem participativa, de construção e acompanhamento das políticas, focado na ativação do potencial endógeno dos territórios e do processo de inovação, conforme será abordado a seguir.

3.4 TERRITÓRIO, EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO: ELOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A trajetória de desenvolvimento de localidades no Brasil, constituída por desigualdades regionais, prescinde conhecer os caminhos pautados na participação popular, nos espaços de produção do conhecimento e no dimensionamento de ação local e amplitude nacional. O desenvolvimento econômico de um país, que busca o crescimento com equidade, demanda o fortalecimento da ciência no campo das tecnologias sociais e da inovação. A geração de rendas, riquezas e oportunidades carecem de diversificação produtiva e valor agregado na produção de bens e serviços. Alçar um novo patamar de desenvolvimento perpassa pela construção de uma sociedade do conhecimento, tendo como alicerce o fomento da inovação.

Há regiões que são vertentes propulsoras do desenvolvimento e conseguem atrair indústrias motrizes e inovadoras. E, para a conquista do desenvolvimento econômico, faz-se necessária a existência de uma rede interindustrial integrada, de incentivos fiscais e de interação com as comunidades locais e regionais. O papel dos atores locais no desenvolvimento é essencial para o estímulo à inovação, a exemplo de: universidades, centros de pesquisa, prefeituras, agências de fomento à pesquisa, associações comerciais e industriais, entre outros.

Em resumo, a política econômica local está associada a uma abordagem de baixo para cima da política de desenvolvimento, na qual são os atores locais que desempenham o papel central em sua definição, execução e controle. Em suas formas mais avançadas, os atores locais organizam-se formando redes, que servem de instrumento para conhecer e entender a dinâmica do sistema produtivo e das instituições, bem como para conjugar iniciativas e executar as

ações que compõem a estratégia de desenvolvimento local. (BARQUERO, 2002, p. 29).

Os distritos industriais marshalianos que surgiram na Itália constituíram-se em geradores das estratégias de desenvolvimento local ou endógeno. Na perspectiva de Gonzalez (1998), o desenvolvimento local é um processo diferenciado, voluntário e combinado, pelo conjunto de uma coletividade, mediante a introdução de inovações que geram valor adicionado a suas atividades produtivas.

[...] el desarrollo localizado se trata de un desarrollo económico y social, localizado en un espacio concreto dentro de una dinámica general cambiante. Es un proceso general que afecta a todas las estructuras productivas y sociales y que se distribuye por todos los territorios afectados por el mismo. (GONZALEZ, 1998, p.6).

Por seu turno, Barquero (2002 *apud* BARROS *et al.*, 2006, p. 94) considera que:

Os processos de desenvolvimento endógeno ocorrem graças à utilização produtiva do potencial de desenvolvimento possibilitado quando as instituições e mecanismos de regulação do território funcionam eficientemente. A forma de organização da produção, a estrutura familiar, a estrutura social e cultural e os códigos de conduta da população condicionam os processos de desenvolvimento favorecendo ou limitando a dinâmica econômica e, em definitivo, determinam o rumo específico do desenvolvimento das cidades e das regiões.

Os complexos industriais regionalmente localizados concentram-se em torno da indústria motriz inovadora, gerando as interdependências intersetoriais. Inovar é potencializar a formação de centros regionais de atividade econômica que tendem a assegurar crescentes economias de escala. A inovação na perspectiva territorial, fomenta nos atores locais e no setor produtivo o empreendedorismo, gerando assim a matriz endógena de desenvolvimento, conforme Nali Souza (2005, p.103) evidencia:

Essa noção, que veio de Marshall (1982), passando por Perroux e Schumpeter, desembocou nas modernas teorias de crescimento endógeno, meios inovadores e regiões inteligentes. A ideia central é a de que a inovação não é mais produto exclusivo do empresário individual, mas de um conjunto de atores ligados ao setor produtivo e ao meio local, envolvendo os diferentes agentes ligados às diferentes instituições. A inovação encontra-se ancorada territorialmente. O sistema de produção é flexível e o empreendedorismo vincula-se a uma matriz endógena; as economias externas e de aglomeração aparecem como elementos vitais do desenvolvimento local, assim como as inovações e os meios de acesso às informações e ao conhecimento.

As relações entre inovação e território estão intrinsecamente relacionadas à capacidade produtiva e de interação com o meio, pois “o sucesso nas trajetórias de desenvolvimento de certas regiões será devido às suas capacidades intrínsecas de fabricar novos produtos, adotar novos

processos produtivos, bem como configurações organizacionais e institucionais inovadoras” (SANTOS, 2002 *apud* SOUZA, 2005, p. 105).

Por meio inovador, compreende-se o conjunto de relações que unem um sistema local de produção, um conjunto de atores, de representações e uma cultura industrial, gerando um processo dinâmico localizado de aprendizagem coletiva. O conceito se inscreve no contexto das reflexões sobre o processo de desenvolvimento endógeno, ou a partir de baixo, ou os locais de produção. (CAMAGNI, 1995, p. 193).

O centro do sistema produtivo inovador é o meio, que através de uma lógica de interação dinâmica facilita o processo de aprendizagem social dos atores locais. O meio inovador envolve os seguintes elementos:

(a) um componente espacial, com suas externalidades, proximidades e custos de transporte; (b) um conjunto de atores conscientes da realidade econômico-social do local, da região e do resto do mundo; (c) elementos materiais, envolvendo empresas, infraestruturas, normas, valores, fluxo de informações, instituições e a sociedade civil; (d) uma lógica de interação, regulando o comportamento dos atores e promovendo dinâmicas locais; (e) uma lógica de aprendizagem, produzindo conhecimentos e redefinindo comportamentos. (SANTOS, 2002 *apud* SOUZA, 2005, p. 104).

Destaca-se, assim, que a inovação decorre de um processo coletivo que é induzido, interativo e complexo. A interação entre os agentes locais, com o apoio das autoridades locais e regionais, reduz a incerteza e os riscos associados à inovação. Assim, as configurações territoriais e as ações coletivas dos agentes, que favorecem a produção e a difusão do conhecimento e inovação, ganham centralidade no contexto do desenvolvimento regional, criando regiões inteligentes.

As regiões inteligentes constituem territórios especialmente vocacionados e direcionados para reproduzir um conjunto de condições favoráveis à recriação de uma cultura de relação e de uma dinâmica coletiva de aprendizagem, tendo por referencial estratégico a produção de conhecimento e inovação, não se diferenciando, por esses aspectos específicos, do conceito já mais trabalhado de meio inovador. (SANTOS, 2002 *apud* SOUZA, 2005, p. 105).

As regiões inteligentes aparecem no topo da hierarquia no que tange a organização do território. São as peculiaridades locais, os espaços territoriais e a dinâmica do meio inovador que impulsionam as organizações da região inteligente a superar os entraves da economia concorrencial. Inovar assume assim contornos espaciais importantes, que resultam da aprendizagem coletiva entre os atores locais.

A noção de sistema regional de inovação coloca menos ênfase nas questões geográficas e locais clássicas, mas centra-se na utilização de fluxos estratégicos de informação e criação de conhecimento. Há um sistema nacional de inovação que se difunde para o sistema regional de inovação, por meio de canais eficientes de difusão do conhecimento tecnológico. A palavra-chave do

conceito de sistema regional de inovação é interação, que se verifica entre empresas e instituições de pesquisa e de apoio, bem como na organização social para promover a inovação e o desenvolvimento econômico. (SOUZA, 2005, p. 106).

Diante do exposto, o processo de desenvolvimento econômico poderá ser consagrado a partir dos movimentos de inovação, que, endógenos ao sistema produtivo e inerentes ao contexto regional, mobilizam forças locais na perspectiva de se construir caminhos para a produção do conhecimento, a integração regional e a renovação produtiva. As universidades, nesse cenário, são instituições que potencializam transformações socioespaciais consideráveis para o desenvolvimento de regiões, agindo na localidade e em seu entorno, em um processo de inovação contínuo.

Nessa perspectiva, a Ciência, a Tecnologia e a Inovação são alguns dos eixos estruturantes para o desenvolvimento nacional brasileiro. O marco regulatório da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, determina o papel do Estado na promoção e incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação científica. Outro ponto relevante da referida Emenda é a institucionalização do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), organizada em regime de colaboração entre os entes públicos e privados, com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Conforme dados da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022, o Brasil protagoniza suas estratégias de desenvolvimento através do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), que contempla os seguintes atores: a) políticos, com representantes do poder executivo e legislativo e da sociedade; b) agências de fomento, tais como: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outras; c) Operadoras de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), a saber: universidades, institutos federais e estaduais de CTI, incubadoras de empresas, parques tecnológicos, empresas inovadoras, entre outras.

Para se avançar no campo da inovação, faz-se necessário incrementar a qualificação de recursos humanos nas diversas áreas do conhecimento e o fomento de sua atuação em regiões menos favorecidas. Além disso, expandir e diversificar as ações de financiamento, desconcentrando e reduzindo assimetrias regionais, fomentando a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos de promoção da pesquisa e da inovação.

Outra tendência recente nas políticas de CT&I ao redor do mundo é a adoção da inovação aberta ou *open innovation*, um modelo de inovação altamente colaborativo, promovido pelos chamados “intermediários de inovação”. Esses entes são responsáveis por atividades que envolvem desde o preenchimento de lacunas de informação até a criação de espaços que favoreçam as interações entre indivíduos e organizações, identificando potenciais colaboradores. O principal desafio da adoção do modelo de inovação aberta está em descobrir os empreendedores certos e estimular o trabalho colaborativo entre eles e buscar integrar descobertas científicas de forma inovadora. (BRASIL; FINEP, 2016, p. 54).

É nessa perspectiva que as universidades, através da extensão universitária, podem contribuir de forma inovadora para o enfrentamento de desafios sociais. As ações extensionistas dialogam diretamente com as demandas da sociedade, criando espaços de participação e colaboração em um determinado território. Soluções inovadoras prescindem a articulação dos centros acadêmicos com as comunidades e demais organizações públicas e/ou privadas. Essa rede de parcerias é um dos vetores fundamentais para a atração de novos investimentos e conseqüente crescimento econômico de uma determinada localidade.

[...] os investimentos em PD&I devem considerar as diferentes escalas espaciais: local, regional, nacional e global. Nessa perspectiva, na escala local deve-se considerar a disponibilidade de infraestruturas laboratoriais e recursos humanos, bem como a existência de ecossistemas de inovação que possam ser mobilizados para a promoção do desenvolvimento em CT&I. Na escala regional, é importante dimensionar a maturidade e as competências do Sistema Regional de CT&I, seja para promover seu fortalecimento, seja para coordenar ações que respondam a demandas específicas, como a contribuição regional para o sucesso de grandes investimentos nacionais. Em relação à escala nacional, deve-se observar a formação de redes de pesquisa e a construção de grandes infraestruturas laboratoriais que possam atender às demandas de maior complexidade do SNCTI. Na escala global, o tema da cooperação internacional merece destaque, devendo ser orientada para a inserção do País nas cadeias globais de valor e para o avanço na fronteira do conhecimento científico e tecnológico (BRASIL; FINEP, 2016, p. 66-67).

Para se enfrentar os desafios existentes nas diversas escalas, disseminar talentos e os benefícios da ciência e da inovação envolve trilhar caminhos para a abertura da prosperidade econômica, pois “alterações de investimentos no capital humano são um fator básico na redução das desigualdades da distribuição pessoal de renda.” (SCHULTZ, 1973, p. 82). A difusão de uma cultura de ciência e inovação estimula o empreendedorismo e a criatividade, auxiliando a ampliação de mercados, a geração de empregos qualificados e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. E difundir cultura e produzir conhecimento são possibilidades plausíveis das ações de extensão universitária.

Por intermédio da relação dialógica, norteadora do fazer extensionista, e referenciada pela seleção de conteúdos que instrumentalizam uma pesquisa contextualizada em sintonia com as demandas sociais locais, a inovação pode acontecer. O diálogo permite ampliar a capacidade perceptiva e analítica dos problemas, revelando para os agentes extensionistas novas alternativas de enfrentamento dos descompassos sociais. Reduzir as assimetrias regionais perpassa pelo planejamento e execução de ações articuladas entre agências de fomento estaduais e/ou federais e a iniciativa privada, contando com o protagonismo de instituições acadêmicas que dispõem de poder de mobilização de atores e recursos locais.

No Brasil, os principais mecanismos de financiamento da CT&I enfrentam o desafio de atender a contento a expansão, consolidação e integração do SNCTI. Os esforços de financiamento desse setor estão relacionados a iniciativas como: a garantia de continuidade dos instrumentos existentes; a ampliação de recursos para o avanço em temas estratégicos; o aumento da capacidade de alavancagem de recursos públicos por meio dos investimentos privados; e a articulação entre os diversos instrumentos do setor. (BRASIL; FINEP, 2016, p. 77).

A criação e disseminação de novas tecnologias estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade, provocando rápidas mudanças nas formas de aprendizado e na maneira como as pessoas se relacionam. Atender as diversas demandas da sociedade, em áreas como educação e saúde, principalmente, contribui para a inclusão social. No entanto, o acesso aos serviços básicos e às próprias condições de sustentabilidade do sistema carece de ideias inovadoras. O fortalecimento das bases para a inovação ocorre através da prática de novos métodos e técnicas e de ações que alcancem todas as camadas sociais, onde a valorização da cultura científica considere a vocação da região onde está inserida.

Os países mais inovadores e competitivos são também aqueles nos quais é maior o investimento em formação e capacitação de recursos humanos de modo continuado. O incentivo ao desenvolvimento de pesquisas pioneiras que gerem processos e produtos inovadores está intrinsecamente relacionado à formação de profissionais qualificados e comprometidos com o avanço do conhecimento científico. Além da competência intelectual, espera-se das universidades a formação de pessoas com perfil inovador, capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País. (BRASIL; FINEP, 2016, p. 79).

O movimento extensionista busca traçar um perfil de formação e qualificação de agentes para o desenvolvimento territorial, no entanto, carece de recursos financeiros públicos e privados. Formar, atrair e fixar recursos humanos qualificados e valorizados nas mais diversas regiões do país, a partir de ações de expansão das universidades, com “estímulo às iniciativas de extensão” (BRASIL; FINEP, 2016, p. 82), é uma das ações prioritárias presente na Estratégia Nacional de

Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI. Um dos temas estratégicos para o desenvolvimento, autonomia e soberania nacional contempla propor soluções para “o desenvolvimento de tecnologias sociais para a inclusão socioprodutiva com redução das assimetrias regionais na produção e acesso à ciência, tecnologia e inovação” (BRASIL; FINEP, 2016, p. 86). Sobre o processo de desenvolvimento, Siedenberg (*apud* PENNA; TOALDO; SABEDOT, 2006, p. 128) argumenta:

O desenvolvimento regional é visto pelos mais diferentes agentes da sociedade como um processo de mudanças multifacetado relativo a aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais que ocorrem em determinado espaço e tempo [...] o desenvolvimento regional tem diferentes aspectos ou óticas que devem ser considerados de forma conjunta como forma de geração de conhecimento, entendimento e resolução de problemas.

A realidade da geração de conhecimento e suas perspectivas para a resolução de problemas sociais impactam na atividade econômica e social do território, gerando implicações para o desenvolvimento na redução das desigualdades e no aumento do bem-estar individual e coletivo. As universidades surgem, nesse cenário, utilizando-se do conceito de Sistema Regional de Inovação, que considera as particularidades dos sistemas regionais de aprendizado, haja vista que os recursos institucionais são distribuídos desigualmente (AGUIAR, 2016). A distribuição de recursos de forma diversificada, e muitas vezes desigual, atendendo a parâmetros políticos, de localidade, infraestrutura, engajamento institucional e finalidade pública ou privada, nem sempre atende aos parâmetros de fomento a constituição de uma rede de inovação.

Estudos regionais que contemplem o viés das universidades têm efeitos econômicos e sociais significativos, pois o apoio, expansão, aprimoramento e fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão na academia visam superar os “[...] déficits de infraestrutura e de conhecimento que entravam o seu desenvolvimento.” (BANDEIRA, 2013, p. 112). A presença do vetor educacional, frente às deficiências que circundam o desenvolvimento regional, contribui para o surgimento de uma ação de impacto nacional que, com a participação efetiva da sociedade civil e do poder público, auxilia no enfrentamento das dificuldades que atingem os diferentes territórios do país.

O engajamento regional das universidades abrange um amplo espectro de ações relacionadas com a geração, uso, aplicação e exploração de conhecimentos e outras capacidades além do ambiente acadêmico. As universidades “[...] podem se transformar nos principais difusores do crescimento econômico de suas regiões na medida em que produzem conhecimento.” (SERRA; ROLIM, 2013, p. 83).

As novas possibilidades de financiamento das instituições de ensino superior, seus estilos de governanças participativos, bem como a interação entre universidades e comunidades, constituem alternativas tangíveis de transformação do ambiente acadêmico.

A contribuição das universidades para o desenvolvimento social e econômico de uma nação é inquestionável. Entretanto, a literatura acerca da contribuição para o desenvolvimento de suas regiões é ainda recente, e, portanto, muito incipiente. Este novo foco está associado às mudanças que têm ocorrido num mundo cada vez mais competitivo em que o ambiente regional/local, proporcionador de conhecimentos e capacidades, passa a ser um fator fundamental na determinação da habilidade dos agentes econômicos em competir numa economia globalizada. Nesse sentido, as universidades engajadas em suas regiões podem se transformar em instrumentos essenciais do seu processo de desenvolvimento socioeconômico. (SERRA; ROLIM, 2013, p. 73).

O potencial de desenvolvimento das universidades, atrelados à proximidade do território, emergem como elementos basilares à sustentabilidade de regiões, pois contemplam a dimensão do desenvolvimento das pessoas em sua essência. Os agentes do ambiente acadêmico, sejam docentes, discentes e/ou técnicos administrativos, podem encontrar propostas exequíveis de intervenção no território e de aprendizagem, a partir da interação com a comunidade, pelo viés extensionista, e assim fomentar alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

Em linhas gerais, Pedro Demo (1999) argumenta que a visão do desenvolvimento humano parte dos seguintes pressupostos: a) a distinção entre crescimento (evolução tipicamente econômica) e desenvolvimento (visão interdisciplinar, abrangendo dimensões relevantes da sociedade); b) a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu desenvolvimento como “oportunidade” traduzindo sua face política como a mais estratégica, em vez das infraestruturais; c) esse enfoque valoriza a educação como fator mais próximo da gestação de oportunidade, seja no sentido de “fazer” ou “fazer-se” oportunidade, realçando a questão da cidadania; d) o adjetivo “humano” dispensa todos os outros classicamente usados (“econômico” ou “sustentável”), apresentando uma visão interdisciplinar e complexa; e) segue daí a proposta do *ranking* dos países em termos de desenvolvimento humano, tendo como indicadores básicos educação, expectativa de vida e poder de compra; f) do ponto de vista estratégico, a educação é o fator mais decisivo, mas nunca de modo setorial e isolado; g) possivelmente, o resultado dessa postura categorial é a mensagem de que a pobreza política é mais comprometidora, para as oportunidades de desenvolvimento, do que a pobreza material.

Conjugar adequadamente educação e conhecimento prescinde a valorização da educação sob a ótica interdisciplinar do desenvolvimento humano. A Comissão Econômica para a América

Latina e o Caribe (Cepal) coloca ostensivamente essa ligação, ao dizer que “educação e conhecimento” (DEMO, 1999, p. 16) representam o eixo da transformação produtiva com equidade, e na prática acaba privilegiando o conhecimento como fonte da inovação competitiva.

Sob a perspectiva da extensão, essa abordagem do conjunto coordena os aspectos culturais e/ou ideológicos, às premissas para novas oportunidades de transformação socioespacial. O que se busca, via diretrizes extensionistas, é a conquista de uma proposta de desenvolvimento, de forma inovadora e sustentável, fazendo com que a sociedade compreenda o que representa uma universidade para os territórios, os laços de rede formados e o contexto regional criado.

A criação de instituições regionais para articulação de atores faz parte de um processo de institucionalização essencial para a formação de identidades regionais. Sem a dinâmica de adensamento de redes e surgimento de identidades e identificações que é possibilitada pela atuação dessas instituições, uma região não chega sequer a se constituir como objeto no imaginário de seus habitantes. (RANDOLPH, 2014, p. 5).

As inovações têm um papel relevante no processo de desenvolvimento econômico das nações e a academia representa uma instância significativa para o emergir desse processo. O resultado de interações em rede, de transferência de tecnologia e de conhecimento entre atores e instituições pode ser potencializado por meio da extensão universitária.

Nas últimas décadas foi retomado, de maneira enfática, o debate sobre o papel da inovação no desenvolvimento econômico. Em uma sociedade crescentemente dominada pelo conhecimento, as vantagens comparativas, estáticas ou ricardianas, baseadas em recursos naturais, perdem importância e ganham destaque as vantagens construídas e criadas, cuja base está exatamente na capacidade diferenciada de gerar conhecimento e inovação. (SERRA; ROLIM, 2013, p. 81).

A capacidade diferenciada de gerar conhecimento e inovação depende de agentes com conhecimentos singulares, que buscam a inovação que supera barreiras e promove o desenvolvimento de regiões. E o conjunto de conhecimentos existentes na região é que constroem alternativas plausíveis de desenvolvimento do território.

[...] houve uma retomada da discussão sobre desenvolvimento regional, na qual emergiu a concepção de que as regiões com maiores probabilidades de desenvolvimento eram aquelas que tivessem capacidade de estabelecer um projeto político de desenvolvimento que congregasse os seus diferentes atores regionais, fazendo parte desse projeto, na sua vertente econômica, a utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos existentes na região para aumentar a sua competitividade. (SERRA; ROLIM, 2013, p. 82).

Outro aspecto importante, sublinhado por Serra e Rolim (2013, p. 83), é que “as regiões mais bem sucedidas numa economia baseada no conhecimento são aquelas que apresentam variedade

econômica e adaptabilidade institucional, que são os ingredientes essenciais para fornecer o apoio às inovações contínuas e aos ajustes às mudanças de mercado”. Ainda de acordo com esses autores, o aprendizado é a condição inicial do processo de inovação, pois significa uma mudança na capacitação de uma pessoa ou de uma organização, um acréscimo de informações, um processo de interação entre o que se sabe sobre uma determinada situação e o que se pode perceber como novo nessa situação.

O desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Esse processo deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Neste sentido, o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas e emancipatórias, envolvendo, portanto, tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. Essa construção social e política de trajetórias sustentadas, que seja dotada de durabilidade orgânica, deve ser permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogenizadora de centros de decisão, e ter sustentabilidade ambiental. (BRANDÃO, 2004, p. 70-71).

No cenário brasileiro, o processo de construção de ações educacionais alcança um padrão de relevância social visando atender ao direito de cada cidadão. Esse processo está vinculado a mecanismos de autoconstrução da sociedade, com a participação de agentes que interagem entre si na busca de um denominador comum à coletividade. A adoção de programas, projetos e ações para o desenvolvimento da educação brasileira, orientados e articulados a um macroplanejamento, é o ideal de desenvolvimento de qualquer nação.

Esse processo transformador deve ser promovido simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica) e em várias escalas espaciais (local, regional, nacional, global etc.). As políticas de desenvolvimento precisam agir sobre a totalidade do tecido socioprodutivo, pensar o conjunto territorial como um todo sistêmico, promovendo ações concertadas naquele espaço geográfico, buscando reduzir disparidades inter-regionais, combatendo o fosso entre as regiões e ampliando a autodeterminação daquela comunidade. (BRANDÃO, 2004, p. 71).

Um dos meios de fortalecimento e ampliação do território, principalmente na área educacional, está na participação ativa da sociedade nos processos de decisão, ao permitir o redirecionamento ou a reconstrução de prioridades no atendimento aos interesses da maioria. Pelo viés da extensão, é possível se fomentar o alcance da autonomia social, de novas possibilidades de geração de renda e o desenvolvimento de meios de produção, intervindo positivamente para o crescimento econômico de uma região, numa perspectiva inovadora de produção de conhecimento.

E, nesse cenário, as ações extensionistas encontram o seu lugar, potencializando a criação de uma agenda possível de desenvolvimento, conforme exposto a seguir.

3.5 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA AGENDA POSSÍVEL PARA O DESENVOLVIMENTO

O Brasil tem o grande desafio, para todo o território nacional, de tornar o sistema de ensino capaz de desenvolver nas pessoas a capacidade elevada de aprendizagem e o espírito crítico de cidadania. São expressivos os desequilíbrios entre regiões, até mesmo dentro de estados e de municípios, como também nas redes de ensinos público e privado. E as instituições de ensino superior possuem um papel significativo na redução das desigualdades, pois estão associadas às perspectivas de desenvolvimento regional, econômico, social, cultural e político de uma nação, buscando atender às demandas de seu entorno, em um esforço de coordenação e articulação conjunta entre o poder público e a sociedade, sendo a extensão a interlocutora desse processo.

É perceptível que as ações de extensão inseridas em um contexto social, fomentam a produção de conhecimentos, pois “não se trata mais de estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo” (FORPROEX, 2012, p.80). O contexto social em que se encontra a universidade e as parcerias firmadas são elementos basilares à contribuição da dinâmica regional.

A extensão não se faz apenas pelos cursos e serviços oferecidos, mas pela observação do contexto social em que a IES está inserida, aliada às interfaces que com outros setores que compõem a academia, vinculando-se, sem se confundir, com a pesquisa e ensino, com a organização administrativa, com a sociedade e o Estado, priorizando a dinâmica da região para a qual a extensão vai contribuir. (FORPROEX, 2004, p. 10).

A formação educacional determina escalas diferenciadas de oportunidades sociais, comprometem a mobilidade do indivíduo em relação ao deslocamento espacial e ao acesso ao mercado de trabalho. A extensão universitária possui potencial dialógico, transformador e emancipatório, no conhecimento e nas relações sociais, reconstruindo saberes em interação com a comunidade.

A extensão é concebida com o intuito de intensificar relações transformadoras entre a Universidade e a sociedade, através de um processo educativo, social cultural e científico, cuja atuação possibilita a formação de pessoas emancipadas no conhecimento e nas relações sociais, promovendo ações que atuem como base para a reconstrução do saber, constituindo-se como ponto de encontro entre o acadêmico e o cidadão, comprometidos com a comunidade a que pertencem e com a sociedade em geral em um constante movimento dialético permeado pela realidade social e a experiência do pensar e do fazer. (FORPROEX, 2004, p. 11).

Dentro dessa linha, a extensão evidencia o seu potencial de integração e interação social, desenvolvendo as possibilidades de construção de uma sociedade crítica, criativa e autônoma, pois “[...] na educação está a esperança mais concreta de inovação humana, desde que tomada de modo interdisciplinar e dotada de qualidade formal e política.” (DEMO, 1999, p. 25). O desenvolvimento da capacidade de saber pensar e usar o conhecimento através da ação extensionista potencializa ações de intervenção, emergindo para garantir a cidadania e incrementar o crescimento econômico.

Convém que as políticas de desenvolvimento sejam adequadas a cada sub-região, avaliando critérios como disponibilidade de infraestrutura, inovação tecnológica, formação, capacitação e treinamento da força de trabalho, reestruturação produtiva de sub-regiões críticas, entre outros. Esse processo gradual pode ocorrer mobilizando a sociedade, em parceria com a universidade e o poder público, de forma a despertar as potencialidades de cada localidade. E a extensão possui potencial para desenvolver uma sociedade em rede, através da criação e utilização de novas tecnologias da informação. O caráter metropolitano da maioria dos locais da revolução da tecnologia da informação em todo o mundo parece indicar que o ingrediente crucial em seu desenvolvimento não é a novidade do cenário cultural e institucional, mas sua capacidade de gerar sinergia com base em conhecimentos e informação (CASTELLS, 1999).

Representa dizer que essa nova revolução tecnológica defende a inovação circunstanciada com a localidade geográfica, na era da informação. Nesse sentido, faz-se necessário criar um modelo social, cultural e espacial de inovação que permita “um aumento da velocidade da inovação tecnológica e uma difusão mais rápida dessa inovação à medida que mentes talentosas, impulsionadas por paixão e ambição, vão fazendo pesquisas constantes no setor em busca de nichos de mercados e processos.” (CASTELLS, 1999, p. 107).

A dinâmica de um sistema econômico promissor oferece um modelo informacional de desenvolvimento onde a produtividade, a competitividade e a economia informacional são algumas das ferramentas que impulsionam o progresso econômico. A discussão sobre os padrões de desenvolvimento regional desigual emergente apresenta algumas características marcantes de diferenciação. A consequência da concentração de recursos, dinamismo e riqueza em certos territórios, é a segmentação cada vez maior da população global e, por fim, levando a tendências globais de aumento da desigualdade e da exclusão social (CASTELLS, 1999).

As rápidas transformações econômicas e tecnológicas induzem as instituições universitárias a um processo de mudança organizacional com vistas a se adaptarem às condições de imprevisibilidade do mercado. Sendo organizações, estão sujeitas a transformação de seu modelo corporativo para alcançarem o mérito de transformações sociais em sua localidade.

A principal mudança pode ser caracterizada como a mudança de burocracias verticais para a empresa horizontal. A empresa horizontal parece apresentar sete tendências principais: organização em torno do processo, não da tarefa; hierarquia horizontal; gerenciamento de equipe; medida do desempenho pela satisfação do cliente; recompensa com base no desempenho da equipe; maximização dos contatos com fornecedores e clientes; informação, treinamento e retreinamento de funcionários em todos os níveis. (CASTELLS, 1999, p. 107).

A adoção de estratégias de formação em redes dota o sistema de flexibilidade, carecendo de adaptabilidade em seu processo de atuação. Para tanto, a universidade necessita dinamizar cada elemento de sua estrutura interna para obter os benefícios da flexibilidade das redes.

O espaço esconde uma complexidade fundamental: não é uma fotocópia da sociedade, representa a própria sociedade. As formas e processo espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social. Os processos sociais exercem influência no espaço, atuando no ambiente construído, herdados das estruturas socioespaciais anteriores. Na verdade, espaço é tempo cristalizado (CASTELLS, 1999).

Em teoria social, o espaço deve ser definido com referência as práticas sociais. Afinal, como afirma Manoel Castells (1999, p. 500), “espaço é um produto material em relação a outros produtos materiais – inclusive as pessoas – as quais se envolvem em relações sociais [historicamente] determinadas que dão ao espaço uma forma, uma função e um sentido social”.

Do ponto de vista da teoria social, espaço é o suporte material de práticas sociais de tempo compartilhado (CASTELLS, 1999). O espaço reúne as práticas sociais que são simultâneas no tempo e, que por sua vez, são predominantes na era da informação. Assim, conforme propõe Manoel Castells (1999, p. 501):

[...] há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço dos fluxos. O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. Práticas sociais dominantes são aquelas que estão embutidas nas estruturas sociais dominantes. Por estruturas sociais dominantes, entendo aqueles procedimentos de organizações e instituições cuja lógica interna desempenha papel estratégico na formulação de práticas sociais e da consciência social para a sociedade em geral.

A articulação espacial de funções dominantes materializa-se, assim, por meio da formulação de práticas sociais que conscientizam a sociedade através de redes de interações. A extensão universitária coaduna com esse processo, pois a utilização de equipamentos de tecnologia da informação potencializa os intercâmbios de fluxos de rede, definindo as “regiões econômicas” desse novo espaço.

Desse modo, quando falamos na construção de um sistema para extensão duas possibilidades vêm à tona. A primeira estaria mais relacionada à cultura burocrática de nossas instituições com a criação do sistema piramidal, verticalizado, com hierarquias bem definidas, e normas e regulamentos vinculantes. A segunda possibilidade seria a organização de um sistema menos hierarquizado, horizontalizado e mais flexível com o formato de uma rede, baseado nas iniciativas espontâneas e setoriais da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. (ROCHA, 2008, p. 128).

Ou seja, a universidade, através da extensão, oferece a oportunidade de se produzir conhecimento com base em um sistema aberto, orgânico, que interage com o seu entorno, onde o centro do conhecimento não está apenas na academia. Existem outras formas de saber (saber popular) que estão fora da universidade e precisam ser integradas a produção e difusão do conhecimento universitário numa perspectiva não hierarquizada e em interação com a realidade (ROCHA, 2008).

A produção e gestão do conhecimento pela academia, elaboradas de forma democrática, configuram-se por uma formação mais humanística do discente e menos orientada pelo mercado. Os princípios de participação política e social constituem-se em um modelo de organização em rede. Tanto do ponto de vista individual como coletivo as redes se apresentam como um importante recurso organizacional para as democracias modernas (ROCHA, 2008). Segundo este autor, a organização em forma de rede preconiza que as relações são mais participativas, horizontalizadas, colaborativas e solidárias, e as hierarquias, quando postas, são de uma forma bem mais leve.

As funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. (CASTELLS, 1999, p. 565).

Para o autor, a lógica de redes gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes, pois o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder. Uma sociedade, para ser considerada em rede, está caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social.

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise à suplantação do espaço e invalidação do tempo. (CASTELLS, 1999, p. 566).

Portanto, há indícios que a economia atual está organizada em torno de redes. As instituições e organizações estão multiplicando-se em diferentes agrupamentos geográficos, onde o processo de trabalho é cada vez mais individualizado e focalizado no resultado, através de múltiplas tarefas interconectadas em diferentes locais, que valoriza muito mais a capacidade e os atributos do indivíduo. As relações sociais de produção sofreram transformações profundas, onde o conhecimento e as trocas culturais potencializam a se viver em um mundo predominantemente social.

A extensão universitária pode então ser assim considerada uma fonte expressiva de desenvolvimento, por possuir em sua gênese características da estrutura social baseada em rede: promove ações estratégicas de concentração descentralizada, com organizações e profissionais flexíveis, em que os valores culturais e de inovação podem contribuir significativamente à transformação das dinâmicas regionais. Ao transformar-se em um instrumento de integração regional da academia com a sociedade, coordena e articula ações setoriais com impacto em seus territórios de atuação.

Para se evidenciar as possíveis contribuições decorrentes das dinâmicas socioespaciais do fazer e acontecer da extensão universitária e relacioná-la com as premissas do desenvolvimento local, fora concebido um modelo para identificação de indicadores de desenvolvimento regional sob o viés da temática extensionista.

Saliente-se que para a construção dos indicadores foram utilizados os parâmetros expressos na literatura presente nesse estudo, abordando as discussões sobre extensão universitária, no que tange a formação do estudante, coprodução do saber e valorização do conhecimento tácito, atuação em rede, território e desenvolvimento local, inovação e utilização de recursos locais, questões de financiamento. As discussões apresentadas na Política Nacional de Extensão Universitária, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional 2007, pelos Fóruns de Pró-reitores de Extensão, bem como do quadro legal que subsidia os avanços da extensão no Brasil também

referendaram a construção do Modelo Proposto para identificar indicadores de desenvolvimento pelo viés da Extensão Universitária, os quais estão apresentados no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Modelo proposto para identificar indicadores de desenvolvimento local/regional, pelo viés da extensão universitária

N DE ORDEM	DIMENSÃO DE ANÁLISE	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	AUTORES	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
1	FORMAÇÃO DO ESTUDANTE	Qualidade política na formação universitária; Reconstruir conhecimento e educar novas gerações; Múltiplas capacidades para pensar sobre várias coisas; Aprendizagem baseada na experimentação; Articulação teórico-prática, reflexão-ação, engajamento social e político; Aprender é um ato político;	Demo (2001); Vigotsky (1998 <i>apud</i> SÍVERES, 2012); Piaget (1994); Freire (1997); Sívares (2012);	INTEGRAÇÃO CURRICULAR; ESTRATÉGIA ENSINO-PESQUISA- APLICAÇÃO; FORMAÇÃO POLÍTICA	Há indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na ação extensionista? Há criticidade na ação do estudante?
2	COPRODUÇÃO DO SABER E VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO TÁCITO	Trabalho social útil, produz conhecimento novo, possibilita o pensamento crítico e o agir coletivo; Forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade; Problematização do conhecimento em relação com a realidade concreta para assim transformá-la; Pressupõe a presença do outro, de um conhecimento que circula e que pode ser testado e agrega novos valores; Encontro de alunos, professores e comunidade desenvolvendo a capacidade de reflexão sobre as práticas;	Melo Neto (2013); Freire (2013) Castro, Souza e Lima, (2015)	PRODUÇÃO COLETIVA DE UM ENTENDIMENTO RESULTANTE DO CONFRONTO COM A REALIDADE LOCAL/REGIONAL; TROCA DE SABERES	Há produção de conhecimentos intangíveis decorrentes da ação extensionista?
3	ATUAÇÃO EM REDE	Atores locais, formados em rede: papel central na execução, definição e controle para o desenvolvimento local; Capacidade de gerar sinergia com base em conhecimento e informação; Organização em torno do processo; hierarquia horizontal; gerenciamento de equipe; espaço como uma forma, uma função e um sentido social; Espaço dos fluxos: lógica interna desempenha papel estratégico na formulação de práticas sociais e da consciência social; redes: nova morfologia social da sociedade compartilhando valores, um sistema aberto, dinâmico e suscetível de inovação; Sistema horizontalizado e mais flexível, com o formato de uma rede, baseado em iniciativas da academia e da sociedade civil organizada;	Barquero (2002) Castells (1999) Rocha (2008)	RELAÇÕES DE PODER DE CONEXÃO HORIZONTAL, POR MEIO DE ENCONTROS INTERACIONAIS DE PERFIL CRÍTICO, REFLEXIVO E EMANCIPADOR;	Há docentes/ discentes/técnicos/ membros da comunidade presentes à ação extensionista? Há reuniões/diálogos entre os agentes extensionistas?

N DE ORDEM	DIMENSÃO DE ANÁLISE	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	AUTORES	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
4	TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	<p>A “produção do espaço” diretamente relacionada à dimensão da ação humana e da história;</p> <p>Desenvolvimento endógeno decorrente de instituições e mecanismos de regulação do território que funcionam eficientemente;</p> <p>A forma de organização da produção, a estrutura familiar, a estrutura social e cultural e os códigos de conduta da população condicionam os processos de desenvolvimento;</p> <p>História de um povo é inseparável da área em que ele habita; Conexão entre os espaços; A área é um concurso sistemático de forças;</p> <p>A formação de identidades regionais demanda a criação de instituições regionais para a articulação de atores; Adensamento em redes;</p>	<p>Lefebvre (1970)</p> <p>Barquero (2002)</p> <p>Vidal De La Blache (1994)</p> <p>Randolph (2014)</p>	<p>MOVIMENTOS DA UNIVERSIDADE DE ARTICULAÇÃO INTERNA E EXTERNA, COM PARCERIAS ESTABELECIDAS;</p> <p>DESENVOLVIMENTO EM MÚLTIPLAS ESCALAS ESPACIAIS</p>	<p>Há envolvimento de instituições/segmentos internos/segmentos sociais no processo?</p>
5	FINANCIAMENTO	<p>Investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação considerando as diferentes escalas espaciais: local, regional, nacional e global (cooperação internacional);</p> <p>Investimentos no capital humano para redução das desigualdades sociais;</p> <p>Déficits de infraestrutura e conhecimento que entram o desenvolvimento;</p> <p>Universidades: difusores de crescimento econômico de suas regiões;</p>	<p>FINEP (2016)</p> <p>Schultz (1973)</p> <p>Bandeira (2013)</p> <p>Serra e Rolim (2013)</p>	<p>REGULAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO EM UNIVERSIDADES/ BOLSAS PARA DISCENTES/DOCENTES/TECNICOS/ RECURSOS EXTERNOS</p>	<p>Há financiamento da extensão pelo governo/sociedade/universidade?</p>

N DE ORDEM	DIMENSÃO DE ANÁLISE	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	AUTORES	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
6	INOVAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS LOCAIS	<p>Capital Humano; Princípio da centralidade, espaço organizado em torno de um núcleo urbano principal; Crescimento de um núcleo urbano depende do nível de demanda por serviços urbanos sobre a área atendida pelos lugares centrais; Os atores locais organizam-se formando redes, que servem de instrumento para conhecer e entender a dinâmica do sistema produtivo e das instituições; Dinamismo da indústria motriz; Atividade inovadora e de grande dimensão; Promove o crescimento de seu meio e leva outras empresas a inovarem; Utilização de recursos locais (econômicos, humanos, culturais e institucionais) Teoria dos Polos de Crescimento em torno de aglomerações urbanas; Forte identificação geográfica: produto das economias de aglomeração lideradas pelas indústrias motrizes; Polo de crescimento que estimula o circuito produtivo; Região polarizada com funcionalidade, hierarquia e heterogeneidade nas relações do polo; Meios inovadores e regiões inteligentes; atores ligados ao setor produtivo e ao meio local; inovação ancorada no território; Sistema produtivo flexível; empreendedorismo vinculado a uma matriz endógena; Capacidade de fabricar novos produtos, adotar novos processos produtivos, configurações organizacionais e institucionais inovadoras; lógica de interação: comportamento dos atores e dinâmicas locais; lógica de aprendizagem: produzindo conhecimentos e redefinindo comportamentos; regiões inteligentes: territórios vocacionados a reprodução de uma cultura de relações e de uma dinâmica coletiva de aprendizagem; interação entre empresas e instituições de pesquisa e de apoio e na organização social; Meio inovador: conjunto relações que unem um sistema local de produção, um conjunto de atores, representações e cultura industrial gerando aprendizagem coletiva; Educação e desenvolvimento: eixo de transformação produtiva com equidade; Conhecimento como fonte de inovação produtiva; Desenvolvimento demanda a construção social e política, dotada de durabilidade orgânica, inclusiva de populações marginalizadas; Ampliação da autodeterminação de comunidades.</p>	<p>Schultz (1973) Walter Christaller</p> <p>Barquero (2002)</p> <p>Schumpeter (1982)</p> <p>François Perroux (1967)</p> <p>Santos (2002)</p> <p>Camagni (1995)</p> <p>Demo (1999)</p> <p>Brandão (2004)</p>	CAPITAIS INTANGÍVEIS	Há produtos/serviços tangíveis decorrentes da ação extensionista?

Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação.

A verdadeira contribuição da academia, pelo viés da extensão, está na elaboração de estratégias para ampliação da competitividade e produtividade de regiões, através de incentivos à inovação e sustentabilidade. A extensão emerge como uma potencial difusora do crescimento econômico de territórios, ao auxiliar na superação do quadro de desigualdades sociais. Enfrentar os desafios para esse alcance perpassa pela consolidação de uma rede de parcerias, ação política, investimentos em ciência, tecnologia e inovação, difundindo, nos diversos espaços geográficos, os elos necessários para a transformação socioespacial e o alcance da agenda de desenvolvimento de uma nação. A seguir, o capítulo metodológico que norteia essa investigação.

4 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os caminhos da investigação, contemplando os pressupostos epistemológicos, as questões de método e os procedimentos metodológicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa.

4.1 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

A ciência social contempla a explicação de processos sociais de interação e construção de saberes entre sujeitos. Desvendar a ligação entre a formação do conhecimento e a identificação do sujeito do processo de conhecer é uma premissa básica para se esclarecer o mundo social, pois a ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos (GIL, 2016).

A ciência busca incessantemente oferecer à sociedade um conhecimento novo, singular. O processo de formação de pessoas perpassa pelo acompanhamento e controle dos meios de se produzir conhecimento novo. O pensamento teórico no campo social tenta reconhecer grandes temas e a efetividade da teoria em desenvolver modos adequados para tratá-los. Os fundamentos da teoria social demandam reconsiderar trajetórias percorridas e efetuar críticas dos valores incorporados. Em sua abordagem, a ciência social está fundamentada na singularidade dos acontecimentos e na subjetividade das observações. Nesse sentido, pode-se definir um método para o desvelar da ciência, um caminho para se chegar a determinado fim. E como preconiza Antônio Carlos Gil (2016), o método científico é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

O processo social demanda avaliações contínuas e a definição de novos rumos. O fluir da ciência está firmado em uma consciência social do processo do conhecimento, onde a sociedade do conhecimento é constituída por pessoas. A partir de contínuas releituras do passado, surge a incorporação de novidades das práticas sociais e as consequentes modificações da vida em sociedade. A teoria do campo social adota como critérios de avaliação a capacidade de registrar e resolver problemas do mundo da prática.

A faculdade individual da razão é substituída por uma racionalidade das relações sociais, em que razão não só é capacidade de argumentar como também de garantir através do discurso uma interatividade socialmente incluyente. A racionalidade não seria somente a dos indivíduos participantes do processo social da economia, mas do sistema que inclui e exclui pessoas de funções sociais. Há uma cisão no relativo a demarcar o campo da sociabilidade e o da

individualidade. Com ela há uma denúncia do abandono do racionalismo cartesiano em proveito do pragmatismo. (PEDRÃO, 2012, p. 5).

A pesquisa sobre os meios de produção de conhecimento está ancorada na relação entre ciência e sociedade, onde a racionalidade das relações sociais garante através do discurso uma interatividade socialmente incluyente, com os benefícios do pragmatismo.

Os filósofos provenientes das ciências naturais como John Locke (1632-1704), Berkeley (1685-1753) e David Hume (1711-1776) defendem que todas as ideias são provenientes das percepções sensoriais. Enquanto o racionalismo despreza o papel dos sentidos no conhecimento, o empirismo reconhece que as impressões são adquiridas pelo contato dos sentidos com o mundo exterior. Todos os nossos conceitos, incluindo os mais gerais e abstratos, derivam da experiência. (FIGUEIREDO; SOUZA, 2011, p. 22).

De acordo com essa abordagem, a experiência define os conceitos do mundo real. John Locke (1978) compara a mente humana ao conceito Aristotélico da tábua rasa, uma folha de papel em branco desprovida de quaisquer caracteres, onde, gradualmente, só começa a ser escrito com as experiências.

A forma apresentada por esse estudo utiliza a corrente filosófica da fenomenologia, que, conforme explicam Figueiredo e Souza (2011), surgiu no início do século XIX, com Franz Brentano (1838-1917), explorando o campo da intencionalidade da consciência humana. Sob essa influência, quem desenvolveu as principais linhas filosóficas dessa corrente foi Edmundo Husserl (1859-1938) e seu projeto filosófico busca explicitar as estruturas implícitas da experiência humana do real, revelando o sentido dessa experiência através de uma análise da consciência em sua relação com o real. Ou seja, consiste na observação e descrição do fenômeno que se manifesta ou aparece aos sentidos, ou à consciência. Husserl (1965 *apud* ZILES, 2007, p. 72-73) defende que “não é das filosofias que deve partir o impulso da investigação, mas sim, das coisas e dos problemas”.

Para Figueiredo e Souza (2011), a fenomenologia é considerada um estudo descritivo de um conjunto de fenômenos, tal como eles se manifestam no tempo ou no espaço. O mundo não é um dado bruto desprendido de significados; essa percepção é intrínseca para cada ser. A base de referência filosófica desse estudo está na pesquisa qualitativa, tendo como objeto principal as questões do significado e da intencionalidade. Em termos de área de conhecimento, esta investigação está contemplada no campo das Ciências Sociais Aplicadas. A seguir, a explanação sobre os métodos empregados.

4.2 QUESTÕES DE MÉTODO

O caminho metodológico utilizado nesta investigação corresponde a uma problematização de caráter científico, no campo da ciência social. Tudo em ciência é discutível, pois sua realidade é inesgotável e sempre pode ser questionada. O método busca explicar a evolução das ações desenvolvidas pelos sujeitos e objetos do agir social, ressaltando os antecedentes e consequentes históricos. Figueiredo e Souza (2011, p. 89) afirmam que o método é um vocábulo que se origina do grego *methodos*, *met*=meta, e significa “na direção de” e *hodos*=caminho, representando o processo ou ordem racional para chegar a determinado fim.

Este estudo utilizou como método de pesquisa a fenomenografia, que visa à descrição, análise e compreensão das experiências, o que resulta na descrição experiencial (MARTON, 1981). Esse método objetiva “descobrir e sistematizar formas de pensamento, em termos dos quais as pessoas interpretam aspectos da realidade, aspectos que são significativos socialmente e supostamente compartilhados pelos membros de um tipo de sociedade.” (MARTON, 1981, p.180). A fenomenografia centra-se nas experiências vividas pelos indivíduos com base em suas percepções nas mais variadas formas, sempre contextuais à dimensão sócio-espço-temporal, na busca por capturar um entendimento mais completo e integral do fenômeno em si (CHERMAN; ROCHA-PINTO, 2015).

Os elementos significativos que balizam a fenomenografia como estratégia de pesquisa são: (a) o conhecimento tem natureza relacional e holística; (b) as concepções são a forma central do conhecimento; (c) as descrições são fundamentais para o conhecimento científico sobre as concepções; (d) as concepções são baseadas na exploração de significados de objetos delimitados; (e) o espaço de resultados emerge a partir de processos de diferenciação, abstração, redução e comparação dos dados coletados. (SVENSSON, 1997, p. 20).

Os dados foram recolhidos de forma qualitativa, privilegiando o caráter descritivo que “tem como objetivo a descrição das características de determinada população.” (GIL, 1999, p. 27). O delineamento desse estudo contemplou as seguintes fontes de pesquisa: bibliográfica, documental e eletrônica. A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado (GIL, 1999); a documental é “quando os dados e a sua interpretação derivam de fontes documentais de eventos passados.” (BOAVENTURA, 2011, p. 55). Antônio Carlos Gil (2016) reconhece que a pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais, apresentando muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, posto que nas duas modalidades utilizam-se dados já existentes.

Como método de abordagem, constituiu-se de uma pesquisa fenomenológica, “que busca descrever e interpretar os fenômenos que se apresentam à percepção.” (GIL, 1999, p. 39). Ou seja, busca interpretar o mundo através da consciência do sujeito formulada com base em suas experiências. Esse autor expõe que seus fundamentos são encontrados na Fenomenologia, movimento filosófico iniciado no século XX e que tem como principais expoentes Edmund Husserl (1859-1938), Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty (1908-1961). O fenômeno é estudado como se apresenta para o sujeito, não há regras em sua observação, é um modo de se compreender o mundo. O método fenomenológico apresenta dois momentos: a redução fenomenológica, que restringe o conhecimento ao fenômeno da experiência de consciência desconsiderando o mundo real, e a redução eidética, que consiste na redução do objeto da percepção à ideia, permitindo a intuição das essências.

Essa análise buscou encontrar o verdadeiro significado do objeto. Em outras palavras, Urbano Ziles (2007, p. 2) explica:

A redução fenomenológica, conceito fundamental na fenomenologia de Husserl, tem o sentido de tematizar a consciência pura. Começa com a colocação entre parênteses do mundo. Prossegue na redução eidética, termo usado para o procedimento metódico que leva à visão da essência. A meta da redução eidética é a compreensão do a priori como eidos (essência). O pressuposto é que a já existente oposição entre sujeito e objeto é superada para voltar-se à análise dos dados constituintes na consciência que é consciência de [...], pondo-se o mundo com seus objetos ao eu (consciência). A consciência é intencionalidade significa: dirige-se para, visa alguma coisa. Toda consciência é consciência de.

Este estudo contemplou, em sua fase exploratória, uma série de indagações, simples pontos de partida a revelar e desenvolver a riqueza do tema “Extensão Universitária”, um campo aberto em múltiplas direções dentro da academia. A abordagem metodológica visou acompanhar, de perto, o fluxo de acontecimentos que constituiu a criação e implementação do projeto piloto “Curso de Especialização em Extensão Universitária”, realizado em Minas Gerais, em 2012-2013, de amplitude nacional. Esse método de abordagem não requer a utilização do processo de amostragem probabilística, nem mesmo um número elevado de informantes (GIL, 1999). A distinção desse estudo está no fato de relatar possíveis contribuições da extensão universitária para o fomento a transformações socioespaciais, revelando o potencial de aprendizagem e troca de saberes decorrente da integração docentes-discentes-técnicos-comunidade, compondo um todo orgânico para a promoção do desenvolvimento.

O relato desse estudo, de natureza essencialmente qualitativa, buscou caracterizar o Curso de Especialização em Extensão Universitária, ocorrido em Minas Gerais, em 2012-2013, apresentando os resultados alcançados por ações extensionistas, em termos de transformações socioespaciais, apresentando os conhecimentos decorrentes de pesquisas extensionistas brasileiras. Tendo em vista o modelo do Curso de Especialização ter sido interativo e dialógico, a implantação do referido programa de pós-graduação *lato sensu* em extensão universitária evidenciou-se como um motor de oxigenação e transformação da academia, por meio da troca de saberes extensionistas, envolvendo discentes e docentes de diversas regiões do país.

A população em estudo contemplou 33 estudantes, sendo que 31 efetivamente concluíram as pesquisas do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Os trabalhos monográficos de conclusão do curso foram solicitados a todo o corpo discente concluinte, pela pesquisadora, quatro vezes por *e-mail* em datas alternadas (de 15 em 15 dias), porém apenas 14 estudantes responderam enviando o TCC, sendo que um discente enviou apenas o resumo. Diante desse fato, para delimitamento da amostra foi utilizado o método amostral não-probabilístico, procurando-se obter um número razoável de monografias, pois a amostragem não-probabilística é uma amostragem subjetiva, ou por julgamento, onde a variabilidade amostral não pode ser estabelecida com precisão (STEVESON, 1981). Esta seleção foi feita considerando-se que a amostra poderá oferecer as contribuições demandadas pelos objetivos da pesquisa, contemplando os seguintes critérios de seleção relacionados ao tema da extensão: metodologia, gestão, avaliação e práticas de extensão.

Na fase preliminar do estudo, foram definidas as seguintes etapas de pesquisa: formulação das questões de pesquisa, escolha das técnicas de coleta de dados, seleção dos participantes, análise dos dados e redação do relatório. Como perspectiva inicial de trabalho, foi elaborado o protocolo de pesquisa (Apêndice E) para nortear a investigação.

Para o êxito desta investigação, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, através da seleção e análise de autores, que assegurassem uma fundamentação teórica ao problema investigado; posteriormente, foram delimitadas a escolha dos instrumentos e as técnicas metodológicas que garantissem melhor compreensão e interpretação dos dados. Nesse encaminhamento, por conseguinte, foi utilizada, desde o início do trabalho de campo, a técnica da observação participante que, conforme esclarece Chizzotti (1998, p. 90), “é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para recolher ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista”.

Para este alcance, as investigações por fontes de pesquisas bibliográficas, documentais e eletrônicas fundamentaram os estudos *in loco* do Curso de Especialização em Extensão Universitária, em Minas Gerais. Com a análise documental e eletrônica, foram obtidos os dados históricos, a representatividade das instituições envolvidas e a diversidade de origem dos agentes extensionistas que contemplaram os corpos discente e docente presentes no referido Curso. A partir do levantamento documental e da trajetória histórica do curso, concebeu-se a descrição de alguns momentos fundamentais: a ideia, a proposta, o projeto e o processo; e, como aspecto exploratório, a análise de uma amostra dos trabalhos monográficos dos discentes concluintes do curso.

A escolha do Método fenomenológico envolveu três fases distintas: 1) a escolha do referencial teórico, a seleção do caso e o desenvolvimento do protocolo de pesquisa para a coleta de dados; 2) a condução do estudo, com a coleta e análise de dados; 3) a análise dos dados obtidos à luz da teoria selecionada, interpretando seus resultados. Na primeira fase de condução da pesquisa, foi elaborado o protocolo, documento formal contendo uma visão geral do projeto e seu tema de investigação, questões de estudo e leituras norteadoras; os procedimentos adotados para a coleta dos dados (observação em campo, aplicação de questionário e análise documental); plano de análise dos dados coletados, informando a natureza descritiva das informações colhidas. Na segunda fase do estudo, foram colhidas as evidências sobre o curso, analisando os documentos, o questionário aplicado no processo, as observações diretas efetuadas ao longo das visitas de campo por parte da pesquisadora. Além disso, fora solicitado por *e-mail* o envio dos trabalhos monográficos para análise efetiva de seus conteúdos. Esse estudo valeu-se de dados obtidos mediante o exame de documentos, a observação espontânea e a análise de uma amostra das monografias de discentes concluintes do curso. Por fim, na última fase, efetuou-se a categorização e a classificação dos dados, tendo em vista as proposições iniciais do estudo.

A pesquisa documental referendou-se de algumas fontes secundárias que propiciaram uma parte do aporte teórico e a delimitação do tema, através dos seguintes instrumentos: a) pesquisa bibliográfica através de textos, periódicos e livros; b) pesquisa documental através de: 1) editais de seleção e resultados; 2) relato da carta de solenidade de abertura do curso, em 27/06/2012, da professora Débora Nunes; 3) cronograma do Curso de Especialização em Extensão Universitária; 4) Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 10.224/2012; 5) Plano de Trabalho do Curso; 6) Relatório Final do Curso de Especialização em Extensão Universitária (2014). Além disso, foram consultadas publicações científicas, dissertações, teses e legislações específicas que fundamentaram o tema da extensão universitária.

A investigação utilizou como referência o período de 2012-2018: inicialmente, a partir da base documental, pesquisa de campo e aplicação de um questionário (Apêndice G) à coordenação do curso, durante o período em que a pesquisadora participou das aulas presenciais (Anexo A). Este questionário, aplicado em 23/10/2013, com perguntas fechadas e abertas à coordenação do curso, e representado pela secretaria administrativa e um dos membros da coordenação colegiada, teve como objetivo conhecer o curso e obter dados dos estudantes e suas respectivas áreas de investigação, a visão da coordenação do programa em relação ao curso, dentre outras percepções. Saliente-se que a formação pedagógica do aluno tinha como atividade finalística os trabalhos monográficos fundamentados por experiências em projetos extensionistas dos estudantes. De acordo com os dados obtidos por esse questionário, o Curso obteve um público estimado de 33 discentes e foi realizado no período de 28/06/2012 a 28/09/2013. Quanto aos resultados alcançados, conforme dados do Relatório Final do Curso, contemplou: a integração dos três fóruns de Extensão Universitária; 31 concluintes do curso com apresentações e defesas de monografia/artigo; 16 artigos formatados para publicação; previsão de uma publicação dos melhores trabalhos (média de 12). Posteriormente, com a solicitação, via *e-mail*, dos trabalhos monográficos de conclusão do curso, elaborados pelos alunos. A análise de conteúdo revelou o impacto do curso em termos de troca de saberes com a comunidade extensionista, seja no âmbito interno quanto externo à academia.

No tocante às técnicas de pesquisa, as fontes, análise e interpretação dos dados, as estratégias utilizadas envolveram investigações correlacionadas a uma pesquisa bibliográfica, utilizando como matéria-prima os textos monográficos escritos por uma amostra de discentes que concluíram as atividades do Curso de Especialização em Extensão Universitária. No caminho dessa investigação, percorreu-se uma trilha reflexiva, que colocou a pesquisadora em diferentes papéis, aliando conhecimentos das funções de técnico-administrativa e docente no campo da extensão. Nesse cenário, foi possível identificar os pontos relevantes da teoria e da prática extensionista, revelando dados que emergiram do olhar da pesquisadora em algumas aulas do Curso.

A pesquisadora esteve presente a 6 (seis) defesas de monografias de estudantes egressos do CEEU, o que gerou o Quadro 4, com as principais percepções sobre as apresentações. O fato não contemplou todas as bancas de concluintes, tendo em vista várias sessões ocorrerem em horários simultâneos. Vale salientar que muitos trabalhos monográficos foram entregues três meses após o término do curso, após recomendações à pesquisa dos egressos, por professores das bancas de qualificação, o que impossibilitou a coleta no evento presencial do curso. As atividades acadêmicas do CEEU ocorreram em Belo Horizonte (MG) e a pesquisadora, com

limitações profissionais e poucos recursos, não pode participar de todas as atividades acadêmicas presenciais, a fim de mensurar uma ou mais características particulares dessa população.

O conhecimento abordado em sala de aula durante o Curso, bem como os diálogos entre docentes e discentes que evidenciaram as práticas e/ou atividades extensionistas, direcionaram esse estudo à utilização da abordagem fenomenológica, a qual sua representatividade pode significar uma experiência ímpar a embasar outras pesquisas em Ciências Sociais. O curso possui diferentes atores, situações e localidades distintas, agregando uma concatenação de domínios que não são apreendidos facilmente. O exame dessas complexidades fez-se necessário para a compreensão holística do caso.

A pesquisa fenomenológica apresentou-se como um estudo compatível com os anseios da pesquisadora, com valor em si próprio, pois a sua experiência no campo da extensão, seja na condição de analista universitária e de docente, ofereceu parâmetros para avaliação das fragilidades e avanços identificados pelos egressos extensionistas. Além disso, possibilitou oportunidades para estudos de ações extensionistas com aplicabilidade em outras capilaridades espaciais. Descrever o curso, com vistas à construção de uma narrativa de valor e relevância no espaço acadêmico-científico revelou-se um grande desafio. A relevância desse estudo buscou apresentar uma proposta sólida e uma orientação metodológica coerente, que transcendesse à mera obtenção de dados, captando e revelando a problemática da realidade observada.

O estudo de campo possibilitou uma avaliação da temática extensionista não apenas em termos de curso, mas também da interação dos sujeitos da pesquisa no desenrolar do processo da aprendizagem, pois “no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes.” (GIL, 2016, p. 57). O vivenciar do processo pedagógico diretamente com os atores da academia, a abstração de significados da realidade dos sujeitos envolvidos no curso, a criação de um laboratório de ideias compartilhadas durante as aulas, apontaram caminhos para um novo olhar sobre a extensão.

O instrumento utilizado para as anotações de registro das observações foi o diário de campo. As notas de campo, como definem Bogdan e Biklen (1994, p.150), “representam o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiência e pensa do decurso da escolha, refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo”. Em termos de conteúdo das notas de campo, Bogdan e Biklen (1994, p.154) apontam dois tipos de materiais: “O primeiro é descritivo, no qual a pre-

ocupação é a de captar uma imagem por palavras do local, pessoas, ações e conversas observadas. O outro é reflexivo – a parte que apreende mais o ponto de vista do observador, suas próprias ideias e preocupações”.

A pesquisa contemplou três momentos significativos: primeiro, identificou a representatividade da evolução conceitual da extensão universitária e a composição do quadro legal da extensão universitária iniciada com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto Federal 19.851, de 11/04/1931), obtendo como escopo a criação do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei no 13.005, de 25/06/2014). Foram privilegiados os fatos históricos que direcionaram a consolidação do “fazer e acontecer extensionista”. O aparato legal constituído refletiu a trajetória acadêmica e social da extensão. Foram examinados os fundamentos teóricos da extensão, analisando os campos de forças dos atores envolvidos, apresentando a conjuntura teórica e o quadro legal do processo histórico extensionista. Este percurso, teórico e legal, evidenciou ser fundamental para análise dos dados coletados e produzidos pelas evidências empíricas. Em seguida, no segundo momento, apresentou as potencialidades do desenvolvimento em múltiplas escalas espaciais e o viés das universidades, em termos de extensão universitária, no contexto regional e da inovação. Por fim, no terceiro momento, a descrição do curso e a análise dos trabalhos monográficos recebidos, com a criação do modelo proposto para identificar indicadores de desenvolvimento, pelo viés da extensão (Quadro 5).

Tendo em vista ser uma pesquisa qualitativa, utilizou-se a Análise de Conteúdo (AC), um método de organização e análise de dados que possui como foco qualificar as vivências do sujeito, bem como suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos (BARDIN, 1979). Foram analisados documentos, normas, editais, relatório, projeto e termo de cooperação, que fundamentassem a *análise de conteúdo* dos textos selecionados para identificar os fatos e atores (MINAYO, 1993).

Sob o prisma de suas limitações e possibilidades, “a pesquisa qualitativa é aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas.” (BARDIN, 1979, p.14).

Na pesquisa qualitativa, e mais especificamente na análise de conteúdo como método, o foco não está na quantificação, mas na análise do fenômeno em profundidade, elencando as subjetividades, suas relações, bem como interlocuções na malha social (CAVALCANTE, 2008). Esse tipo de método, apesar das limitações, permite o estudo dos fenômenos sociais e suas interações,

atrelados a um objeto. Para o “encadeamento das evidências” (YIN, 2005, p.109), o componente utilizado foi o descritivo ao considerar o ciclo da ideia, da proposta e de projeto. Neste caso, não foram realizadas entrevistas considerando que os atores sociais que fizeram parte da ação extensionista foram também autores, no sentido de produção intelectual, quando suas posições e reflexões estão disponíveis nos diversos textos monográficos coletados.

O aspecto descritivo da pesquisa perpassa pelos polos epistemológico, teórico, morfológico e técnico, que apresenta como pressuposto que o Curso de Especialização em Extensão Universitária foi concebido como uma forma de reflexão da *praxis* extensionista e teorizado para obter os reflexos na transformação do modo de vida de pessoas em distintas regiões do Brasil.

4.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para analisar as práticas extensionistas e suas implicações para o desenvolvimento regional, foram examinadas as informações do Curso, buscando-se compreender e interpretar os dados coletados no referencial documental, bem como também nos trabalhos monográficos dos discentes. Nesse sentido, analisaram-se as mensagens por dupla leitura, onde uma segunda leitura se substitui à leitura “normal” do leigo, é ser agente duplo, detetive, espião (BARDIN, 1979).

Por apresentarem um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a relatos diversificados, representados pelo mesclar de vivências com ideias, motivações, valores, crenças presentes no cotidiano dos atores extensionistas e determinando sua prática na sociedade, essa investigação demonstrou ser um estudo relevante para o desvendar do papel da extensão nos diversos contextos regionais. Bardin (1979, p. 34) defende que “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, pois com a análise de conteúdo é possível inferir conhecimentos, que recorre a indicadores (quantitativos ou não), relativos às suas condições de produção.

O processo de análise de conteúdo passou por três etapas básicas para o desenvolvimento do trabalho: pré-análise (leitura, familiarização e organização do material), descrição analítica (exploração do material, em um estudo aprofundado e embasado pelos referenciais teóricos, ocorrendo a codificação, classificação e categorização) e interpretação inferencial (tratamento dos resultados obtidos e interpretação, alicerçado nos materiais de informação). Nesse percurso, fora adotado o levantamento de categorias de análise dentro do critério semântico, que emergiu a partir da incidência e/ou prevalência de dados coletados através dos instrumentos metodoló-

gicos anteriormente enunciados (monografias de conclusão de curso). O momento final evidenciou a complexidade do estudo, expondo não apenas o conteúdo revelado nos dados, mas procurando desvelar o conteúdo oculto presente nos relatos.

Em suma, de acordo com o desenho metodológico ora exposto, foi possível apresentar os dados coletados ao relato desse estudo. Os resultados alcançados por uma amostra das pesquisas decorrentes de egressos do Curso de Especialização em Extensão Universitária possuem uma configuração própria, única, de um projeto piloto, consciente da importância e da necessidade de abrir as portas da academia, para melhor servir ao entorno social ao qual pertence. A seguir, a descrição do perfil do curso, do corpo docente e discente, bem como da análise de uma amostra dos trabalhos monográficos que evidenciaram as potencialidades dessa tese.

5 CONHECENDO O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Este capítulo faz uma exposição da trajetória histórica do curso, com os dados sobre os parceiros envolvidos, perfil dos corpos docente e discente e os resultados encontrados. Por fim, apresenta a análise de uma amostra dos trabalhos monográficos dos discentes, bem como as recomendações futuras para novas pesquisas na área.

5.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Segundo relato da carta de solenidade de abertura do curso, em 27/06/2012, da professora Débora Nunes, a ideia de realização do Curso de Especialização em Extensão Universitária nasceu em janeiro de 2008, quando o professor Ordep Serra, então Pró-reitor de Extensão da Universidade Federal da Bahia e a mesma, então Pró-Reitora de Extensão da Universidade Salvador/UNIFACS, estavam na França em um evento na Université Lumière Lyon II. Ambos perceberam o encantamento de professores e estudantes face aos relatos pessoais dos projetos de extensão realizados no Brasil. A partir de então, o professor François Laplantine, antropólogo e admirador de projetos extensionistas e um dos dirigentes daquela Universidade francesa, estimulou os professores baianos a elaborar o Projeto de Mestrado Interinstitucional sobre Extensão Universitária. Foi deste esboço que, por caminhos sinuosos, nasceu o primeiro projeto do curso.

Conforme exposto na referida carta, a desistência de implantar a parceria Brasil – França em torno da Extensão Universitária ocorreu em virtude de dificuldades institucionais, agravadas pela saída do professor Laplantine e do professor Ordep de cargos de direção em suas Universidades e posterior aposentadoria de Laplantine. Entretanto, na mesma época, a professora Débora Nunes assumiu a presidência do Fórum de Extensão das Instituições de Ensino Superior Particulares (FOREXP), e vislumbrou a necessidade de ação conjunta dos três fóruns de extensão, das universidades públicas, comunitárias e particulares, para fortalecer a Extensão no Brasil.

A ideia de uma pós-graduação em Extensão, de caráter nacional, para fortalecer a ação dos profissionais da academia foi amadurecendo e os professores Nunes e Serra (2009) publicaram o texto “*A imperiosa necessidade de pós-graduações em extensão universitária para o enfrentamento dos desafios do mundo contemporâneo*” (Anexo A), cujo conteúdo foi apresentado em

uma mesa de debates no VIII Congresso Brasileiro de Extensão de 2009, realizado em Dourados. O primeiro passo surgiu àquela época ao se obter o apoio das presidências do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT) e do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), que abraçaram a ideia, abrindo caminhos para a evolução da proposta.

A questão do financiamento do curso foi sendo construída inicialmente com as parcerias entre o Instituto Mineiro de Educação e Cultura (UNI-BH), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Essas articulações, contaram com o apoio Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). As discussões para realização do curso duraram mais de dois anos e culminaram com a assinatura do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA, de nº 10.224/2012, entre as universidades que representavam os fóruns de extensão: a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas) e a Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), que sediaram o curso, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Instituto Mineiro de Educação/Centro Universitário UNI-BH.

Para mobilizar outras Fundações de Amparo à Pesquisa no Brasil e apoiar estudantes de outros estados a realizar o curso em Minas Gerais, a presidência do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAT), àquela época, convidou os presidentes dos Fóruns de Extensão a apresentar a ideia em uma reunião com todos os diretores das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP) brasileiras. Após essa reunião, onde foram ponderadas as dificuldades das FAPS em apoiar a Extensão, apenas a Fundação de Amparo da Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), com o apoio da FAPEMIG, viabilizou o edital de apoio aos estudantes baianos para cursarem a especialização em Minas Gerais.

O Termo de Cooperação Técnica e Financeira no 10.224/2012, assinado em janeiro do mesmo ano, com vigência de 18 meses, tornou realidade o Curso de Especialização em Extensão Universitária. Conforme o Termo, a FAPEMIG assumiu a função de agência oficial de indução e fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito do Estado de Minas Gerais, disponibilizando recursos no valor de R\$ 301.712,00 (trezentos e um mil setecentos e doze reais). Desses recursos, R\$ 60.000,00 (sessenta mil) foram destinados para apoiar a seleção, pela coordenação colegiada, de 06 candidatos mineiros para o desenvolvimento de cada projeto selecionado.

Ainda de acordo ao referido Termo, constituiu-se a cooperação mútua das seguintes partes para realização do curso: Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS) e o Instituto Mineiro de Educação e Cultura (UNI-BH).

As instituições promotoras - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT) e Fórum Nacional de Extensão das IES Particulares (FOREXP) – consolidaram parcerias e forças estratégicas para efetiva implementação do CNEEU.

O interesse público, o trabalho em equipe, as qualidades pessoais de cada um dos que se dedicaram à concretização do curso, à capacidade de articulação e à dedicação pela Extensão Universitária, constituíram-se em fundamentos para a efetiva realização do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária. Com o Curso, a Extensão passou a ter uma maior relevância acadêmica, maior homogeneidade dentro da diversidade nacional e maior reconhecimento público através da capacitação em alto nível de seus profissionais. (NUNES, 2012, p. 3).

O Curso teve como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento da gestão e do desenvolvimento da extensão universitária brasileira por meio da qualificação de profissionais universitários – docentes e técnicos – nos campos teórico-conceitual, metodológico, de avaliação e de gestão acadêmica e política da extensão universitária.

5.1.1 Perfil das instituições parceiras

As parceiras firmadas foram essenciais para a consolidação e desenvolvimento do projeto piloto do Curso e foram compostas pelas seguintes entidades:

- a) Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG): é uma agência de indução e fomento à pesquisa e à inovação científica e tecnológica do Estado de Minas Gerais, que tem como objetivo apoiar projetos de natureza científica, tecnológica e de inovação, de instituições ou de pesquisadores individuais, que sejam considerados relevantes para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do Estado (FAPEMIG, 2016).

- b) Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FOR-PROEX): é um fórum composto por Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras, que visa a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia (RENEX, 2016).
- c) Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT): é uma entidade representativa de âmbito nacional que reúne Pró-Reitores de Extensão e Comunitários das Instituições de Ensino Superior Comunitárias do país. Surgiu em 1998, visando propiciar um espaço permanente de reflexão, avaliação e acompanhamento das práticas de extensão e ação comunitária, estimulando o desenvolvimento de programas e projetos conjuntos e intercâmbios entre as instituições (PUCMINAS, 2016).
- d) Fórum Nacional de Extensão das Instituições de Ensino Superior Particulares (FOR-REXP): este fórum foi constituído em 2002, no I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, pelos dirigentes de extensão da Universidade Cruzeiro do Sul (SP), Universidade da Amazônia (PA), Universidade de Cuiabá (MT), Universidade São Marcos (SP), Universidade Tuiuti do Paraná (PR), Universidade Tiradentes (SE), Universidade Gama Filho (RJ) e Centro Universitário Newton Paiva (MG) (FUNADESP, 2016). Seus objetivos contemplam: debater e propor políticas, estratégias e ações relativas a extensão; estabelecer interlocução com órgãos governamentais, com instituições da sociedade civil e com organismos de representação universitária; articular e estimular o desenvolvimento de programas, projetos conjuntos e redes de trabalho entre as Instituições associadas; divulgar as atividades de extensão desenvolvidas pelas Instituições filiadas; refletir, avaliar e acompanhar as práticas de extensão desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior Brasileiras.
- e) Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ): esta instituição surgiu em 21 de abril de 1987 como Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei (FUNREI) e em 2002, foi transformada em Universidade. Atua nas mesorregiões Campo das Vertentes, Metropolitana de Belo Horizonte (microrregiões Alto Paraopeba e Sete Lagoas) e Oeste de Minas. Hoje seus cursos estão distribuídos em 6 unidades educacionais localizadas em 5 municípios, a saber: *Campus* Alto Paraopeba (CAP): localizado na divisa de Ouro Branco e Congonhas; *Campus* Centro-Oeste “Dona Lindu” (CCO): em Divinópolis;

Campus Dom Bosco (CDB) e Campus Tancredo Neves: em São João Del-Rei; Campus Sete Lagoas: em Sete Lagoas. Em 2011, contemplava 10.268 discentes, 618 docentes efetivos e 431 técnicos-administrativos (UFSJ, 2016).

- f) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): a criação de uma universidade no Estado de Minas Gerais, como parte do projeto político dos Inconfidentes, concretizou-se em 1927, com a fundação da Universidade de Minas Gerais (UMG), instituição privada, subsidiada pelo Estado, surgida a partir da união de quatro escolas, de nível superior, então existentes em Belo Horizonte. A UMG permaneceu na esfera estadual até 1949, quando foi federalizada. O nome atual, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi adotado em 1965 e, em 2015, possuía quatro *campi* universitários, com um total de 48.949 alunos, seja de graduação, pós-graduação e educação básica e profissionalizante (UFMG, 2016).
- g) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS): a Universidade foi reconhecida por decreto presidencial, no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 1958. A Pontifícia Universidade Católica está presente em importantes regiões do Estado de Minas Gerais, através de uma estrutura multicampi: Belo Horizonte (Barreiro, Coração Eucarístico, Praça da Liberdade, São Gabriel), Betim, Contagem, Poços de Caldas (Sul), Arcos (Centro-Oeste), Serro (Alto Jequitinhonha) e Guanhães. A comunidade acadêmica da PUC Minas reúne 57.201 estudantes (44.987 na graduação, 10.053 da especialização, 1.512 no mestrado e doutorado, e 649 distribuídos entre cursos de aperfeiçoamento, atualização e capacitação), 1.750 professores e 2.383 funcionários, espalhados pelos seus *campi*/unidades (PUCMINAS, 2016).
- h) Instituto Mineiro de Educação e Cultura/Centro Universitário de Belo Horizonte (IMEC-UNI-BH S. A.): Em 10 de março de 1964, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte (Fafi-BH), mantida pela Fundação Cultural de Belo Horizonte (Fundac-BH). Com o crescimento e a posição de destaque ocupada na Região Metropolitana da capital mineira, a Fafi-BH foi transformada em Centro Universitário de Belo Horizonte pelo Parecer nº 115, de 29 de janeiro de 1999, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologado em 9 de fevereiro de 1999, pelo ministro de Estado da Educação (UNIBH, 2016). O UniBH contempla cinco unidades acadêmicas, localizadas nos bairros Lagoinha, Lourdes, Estoril, Caiçara e União, com 17 mil alunos e 1.500 colaboradores. Possui cinco *campus* de atuação, a saber: Antonio Carlos, Cristiano Machado, Catalão, Estoril e Lourdes.

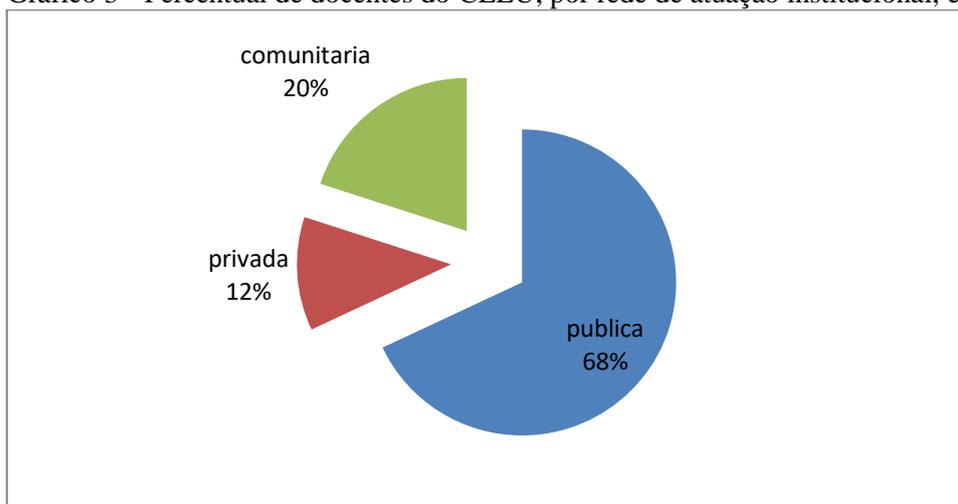
5.1.2 Currículo do curso

À luz do Relatório Final, dos editais de seleção e do questionário de pesquisa obtido com a coordenação, o Curso ocorreu na modalidade semi-presencial, contemplando uma carga horária total de 360 h/a. As aulas presenciais ocorreram na PUC-MINAS, em períodos mensais de 30 horas, sendo 24 horas presenciais e 6 horas em atividades assíncronas, para a maior parte das disciplinas. Os encontros mensais ocorriam em dias de quinta-feira, sexta-feira e sábado, com 8 horas diárias. Conforme cronograma de aulas apresentado aos discentes do curso, a grade curricular foi composta por disciplinas obrigatórias, optativas e seminários temáticos, originando os quadros 11 (Apêndice A) e 12 (Apêndice B).

5.1.3 Perfil dos professores

Os professores do curso contemplaram agentes extensionistas da maior parte das regiões do Brasil, com origem nas três diferentes modalidades institucionais de universidades brasileiras – públicas, comunitárias e particulares. O corpo docente buscou representar a diversidade no campo da Extensão Universitária brasileira: 64% eram do gênero feminino e 36%, masculino. No total, foram 25 (vinte e cinco) profissionais de 04 (quatro) regiões do Brasil, sendo que em termos de titulação acadêmica, segundo dados dos Currículos Lattes dos professores, 28% eram pós-doutores, 56% doutores, 12% mestres e 4% especialistas, com trajetórias profissionais ricas e consolidadas, ampla experiência em Extensão e expressividade no cenário acadêmico nacional. Vale salientar que 01 (um) docente estava realizando o curso de pós-doutoramento e 02 (dois) eram doutorandos. A seguir, os gráficos 3 e 4, que apresentam as redes de atuação institucional e as regiões de atuação dos docentes, respectivamente.

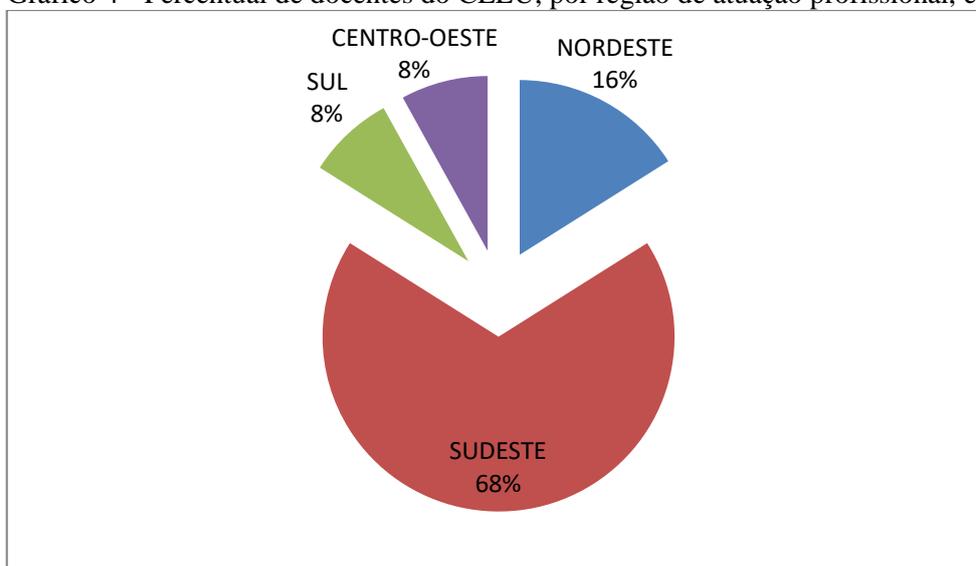
Gráfico 3 - Percentual de docentes do CEEU, por rede de atuação institucional, em 2016*



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação.

Nota: *Esses dados não contemplam os professores convidados para compor bancas da disciplina Elaboração de Monografia e Defesa de Monografias

Gráfico 4 - Percentual de docentes do CEEU, por região de atuação profissional, em 2016



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação.

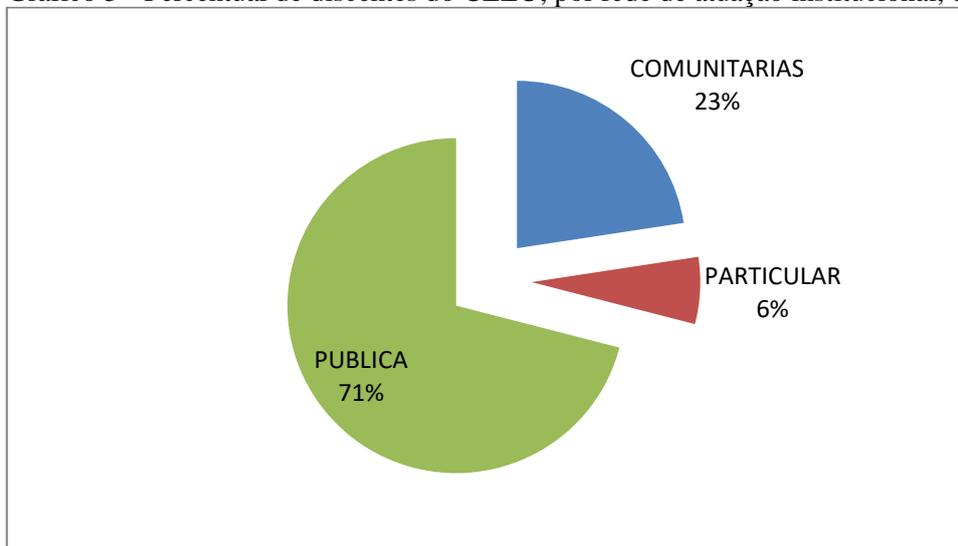
5.1.4 Perfil dos estudantes

O Curso de Especialização em Extensão Universitária disponibilizou 40 vagas para todo o país, 38 alunos foram selecionados, 35 fizeram matrícula, e efetivamente 33 discentes participaram das aulas, conforme consta no Relatório Final, de dezembro de 2014. Foram registradas 02 (duas) desistências ao longo do curso, respectivamente de alunos de uma instituição pública e outra privada.

Segundo dados coletados, via currículos Lattes, em 2013, dos 31 estudantes concluintes do Curso de Especialização em Extensão Universitária, 68% eram do gênero feminino e 32%,

masculino. Seus campos de atuação profissional estavam caracterizados por: 52% eram ocupantes de cargo técnico, e 48%, de professor. Em termos de titulação do público discente, 10% eram doutores, 39% mestres, 42% especialistas e 9% graduados. Vale ressaltar que 04 (quatro) discentes estavam realizando o curso de doutorado e 03 (três), de mestrado. A seguir, o gráfico 5 que apresenta a rede de atuação institucional do corpo discente.

Gráfico 5 - Percentual de discentes do CEEU, por rede de atuação institucional, em 2016



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação.

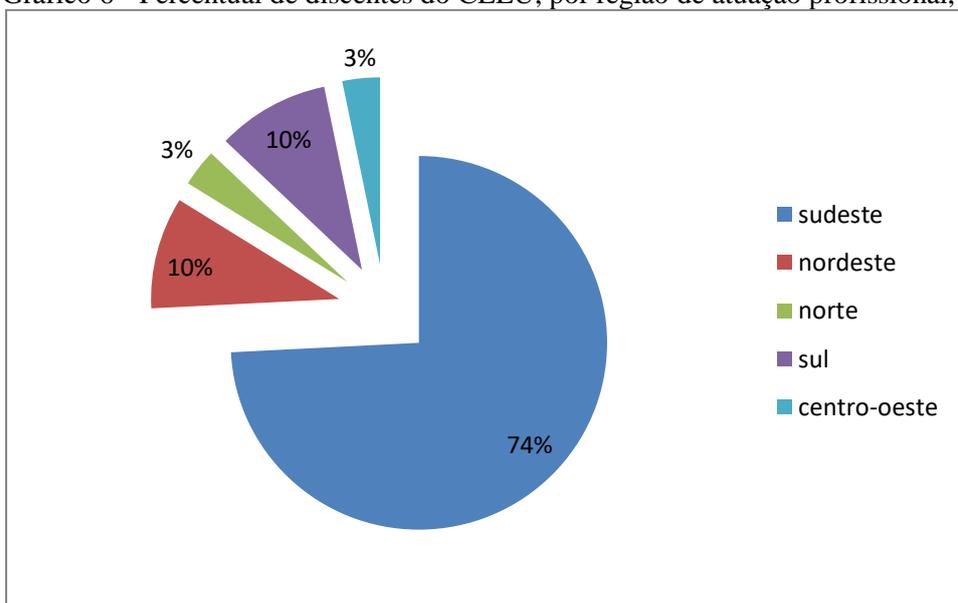
A Figura 1, a seguir, apresenta a dimensão regional da localidade de origem dos 31 estudantes egressos do curso. Essa ilustração apresenta uma concentração geográfica nas regiões sul e sudeste do Brasil, em termos de localidades de origem dos alunos do curso.

Figura 1 - Dimensão Regional de Origem de Atuação dos Discentes do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária - 2014



A seguir, o gráfico 6, que apresenta a região de atuação profissional do corpo discente, evidenciando a disparidade presente na região sudeste de agentes extensionistas formados pelo curso.

Gráfico 6 - Percentual de discentes do CEEU, por região de atuação profissional, em 2016



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação.

5.1.5 Resultados encontrados

Nas últimas décadas, a Extensão vem evoluindo, tanto do ponto de vista legal e institucional, quanto em termos de suas práticas. O reconhecimento de sua dimensão na academia, articulada com o ensino e a pesquisa, contribui significativamente para a formação cidadã de alunos e professores mais reflexivos, conscientes e comprometidos com as questões nacionais. Através de diálogos extensionistas, há a produção, troca e disseminação de conhecimentos com e para a sociedade. A perspectiva de criação de parâmetros de uma extensão de caráter nacional, reconhecendo conhecimentos e experiências, a exemplo da Rede Nacional de Extensão (RENEX) e dos fóruns de extensão, vem crescendo nos últimos anos. Os registros dos Congressos Brasileiros de Extensão Universitária evidenciam que as áreas temáticas de educação e saúde foram as mais contempladas com pesquisas no segmento da extensão.

Nesse cenário de evolução de pesquisas sobre a extensão no Brasil, o Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária (CNEEU), ocorrido em Minas Gerais, evidenciou que a parceria entre os três Fóruns nacionais de Extensão, e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG, além das instituições universitárias - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de São João Del-Rei, Centro Universitário de Belo Horizonte e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – agregou experiências e pesquisas em escala nacional, potencializando o desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento. Essas parcerias interinstitucionais buscaram ampliar conhecimentos e relações, com vistas à sustentabilidade de suas ações. As trocas dialógicas estiveram presentes em todo o desenvolvimento do projeto do Curso: desde a concepção da ideia, elaboração da proposta, planejamento e acompanhamento e sua efetiva realização.

A composição dos corpos docente e discente do curso, com qualificada formação acadêmica e significativa experiência em extensão, aprofundaram as trocas colaborativas com conhecimentos sobre conceitos, teorias e metodologias aplicadas em extensão universitária. Além disso, agregou profissionais de instituições de ensino superior públicas, privadas e comunitárias, articulando agentes de diferentes áreas do conhecimento e capilaridades regionais diversificadas, engajados em trabalhos e pesquisas extensionistas. Vale salientar que houve disparidades em termos de procedência regional do quadro discente: predominância significativa de 74% de profissionais serem da região sudeste e 71% de instituições públicas, o que contrariou o propósito inicial dos mentores e organizadores do curso. Vale ressaltar que, para composição do pú-

blico discente, a distribuição proporcional de vagas prevista inicialmente não logrou êxito, ocorrendo o seu remanejamento em função da demanda. Neste caso, 52% dos estudantes eram ocupantes de cargos técnicos, o que evidencia que o técnico-administrativo tem uma participação expressiva nas ações de extensão universitária. O saber e fazer em extensão demanda ser multiplicado nas demais regiões do país, envolvendo instituições de ensino superior das redes privada e comunitária. A proposta de enfrentamento as condições de desigualdade regionais devem partir na origem, na criação do curso, na constituição da rede e o envolvimento de parceiros de todas as categorias das redes de ensino.

No processo de elaboração e desenvolvimento da proposta do curso, o diálogo colaborativo dos docentes permeou a composição da grade curricular. A escuta e a fala dos alunos permitiram flexibilizações de metodologia e conteúdo pedagógico ao longo da formação. A qualificação acadêmica do corpo docente, que contemplou 84% de doutores e pós-doutores, e sua atuação na área extensionista de universidades brasileiras de regiões do Brasil convergiram competências para o aprofundamento do saber em extensão universitária, em uma dimensão nacional. Vale salientar que houve disparidades em termos de procedência regional e institucional do quadro docente: predominância de 68% de professores serem da região sudeste e de instituições públicas, o que coadunou com as desigualdades encontradas no perfil do corpo discente. O saber e fazer em extensão demanda ser multiplicado nas demais regiões do país.

Como ponto positivo, observou-se a participação de professores oriundos de diferentes fóruns de extensão (público/privado/comunitário) em cada disciplina, com vasta experiência, visões e conceitos diversos na área extensionista. A maior parte das disciplinas foi composta por dois docentes, com conhecimentos e didáticas diferenciadas, o que ensejou maior diversidade de conteúdos, uma metodologia mais dinâmica e possibilidades de trocas mais profícuas entre docentes, e entre esses e os discentes. A troca de experiências e o conhecimento da realidade de outras instituições de ensino superior configuraram-se em ferramentas potenciais para o desenvolvimento pedagógico do módulo de ensino.

O grande desafio da extensão está no alcance de sua institucionalização acadêmica e das práticas extensionistas, na perspectiva do desenvolvimento de regiões. De acordo com esses parâmetros, busca-se continuamente criar e aperfeiçoar modelos de extensão que viabilizem melhorias em áreas como trabalho, educação, saúde, tecnologia e produção, direitos humanos, comunicação e cultura. E assim poder associar os resultados das pesquisas decorrentes de ações extensionistas para aplicabilidade em termos de gestão, metodologia, avaliação e práticas de extensão por todo o país. O Quadro 4 revela, a partir das monografias do CNEEU, os parâmetros

de investigação contemporâneos em Extensão, e suas respectivas áreas temáticas, tanto em termos teóricos quanto práticos.

Quadro 4 - Relação de alunos do CNEEU, com instituições de atuação e sua tipologia, títulos das monografias e suas classificações por área temática de estudo e de aplicação - 2012

N DE ORDEM	DISCENTE	INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DO DISCENTE	TIPO DE INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DISCENTE	TÍTULO DA MONOGRAFIA	ÁREA TEMÁTICA DE ESTUDO	ÁREA TEMÁTICA DE APLICAÇÃO
1	Adriane Aparecida Moraes	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	PÚBLICA	GESTÃO CULTURAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: uma reflexão sobre as publicações científicas	CULTURA	GESTÃO
2	Antônio Augusto de Jesus	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	PÚBLICA	JOGOS UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - JUEMG: avaliação de resultados e impactos para o fortalecimento da extensão	EDUCAÇÃO	AValiação
3	Atualpa Luiz de Oliveira	INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	PÚBLICA	A EXTENSÃO NA SALA DE AULA: um estudo sobre a inserção da extensão em disciplinas de cursos técnicos e superiores	EDUCAÇÃO	AValiação
4	Cintia Armond	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	PÚBLICA	HORTA ESCOLAR ORGÂNICA: construindo a educação alimentar e a formação de multiplicadores em Cruz das Almas – Bahia	MEIO AMBIENTE	METODOLOGIA DE EXTENSÃO
5	Cláudio Duani Martins	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS	PÚBLICA	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO POLICIAL: Validade da prática extensionista	DIREITOS HUMANOS E JUSTICA	METODOLOGIA DE EXTENSÃO
6	Daiane dos Santos Moraes	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PÚBLICA	O Financiamento Externo Na Extensão Universitária Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	EDUCAÇÃO	AValiação
7	Edileusa Medeiros Bezerra	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	PÚBLICA	LEGADOS SOCIAIS DA COPA DO BRASIL 2014: O Papel da Extensão Universitária na Universidade do Estado da Bahia.	EDUCAÇÃO	PRÁTICA DE EXTENSÃO

N DE ORDEM	DISCENTE	INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DO DISCENTE	TIPO DE INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DISCENTE	TÍTULO DA MONOGRAFIA	ÁREA TEMÁTICA DE ESTUDO	ÁREA TEMÁTICA DE APLICAÇÃO
8	Eduardo Freitas da Costa Silva	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	PÚBLICA	UM HIATO ENTRE A NORMATIZAÇÃO INSTITUCIONAL E A PRÁTICA: a percepção discente sobre a extensão universitária – um olhar sobre o Instituto de Ciências Exatas (ICEx – UFF)	EDUCAÇÃO	AValiação
9	Gilson José Froes	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	PÚBLICA	A Universidade Estadual de Montes Claros promovendo a Extensão Universitária	EDUCAÇÃO	PRÁTICA DE EXTENSÃO
10	Glauceide Porto Alves	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	COMUNITÁRIA	AValiação E MONITORAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: um estudo de caso no âmbito da PUC minas.	EDUCAÇÃO	AValiação
11	Hélia Leomara Dias Melo	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	COMUNITÁRIA	CONSTRUINDO O TRABALHO COMUNITÁRIO NA PUC MINAS: uma metodologia já inserida nos projetos de extensão?	TRABALHO	GESTÃO
12	Jacqueline Alves de Jesus	INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS - CAMPUS PIRAPORA	PÚBLICA	A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: uma reflexão e análise sobre concepções, diretrizes, atividades propostas para os cursos técnicos de nível médio do IFNMG	TECNOLOGIA E PRODUÇÃO	AValiação
13	Janaina de Assis Rufino	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS - CAMPUS SÃO JOÃO DEL REI	PÚBLICA	A EXTENSÃO EM PUBLICAÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS: Análise da Construção da Imagem Extensionista nas Revistas Científicas de Extensão.	EDUCAÇÃO	AValiação

N DE ORDEM	DISCENTE	INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DO DISCENTE	TIPO DE INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DISCENTE	TÍTULO DA MONOGRAFIA	ÁREA TEMÁTICA DE ESTUDO	ÁREA TEMÁTICA DE APLICAÇÃO
14	Joelma Monteiro de Carvalho	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	PÚBLICA	A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS: um panorama no período de 2011 a 2013	EDUCAÇÃO	GESTÃO
15	Juvenal Martins Gomes	INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS - CAMPUS ARACUAI	PÚBLICA	A PRÁXIS EXTENSIONISTA DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	EDUCAÇÃO	GESTÃO
16	Luciane Duarte da Silva	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	COMUNITÁRIA	GESTÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA EM IES PRIVADA	TECNOLOGIA E PRODUÇÃO	GESTÃO
17	Lucíola Rangel de Luca Fraga	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	PÚBLICA	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	EDUCAÇÃO	GESTÃO
18	Marcia Aparecida Lima Vieira	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	COMUNITÁRIA	UM ESTUDO SOBRE O CONCEITO DE INDISSOCIABILIDADE NOS DOCUMENTOS DOS FÓRUNS DE EXTENSÃO	EDUCAÇÃO	METODOLOGIA DE EXTENSÃO
19	Marcos Paulo Martins de Freitas	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	PÚBLICA	GALERIA DE ARTE E PESQUISA: Relato de experiência de extensão na Universidade Federal do Espírito Santo	CULTURA	PRÁTICA DE EXTENSÃO
20	Maria Regina Fernandes da Silva Souza	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	PÚBLICA	SUBSÍDIOS PARA REGULAMENTAÇÃO DO APROVEITAMENTO DA ATUAÇÃO EXTENSIONISTA DISCENTE NA INTEGRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG	EDUCAÇÃO	GESTÃO

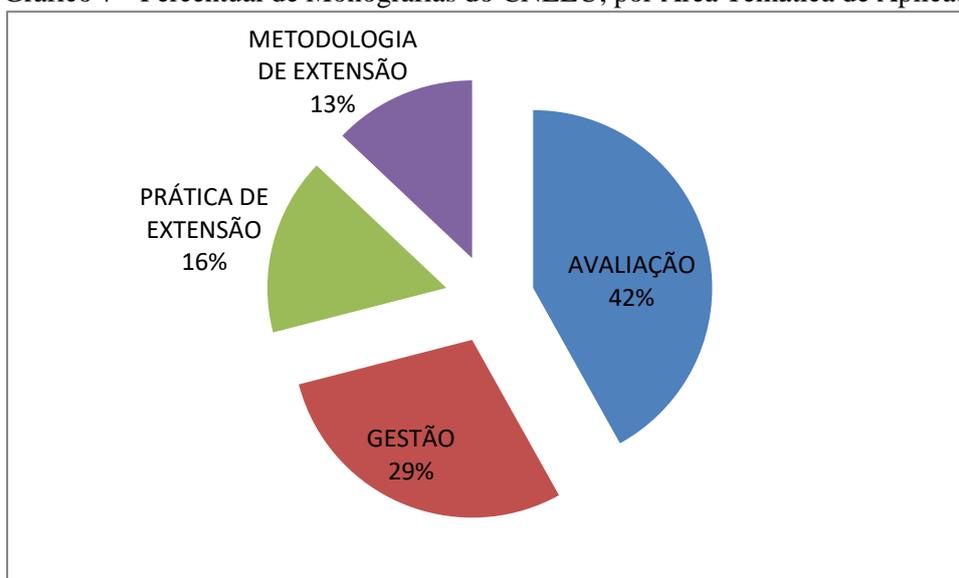
N DE ORDEM	DISCENTE	INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DO DISCENTE	TIPO DE INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DISCENTE	TÍTULO DA MONOGRAFIA	ÁREA TEMÁTICA DE ESTUDO	ÁREA TEMÁTICA DE APLICAÇÃO
21	Marilda Angioni	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	PARTICULAR	A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EXTERNA NOS PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	EDUCAÇÃO	AVALIAÇÃO
22	Meire Izabel de Araújo	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	PÚBLICA	INDISSOCIABILIDADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS: Um Panorama do período de 2011-2012	EDUCAÇÃO	METODOLOGIA DE EXTENSÃO
23	Olga Sueli Bezerra	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	PÚBLICA	PERCEPÇÕES E CONCEITOS DE SUSTENTABILIDADE ENTRE DISCENTES PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE BOLSAS DE EXTENSÃO (PROBEXT) DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB)(IFPB)	MEIO AMBIENTE	AVALIAÇÃO
24	Paulo Ernesto Scortegagna	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	COMUNITÁRIA	RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA BASEADA NOS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Um Estudo De Caso, No Âmbito Do Projeto Rondon - Povoado De Capoeiras - Município De Cansanção, Bahia	EDUCAÇÃO	PRÁTICA DE EXTENSÃO
25	Regilena Alves de Freitas Souza	UNIVERSIDADE FUMEC	PARTICULAR	O RETORNO INTANGÍVEL DE UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO: um estudo de usuário	EDUCAÇÃO	AVALIAÇÃO
26	Regina Vazquez Del Rio Jantke	CENTRO UNIVERSITARIO SALESIANO DE SÃO PAULO - UNISAL	COMUNITÁRIA	CONSTRUINDO A GESTÃO PARTICIPATIVA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: a experiência do UNISAL - Centro Universitário Salesiano de SP	EDUCAÇÃO	GESTÃO

N DE ORDEM	DISCENTE	INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DO DISCENTE	TIPO DE INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DISCENTE	TÍTULO DA MONOGRAFIA	ÁREA TEMÁTICA DE ESTUDO	ÁREA TEMÁTICA DE APLICAÇÃO
27	Salette Marinho de Sá	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	COMUNITÁRIA	EXPERIÊNCIAS DO COMITÊ DE EXTENSÃO: contribuições à extensão na Universidade Católica Dom Bosco	EDUCAÇÃO	GESTÃO
28	Sandra Aparecida Pinheiro Coelho	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	PÚBLICA	A IMPORTÂNCIA DO EVENTO TROCA DE SABERES PARA A INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE	EDUCAÇÃO	PRÁTICA DE EXTENSÃO
29	Shamyr Sulyvan de Castro	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	PÚBLICA	INTERSEÇÕES CURRICULARES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM O ENSINO NOS CURSOS FEDERAIS DE FISIOTERAPIA DO BRASIL	EDUCAÇÃO	AVALIAÇÃO
30	Silvio Diogo Lourenço dos Santos	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	PÚBLICA	A METÁFORA DO CORAÇÃO: uma leitura da extensão à luz do pensamento de Maria Zambrano	EDUCAÇÃO	AVALIAÇÃO
31	Simone Bassi P. L. Cardoso	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	PÚBLICA	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: acompanhar e avaliar para provocar mudanças, consolidar ações e construir saberes	EDUCAÇÃO	AVALIAÇÃO

Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação, conforme dados coletados nos documentos do curso.

A partir da análise dos títulos das monografias/trabalhos de conclusão de curso dos discentes do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária, Quadro 4, e, conseqüentemente, a elaboração do Gráfico 7, observou-se que a avaliação da Extensão foi a área temática mais investigada, seguida da área de gestão. Percebeu-se que as práticas de sistematização da extensão decorrem, em sua maioria, de profissionais de áreas técnicas e de docentes que também ocupam cargos técnicos. Essa realidade evidencia os estudos observados na área de gestão e de prática de extensão.

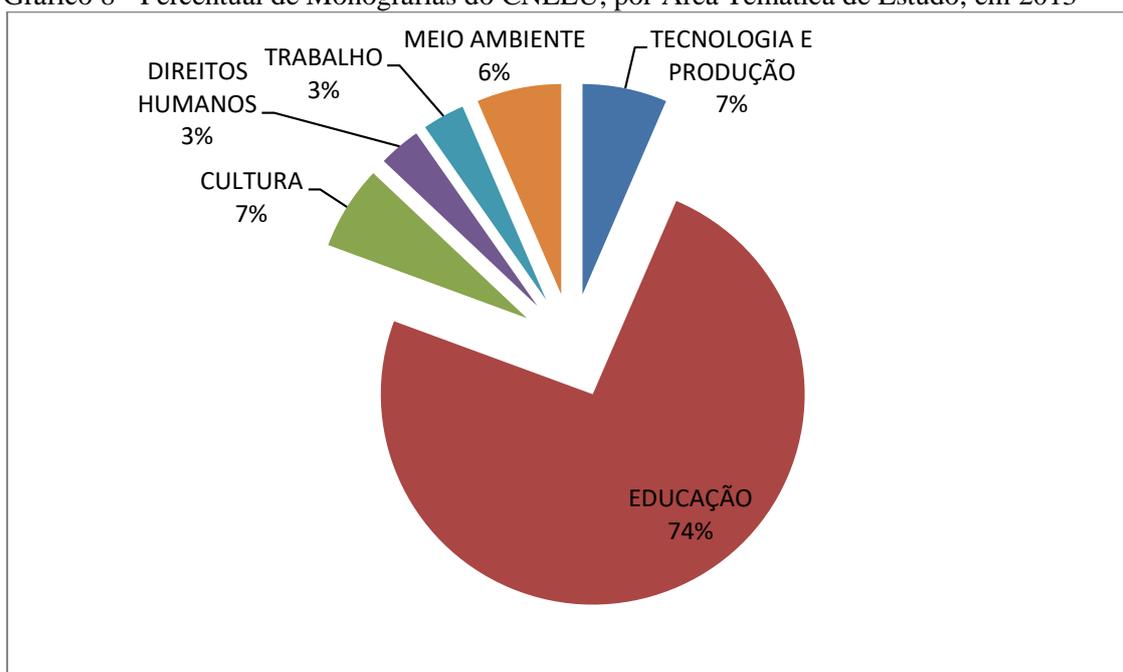
Gráfico 7 - Percentual de Monografias do CNEEU, por Área Temática de Aplicação, em 2013



Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação, conforme dados de questionário obtido com a coordenação do curso.

As metodologias aplicadas na Extensão estão emergindo em investigações contemporâneas extensionistas e as temáticas das monografias do Curso evidenciaram esse fato. Como as pesquisas acerca da temática extensionista são fatos recentes, os congressos de extensão e o CNEEU evidenciam na prática essa realidade. No que tange às áreas temáticas de estudo, conforme dados do Gráfico 8, há predominância de pesquisas em Educação, como também fora observado nas publicações dos congressos nacionais de extensão universitária. A abrangência social da extensão no que tange as ações educacionais, tanto internamente, na própria academia, quanto externamente, em comunidades, é um reflexo das ações da academia para com o seu compromisso social.

Gráfico 8 - Percentual de Monografias do CNEEU, por Área Temática de Estudo, em 2013



Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação, conforme dados do dados de questionário obtido com a coordenação do curso.

5.2 MONOGRAFIAS DO CURSO: LIMITES E POTENCIALIDADES

Após o término das atividades pedagógicas, e durante o processo de investigação dessa tese, ficaram evidentes as barreiras para se obter as monografias com a totalidade de egressos do curso. Porém, essa limitação não se traduziu em carência nos resultados, pois as pesquisas de agentes extensionistas, conforme as experiências relatadas nos trabalhos monográficos coletados do CNEEU, evidenciam potencial para contribuir, de forma significativa, para o desenvolvimento econômico-social, pelo viés da extensão, reverberando para as regiões do entorno.

Os trabalhos monográficos dos estudantes egressos foram recebidos por *e-mail* a partir da solicitação da pesquisadora, e contemplou uma amostra de 13 (treze) publicações e 1 (um) resumo. Saliente-se que alguns dos trabalhos enviados pelos discentes estavam no prelo, outros foram publicados em revistas científicas ou *sites* especializados no formato de artigos científicos (Apêndice F). Todos os trabalhos monográficos utilizados nessa investigação foram recebidos por *e-mail* pela pesquisadora. O material coletado para estudo foi enviado por discentes egressos do CNEEU, consolidando as informações presentes no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 - Relação de autores que enviaram os trabalhos monográficos, com respectivos temas abordados e região de atuação - 2016

No de Ordem	Autor	Título do Trabalho Monográfico	Temática	Região de atuação
1	A	Jogos Universitários da Universidade do Estado de Minas Gerais – JUEMG: Avaliação de Resultados e Impactos para o Fortalecimento da Extensão	Avaliação da extensão	SUDESTE
2	B	A Extensão na Sala de Aula: um Estudo sobre a Inserção da Extensão em Disciplinas de Cursos Técnicos e Superiores	Avaliação da extensão	SUDESTE
3	C	Horta Escolar Orgânica: Construindo a Educação Alimentar e a Formação de Multiplicadores em Cruz das Almas – Bahia	Metodologia de extensão**	NOR-DESTE
4	D	Projeto Legados Sociais para a Copa do Mundo 2014: uma Experiência de Extensão Universitária da Universidade do Estado da Bahia	Prática de extensão	NOR-DESTE
5	E	A Extensão na Educação Profissional e Tecnológica: uma Análise das Concepções, Diretrizes e Atividades Propostas para os Cursos Técnicos de Nível Médio do IFNMG	Avaliação da extensão	SUDESTE
6	F	A Extensão Universitária na Universidade do Estado do Amazonas: um Panorama no Período de 2011 a 2013	Gestão da extensão**	NORTE
7	G	Gestão da Extensão Universitária nos Cursos Superiores de Tecnologia em IES Privada	Gestão da extensão	SUDESTE
8	H	Um Estudo sobre o Conceito de Indissociabilidade nos Documentos dos Fóruns de Extensão	Metodologia de extensão	SUDESTE
9	I	Percepções e Conceitos de Sustentabilidade entre Discentes Participantes do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEXT) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB)	Avaliação da	NOR-DESTE

			Extensão	
10	J	Relação Teoria e Prática Baseada nos Princípios Estruturantes da Extensão Universitária: um Estudo de Caso no Âmbito do Projeto Rondon*	Prática da extensão	SUL
11	K	Experiências do Comitê de Extensão: Contribuições à Extensão na Universidade Católica Dom Bosco	Gestão da extensão	CENTRO-OESTE
12	L	A importância do evento Troca de Saberes da Universidade Federal de Viçosa para a Interação Universidade-Sociedade	Prática de extensão	SUDESTE
13	M	Curricular Intersections of University Extension and teaching in Physical Therapy Programs	Avaliação da extensão	SUDESTE
14	N	A Metáfora do Coração: uma Leitura da Extensão Universitária à Luz do Pensamento de Maria Zambrano	Avaliação de Extensão	SUDESTE

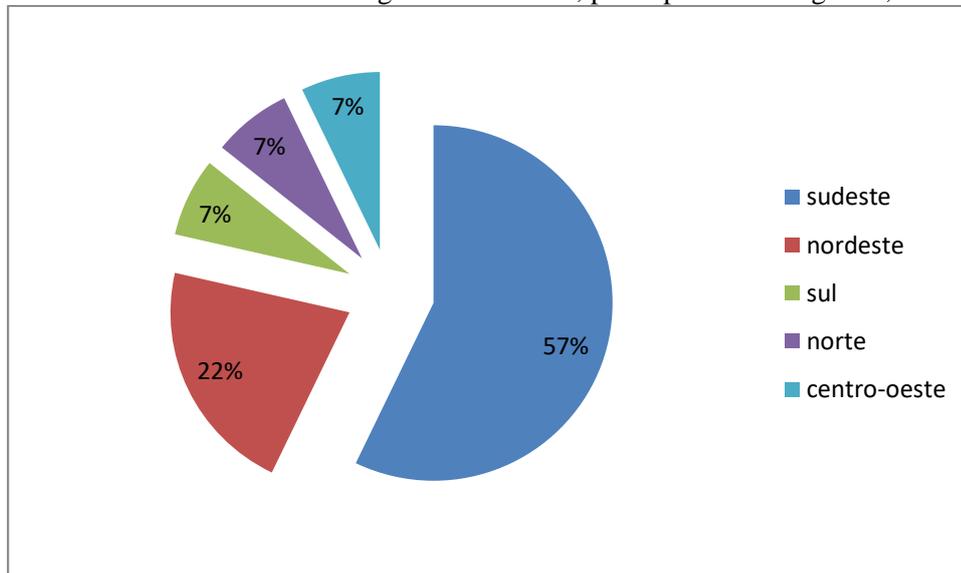
Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação, conforme documentos recebidos dos estudantes, via *e-mail*.

Notas: *O autor enviou apenas o resumo da monografia.

** Discente alterou o campo temático com os avanços das pesquisas.

A partir dos dados presentes no Quadro 3, foi elaborado o Gráfico 9, expressando a capilaridade regional da produção extensionista decorrente do CEEU.

Gráfico 9 - Percentual de Monografias recebidas, por capilaridade regional, em 2016



Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação, conforme dados do questionário obtido com a coordenação do curso.

Para análise de conteúdo das publicações, dos 14 (catorze) trabalhos recebidos por *e-mail*, sendo que 1 (um) estudante enviou apenas o resumo. Foram analisados 6 (seis) trabalhos sobre a temática da avaliação de extensão, 3 (três), de gestão da extensão, 2 (dois), de metodologia de extensão, e 3 (três), de práticas de extensão.

5.2.1 O artigo apresentado pelo Autor A teve como objetivo avaliar os resultados e impactos alcançados com a realização das atividades do Projeto Jogos Universitários de uma universidade pública mineira, para os docentes, discentes e comunidades dos municípios envolvidos

Com base nos dados apresentados, foi possível destacar os seguintes pontos:

a) Na dimensão Formação do Estudante:

“O esporte ajuda na integração social necessária ao indivíduo. Além disso, a ampliação do networking, troca de opiniões entre alunos de diferentes cursos e *campus* da UEMG.”

“Pelos dados, 87% dos professores acham importante a prática esportiva na formação do aluno[...].”

“Promove socialização, estimula o trabalho em equipe, além de elevar a autoestima e tornar mais ágil a capacidade mental.”

“Tanto o corpo docente quanto o discente da UEMG, têm opiniões unânimes em relação ao JUEMG, como instrumento valioso na formação acadêmica, além de se caracterizar como um evento agregador e uma ferramenta aglutinadora que promove a interação e integração das unidades da UEMG, que tem como identidade principal seu caráter *multicampi*.”

“A interação e troca de experiências em eventos desse nível é de grande importância, levada para sempre na memória dos alunos.”

Ou seja, a aprendizagem do estudante “baseou-se na experimentação”, com ações de engajamento social.

b) Na dimensão Coprodução do Saber e Valorização do Conhecimento Tácito:

“Como projeto extensionista ainda falta ao mesmo inserir, efetivamente, a comunidade externa dos locais onde são realizados os jogos.”

“[...] destacar que existe um entendimento de alguns participantes que os jogos são voltados somente para o público interno universitário, sem a participação de outros sujeitos.”

Não foi identificada a participação da comunidade externa nas ações do projeto.

c) Na dimensão Atuação em Rede:

“O JUEMG tem contribuído para a integração social dos acadêmicos da universidade, pois envolve alunos, professores e funcionários [...], e indiretamente, insere a sociedade [...]”

Ou seja, não foi identificada a participação da comunidade externa na ação extensionista, para o compartilhamento de valores e uma identidade comum.

d) Na dimensão Território e Desenvolvimento Local:

“O JUEMG [...], tendo como participantes a comunidade acadêmica das unidades, Fundações, Núcleos de Educação Física e D. As da UEMG e IES convidadas.”

“83% acham importante que o JUEMG aconteça em seu município[...]”

“Aproxima os alunos, cria-se uma identidade com a instituição e promove a interação e integração das Unidades de Ensino.”

“Questão do marketing institucional é fundamental, além de viabilizar estreitar laços com o Poder Público local como a Prefeitura e as Secretarias Municipais. Além da proximidade com as empresas locais através de patrocínios.”

“Acho o rodízio das cidades importante para os estudantes conhecerem a realidade de cada unidade da UEMG.”

A questão espacial envolveu muitas parcerias, em diversas localidades, estreitando laços com diferentes órgãos e entidades propiciando assim a “conexões entre os espaços” e a “formação de identidades locais” para execução de um bem comum.

e) Nas dimensões Inovação e Utilização de Recursos Locais:

“Introduzir as atividades de esportes e lazer nos projetos pedagógicos das escolas; o desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação a prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos; formação, capacitação e fomento de talentos esportivos; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área.”

As atividades de esporte e lazer estão inseridas no conceito de meio inovador, em que geram uma aprendizagem coletiva, onde o conhecimento age como uma fonte de “inovação produtiva”. O fomento a talentos esportivos utiliza o dinamismo da indústria motriz apresentando a atividade inovadora como um diferencial de atuação nas localidades envolvidas.

f) Na dimensão Financiamento:

O tema não foi abordado pelo pesquisador extensionista.

5.2.2 A investigação do Autor B buscou contribuir para uma ramificação da extensão no âmbito do ensino e, conseqüentemente, da pesquisa buscando ampliar e/ou implantar as ações de extensão em disciplinas do curso de Letras e Controle Ambiental do Instituto Federal do Sudeste Mineiro

Como pontos importantes da pesquisa foram identificados:

a) Na dimensão Formação do Estudante:

“[...] importante a formação cidadã, onde o aluno consegue conceber criticamente a realidade vivenciada e pode experimentar situações que não lhe seriam possíveis em um contexto estritamente científico.”

“Por fim, conclui-se que a participação do pesquisador no Curso de Especialização em Extensão Universitária qualificou as análises realizadas aqui e contribuiu com conhecimentos básicos para a construção da proposta. Isso indica que iniciativas como essa fortalecem as ações de extensão nas instituições públicas, privadas e comunitárias quando capacitam recursos humanos que poderão gestar, executar e avaliar ações de extensão.”

b) Nas dimensões Coprodução do Saber e Valorização do Conhecimento Tácito e Atuação em Rede:

“A extensão universitária [...] funciona como uma via de mão dupla, em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade, e recebe dela influxos positivos como retroalimentação, tais como suas reais necessidades, seus anseios, aspirações e também aprendendo com o saber dessas comunidades.”

“Ou seja, a troca de saber entre as partes envolvidas, sem uma hierarquização nas relações estabelecidas.”

“Observa-se que a universidade, através da Extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, ou seja, possibilita/provoca uma troca e produção permanente/cotidiana de valores entre a universidade e o meio social.”

“Estes movimentos da extensão revestem-se da horizontalidade e do conhecimento e respeito à cultura do local onde se desenvolve, e assume um compromisso com as mudanças.”

A interação dialógica presente nos movimentos de interação social, entre a universidade e as comunidades envolvidas, revela o aprendizado comum para múltiplas possibilidades de transformação social. São ações que pressupõem “a presença do outro, de um conhecimento que circula e que pode ser testado e agregado novos valores”.

c) Na dimensão Inovação e Utilização de Recursos Locais:

“Outro ponto verificado neste trabalho foi o grande potencial para as atividades de extensão contido no bojo das disciplinas, e como este potencial se perde, por desconhecimento, falta de incentivo ou mesmo por inabilidade dos gestores em disseminar informações precisas aos docentes. Este último aspecto indicado fortemente pelas possibilidades asseguradas nos projetos pedagógicos dos cursos, mas que, não são trabalhadas junto aos docentes.”

“Quando perguntados no questionário se desenvolviam alguma atividade de extensão em suas disciplinas, 85% dos professores sinalizaram que não desenvolviam nenhuma atividade de extensão. Do restante, 15 % responderam que desenvolviam atividades, sendo que em sua totalidade estas se restringiam a visitas técnicas, entretanto em nenhum dos casos esta atividade encontra-se registrada no programa da disciplina.”

“Com relação ao registro das atividades de extensão já existentes, os docentes alegavam desconhecimento da necessidade e ainda, da possibilidade de inserção de tais atividades na estruturação das disciplinas.”

“Esta aproximação se desenvolveu a partir do interesse do docente na crença sobre a potencialidade da aplicação da extensão em sua disciplina e os conhecimentos da realidade regional e local do pesquisador/extensionista. Ou seja, a partir da interação entre os saberes foi possível esboçar propostas de atividades a serem aplicadas nas disciplinas deste curso.”

“[...] acredita-se que a extensão ramificada e inserida num número cada vez maior de disciplinas pode favorecer a consolidação de uma extensão reconhecida na academia.”

O Plano Nacional da Educação 2014-2023 assegura, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares para a graduação em ações de extensão. No entanto, o potencial de aplicação da extensão na ação e formalidade institucional em disciplinas de graduação não vem sendo exercido. A carência de atores com formação em extensão impacta negativamente no diferencial do território, pois atividades inovadoras impulsionam o crescimento de seu meio, levando outros agentes a inovarem também. O dinamismo da “indústria motriz” encontra limites no seu principal campo de atuação em sociedade.

d) Na dimensão Financiamento:

“[...] no contexto dos Institutos Federais, de um modo geral, verifica-se um alto índice de rotatividade entre os servidores, bem como, acanhadas ou restritas políticas de estímulo à extensão no seu bojo.”

O fortalecimento das ações extensionistas está ancorado na capacitação de recursos humanos, pois o pesquisador desenvolveu uma postura empreendedora, que vinculada a uma matriz endógena, produz replicabilidade no meio social de atuação.

e) Na dimensão Território e Desenvolvimento Local:

Não foram identificados alinhamentos com os temas supracitados.

5.2.3 O Autor C apresentou um estudo monográfico sobre a realização do projeto horta escolar orgânica desenvolvido na rede pública do município de Cruz das Almas, visando integrar discentes da academia com alunos do ensino fundamental por meio da discussão sobre educação ambiental e alimentar, estimulando os grupos sociais no consumo de produtos orgânicos e na formação de agentes multiplicadores

A seguir, as principais contribuições da pesquisa:

a) Na dimensão Formação do Estudante:

[...] de conhecimentos.”

“A maioria dos alunos sente-se responsável pela horta orgânica e coautor do processo de construção.”

“[...] alunos relatam que por meio da vivência prática no projeto que conseguiram relacionar o ensino teórico do curso a prática e confirmar os princípios da agroecologia como métodos científicos e capazes de transformar a realidade local.”

“[...] despertou nos alunos o desejo por cuidar do nosso planeta, ele descobre que com ações simples pode dar sua contribuição para um mundo mais limpo.”

“[...] muitos alunos até modificaram hábitos alimentares a partir da oferta de alimentos vindos da horta orgânica, também os professores e pais.”

“[...] flexibilizar as aulas práticas e viabilizá-las com projetos de construção do conhecimento, por meio da extensão universitária, contribui na formação profissional dos discentes e na reflexão crítica e construtiva do seu papel como cidadão.”

“Ao cuidar da horta os alunos adquirem novos valores, novas formas de pensar e mudam suas atitudes em relação aos cuidados com a vida.”

“[...] ocorrência de modificações no padrão comportamental dos alunos e na formação de multiplicadores.”

b) Na dimensão Coprodução do Saber e Valorização do Conhecimento Tácito:

“[...] todos os envolvidos em atividades de extensão (comunidade interna ou externa à universidade) se implicam no processo, incluindo valores pessoais e coletivos.”

“[...] nesse diálogo com as escolas, diálogo com o docente do ensino fundamental da cidade de Cruz das Almas, nesse diálogo com estudantes da universidade, fazem experiências de aprender fazer, interiorizar, praticando como síntese da praxis que ser quer emancipatória, libertadora [...]”

“[...] a construção e a transmissão do conhecimento se apoiam numa relação dialógica, os interlocutores falam e escutam, levam em consideração todas as informações e experiências do grupo em que esta interlocução está ocorrendo.”

c) Na dimensão Atuação em Rede:

“O entrosamento conquistado pelos alunos ao longo do trabalho fez com que percebessem a importância de viver em grupo, de realizar trabalhos em equipe.”

d) Na dimensão Território e Desenvolvimento Local:

“[...] porque ele agrega sujeitos educacionais do ensino médio e fundamental, envolvendo escolas do município de Cruz das Almas [...]”

e) Na dimensão Inovação e Utilização de Recursos Locais:

“[...] evidenciaram que a horta orgânica pode servir como fonte de alimentação e atividades didáticas, oferecendo grandes vantagens às comunidades, como a obtenção de alimentos de qualidade a baixo custo e também o envolvimento em programas de alimentação e saúde desenvolvidos pelas escolas.”

“[...] a vivência extensionista possui importância relevante por várias razões: pelo seu caráter pedagógico, metodológico, sobretudo, pela sua função social. Este projeto não apenas lida com a comunidade acadêmica da UFRB, docente, discente, ele tem caráter inovador, uma função social importantíssima para a contemporaneidade.”

“Os alunos do ensino fundamental, agentes multiplicadores, docentes e demais participantes do projeto, ao se reconhecerem, por meio de fotos e identificação de sua participação nas ações coletivas, no boletim informativo e folder sentiram-se valorizados e identificados com a ação realizada.”

f) Na dimensão Inovação e Utilização de Recursos Locais:

“[...] a perspectiva social que considera o ser humano como um todo, valorizando todas as formas de conhecimento acumulado em anos de experiência, ocorrendo desta forma a sustentabilidade.”

“Um trabalho de ensino aprendizagem precisa ser conduzido a partir de uma visão integradora, voltada para as realidades ecológica, econômica e sociocultural de cada indivíduo, de cada sociedade, de cada região.”

g) Na dimensão Financiamento:

“Cabe ressaltar que a maioria dos alunos que atuaram ou atuam como multiplicadores, foram selecionados e aprovados em Programas de Iniciação Científica (PIBIC) e ainda outros Programa de Bolsas de Extensão (PIBEX), sendo constantemente estimulados e motivados a buscar conhecimento e soluções práticas que auxiliem no desenvolvimento local e regional.”

5.2.4 O artigo do Autor D objetivou uma reflexão sobre o papel da extensão universitária na concepção de diretrizes de planejamento das ações extensionistas ligadas ao evento Copa 2014, no âmbito de uma universidade estadual baiana

Os principais pontos abordados foram:

a) Na dimensão Formação do Estudante:

“É importante ressaltar os aspectos positivos do envolvimento dos estudantes nessas ações, pois a participação em tais projetos permite-lhes interagir com diferentes nuances do mundo do trabalho de modo a conferir-lhes uma formação de cidadania e de autonomia.”

“[...] os eventos realizados geram também oportunidades de formação, qualificação e de geração de renda.”

b) Na dimensão Coprodução do Saber e Valorização do Conhecimento Tácito:

“O Projeto Legados Sociais para a Copa de 2014 se destaca por se constituir em uma ação com planejamento participativo no cumprimento de uma política pública, dentro de um sistema com um grande número de parcerias, com uma abordagem interdisciplinar.”

“Nas oficinas e fóruns realizados, foram promovidos debates dos temas que nortearam a construção do termo de referência com a definição das temáticas que compuseram cada eixo para seleção das ações com a seguinte composição de temáticas por eixo: educação; esporte e cultura; trabalho e geração de emprego e renda; cidadania e direitos humanos; meio ambiente e saúde.”

c) Na dimensão Atuação em Rede:

“O Grupo foi composto por representantes de temática da UNEB, das Secretarias de Estado Bahia, do Trabalho, Turismo, Cultura, Meio Ambiente e outros segmentos da sociedade baiana.”

“A equipe que atua no Projeto é composta por um grupo de trabalho multidisciplinar, em função da diversidade de saberes e práticas que permeiam o planejamento [...]”

“Na realização desse projeto percebeu-se que ainda são necessários questionamentos que contribuam para o debate da interdisciplinaridade, integradas as políticas setoriais de distintos espaços geográficos, com vistas a intervenções sociais mais participativas e próximas do contexto local, aumentando assim o compromisso social para melhoria da qualidade da ação extensionista, com ampliação de oportunidades para diferentes segmentos da sociedade, em uma efetiva ação transformadora.”

d) Na dimensão Território e Desenvolvimento Local:

“Esse diagnóstico foi efetuado através da participação em reuniões de trabalho com Grupo Executivo de Trabalho de Qualificação da Copa do Mundo da FIFA de 2014 – GETQUALI, para alinhamento e levantamento de demanda/oferta, de projetos de cursos para ocupações prioritárias com recorte para a copa que também fossem voltados para o desenvolvimento dos municípios baianos, que direta ou indiretamente fossem recepcionar o mundial.”

“[...] parcerias importantes viabilizadas através do estabelecimento de contratos e convênios de cooperação técnico-científica e cultural em rede, integrando a universidade com a comunidade.”

“[...] diagnóstico apresentado com as demandas, fragilidades e potenciais que subsidiaram a elaboração das propostas como resultado do contato prévio com a comunidade, com apresentação do proponente que no âmbito externo contemplou instituições não governamentais sem fins lucrativos que desenvolvessem ações sociais, assim como cooperativas e outras entidades representativas de setores sociais organizados e no âmbito interno, núcleos e departamentos da Universidade que desenvolviam atividades nas temáticas abordadas [...]”

As ações socioeducativas tiveram como foco principal as escolas públicas baianas [...]”

“As ações deste projeto abrangeram vários municípios do Estado da Bahia (Salvador, Feira de Santana, São Francisco do Conde, Camaçari, Mata de São João, Itaparica, Vera Cruz, Marauá, Morro de São Paulo – Cairu, Porto Seguro, Ilhéus, Itacaré, Vitória da Conquista, Juazeiro, Paulo Afonso e Lençóis.”

e) Na dimensão Inovação e Utilização de Recursos Locais:

“Seminário de avaliação final: socialização e avaliação das ações com apresentação dos resultados (vídeos produzidos e artigos publicados).”

“[...] através de ações em áreas prioritárias como educação, saúde, trabalho e meio ambiente, presume-se que estas devem se articular tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando assim, a interação necessária à vida acadêmica com as demandas sociais.”

“[...]desenvolvimento de projetos integrados, voltados para o aperfeiçoamento comunitário e a capacitação de recursos humanos nos aspectos sociais, culturais e artísticos; foram desenvolvidas atividades socioculturais e artísticas com enfoque na formação da cidadania e do correspondente comportamento ético para a promoção das parcerias para o desenvolvimento dos cursos de qualificação e ações socioeducativas, em consonância com a política da universidade de ações voltadas para o desenvolvimento regional.”

“[...] sete áreas de atuação: qualificação e capacitação profissional, responsabilidade socioambiental, valorização do futebol e da cultura local, inclusão social, participação cidadã e infraestrutura, mobilidade e acessibilidade.”

“[...] potencializar a continuidade de ações sustentáveis com a integração de programas desenvolvidos no âmbito das políticas setoriais do Estado, em um processo de formação permanente.”

“[...] Implementar um conjunto de projetos e ações socioeducativas, culturais, ambientais e regionais, visando a promoção de legados socioeconômicos, por meio da mobilização e participação da população com a Copa 2014 e seus eventos associados, no âmbito do Estado da Bahia, assim como potencializar o legado social da Copa do Mundo 2014.”

f) Na dimensão Financiamento:

“[...] a realização das ações de extensão junto à sociedade ocorre por meio de execução de projetos de extensão, os quais são financiados pelo Estado, em parceria com fundações e empresas, entre outros.”

“[...] defender um financiamento público, transparente e unificado, destinado a execução das ações extensionistas em todo território nacional, viabilizando a continuidade dos programas e projetos.”

“[...] atrasos no repasse dos recursos, o que causou impactos em diversas ações, os processos licitatórios foram demorados e atrasaram o início de algumas ações. [...]”

5.2.5 No que tange ao Autor E, o trabalho monográfico apresenta uma análise dos aspectos relativos à institucionalização da extensão no âmbito de uma instituição pública de ensino superior de educação profissional e tecnológica

A partir de seus estudos, foram identificados alguns pontos significativos, a saber:

a) Na dimensão Formação do Estudante:

“[...] há um indicativo da extensão como instrumento para formação integral do aluno, no entanto, as atividades extensionistas propostas e o aproveitamento destas na integralização curricular, mudam de *campus* para *campus*.”

b) Na dimensão Coprodução do Saber e Valorização do Conhecimento Tácito:

“O Regulamento das atividades de Extensão dessa instituição não apresenta os direcionamentos para orientar a formulação e implementação das ações de extensão, apresentando apenas as atividades a serem realizadas.”

“[...] um distanciamento das diretrizes defendidas pelo FORPROEX e reafirmadas na Política Nacional de Extensão Universitária 2012, pois o documento não faz referência a áreas temáticas e linhas de extensão, e sim a dimensões.”

“[...] algumas atividades incorporadas à extensão no referido documento, não são atividades de natureza extensionista, a exemplo dos estágios, que nem todos são balizados neste viés, e a Assistência Estudantil.”

c) Na dimensão Inovação e Utilização de Recursos Locais:

“[...] a sistematização de ações de extensão é feita em formulários manuais através do Sistema de Informação e Registro das Dimensões de Extensão, cabendo ao *Campus* enviar os dados a PROEX, desta forma, sem o cadastro em sistema informatizado impossibilita o levantamento e monitoramento das ações de extensão de forma eficiente, visto que o IFMG possui 7 *campus* em um território geográfico intenso.”

“[...] não foram estabelecidas diretrizes para o aproveitamento curricular do aluno pela participação em projetos, o processo de aprovação das ações de extensão, os programas de bolsa para alunos, as formas de participação de servidores técnico-administrativos nas ações de extensão, entre outros.”

“[...] a maioria dos PPCs (4 dos analisados), não estabelece diretrizes claras que nortearão as atividades de extensão, sobretudo, os programas e projetos.”

d) Na dimensão Financiamento:

“[...] não foram estabelecidas diretrizes para [...] o processo de aprovação das ações de extensão, os programas de bolsa para alunos [...]”

Nas dimensões Atuação em Rede e Território e Desenvolvimento Local não foram identificadas na pesquisa.

5.2.6 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor F

O autor F elaborou um artigo que traça um panorama da extensão universitária da Universidade do Estado do Amazonas, em processo de institucionalização, verificando a atuação discente e docente em projetos e programas de extensão. Os dados recolhidos apontam:

a) Na dimensão Formação do Estudante:

“Durante as visitas aos municípios, os discentes relataram que participar dos projetos de extensão possui um valor significativo, uma vez que eles dialogam com a comunidade, descobrem o real valor do outro, conhecem a realidade, seja na zona urbana seja na zona rural.”

b) Na dimensão Coprodução do Saber e Valorização do Conhecimento Tácito:

Não foi identificado alinhamento com o tema supracitado.

c) Na dimensão Atuação em Rede:

“Terminado a avaliação, os dados são analisados pela PROEX e socializados por meio de relatórios institucionais. Esses avaliadores são formados por uma equipe de professores e técnicos administrativos de várias unidades.”

“Mesmo com as adversidades regional e local, de Norte a Sul do Estado do Amazonas, percebeu-se elevada participação dos professores coordenadores e alunos bolsistas nas ações de Extensão com a submissão de propostas aos editais da Pró-Reitoria.”

d) Na dimensão Território e Desenvolvimento Local:

“o desafio de alcançar resultados satisfatórios em municípios distantes da capital, Manaus, e o esforço contínuo dos setores responsáveis pelos avanços.”

“Nas Unidades do interior, onde há de 04 (quatro) a 20 (vinte) projetos, a avaliação se dá *in loco* pela equipe da PROEX que se desloca de Manaus para os municípios e realiza visitas semestrais.”

“[...] a maior dificuldade enfrentada é a logística, pois os volumes de materiais do projeto têm um custo de Manaus até Parintins.”

e) Na dimensão Inovação e Utilização de Recursos Inovadores:

“Quanto à de avaliação do programa PROGEX, ainda não há uma política de sistematização de avaliação.”

f) Na dimensão Financiamento:

“A UEA criou o Programa Institucional de Extensão (PROGEX), primeiro edital, com o objetivo de firmar, valorizar e estimular o registro dos projetos de extensão, além de proporcionar, aos acadêmicos regularmente matriculados na instituição, uma bolsa de incentivo na atuação dos projetos de extensão.”

“[...] o governo do Estado, por meio da Universidade, tem promovido ao ensino, à pesquisa e a extensão, investimento em cursos de formação em Extensão Universitária, seminários e mostras dos trabalhos para docentes, discentes

e para técnicos administrativos visando o fortalecimento da Extensão Universitária no Amazonas.”

“A atual gestão acadêmica, [...] vem impulsionando as ações e projetos extensionistas, na busca pela maior oferta de número de bolsas de extensão e para assuntos comunitários.”

“Dentre as questões observadas na capital e no interior estão: a documentação incompleta, a falta do cumprimento com as datas de envio dos relatórios, a desistência e a substituição dos bolsistas, a pouca participação nos encontros realizados pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX), esta última com agravo somente na capital, além do atraso no pagamento que depende da liberação dos recursos da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas.”

Os fatores acima abordados impactam substancialmente no desenvolvimento das atividades extensionistas, evidenciando as barreiras para o vetor de transformação produtiva da extensão, com equidade.

5.2.7 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor G

A pesquisa do Autor G objetivou analisar, por meio de um estudo de caso, as relações entre as diretrizes propostas na Política Nacional de Extensão (2012) e a gestão da extensão em uma instituição de ensino superior privada comunitária, conforme dados a seguir.

a) Na dimensão Formação do Estudante:

“A extensão possibilita proximidade com a prática profissional.”

“Para os alunos, eles aprendem na prática o que viram na teoria.”

“É uma pessoa aberta a diferentes experiências. [...] São alunos preocupados também com a sociedade de uma forma geral.”

b) Na dimensão Coprodução do Saber e Valorização do Conhecimento Tácito:

“A comunidade é a primeira a ser ouvida pelos docentes proponentes dos projetos.”

“As ações direcionadas para a necessidade da comunidade, a atuação não assistencialista, o interesse em construir de forma compartilhada uma nova realidade são ações que garantem a validação da atuação da universidade pela comunidade. A relação é de troca, e não de entrega de conhecimento, o que gera um desenvolvimento sustentável dos envolvidos.”

c) Na dimensão Atuação em Rede:

“O professor coordenador do projeto é o responsável por desenvolver as ações previstas junto com os outros docentes, discentes e comunidade.”

“Nesta Faculdade, a extensão é praticada por meio de projetos integradores e interdisciplinares, que se caracterizam por serem projetos dos quais participam docentes, discentes, coordenações dos diversos cursos de forma variada.”

“Projetos de Extensão são apresentados pelos professores da faculdade e integram um projeto de faculdade e não de um curso apenas.”

d) Na dimensão Território e Desenvolvimento Local:

“O projeto tem como foco a atuação na comunidade do Montanhão, na mesma cidade, e na cidade vizinha de Diadema, em uma incubadora Pública que trabalha com diversas cooperativas de trabalho.”

“As ações de extensão, desde a criação do projeto, contemplam o atendimento aos empreendimentos da rede local de economia solidária, aproximadamente 15.”

e) Na dimensão Inovação e Utilização de Recursos Locais:

“Segundo os entrevistados, a universidade passa a ser uma parceira atuante das transformações locais.”

“São professores empreendedores, professores que tem enraizado no perfil essa questão do empreendedorismo, de ajudar a comunidade externa.”

“Os resultados do projeto são apresentados por meio de publicações em livros, revistas, congressos e seminários sobre o tema, promovidos na faculdade periodicamente.”

“As principais atividades foram: construção de planos de negócios, consultorias, cursos sobre gestão, reuniões para discutir a sustentabilidade e o fortalecimento da rede de economia solidária, possibilidades de atuação conjunta.”

f) Na dimensão Financiamento:

“A faculdade possui uma verba anual para alocar na extensão.”

“A participação dos docentes é remunerada com horas-aula em seu plano de trabalho, já a participação dos alunos é voluntária.”

“Eu gostaria de ter uma verba maior para poder até mesmo abranger outras comunidades.”

5.2.8 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor H

O trabalho monográfico do autor H apresentou o conceito de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão de acordo com os documentos de dois fóruns de extensão (FORPROEX e

FOREXT), que foram traduzidos no compromisso com a formação do estudante e no compromisso social da universidade. Dentre os elementos basilares, que consubstanciaram essa investigação, estão presentes os seguintes aspectos:

a) Na dimensão Formação do Estudante:

“Na relação extensão e ensino, o estudante assume o protagonismo de seu processo formativo, tanto no que se refere à formação técnica como em sua formação cidadã.”

“A concepção de extensão é diretamente vinculada ao processo formativo dos estudantes.”

“A extensão como dimensão ética do ensino e da pesquisa.”

b) Na dimensão Coprodução do Saber:

“Nesta interação com os movimentos sociais a Universidade apreende novos saberes, valores e interesses, os quais são importantes para a formação de profissionais mais capazes de promover um desenvolvimento ético, humano e sustentável.”

c) Na dimensão Atuação em Rede:

“Afirma-se, no sentido de contribuir para a superação dos desafios da comunidade, a possibilidade da Universidade acionar o poder público e atuar em parceria com este, a fim de contribuir efetivamente para que as políticas públicas estejam sintonizadas com as demandas sociais.”

d) Na dimensão Território e Desenvolvimento Local:

Não foram identificados parâmetros para análise.

e) Na dimensão Inovação e Utilização de Recursos Locais:

“Em relação aos Desafios para a Extensão Universitária afirma-se que a conjuntura é favorável à expansão e consolidação da Extensão Universitária, mas também são apresentados os desafios e dentre estes, são destacados a institucionalização das ações de extensão; o protagonismo estudantil; a busca pela transformação social e superação das desigualdades, o fortalecimento da autonomia universitária e a avaliação dos impactos sociais da extensão.”

“[...] a efetividade das ações da Extensão junto à instituição como um todo. Claro está que ela possui um alcance junto à produção de conhecimento, à formação e ao meio em que se insere, e por ele, a Extensão tende a tornar-se um parâmetro de relevância institucional.”

“Há ainda a apresentação de dois processos considerados imprescindíveis na relação extensão e pesquisa. O primeiro relativo à participação de estudantes

da pós-graduação (*lato e stricto sensu*) em ações extensionistas, o que traria contribuições efetivas para a extensão ao mesmo tempo em que qualificaria a pós-graduação. O segundo processo refere-se à produção acadêmica a partir das atividades de Extensão.”

f) Na dimensão Financiamento:

Não foram identificados parâmetros para análise.

5.2.9 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor I

O Autor I realizou um levantamento para identificar percepções e conceitos que discentes do Programa Institucional de Bolsas de Extensão possuíam sobre sustentabilidade em projetos de extensão. Verificou-se que os estudantes percebiam práticas de sustentabilidade em extensão, mas não havia homogeneidade entre conceitos. Os pontos relevantes da investigação estão expressos a seguir:

a) Na dimensão Formação do Estudante:

“[...] procuravam participar de projetos de extensão no intuito de formar seus currículos (36 respostas); realizar práticas extraclasse (24); unir prática/teoria (32); ter remuneração (21); cumprir carga horária complementar necessária para conclusão do curso (18); deixar-se influenciar por colegas (2); pensar no mercado de trabalho (29); entrar em contato com pessoas de outras comunidades (17).”

b) Na dimensão Inovação e Utilização de Recursos Locais:

“[...] na matriz curricular dos cursos superiores não havia componente curricular específico que focalizasse a preparação de discentes para atuarem no eixo da Extensão.”

“Se a influência é um dos fatores determinantes para a mudança de comportamento de um indivíduo ou de um grupo, precisa-se então, incluir a temática da sustentabilidade em pautas de reuniões e ações governamentais; em discursos e ações políticas; em conversas e ações do dia a dia; nos currículos; nas metodologias de trabalho e nos projetos de extensão.”

“[...] percebia algum aspecto de sustentabilidade no seu Projeto. Os discentes percebiam e explicaram esses aspectos relacionando-os aos objetivos dos Projetos: de economia de materiais na construção civil; de pesquisa de energias limpas; de difusão junto ao mercado imobiliário de imóveis construídos com produtos ecológicos; de empreendedorismo com base no respeito ao meio ambiente; de percepção ambiental, através da educação ambiental, junto a comunidades ribeirinhas de florestas, de pescadores e marisqueiras, de visitantes de parque municipal, possibilitando a elaboração de políticas públicas; de difusão

do conhecimento científico gerado na universidade; de capacitação de pessoas na área digital, na perspectiva de inclusão no mundo do trabalho; de capacitação de trabalhadores, subsidiando lhes nas relações trabalhistas; de capacitação de pessoas tanto no nível individual (lidar com estresse) quanto no nível coletivo nas relações interpessoais; de 3R (reduzir, reciclar, reutilizar).”

“A extensão ainda não tem o destaque necessário, talvez em decorrência do paradigma vigente que separa os saberes e fragmenta o conhecimento, privilegiando mais o ensino e a pesquisa. Um dos destaques da extensão universitária é que oferece subsídios para a elaboração de políticas públicas, dentre outras, nas áreas de saúde, educação básica e preservação do meio ambiente.”

Não foram identificados parâmetros para análise nas dimensões Financiamento, Coprodução do Saber e Valorização do Conhecimento Tácito, Atuação em Rede e Território e Desenvolvimento Local.

5.2.10 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor J

O Autor J enviou o resumo de seu trabalho de conclusão de curso, que teve como objetivo verificar a relação teoria-prática, fundamentada pelos princípios estruturantes da extensão universitária, em um caso do projeto Rondon. Em termos gerais, foi constatado que:

a) Na dimensão Coprodução do Saber e Valorização do Conhecimento Tácito:

“A Interação Dialógica e Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, dentre os princípios estruturantes da extensão Universitária foram os que, onde, se pode verificar como a relação teoria-prática operou. A utilização de metodologia e práticas participativas associadas à abordagem multi e interdisciplinar, de modo geral, foram os fatores que corroboraram para tanto.”

“[...]o respeito aos atores pesquisadores e a sua cultura local, o reconhecimento e a importância da utilização de uma metodologia participativa e, sobretudo, a possibilidade de troca de conhecimentos.”

b) Na dimensão Atuação em Rede:

“[...]articulação com os movimentos sociais que se deu pela parceria com a ONG Humana Brasil.”

Não foram identificados parâmetros para análise nas dimensões Formação do Estudante, Território e Desenvolvimento Local, e Financiamento.

5.2.11 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor K

O Autor K elaborou um artigo com reflexões sobre as contribuições da constituição de um Comitê de Extensão no âmbito de uma instituição de ensino superior comunitária. Apontou que

o processo de institucionalização da extensão emerge aos poucos, na academia, e que o comitê está concentrado em ações de avaliação e seleção de projetos. As potencialidades desse estudo estão expostas nos conteúdos abordados a seguir:

a) Na dimensão Formação do Estudante:

“Extensão para mim é tudo aquilo que o acadêmico tem a oportunidade de realizar fora da sala de aula. [...] que envolve a aquisição do conhecimento do aluno.”

“Na minha percepção, a extensão universitária é todo trabalho que é feito por acadêmicos que tenham um atendimento à comunidade ou a sua atividade fora da universidade. E esse processo facilita depois o seu ingresso e a sua inserção na comunidade.”

“[...] algo muito importante para formação ética, cidadã, dos nossos acadêmicos, que eles tem esse contato, não só da teoria, mas também da prática de pegar o conhecimento.”

b) Na dimensão Coprodução do Saber e Valorização do Conhecimento Tácito:

“Que os docentes, por meio de sua participação em novos espaços de gestão, apresentam diferenças nas atitudes e posturas.”

“O comitê não traz um ganho em reais, mas, é outro tipo de ganho, é acho que esse ganho de aprendizagem com outro, de ver o todo da universidade, de não ficar restrito ao academicismo.”

c) Na dimensão Atuação em Rede:

“A dimensão metodológica da extensão, com a gestão institucionalmente participativa, considerando todos os envolvidos na operacionalização da extensão como protagonistas.”

“[...] consideramos o comitê como espaço de participação e representatividade, como parte de um processo técnico e operacional de avaliação.”

d) Na dimensão Inovação e Utilização de Recursos Locais:

“O registro documental é necessário tanto para manter a memória institucional como para subsidiar uma análise mais sistematizada das ações executadas pelos sujeitos da extensão.”

“É, eu sou representante, representante não é só do meu nome [...] eu também devo ser atuante e isso parte da gente uma proatividade.”

Não foram identificados parâmetros para análise nas dimensões Financiamento e Território e Desenvolvimento Local.

5.2.12 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor L

O trabalho monográfico do Autor L buscou evidenciar sobre a contribuição do evento Troca de Saberes para a promoção da interação universidade-sociedade, como polo indutor da reflexão de professores e estudantes sobre seu cotidiano acadêmico e sobre a extensão por eles realizada. Os principais tópicos contemplados pela pesquisa estão pontuados a seguir.

a) Na dimensão Formação do Estudante:

“Os estudantes apontaram diversos aspectos positivos relacionados às suas vivências em projetos de extensão, como envolvimento maior nas aulas, desenvolvimento de senso crítico, direcionamento profissional, contato com o campo e produção de pesquisas relacionadas.”

“Permitiu a aproximação dos alunos a uma realidade concreta e contribuiu para a formação de alunos mais bem preparados para lidar com situações diversas e com imprevistos.”

b) Na dimensão Coprodução do Saber e Valorização do Conhecimento Tácito:

“Reconhece-se, na interação com a comunidade, uma condição imprescindível para a formação de um profissional cidadão [...]”

“Assim, pode-se verificar que as atividades realizadas no evento Troca de Saberes e as metodologias empregadas atendem aos princípios da dialogicidade e da ecologia dos saberes, construção e apreensão de novos conhecimentos, adequando-os à promoção da interação entre a universidade e a sociedade.”

“O Troca de Saberes pode ser visto como resposta à inquietação diante do desperdício de saberes pela ciência moderna e também como uma busca da universidade por outras referências para a reinvenção de saberes.”

“Para os professores, a contribuição mais importante do Troca de Saberes, mencionada por todos os entrevistados, é a introdução de elementos que oportunizam a reflexão do professor sobre sua postura em sala de aula, bem como o repensar a extensão aqui realizada, tanto no sentido do reconhecimento do saber popular como a reflexão sobre o papel da universidade na sociedade, e principalmente na região onde ela se insere.”

c) Na dimensão Atuação em Rede:

“Todos os professores entrevistados declaram perceber uma grande diferença entre as metodologias utilizadas pelo Troca de Saberes e a Semana do Fazendeiro, com destaque para a forma mais participativa de construção e transmissão do conhecimento e a postura do professor diante dos participantes.”

“Outra motivação citada na entrevista é a busca pela superação das dificuldades em interagir com os pequenos produtores, no que se refere à adequação da linguagem e de materiais didáticos produzidos.”

“Para a organização do evento, a maior contribuição do Troca de Saberes é a oportunidade de ouvir a experiência de quem vem do campo, de quem está atuando no campo.”

d) Na dimensão Inovação e Utilização de Recursos Locais:

“A apropriação das metodologias utilizadas pelo evento possibilitou sua aplicação em atividades acadêmicas, como organização e apresentação de seminários, trabalhos realizados nas comunidades, condução de projetos de pesquisa e de extensão e atuação em sala de aula, que passaram a ser mais interativas e participativas.”

Não foram identificados parâmetros para análise nas dimensões Financiamento e Território e Desenvolvimento Local.

5.2.13 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor M

O artigo, elaborado em inglês, pelo Autor M, estudou a inserção de atividades de extensão em currículos de graduação em fisioterapia de universidades federais brasileiras. Os pontos em destaque foram traduzidos para o português, pela autora dessa pesquisa, e expostos a seguir.

a) Na dimensão Formação do Estudante:

“Estas condições proporcionam aos alunos a oportunidade de integrar a aprendizagem formal e informal através do contato com a comunidade, uma experiência que enriquece seus arsenais teórico-prático profissional.”⁴

b) Na dimensão Inovação e Utilização de Recursos Locais:

“Vale a pena esclarecer que a extensão universitária pode ajudar a tornar os currículos mais flexíveis, um processo que não está alinhado com o conceito pedagógico predominante no Brasil, que é baseado em uma estrutura curricular fixa.”⁵

“As atividades de extensão podem ser um veículo para mudar o perfil dos fisioterapeutas, na medida em que exigem que esses profissionais coloquem o

⁴ “*These conditions provide students with the opportunity to integrate formal and informal learning through contact with the community, an experience that enriches their theoretical and practical professional arsenal.*” (Tradução nossa).

⁵ “*It is worth clarifying that university extension can help make curricula more flexible, a process that is not in line with the current predominant pedagogical concept in Brazil, which is based on a fixed curricular structure.*” (Tradução nossa).

conhecimento acadêmico na prática em um ambiente onde eles estão em estreito contato com a realidade social dos pacientes.”⁶

As dimensões Coprodução do Saber e Valorização do Conhecimento Tácito, Atuação em Rede, Território e Desenvolvimento Local e Financiamento não foram abordadas no artigo.

5.2.14 Trabalho de Conclusão de Curso do Autor N

A monografia apresentada pelo Autor N dedicou-se a leitura de construções conceituais elaboradas no campo da extensão universitária e de documentos orientativos no âmbito do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades públicas brasileiras. A partir dos dados apresentados, foram identificados os seguintes elementos significativos:

a) Na dimensão Formação do Estudante:

“[...] ao longo do processo desencadeado no Brasil entre 1999, ano da publicação do Plano Nacional de Extensão Universitária, e 2012, quando se aprova a Política Nacional de Extensão Universitária, há uma mudança significativa dos espaços institucionais em que se encontra a extensão: de braço ou apêndice do corpo acadêmico, ela passa a ser colocada em uma nova centralidade das estratégias da universidade e a articular-se, cada vez mais, com o ensino, a pesquisa e as políticas públicas.”

“Parece-me, no momento, mais desafiador pensar a universidade como ambiente de formação, no qual a produção de conhecimento se dá no embate da pesquisa, da extensão e do ensino.”

“[...] no sentido da formação integral da pessoa: o saber ser, o saber fazer, o saber saber e o saber conviver.”

b) Na dimensão Coprodução do Saber e Valorização do Conhecimento Tácito:

“[...] a tentativa de ler a extensão universitária como práxis, em suas relações com a produção do conhecimento, e de problematizar o debate sobre a relevância da educação – e aqui, especialmente, da universidade -, com especial atenção para os processos dialógicos que permeiam o interior da academia e a interação desta com o que lhe é exterior.”

“[...] as potencialidades da extensão universitária como mediadores de saberes e de formas de compreensão do mundo.”

c) Na dimensão Atuação em Rede:

⁶ “*Extension activities can be a vehicle for changing the profile of physical therapists, in that they require that these professionals put academic knowledge in practice in an environment where they are in close contact with the social reality of patients.*” (Tradução nossa).

“Aprofunda-se a necessidade da aplicação de metodologias com enfoque na participação e na democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores não-universitários em sua produção e difusão.”

“A definição de uma agenda estratégica, o estabelecimento de metas – como o percentual de 10% dos créditos exigidos para a graduação reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas – e a projeção internacional da extensão – intercâmbios e parcerias construídos pelas universidades públicas brasileiras com instituições da África e de outros países da América Latina.”

d) Na dimensão Território e Desenvolvimento Local:

“[...] as relações “exteriores” da universidade dizem respeito, na verdade, à sua intimidade. A arquitetura dessa casa pública, do ponto de vista da extensão universitária, precisa contemplar espaços de fluidez e arejamento.”

e) Na dimensão Inovação e Utilização de Recursos Locais:

“[...] a importância da inserção de ações extensionistas nos planos de ascensão funcional e nos critérios de pontuação em concursos.”

“No campo de avaliação da extensão, destaca-se que a construção de um sistema de informações e de indicadores (monitoramento e avaliação) para avaliação das ações extensionistas deve ter abrangência nacional.”

“Enquanto instâncias produtoras de conhecimento, elas [as universidades] devem ser capazes de oferecer aos governos e à sociedade as tecnologias, teorias e processos, assim como os profissionais capazes de propulsionar o desenvolvimento, e para que esse desenvolvimento não se restrinja à esfera econômica, seja sustentável e tenha um caráter ético, é preciso que esses “produtos” estejam afinados com os valores e interesses sociais.”

“[...] as instituições de ensino necessitam pautar-se pela constante busca do equilíbrio, adequando entre as demandas que lhe são socialmente exigidas e os saberes e as inovações que surgem do trabalho de seus professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos.”

“[...] os saberes e as inovações que surgem do trabalho de seus professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos”.

f) Na dimensão Financiamento:

“[...] a defesa de um financiamento público, transparente e unificado, destinado à execução de ações extensionistas em todo o território nacional, viabilizando a continuidade de programas e projetos.”

“[...] a Política de 2012 confirma a centralidade da universidade pública, tanto do ponto de vista da normatização como do financiamento; já na primeira frase do texto afirma-se que a política está direcionada às Universidades públicas e à sociedade brasileira.”

“[...] quatro iniciativas defendidas no âmbito do FORPROEX e defendidas pela política: 1) a inclusão da extensão universitária nos planos plurianuais do governo federal; 2) a inclusão da extensão nos orçamentos das universidades públicas; 3) a criação de um Fundo Nacional de Extensão; 4) e a “ampliação do escopo dos editais das agências

de fomento, especialmente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais.”

“[...] a necessidade da construção de “indicadores de monitoramento” como forma de garantir a alocação de recursos para a extensão.”

“O estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço.”

Como uma outra forma de conhecer as potencialidades das discussões extensionistas decorrentes do CEEU, a pesquisadora, esteve presente a algumas das defesas de bancas do Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo B). Os relatos científicos acontecerem em 3 (três) dias consecutivos e eram realizados em horários concomitantes, o que fez com que limitasse a presença da pesquisadora nas apresentações orais.

De acordo aos registros da pesquisadora frente as exposições monográficas, foi elaborado um relatório com os principais tópicos abordados pelas pesquisas extensionistas apresentadas por discentes egressos do curso, e seus dados agregados no Quadro 6, a seguir:

Quadro 6 - Relação de discentes e respectivos trabalhos monográficos defendidos, com questões abordadas, resultados e recomendações – 2013

DISCENTE	MONOGRAFIA	QUESTÕES ABORDADAS	RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES
Discente 1	A práxis extensionista dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais	Demanda de formação técnica; Necessidade da extensão; Fóruns de Extensão; Quais ações são extensionistas nos IFS? Existem metas e ações para a extensão? Monitorar e avaliar a extensão	Estruturar a gestão da extensão; Flexibilização curricular: permear o projeto pedagógico do curso, via estágio; Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: teoria e não prática; Precário financiamento da extensão
Discente 2	Construindo o trabalho comunitário na PUC Minas: uma metodologia já inserida nos projetos de extensão?	Extensão no Brasil; Práticas de Extensão; Trajetória de trabalhos comunitários na PUC (planejamento e avaliação integrados à comunidade, colegiado de extensão, captação de recursos)	Identifica que há falhas na comunidade, porém nessas falhas há a potencialidade da comunidade que a mantém naquele lugar; Extensão na comunidade por um tempo e depois? Sustentabilidade da extensão, sem o projeto; Restrições ao financiamento da extensão.
Discente 3	Construindo a gestão participativa na extensão universitária: a experiência do UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo	Revelar o que se entende por gestão da extensão universitária; Gestão participativa, planejamento em sintonia com a missão institucional; Envolvimento da equipe com as metas e objetivos propostos	Não se entende o que é extensão universitária; Proposta para trocas de experiências via encontros de extensão; Transdisciplinaridade; Consolidação da gestão na dimensão participativa; Há incentivo institucional à extensão? Avaliação contínua da extensão com a participação de todos; Foco social e educacional

DISCENTE	MONOGRAFIA	QUESTÕES ABORDADAS	RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES
Discente 4	Relação Teoria e Prática baseada nos Princípios estruturantes da Extensão Universitária: um estudo de caso no âmbito do Projeto Rondon – Povoado de Capoeiras – Município de Cansanção – Bahia	Aplicabilidade da concepção na prática extensionista; Diretrizes para as ações de extensão universitária; Interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade; Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão	Formação dos alunos (valores éticos e socioculturais da realidade local); Produção de conhecimento; Interação dialógica; Planejamento das ações; Metodologia participativa demanda tempo para produção de resultados profícuos
Discente 5	Percepções e conceitos de sustentabilidade entre discentes participantes do programa de bolsas de extensão (Pro-bext) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB)	Sustentabilidade; Extensão; Forproex; Mudança de comportamento – consciência ecológica	Percepções e concepções do estudante; Há antecipação de percepções para mudança de comportamento; Conceito de sustentabilidade e relações de sustentabilidade
Discente 6	Horta orgânica escolar: construindo a educação alimentar e a formação de multiplicadores em Cruz das Almas – Bahia	Pesquisa-ação de um projeto em agroecologia; Ecologia de saberes; Dialogicidade	Participação da academia na comunidade; Fortalecer a disciplina com o projeto, criando o vínculo extensionista; Troca de saberes; Crescimento coletivo e procriação do saber.

Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação, presente às defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Além do exposto, a pesquisadora esteve presente às discussões contemporâneas sobre extensão universitária, no 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Com o objetivo de identificar os desdobramentos do CEEU, participou da Roda de Conversa, sob a coordenação do estudante egresso Ataulpa Luiz de Oliveira, observando os limites e potencialidades do curso no olhar de vários agentes extensionistas do país, presentes ao diálogo colaborativo. Os principais dados relatados foram agrupados no Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 - Dados obtidos sobre o CEEU, no 7o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, em Ouro Preto (MG) - 2016

PARTICIPANTE	LIMITES IDENTIFICADOS COM O CNEEU	POTENCIALIDADES DO CNEEU
P1	Como formar extensionistas? Qual o nosso papel enquanto egressos do curso? Ocupação de cargos sem formação na área extensionista	Promover uma formação sólida em extensão; Impacto na prática institucional; Criar uma rede em extensão
P2	A extensão é um dom? Perpetuação mítica ou um saber e um fazer? Processo de formação em extensão	
P3	Que discurso se fala em extensão? Publicações em Extensão não são bem avaliadas, o que fazer? Não há programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em extensão Necessidade de uma área de conhecimento em extensão na CA-PES	
P4		Avanço na institucionalização da extensão: constituição de comitê de extensão e comissão <i>ad hoc</i>
P5	Descontinuidade da gestão, mudando o foco na extensão; Corpo gestor pouco aproveita o conhecimento que o egresso aprendeu com o CEEU; O corpo técnico na gestão da extensão é essencial, alunos e professores são transitórios no processo;	Revolucionou as práticas de extensão em sua instituição; Propôs cursos de extensão;
P6	Pessoas não reconhecem a seriedade da Extensão Universitária, o potencial de um profissional formado na área; Na academia, o profissional que não serve para o ensino ou para a pesquisa, vai para a extensão; Não se reconhece o valor da extensão.	
P7	Como olhar a comunidade? Que tipo de relação estabelecer com a comunidade? Quais metodologias são adequadas para a extensão?	Edital de seleção com prerrogativas da extensão; As práticas de extensão vistas como “chão de fábrica”: eu faço extensão;

PARTICIPANTE	LIMITES IDENTIFICADOS COM O CNEEU	POTENCIALIDADES DO CNEEU
P8	Atividade extensionista demanda tempo e não há reconhecimento; Qualificar o quadro institucional em extensão visando atender à estratégia 12.7 (curricularização da extensão) constante no Plano Nacional de Educação 2014-2024;	Repercussões positivas do ponto de vista institucional; Formação de projetos: elaboração, avaliação e divulgação; Inclusão da disciplina extensão universitária em um curso da instituição onde trabalha;
P9	Técnicos sem formação na área; Carência de bolsas de extensão; Criação de revistas de extensão;	
P10		Criação de programa <i>stricto sensu</i> em extensão universitária
P11	Fazer extensão sem planejamento; 10% de atividades curriculares em programas e projetos de extensão;	Ligação com a comunidade;
P12	Institucionalizar a extensão; Criação e atualização de projetos extensionistas;	
P13	Diferentes realidades financeiras da extensão em instituições públicas (verbas governamentais), particulares e comunitárias (empresários);	
P14	Formação em extensão; Recurso próprio para a extensão;	Fórum de extensão convalida a formação em extensão
P15		Há bolsas de extensão; Valoriza a formação do aluno e do docente extensionista;
P16	Criar pós-graduação <i>stricto sensu</i> em extensão; Formação continuada em extensão;	
P17	Carência de bolsas de extensão; Recursos financeiros de docentes para execução das ações de extensão;	Relação aluno universitário com a comunidade; Disciplina optativa para a graduação e disciplina obrigatória para a pós-graduação;

PARTICIPANTE	LIMITES IDENTIFICADOS COM O CNEEU	POTENCIALIDADES DO CNEEU
P18	Não há uma coordenação nacional; Não há políticas para financiamento da extensão;	
P19	Equiparar as bolsas de extensão às bolsas de iniciação científica; Retomar a criação da revista de extensão;	
P20	Interação entre fóruns de extensão restrita	Conhecimento de extensão através da vivência;
P21	Não há formação na área	
P22	Fóruns de extensão precisam de articulação; Fóruns apenas preocupados com a curricularização da extensão; Identificar extensionistas e público-alvo;	Formação diferencial do aluno; Realização de cursos pela educação a distância; Criação de disciplinas em extensão na pós-graduação; Criar um grupo de pesquisa em Extensão Universitária; Criar pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Extensão Universitária

Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação, presente à Roda de Conversa “Pós-graduação em Extensão Universitária: efeitos de uma formação especializada em extensão” – Coordenada pelo Prof. Dr. Atualpa Luiz de Oliveira (IFSJ), sobre os encaminhamentos do CEEU, no 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, em Ouro Preto (MG).

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Por ser um estudo contemporâneo, a extensão emerge como um fenômeno importante no cenário universitário e seus valores convergem para o compromisso social, troca de saberes e inovação, propiciando acesso a informações científicas e tecnológicas em diversas áreas de atuação, bem como a construção de novos conhecimentos que impactam na promoção do desenvolvimento local, numa perspectiva sustentável.

Os resultados dessa investigação revelam a pluralidade de concepções e práticas acerca da temática extensionista. A formação de agentes sociais, pelo viés da extensão, fortalece o diálogo coletivo e difunde conhecimentos que ampliam as possibilidades de desenvolvimento, com sustentabilidade. Os modos do saber em extensão universitária perpassam pela vivência de realidades locais e regionais, reconhecendo o potencial do outro para a construção do conhecimento. A relevância desse estudo, bem como o seu alcance social, decorre do incentivo ao desenvolvimento local e da troca de saberes extensionistas, permeados por agentes da academia e da sociedade, em um ambiente de formação e interação, numa perspectiva sustentável.

A extensão é uma das funções básicas da universidade que promove a interação dialógica com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de regiões. Através da troca de conhecimentos e experiências extensionistas ocorre a vitalização do ensino e da pesquisa, em um processo de emancipação do saber. O contexto da extensão envolve outras coletividades, que extrapolam os limites do *campus* universitário, contemplando comunidades em espaços e regiões diversificadas. As ações de extensão universitária demandam conhecimentos e trocas profícuas entre as figuras do professor, do aluno e da comunidade objeto de intervenção, em uma busca crescente de experiências e do saber que liberta.

O crescente lastro de pesquisas na área extensionista é outro fator que evidencia a importância da extensão para a sociedade. O “que” e o “como” fazer em extensão, envolvendo docentes e discentes de diferentes áreas de conhecimento, fomentam a relação entre a teoria e a prática, numa perspectiva contínua para o desenvolvimento de regiões. O diálogo, sob a ótica extensionista, ocorrido entre docentes e discentes, tanto no desenvolvimento dos trabalhos monográficos, quanto nos resultados das ações, promoveram a produção de conhecimentos e perspectivas de desenvolvimento local. Percebeu-se que, a partir das experiências extensionistas, novas informações foram geradas, estimulando a proatividade acerca da temática, tanto em termos práticos, quanto teóricos. Os estudos realizados evidenciaram um impacto social, notadamente

na área de educação, colaborando para uma formação profissional de substancial conteúdo pedagógico e efetiva mobilização social.

Muitas atividades extensionistas são desenvolvidas de norte a sul do Brasil, em instituições públicas, privadas e comunitárias, com uma literatura significativa e professores qualificados de formação em extensão universitária. Fazer uma análise das metodologias aplicadas, de sua institucionalização na academia, das formas de gestão e das práticas de extensão são ferramentas essenciais para a valorização e reconhecimento da extensão. A extensão requer atividades de intervenção de contexto social e dialógico, fruto de parcerias institucionais e capilaridades regionais diversificadas, servindo como fonte de dados para estudos e pesquisas em vários campos do conhecimento.

Nesse sentido, o projeto piloto do CEEU representou um modelo para a formação crítica e reflexiva de profissionais sobre extensão universitária, tanto em termos teórico, quanto prático, para aplicabilidade em dimensão local e/ou regional. Por meio da abordagem multiregional, multidisciplinar, dialógica e de conhecimentos diversificados, foi possível o fortalecimento e replicação dos parâmetros extensionistas pelo Brasil, mesmo que em escala regional reduzida e desigual. Enquanto espaço privilegiado para a produção, acumulação e disseminação de conhecimentos, o Curso ofereceu a formação e capacitação de profissionais cidadãos acerca da extensão universitária, configurando novos caminhos à democratização de conhecimentos, com a diversidade e qualidade dos temas abordados, e o retorno e aplicabilidade nas regiões de origens de todos os participantes.

Em sua trajetória, o Curso apresentou discussões acerca da institucionalização acadêmica da extensão e a replicação de suas ações na prática, no lócus de origem dos agentes extensionistas. A participação de alunos, com diversidade de cargos profissionais em suas instituições de origens (docentes/técnicos), de instituições diversificadas (pública, comunitária e particular), e de origem em todas as regiões do Brasil, fortaleceu conhecimentos acerca da extensão universitária, em termos de estudos, práticas, gestão e políticas de extensão na academia.

O corpo pedagógico diversificado, as áreas de conhecimento contempladas e a diversidade de origem dos participantes, configuraram a expressividade de conteúdo que permeou as discussões em sala de aula. O currículo do curso, de valor agregado ao social, buscou oferecer o embasamento teórico necessário para replicabilidade do “fazer extensão” em qualquer instância local ou regional do país. As disciplinas aprofundaram conhecimentos sobre o valor do referencial histórico da extensão universitária e suas perspectivas, de articulação da extensão com o

ensino e a pesquisa, de metodologias, gestão e institucionalização da extensão, da relevância em se planejar, monitorar, avaliar e informatizar a extensão. Os conhecimentos pedagógicos e vivências abordadas durante o curso enveredaram em uma troca de saberes, entre docentes e discentes, com reflexos positivos para a atuação de extensionistas em todo o Brasil.

A interação dialógica, sob múltiplas dimensões – regionais, institucionais e interdisciplinares, aplicadas em sólidas bases metodológicas - avaliativas, de gestão e de práticas extensionistas, produzem reflexos significativos para o estudo, a institucionalização e o exercício da extensão no Brasil. O curso permitiu o aprender juntos, indispensável na formação profissional/pessoal do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade. Essa troca de conhecimentos extensionistas, decorrente de relações multi/interdisciplinares e interprofissionais, configurou um novo olhar para o desenvolvimento de regiões.

O desafio de uma pós-graduação de natureza extensionista exige inovação, capacidade reflexiva e capacidade operativa para agir de modo interdisciplinar, participativo, interagindo saberes com o grupo, seja na academia, no ambiente de trabalho ou na própria comunidade de atuação, construindo saberes novos a partir de situações concretas. As pesquisas decorrentes do CEEU representaram a força de se consolidar parcerias institucionais, de captar recursos, de estabelecer redes de planejamento e monitoramento de ações, de se agregar valor a extensão em nível de pós-graduação. A diversidade de temas de aplicação abordados contemplou: metodologia, gestão, avaliação, práticas de extensão. A variedade de atores extensionistas envolvidos, com formações e vivências acadêmicas distintas, de instituições diversificadas e dimensão nacional, convalidaram trocas profícuas sobre o fazer extensão.

Os resultados das pesquisas do CEEU, frutos de intervenções sociais, de cunho participativo e próximo do contexto local, evidenciaram uma ação transformadora das ações de extensão em diversas dimensões, a saber: Formação do Estudante, Coprodução do Saber, Atuação em Rede, Engajamento Regional, Competitividade Econômica, Financiamento e Sustentabilidade. Essas prerrogativas foram utilizadas como parâmetros para análise dos conteúdos abordados nos trabalhos de conclusão de curso, nas percepções obtidas pela pesquisadora como participante de dois encontros pedagógicos presenciais ao CEEU, em 2013, e do Congresso Brasileiro de Extensão em 2016 – este, com egressos do curso.

A dimensão Formação do Estudante, sob o viés da extensão universitária, evidenciou as seguintes potencialidades:

- 1) A formação ética, cidadã, de autonomia e de responsabilidade social do estudante extensionista;
- 2) O aluno assume o protagonismo de seu processo formativo;
- 3) O discente como coautor do processo de construção social, em contato direto com a realidade local;
- 4) O olhar diferenciado do estudante em termos de valores e formas de pensar, com mudanças de atitudes e comportamentos;
- 5) A vivência com o mundo do trabalho, relacionando a teoria com a futura prática profissional.

No que tange à dimensão Coprodução do Saber e Valorização do Conhecimento Tácito, foi observado:

- 1) A difusão do respeito à cultura local, perpetuando valores sociais;
- 2) Os docentes apresentam novas atitudes e posturas, frente a membros da comunidade interna e externa da academia;
- 3) A interação dialógica revela demandas sociais emergentes.

A vertente da dimensão de Atuação em Rede apresentou os seguintes pontos:

- 1) Há movimentos de horizontalidade hierárquica e de produção de novos conhecimentos;
- 2) Mudanças de gestão institucionais, permeadas pelo planejamento participativo;
- 3) Ações extensionistas em que a participação da comunidade é limitada ou não existe;
- 4) A composição de grupos de trabalhos multidisciplinar e interprofissional;
- 5) Lacunas com a metodologia dialógica da ação extensionista entre professores, alunos, técnicos administrativos e comunidades;
- 6) Diversidade de parcerias estabelecidas com movimentos sociais, escolas, fundações, Secretarias de Estado etc;
- 7) Formação, qualificação e geração de rendas de comunidades envolvidas no processo extensionista.

O quesito Território e Desenvolvimento Local pontuou os seguintes aspectos:

- a) As lacunas para o engajamento de agentes, tanto interno quanto externo à academia, na gestão de ações extensionistas;
- b) A diversidade de localidades utilizadas: escolas do ensino médio e fundamental, cooperativas, entidades representativas etc;
- c) A diversidade territorial para o planejamento de ações extensionistas e o desenvolvimento em múltiplas escalas espaciais;
- d) Incentivo à articulação com movimentos sociais, fortalecendo a identidade local;
- e) Dificuldade logística de atuação para instituições de ensino superior *multicampi*;
- f) A necessidade de parcerias com o poder público e o setor privado;
- g) Oferece subsídios para a elaboração de políticas públicas em saúde, educação e meio ambiente;
- h) A continuidade de ações extensionistas demanda a integração a políticas setoriais de Estado.

O exame da dimensão Inovação e Utilização de Recursos locais apresentou:

- a) Resultados de ações extensionistas socializados através de publicações científicas e jornalísticas, eventos científicos, *sites* etc;
- b) A matriz curricular dos cursos superiores não apresenta componente curricular com foco no preparo de discentes para atuarem no eixo da extensão;
- c) Identificação e incentivo de talentos, através das ações extensionistas;
- d) Desenvolvimento do perfil empreendedor de agentes extensionistas;
- e) Lacunas para a sistematização de dados extensionistas;
- f) O incentivo à participação de estudantes de pós-graduação em ações extensionistas;
- g) Favorece a flexibilidade de disciplinas curriculares;
- h) Difusão de ações inovadoras e de empreendedorismo na região;
- i) Produção acadêmica a partir das ações de extensão
- j) Carência de um sistema informatizado da extensão, de âmbito institucional, que agregue todas as capilaridades regionais de atuação da universidade *multicampi*.

O item Financiamento identificou as seguintes vertentes:

- 1) A carência de financiamento para execução de ações extensionistas;
- 2) A participação do Estado e do setor privado na esfera da extensão é incipiente;
- 3) Formação, qualificação e geração de rendas de comunidades envolvidas no processo extensionista;
- 4) Alta rotatividade de servidores extensionistas devido a hiatos nas políticas de incentivo a extensão;
- 5) O processo de aprovação das ações de extensão no âmbito institucional, sem diretrizes para financiamento.

Nesse cenário, despertar o governo e a sociedade para abraçar a causa extensionista, dada sua dimensão social, é uma necessidade emergente. É notório que o aprofundamento de pesquisas em nível de pós-graduação sobre extensão universitária é uma ferramenta que impulsiona a renovação de instituições de ensino superior, sejam públicas, privadas ou comunitárias, pois ampliam o alcance social local/regional da academia potencializando a inovação no campo das tecnologias sociais. A experiência do CEEU apresentou uma amostra do estado da Arte da Extensão no Brasil ao potencializar, por meio de seus atores extensionistas, ações de transformação social e sustentabilidade em diversas localidades.

Os resultados das pesquisas ora expostas neste estudo representam os saberes, significados e abrangência social da Extensão para o Brasil, utilizando-se da dimensão local/regional de desenvolvimento. Por ser um reflexo do trabalho colaborativo entre professores, alunos e comunidades, as atividades de investigação potencializaram a valorização da comunicação, a exploração de ideias inovadoras e de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento de regiões, que se constituíram em relatos de substancial valor científico. Os conhecimentos da extensão universitária reforçam saberes de amplitude regional, que se consolidam no modo de refletir, agir e viver em sociedade.

A Extensão Universitária no Brasil revela-se por meio de seus fundamentos históricos e legais, pelos parâmetros da pesquisa extensionista, pela experiência de agentes de desenvolvimento que atuam em territórios. São várias as formas de saber no mundo e todos se caracterizam por um tipo de intervenção na região envolvida. O conjunto de relações sociais articuladas para a construção do conhecimento, pelo viés extensionista, produzem a socialização de estratégias plurais inovadoras e sustentáveis.

Os fundamentos legais que amparam as diretrizes da extensão universitária caminham juntos com a evolução do campo da extensão. Percebe-se que a trajetória histórica extensionista, baseada na estrutura convencional, hierarquizada, foi, aos poucos, cedendo espaço para a valorização de um modelo de gestão horizontal, mais participativo, em que a troca de saberes encontra o seu lugar.

A Extensão Universitária possui, assim, uma função humanista e transformadora, promovendo o desenvolvimento local. A extensão é referendada pela governança participativa, permeada pela gestão em rede e processos horizontais dialógicos, fomentando o engajamento regional, a coprodução do saber e a formação do estudante. São ainda potencializados os parâmetros para a competitividade econômica, inclusão social e sustentabilidade. Vale salientar que a extensão prescinde de financiamento para lograr êxito em suas ações sociais e assim processar as ligações e interdependências que existem entre as várias dimensões do desenvolvimento.

A extensão oferece as possibilidades de fazer e ao mesmo tempo de aprender com os erros e sucessos alcançados, influenciando o ambiente cultural local, a formação de lideranças e a formulação de estratégias sobre os condicionantes sociais e econômicos da região. Incitar a integração das ações de extensão universitária no processo de desenvolvimento local/regional, inserindo o indivíduo na problemática econômico-social da região, por meio do diálogo, com ações úteis e necessárias para a comunidade, é um dos instrumentos do poder público e da sociedade na promoção da inovação, da sustentabilidade e da inclusão social.

Compreender a extensão como um saber que se acolhe, a partir da produção de novas formas de diálogo e de produção de conhecimentos, cria no território uma memória social e instiga a inovação, em um caráter desenvolvimentista. As atividades econômicas locais são multiplicadas e dinamizadas por meio da extensão, gerando um incremento social de desenvolvimento, com o campo de atuação de alcance efetivamente regional, via processo de aglomeração e engajamento regional.

Por fim, para o reverberar das ações de extensão universitária no combate as disparidades regionais brasileiras, esse estudo apresenta, como possíveis contribuições:

- a) Produz conhecimentos em confronto com a realidade local;
- b) Forma indivíduos com visão integradora, gestão participativa com a prática da troca de saberes;
- c) Fomenta o diálogo entre a comunidade e a universidade;

- d) Potencializa parcerias institucionais, governamentais e com a sociedade civil, constituindo o engajamento de regiões em múltiplas escalas espaciais;
- e) Cria um ambiente acadêmico propício à difusão de produtos/serviços inovadores, disponibilizando suporte científico e tecnológico;
- f) Valoriza a diversidade, com ações que contemplam a inclusão de segmentos sociais marginalizados;
- g) Favorece o empreendedorismo regional;
- h) Forma sujeitos sociais e cidadãos, voltados para as realidades econômica, ambiental e sociocultural de cada indivíduo, de cada sociedade, de cada região;
- i) Demanda recursos financeiros que movimentam a economia local;
- j) Produz e socializa conhecimentos, através da interação da extensão com o ensino e a pesquisa;
- k) Impulsiona o aumento da produtividade, através do desenvolvimento de recursos humanos que intervêm direta ou indiretamente no processo produtivo.
- l) Potencializa movimentos sustentáveis, com a integração de ações desenvolvidas no âmbito das políticas setoriais de governo, em um processo de formação permanente do indivíduo.

Sobre outra vertente, convém considerar alguns questionamentos sobre a temática extensionista, a saber:

- a) Sendo uma ação considerada relevante no âmbito acadêmico e social, por que órgãos como a CAPES, agências de fomentos e outros órgãos não promovem a criação de programas *stricto sensu* com esse viés extensionista?
- b) O que impede a implementação dos 10% de atividades extensionistas em programas de fomento regular?
- c) A instabilidade de recursos influencia nos modelos de gestão da Extensão?
- d) O interesse econômico está oculto aos interesses de investimento do poder público?

Diante desse cenário, para se avançar no campo da extensão universitária como uma alternativa possível para a solução destes questionamentos, será necessário:

- a) Adotar metodologias participativas, visando a propostas concretas de intervenção no território;
- b) Combater as desigualdades regionais, com a distribuição equânime de recursos em localidades menos favorecidas;
- c) Formar agentes extensionistas que funcionem como polos indutores de desenvolvimento e inovação, com políticas de incentivo a atuação em regiões marginalizadas, numa perspectiva sustentável;
- d) Convalidar a participação de técnicos administrativos e das comunidades em ações extensionistas;
- e) Reverter o paradigma do interesse econômico para o da troca de conhecimentos, perpetuando a inovação no sistema;
- f) Instrumentalizar, uniformizar e operacionalizar a institucionalização da extensão no âmbito das instituições de ensino superior, através de ações formativas na área;
- g) Prever meios e processos de articulação regional, subsidiando ações extensionistas de caráter nacional, que integrem as políticas setoriais de distintos espaços geográficos;
- h) Produzir conhecimentos e inovação, por meio de ativos tangíveis como publicações em livros, revistas, *sites*, congressos e outros eventos científicos, com incentivos através de recursos financeiros direcionados à extensão;
- i) Criar instrumentos para preservar e fortalecer a identidade regional e a cultura local, fomentando a troca de saberes entre a universidade e a comunidade e a (re) criação do conhecimento;
- j) Fortalecer o fazer e acontecer da extensão com a oferta e ampliação de bolsas institucionais para docentes, discentes e técnicos administrativos;
- k) Desenvolver programas/projetos integrados de aperfeiçoamento comunitário e capacitação de recursos humanos;
- l) Aplicar, com efetividade, os fundamentos legais, os parâmetros conceituais dos Fóruns extensionistas e as políticas que norteiam as ações de extensão;
- m) Inserir, na matriz curricular de cursos de graduação e pós-graduação, o componente curricular da extensão universitária;

- n) Fomentar parcerias institucionais, por meio de contratos e convênios de cooperação técnica, científica e cultural, de âmbito local, regional, nacional e internacional;
- o) Potencializar o envolvimento da comunidade no levantamento de demandas sociais, desenvolvendo projetos integradores e interdisciplinares de geração de renda e ações sustentáveis;
- p) Socializar as práticas inovadoras de extensão enlaçando-a e fortalecendo-a com o processo de formação de pessoas – ensino, e a geração de conhecimentos – pesquisa;
- q) Avançar no campo da institucionalização da extensão, por meio da constituição de comitês de extensão e comissões;
- r) Dialogar com o poder público e a iniciativa privada sobre os meios de financiamento da extensão, contemplando recursos para instituições de ensino das redes pública, privada e comunitária;
- s) Institucionalizar recursos públicos de financiamento de longo prazo para a extensão, através de: 1) sua inclusão nos planos plurianuais do governo federal; 2) sua inclusão nos orçamentos das universidades públicas; 3) criação de um Fundo Nacional de Extensão; 4) ampliação do escopo dos editais das agências de fomento para instituições de ensino superior não apenas para a rede pública, mas contemplando também as privadas e comunitárias;
- t) Fortalecer os mecanismos de institucionalização da extensão universitária, instigando o poder público para a criação de agências de fomento no campo extensionista;
- u) Criar um sistema de informações e de indicadores de monitoramento e de avaliação da extensão universitária, com abrangência nacional;
- v) Inserir o estudante da pós-graduação (*lato sensu* e *strictu sensu*) em ações de extensão;
- w) Valorizar a formação em extensão do aluno, do docente e do técnico administrativo, com instrumentos que convalidem a experiência extensionista na área, que reverberem nos planos de ascensão funcional e nos critérios de pontuação em concursos;
- x) Criar grupos de pesquisa e programas *stricto sensu* em extensão universitária, valorizando a temática no campo da pós-graduação.

Percebe-se, assim, que as pesquisas no campo da Extensão emergem como oportunidades para aclarar estudos em diversas áreas de conhecimento, como saúde e educação, principalmente em

termos de metodologia, exercício, gestão e avaliação das ações extensionistas. As reflexões decorrentes de pesquisas extensionistas evidenciam que as regiões respaldadas no incentivo ao desenvolvimento local e sustentável e pela troca de saberes, consolidam ações de combate às desigualdades sociais, configurando-se em uma potencialidade para o desenvolvimento de regiões.

É notório que a extensão altera o perfil da economia local, agregando valor e inovação à região, e avanços em termos de conhecimento e consciência regional. As vivências e saberes decorrentes da extensão universitária são frutos do compromisso social das instituições de ensino superior, as quais poderão ser alvo de outras pesquisas e aclarar novos estudos. Essas práticas de participação social e de concepção de novas aprendizagens resultam assim em uma vivência de cidadania.

A riqueza e a complexidade das possibilidades do saber e fazer, através da extensão universitária, delineiam um caminho sempre aberto a novas aprendizagens. E no encontro dessas aprendizagens, decorrentes de vivências, saberes e significados alcançados em virtude da extensão, fomentar um diálogo fecundo representa semear uma alternativa sustentável para o desenvolvimento de regiões.

É perceptível que o campo da extensão universitária contempla uma agenda de desafios para a academia, o governo e a sociedade. Espera-se que as dimensões de formação do estudante, atuação em rede, coprodução do saber, engajamento regional, competitividade econômica, financiamento e sustentabilidade, identificadas por essa pesquisa, reflitam em potenciais contribuições da extensão para transformações socioespaciais e, conseqüente, redução das desigualdades regionais. São debates e questionamentos, que atingem os campos políticos, econômicos, estruturais e sociais, e que encontram no viés da extensão universitária um polo indutor do crescimento econômico e inovação. As vertentes, não esgotadas nesse estudo, podem contribuir para aclarar tantas outras e permear ações de desenvolvimento com sustentabilidade em múltiplas escalas espaciais. Espera-se, assim, ter contribuído.

REFERÊNCIAS

- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- AGUIAR, S. C. O cenário atual do desenvolvimento regional brasileiro. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 12, n. 1, p. 438-447, jan.-abr. 2016.
- AMARAL FILHO, J. Do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas - PPP**, n. 14, 1996. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129> Acesso em: 22 fev. 2016.
- ANDERY, M. A. P. A. *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 14. ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2004.
- ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- ARMOUND, C. **Horta escolar orgânica: construindo a educação alimentar e a formação de multiplicadores em Cruz das Almas – Bahia**. 2013. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Extensão Universitária) - UFSJ, Belo Horizonte, 2013.
- AYDALOT, P. **Économie régionale et urbaine**. Paris: Economica, 1985.
- BACON, F. **Novum Organum: verdadeiras indagações acerca da interpretação da natureza**. Trad. e notas: José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- BADIE, B. **O fim dos territórios**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- BANDEIRA, P. Contribuição dos COREDES/RS para o debate sobre a política nacional de desenvolvimento regional. *In*: RANDOLPH, R.; TAVARES, H. M. (org.). **Política e planejamento regional: uma coletânea**. Brasília: UP Gráfica, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução L. de A. Rego & A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.
- _____. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- _____. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc. Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/10000/10871 Acesso em: 22 fev. 2016.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Fundação de Economia e Estatística (FEE); (Governo do RS), 2002.
- BARROS, A. B. *et al.* Desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno: questões conceituais. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**, Salvador, ano 8, n. 14. jul. 2006.
- BEZERRA, E. M. Projeto legados sociais para a Copa do Mundo de 2014: uma experiência de extensão Universitária da Universidade do Estado da Bahia. *In*: JORNADA DE EXTENSÃO DO MERCOSUL, 3., 2001. **Anais eletrônicos [...] 2001**. Disponível em: www.extension.unicen.edu.ar/web/jem2014/ponencias. Acesso em: 22 fev. 2016.

BEZERRA, O. S.; SALES, D. de L. N. Percepções de sustentabilidade entre discentes participantes do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEXT) do Instituto Federal da Paraíba – IFPB. **Revista Práxis: saberes da extensão**, v. 3, n. 3, p. 40-59, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/praxis/rt/captureCite/96/0/CbeCitationPlugin>. Acesso em: 15 jun. 2014.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução às teorias e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Global y local**. Madrid: Taurus, 1996.

BOTOMÉ, S. P. Extensão universitária: equívocos, exigências, prioridades e perspectivas para a universidade. In: FARIA, D. S. (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p.159-175.

BOUDEVILLE, J. R. **Aménagement du territoire et polarisation**. Paris: M.Th. Génin, 1972.

BRADFORD, M. G.; KENT, W. A. **Geografia Humana**: teoria e suas aplicações. Tradução do Departamento de Geografia e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Portugal: Gradiva, 1987.

BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004. Disponível em: http://www.ipar-des.gov.br/pdf/revista_PR/107/carlos_brandao.pdf . Acesso em: 02 fev. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8.035**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/documentos/outros-documentos/avulso-pl-8035-10-c> Acesso em: 2 mar. 2014.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, p. 27.833de, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 1 mar. 2014.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 128, 10 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2007. (Coleção Saraiva de Legislação).

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 05 out 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 10 mar. 2014

_____. **Decreto-Lei no 252, de 28 de fevereiro de 1967.** 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0252.htm Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. **Decreto nº 6.047, 22 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências. Brasília, DF, fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm Acesso em: 10 maio 2018.

_____. **Decreto nº 6.495, de 30 de Junho de 2008.** Institui o Programa de Extensão Universitária – PROEXT. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **Decreto nº 7.416, 30 de dezembro de 2010.** Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7416.htm Acesso em: 15 maio 2018.

_____. FINEP - Financiadora de Inovação e Pesquisa. **Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação 2016-2022.** Disponível em: http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf Acesso em: 30 set. 2018.

_____. **Lei Federal n. 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. 1968. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br> Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro.** Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. **Lei n. 12.155, de 23 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional - BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. 2014. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112155.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112155.htm) Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação.** 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em: 10 out. 2014.

_____. MEC - Ministério da Educação. Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. **Resolução nº 98 de 4 de agosto de 1998.** Brasília (DF), 1998.

_____. MEC - Ministério da Educação. *In: FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO NORDESTE*, 13., 1994. **Anais [...]** 1994.

_____. MEC - Ministério da Educação. **Relatório – GERES.** Brasília: Ministério da Educação; Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior, 1986. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/geres.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. MEC - Ministério da Educação. **Uma nova política para educação superior.** Brasília: Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, 1985.

_____. MIN - Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional - Sumário Executivo**. 2011. Disponível em: http://www.mi.gov.br/sumario_executivo_pndr. Acesso em: 15 maio 2018.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Regional. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – DOCUMENTO DE REFERÊNCIA, 1., 2012, Brasília. **Anais eletrônicos** [...]Brasília,2012. Disponível em: [https:// http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79&groupId=10157](https://http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79&groupId=10157) Acesso em: 10 maio 2018.

_____. Senado Federal. **5ª - Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo 2015**. Brasília, 2015. (Notas Taquigráficas – Comissões). Disponível em: https://legis.senado.leg.br/escriba-servicosweb/reuniao/pdf/3589?_gl=1*if-gnze*_ga*NjAyNTI3NjY5LjE2ODQ1ODYyOTY.*_ga_CW3ZH25XMK*MTY4NjMxOD-QzOS4yLjAuMTY4NjMxODQ0OC4wLjAuMA. Acesso em: 10 maio 2018.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1999.

CABRAL, N. G. **Saberes em extensão universitária: contradições, tensões, desafios e desassossegos**. 2012. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49409/000836465.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

CABUGUEIRA, A. C. C. **Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional**. 2000. Disponível em: http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenvov/GD9/gestaodesenvovimento9_103.pdf. Acesso em: 15 jun. 2014.

CAMAGNI, R. Espace et temps dans le concept de milieu innovateur. *In*: RALLET, A.; TORRE, A. (ed.). **Économie industrielle et économie spatiale**. Paris: Econômica, 1995. p. 193-210.

CARVALHO, J. M. de; ALBUQUERQUE, C. C. de. **A Extensão Universitária na Universidade do Estado do Amazonas: um Panorama no período de 2011 a 2013**. 2013. 19f. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Extensão Universitária) - UFSJ, Belo Horizonte, 2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, S. S. D.; SOUSA, A. I.; LIMA, M. C. P. B. Curricular intersections of university extension. **Fisioterapia em Movimento**, v. 28, p. 127-139, 2015. Disponível em:<https://www.scielo.br/pdf/fn/v28n1/0102-5150-fm-28-1-0127.pdf>. Acesso em: 35 out. 2016.

CAVALCANTE, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2008.

CHERMAN, A.; ROCHA-PINTO, S. R. de. **Fenomenografia e a valoração do conhecimento nas organizações: diálogo entre método e fenômeno**. 2015. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/281934336_Fenomenografia_e_a_Valoracao_do_Conhecimento_nas_Organizacoes_Dialogo_entre_Metodo_e_Fenomeno. Acesso em: 15 out. 2018.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

CEEU - CURSO NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Relatório final**. Minas Gerais, 2014.

_____. **Termo de Cooperação Técnica e Financeira n 10.224/2012**. Minas Gerais, 2012.

_____. **Plano de trabalho**. Minas Gerais, 2011.

COELHO, S. A. P. **A importância do evento troca de saberes da Universidade Federal de Viçosa para a interação universidade-sociedade**. 2013. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Extensão Universitária) - UFSJ, Belo Horizonte, 2013.

CONTO, F. de. Relatos de experiência: a extensão universitária na Faculdade de Odontologia. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 100-108, jul. / dez. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/viewFile/20875/13549>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CUNHA, A.; SIMOES, R. F.; PAULA, J. A. de. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2005.

CUNHA FILHO; J. L.; MARIZ, R. S. (orgs). **Educação Superior: princípios finalidades do ensino e formação continuada de professores**. Brasília: Universa: Liber Livro, 2010.

_____. (org.). **Processos de aprendizagem na extensão universitária**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; MEC, 1998.

DEMO, P. **Educação e desenvolvimento: mito e realidade de uma relação possível e fantasiosa**. Campinas: Papirus, 1999.

_____. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas/SP: Papirus, 2001.

_____. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2000.

FAPEMIG - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. [Portal oficial]. Disponível em: <http://www.fapemig.br/pt-br/institucional>. Acesso em: 05 abr. 2016.

FARIAS, D. S. de (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, L. L. **Gestão do conhecimento em projetos de extensão universitária direcionados às pessoas com deficiência.** Tese. (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106656>. Acesso em: 05 abr. 2016.

FIGUEIREDO, A. M. de; SOUZA, S. R. G.de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses:** da redação científica à apresentação do texto final. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária.** Brasília: MEC/SESU; Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001. (Extensão Universitária, v.3).

_____. **Extensão Universitária:** organização e sistematização. Belo Horizonte: CO-OPMED; Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 2007. (Coleção Extensão Universitária, 6).

_____. **Institucionalização da Extensão:** passo a passo. Brasília: Fórum de extensão das IES brasileiras, 2004.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária (2000/2001).** Brasília: Ministério da Educação e Cultura e Secretaria de Educação Superior, 1998. Disponível em: <https://www.proec.ufg.br/up/694/o/PNEX.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Porto Alegre: UFRGS; Ministério da Educação; Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012.

FRAGA, B. S. **Grau de efetividade na gestão de projetos em extensão universitária e as estratégias para o seu alcance.** 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Salvador - UNIFACS, Salvador, 2017.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Extensão ou comunicação?** Trad Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUNADESP - FUNDAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR. [Portal institucional]. 2016. Disponível em: www.funadesp.org.br/formacao-academica/extensao/24-forexp Acesso em: 05 abr. 2016.

GALVÃO, A. C. F. Desenvolvimento regional: uma nova política para novos tempos. 1997. In: GALVÃO, A. C. F.; VASCONCELLOS, R. R. **Política regional à escala sub-regional:** uma tipologia territorial como base para um Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0665.pdf. Acesso em: 10 jan. 2016.

GALVÃO, A. C. F.; VASCONCELLOS, R. R. **Política regional à escala sub-regional: uma tipologia territorial como base para um Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional**. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0665.pdf. Acesso em: 10 jan. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2016.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, J. B. **Amostragem: conceitos básicos**. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAVCsAA/amostragem>. Acesso em: 20 jan. 2016.

GONZÁLEZ, R. R. La escala local del desarrollo: definición y aspectos teóricos. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n.1, nov.1998.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 15, jun. 1997. Disponível em: www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/download/123/125. Acesso em: 10 jan. 2016.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola: São Paulo, 2004.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área territorial brasileira**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9753&t=series-historicas>. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. **População**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> Acesso em: 10 out. 2017.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2016**. 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf Acesso em: 10 out. 2017.

JESUS, A. A. de. **Jogos universitários da Universidade do Estado de Minas Gerais – JU-EMG: avaliação de resultados e impactos para o fortalecimento da extensão**. 2013. 36f. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Extensão Universitária) - UFSJ, Belo Horizonte, 2013.

JESUS, J. A. de. **A extensão na educação profissional e tecnológica: uma análise das concepções, diretrizes e atividades propostas para os cursos técnicos de nível médio do IFNMG**. 2013. 21f. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Extensão Universitária) - UFSJ, Belo Horizonte, 2013.

JEZINE, E. M. Multiversidade e extensão universitária *In*: FARIA, D. S. de (org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: Editora UNB, 2001.

KARL, M. **Biografia**. Traduzida da segunda edição em russo (Moscovo, 1973) pelo Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS. Lismbou: Edições Progresso, 1983.

KRUGMAN, P. *et al.* **A Economia espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo.** São Paulo: Futura, 2002.

LA BLACHE, P. V. de. **Quadro de geografia da França.** Tradução de Rogério Haesbaert. Paris: La Table Ronde, 1994.

LACERDA, W. P. de; VIEIRA, E. T. **A extensão universitária e o desenvolvimento regional.** Disponível em: http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH0988_1427392150.pdf. Acesso em: 07 maio 2018.

LEFEBVRE, H. **La Revolution Urbaine.** Paris: Gallimard, 1970.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador, ano 12, n. 21, jul. 2010.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LOYOLA C. M. D.; MACEDO, P. R. A. (orgs.). **Saúde mental e qualidade de vida.** Rio de Janeiro (RJ): CUCA/IPUB, 2002.

LOYOLA, C. M. D.; OLIVEIRA, R. M. P. D. A universidade "estendida": estratégias de ensino e aprendizagem em enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 9, p. 429-433, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v9n3/a11v9n3.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2013.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os Economistas.

MARTON, F. Phenomenography: describing conceptions of the world around us. **Instructional Science**, v. 10, p. 177-200, 1981.

MARX, K. **O capital. Crítica da economia política.** Livro primeiro, Volume I. 8. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. São Paulo: Difel, 1982.

MATTOS, M. J. da C. **O CRUTAC como instrumento de efetivação de uma política de extensão universitária.** 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) - PUC/SP, São Paulo, 1981.

MELO E SILVA, S. *et al.* **Design Instrucional para uma aprendizagem significativa: pesquisa e extensão no caminho do desenvolvimento de tecnologias para a educação.** 2016. Disponível em: ceur-ws.org/vol_1667/ctrlE_2016_AC_paper_57. Pdf. Acesso em: 12 out. 2017.

MELO NETO, J. F. de. **Extensão universitária: uma abordagem crítica.** 1996. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Extensão universitária: bases ontológicas.** 2013. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/caderno-de-extensao-popular/caderno-de-extensao-popular.pdf#page=154>. Acesso em: 01 abr. 2018.

MERCIER, G. A região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, v. 11, n. 22, 2009.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec; Abrasco, 1993.

MOITA, F. M. G da S. C; ANDRADE, F. C. B de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista brasileira de educação**, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf> Acesso em: 10 abr. 2018.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões sub-desenvolvidas.** Rio de Janeiro: Saga, 1957.

NASCIMENTO, I. R. T.do. A indissociabilidade entre pesquisa e extensão na universidade: o caso da ITES/UFBA. **Revista NAU Social**, v.3, n.5, p. 41- 46, nov. 2012/. Disponível em: www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewFile/244/193 Acesso em: 1 jul. 2016.

NOBREGA, P. R. da C. Reflexões didáticas sobre o conceito de região na geografia. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 11, n. 1, p. 107-130, jan./jun. 2015. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/download/18137/13369 Acesso em: 30 set. 2018.

NOGUEIRA, M. das D. P. **Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual.** In: FARIA, D. S. de (org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina.** Brasília. Editora UNB, 2001.

_____. (org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas.** Documentos Básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; Fórum, 2000.

NUNES, D. **Carta de solenidade de abertura do Curso de Especialização em Extensão Universitária.** Minas Gerais: [s.n.], 2012.

NUNES, D.; MALTSCHEFF, I **Os novos coletivos cidadãos.** Simões Filho: Editora Kalango, 2014.

NUNES, D.; SERRA, O. A imperiosa necessidade de pós-graduações em extensão universitária para o enfrentamento dos desafios do mundo contemporâneo. Fala na mesa sobre Pós-Graduação e Extensão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO, 8., 2009, Dourados. **Anais [...]** 2009.

OLIVEIRA, A. L.de O. **A Extensão na sala de aula: um estudo sobre a inserção da Extensão em disciplinas de Cursos Técnicos e Superiores.** 2013. 22f. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Extensão Universitária) - UFSJ, Belo Horizonte, 2013.

PEDRÃO, F. **A economia urbana.** Ilhéus: Editora da UESC, 2002.

_____. A sustentabilidade social e ambiental. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador, ano 4, n. 6, jul. 2002.

_____. **Por uma teoria social da ciência.** 2012. Disponível em: <http://fernandopedrao.blogspot.com.br/2012/02/por-uma-teoria-social-da-ciencia.html>. Acesso em: 24 fev. 2014.

PENNA, R.; TOALDO, A. M.; SABEDOT, S. **Conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento regional**. Canoas: Unilasalle, 2006.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

PUCMINAS - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. [Site oficial]. Disponível em: http://www.pucminas.br/portal/index_padrao.php?pagina=73. Acesso em: 08 mar. 2016.

RANDOLPH, R. Fóruns políticos, exercício do poder e arranjos territoriais: contextos para a formulação de políticas regionais de desenvolvimento no Brasil. **Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 18, 2014. Disponível em: <https://revis-tes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15028>Acesso em: 03 mar. 2018.

RAUSCH, R. B.; ANGIONI, M Apontamentos históricos e conceituais da Extensão Universitária na FURB. *In*: SILVA, N. de M. A. ; RAUSCH, R. B. (orgs.). **Extensão Universitária: movimentos de aproximação entre sociedade e universidade**. Blumenau: Edifurb, 2010.

RENEX. **Rede Nacional de Extensão**. 2016. Disponível em: http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=34&Itemid=18. Acesso em: 05 abr. 2016.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: LeBooks Editora, 2018.

RICHARDSON, H. W. **Economia regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

ROCHA, J. C. **A reinvenção solidária e participativa da universidade: um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil**. Salvador: EDUNEB, 2008.

ROCHA, R. M. G. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. *In*: FARIA, D. S. de (org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: Editora UNB, 2001.

ROLIM, C. F. C. Espaço e região: retorno aos conceitos originais. *In*: ANPEC - ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 10., 1982, Águas de São Pedro. **Anais [...]**. 1982.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 1994.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**: Cortez, São Paulo, 2012.

_____. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 23, p. 137-202, 2005.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Afrontamentos, 1987.

SANTOS, D. Teorias de inovação de base territorial. *In*: COSTA, J. S. **Compêndio de economia regional**. Coimbra (Portugal): APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2002. p. 285-313.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, S. D. L. dos. **A metáfora do coração**: uma leitura da extensão universitária à luz do pensamento de Maria Zambrano. 2013. 42f. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Extensão Universitária) - UFSJ, Belo Horizonte, 2013.

SA, S. M.; SAMPAIO, J. H. **Experiências do Comitê de Extensão**: contribuições à extensão na Universidade Católica Dom Bosco. 2013. 22f. Artigo (Trabalho de Conclusão do Curso, Especialização em Extensão Universitária) - UFSJ, Belo Horizonte, 2013.

SCHUMPETER, J. A. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: F. de Cultura, 1964.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCIACCA, M. F. **História da filosofia**. Trad. Luis Washington Vita. São Paulo: Mestre Jou, 1968. v.2.

SCORTEGAGNA, P. E. **Relação teoria e prática baseada nos princípios estruturantes da extensão universitária**: um estudo de caso no âmbito do Projeto Rondon. 2013. 03f. Resumo do Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Extensão Universitária) - UFSJ, Belo Horizonte, 2013.

SENADO FEDERAL. **Revista em Discussão**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/pacto-federativo/partilha-dos-tributos/desigualdades-ainda-resistem-as-mudancas>. Acesso em: 03 mar. 2018.

SERRA, M.; ROLIM, C. Desenvolvimento e engajamento regional: o papel das universidades. *In*: SILVEIRA, R. L. L. da. (org.). **Observando o desenvolvimento regional brasileiro**: processos, políticas e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

SILVA, A. P. da; OLIVEIRA, J.T. A. de. O modelo cooperativo de extensão dos Estados Unidos: contribuições possíveis para o Brasil. **Rev. Ceres**, Viçosa, v. 57, n. 3, maio/jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-737X2010000300003. Acesso em: 05 fev. 2018.

SILVA, L. D. da. **Gestão da Extensão Universitária nos Cursos Superiores de Tecnologia em IES privada**. 2013. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Extensão Universitária) - UFSJ, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, M. das G. Universidade e sociedade: cenários da extensão universitária? *In*: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23. 2000, Caxambu. **Anais** [...] 2000.

SILVA, O. D. Integração ensino, pesquisa e extensão. **Inform Universidade São Judas Tadeu**, v. 11, n.6, p. 148-49, maio 1997.

SILVEIRA, R. L. L. da. (org.). **Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processos, políticas e planejamento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264972129_Observando_o_Developolvimento_Regional_Brasileiroprocessos_politicas_e_planejamento Acesso em: 10 mar. 2018.

SINGER, P. I. **Economia política de urbanização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SÍVERES, L. A extensão como um processo aprendente. In. FREITAS, L. G *et al.* **Educação superior: princípios, finalidades e formação continuada de professores**. Brasília, DF: Univera: Líber Livro, 2012. p. 101-20.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1983.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Geografia da diferença e as políticas de escala. In: ARANTES, A. A. **O espaço da diferença**. (org.). Campinas: Papirus, 2000.

STAKE, R. E. **The art of case research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

STRASSBURG, U.; LIMA, J. F. de; OLIVEIRA, N. M. de. A centralidade e o multiplicador do emprego: um estudo sobre a Região Metropolitana de Curitiba. **Urbe -Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, v. 6, n. 2, p. 218-235, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/urbe/v6n2/08.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

SOUZA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas (SP): Editora Alinea, 2010.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre: UFRGS, ano 11, n. 19, p. 29-59, mar. 1993.

_____. Teoria dos pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

SVENSSON, L. Theoretical foundations of phenomenography. **Higher education research & development**, v. 16, n. 2, p. 159-171, 1997.

TAVARES, M.G.M. Os múltiplos conceitos de extensão. In: DORIS, S. de F. (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Extensão universitária: novo paradigma de universidade?** Maceió: EDUFAL, 1997.

TEIXEIRA, E. **O local e o global: limites para a participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.

THIOLLENT, M.; ARAÚJO FILHO, T.; SOARES, R. L. S. (org.). **Metodologia e experiências em projetos de extensão**. Niterói: EdUFF, 2000.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n.3, p. 507-514, abr. 2005.

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. [Site oficial]. Disponível em: https://www.ufmg.br/conheca/nu_index.shtml. Acesso em: 10 fev. 2016.

UFOP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (MG). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 7., 2016. **Anais** [...] 2016. Disponível em: <http://www.cbeu.eventsystem.com.br/anais>. Acesso em: 12 dez. 2016.

UFSJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI. [Site oficial]. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/dplag/insercao_regional.php. Acesso em: 10 fev. 2016.

UNE - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Declaração da Bahia**. Salvador, 1961. (mimeo.)

UNIBH - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2016**. Disponível em: http://unibh.br/uploads/ckeditor/PDIUniBH20122016_VersoSite.pdf. Acesso em: 10 mar. 2016.

UNIFACS - UNIVERSIDADE SALVADOR. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2017**. Salvador, 2017. Disponível em: http://www.unifacs.br/wp-content/uploads/2017/09/PDI_UNIFACS_2013-2017.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M.J. dos. Desenvolvimento econômico regional—uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, 2012.

VIEIRA, M. A. L. **Um estudo sobre o conceito de indissociabilidade nos documentos dos fóruns de extensão**. 2013. 17f. (Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Extensão Universitária) - UFSJ, Belo Horizonte, 2013.

WWF-BRASIL. **O que é desenvolvimento sustentável?** Disponível em: http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/index.cfm. Acesso em: 20 jul. 2013.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZILES, U. Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. **Revista Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v.13, n.2, dez. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672007000200005 Acesso em: 20 set. 2018.

APENDICE A - Grade pedagógica do curso – 2012

Quadro 8 - Disciplinas do Curso de Especialização em Extensão Universitária, com respectiva carga horária, áreas de formação docente, instituição de atuação docente e tipo de instituição de atuação docente - 2012

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	DOCENTE	ÁREAS DE FORMAÇÃO DOCENTE		INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DO DOCENTE	TIPO DE INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DOCENTE
			GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO		
História, Conceitos e Perspectivas da Extensão Universitária	45	Maria das Dores Pimentel Nogueira*	Pedagogia	Mestre em Educação	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Pública
		Jorge Hamilton Sampaio	Teologia	Doutorado em Ciências da Religião	Universidade Católica de Brasília (UCB)	Comunitária
Extensão e Produção de Conhecimento: referenciais para a articulação com a pesquisa e o ensino	30	Alcivan Paulo de Oliveira	Engenharia Florestal	Doutorado em Educação	Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)	Comunitária
		Fernando Setembrino Cruz Meirelles*	Agronomia	Doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Pública
Metodologias de Pesquisa	30	Marcos Vieira Silva*	Formação de Psicólogo	Doutorado em Psicologia Social	Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	Pública
		Therezinha Maria Novaes de Oliveira*	Engenharia Sanitária	Doutorado em Engenharia de Produção/ Pós-doutorado	Univille Universidade (UNIVILE)	Particular
Metodologias da Extensão Universitária	30	Michell Jean Marie Thiollant	Desenvolvimento Econômico e Social	Doutorado em Sociologia	Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy (UNIGRANRIO)	Pública
		Márcio Simeone Henriques	Comunicação Social	Doutorado em Comunicação Social/ Pós-doutorado	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Pública
Gestão e Institucionalização da Extensão	45	Monica Abranches Fernandes*	Serviço Social	Doutorado em Tratamento da Informação Espacial	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS)	Comunitária
		Edison Jose Correa	Medicina	Especialista em Pediatria	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Pública

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	DOCENTE	ÁREAS DE FORMAÇÃO DOCENTE		INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DO DOCENTE	TIPO DE INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DOCENTE
			GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO		
Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Extensão	45	Sonia Regina Mendes dos Santos*	Psicologia	Doutorado em Educação/ Pós-doutorado	Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy (UNIGRANRIO)	Pública
		Marcia Galdino de Araújo Serur	Pedagogia	Mestrado em Avaliação	Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy (UNIGRANRIO)	Pública
Aspectos Informativos da Gestão e Monitoramento da Extensão	30	Mirian Cristina Pontello Barbosa Lima*	Matemática	Doutorado em Tratamento da Informação Espacial	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Pública
		Maria Aparecida Fernandes Almeida	Engenharia Industrial Elétrica	Doutorado em Engenharia Elétrica e em Ciência da Computação	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS)	Comunitária
Seminários Temáticos em Extensão Universitária	30	Lucia de Fátima Guerra Ferreira*	História	Doutorado em História Social	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Pública
		Patrícia Maneschy Duarte da Costa	Pedagogia	Doutorado em Educação	Universidade Veiga de Almeida (UVA)	Particular
		Luís Siveres	Filosofia	Doutorado em Desenvolvimento Sustentável / Pós-Doutorado em Educação	Universidade Católica de Brasília (UCB)	Comunitária
		Laura Tavares Ribeiro Soares	Enfermagem	Doutorado em Economia	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Pública
		Débora de Lima Nunes Sales*	Arquitetura e Urbanismo	Doutorado em Urbanismo et Amenagement/ Pós-Doutorado em Extensão Universitária	Universidade Salvador (UNIFACS)	Particular
		Natacha Silva Araújo Rena	Arquitetura e Urbanismo	Doutorado em Comunicação e Semiótica	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Pública

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	DOCENTE	ÁREAS DE FORMAÇÃO DOCENTE		INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DO DOCENTE	TIPO DE INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DO DOCENTE
			GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO		
Seminário Final: Avaliação	15	Débora de Lima Nunes Sales*	Arquitetura e Urbanismo	Doutorado em Urbanismo et Amenagement/ Pós-Doutorado em Extensão Universitária	Universidade Salvador (UNIFACS)	Particular
Optativa 1: Elaboração, gestão e avaliação de Projetos Sociais	30	Eleonora Schettini Cunha	Serviço Social	Doutorado em Ciência Política	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Pública
		Edite da Penha Cunha	Serviço Social	Mestrado em Ciência Política	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Pública
Optativa 2: Fundamentos Teóricos da Ação Social	30	Ordep José Trindade Serra*	Letras	Doutorado em Ciência Social/ Pós-Doutorado	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Pública
Elaboração de Monografia e Defesa de Monografias	30	Jussara Maria de Carvalho Guimarães	Pedagogia	Doutorado em Geografia/ Pós-doutorado em Sociologia da Infância	Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)	Pública
		Maria de Fátima Sant'Anna	Farmácia Bioquímica	Doutorado em Ciências Biológicas	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)	Pública

Fonte: elaborado pela autora desta dissertação, a partir de documentos do CEEU e da plataforma Currículo Lattes.

Nota: *Docentes que também atuaram na disciplina Elaboração de Monografia e Defesa de Monografias como professores orientadores.

APENDICE B - Grade de docentes convidados - 2012

Quadro 9 - Professores convidados para bancas de defesa de monografia do Curso de Especialização em Extensão Universitária, com instituição de atuação docente e tipo de instituição de atuação docente – 2012

DOCENTE	ÁREAS DE FORMAÇÃO		INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DOCENTE	TIPO DE INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO DOCENTE
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO		
Marisa da Silva Lemos	Fisioterapia	Doutorado em Fisiologia e Farmacologia/ Pós-Doutorado	Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	Pública
Oswaldo Maurício de Oliveira	Administração	Mestrado Profissional em Administração	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS)	Comunitária
Wanderley Chippe Felipe	Psicologia	Mestrado em Educação	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS)	Comunitária

Fonte: elaborado pela autora desta dissertação, a partir de documentos do CEEU e da plataforma Currículo Lattes.

APENDICE C - Descritivo das atividades de campo

Quadro 10 - Descritivo das Atividades de Campo desenvolvidas pela pesquisadora na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte (MG) – 2013-2016

PERÍODO	DESCRIPTIVO DAS ATIVIDADES DE CAMPO
21/03/2013	Participação presencial a aula da disciplina Aspectos Informativos da Gestão e Monitoramento da Extensão, com a Prof. Dra. Mirian Pontello (Universidade Federal de Minas Gerais)
22/03/2013	Participação presencial a aula da disciplina Aspectos Informativos da Gestão e Monitoramento da Extensão, com a Prof. Dra. Mirian Pontello
23/03/2013	Participação presencial no seminário temático sobre Educação, com Prof. Luís Síveres (Universidade Católica de Brasília)
27/09/2013	Participação presencial às bancas de apresentação e defesa de monografia do CEEU: <ol style="list-style-type: none"> 1. Discente: Juvenal Martins Gomes / Monografia: A práxis extensionista dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais 2. Discente: Helia Leomara Dias Melo / Monografia: Construindo o trabalho comunitário na PUC Minas: uma metodologia já inserida nos projetos de extensão? 3. Discente: Regina V. Del Rio Jantke/ Monografia: Construindo a gestão participativa na extensão universitária: a experiência do UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo 4. Discente: Paulo Ernesto Scortegagna / Monografia: Relação Teoria e Prática baseada nos Princípios estruturantes da Extensão Universitária: um estudo de caso no âmbito do Projeto Rondon – Povoado de Capoeiras – Município de Cansanção – Bahia
28/09/2013	Participação presencial as bancas de apresentação e defesa de monografia do CEEU: <ol style="list-style-type: none"> 1. Discente: Olga Sueli Bezerra / Monografia: Percepções e conceitos de sustentabilidade entre discentes participantes do programa de bolsas de extensão (Probext) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) 2. Discente: Cintia Armond / Monografia: Horta orgânica escolar: construindo a educação alimentar e a formação de multiplicadores em Cruz das Almas – Bahia
09/09/2016	Participação presencial às discussões sobre a temática extensionista, no 7º Congresso de Extensão Universitária, em Ouro Preto (MG), com discentes egressos do curso, na Roda de Conversa: “Pós-Graduação em Extensão Universitária: efeitos de uma formação especializada em extensão” – Coord. Prof. Dr. Atualpa Luiz de Oliveira (IFSJ)

Fonte: elaborado pela autora desta dissertação.

APENDICE D - Convite aos egressos do CEEU a participarem da pesquisa

Salvador, 12 de fevereiro de 2016

Prezado (a) Extensionista:

Convido-lhe a participar de uma pesquisa para contribuições a elaboração de minha tese de Doutorado em Extensão Universitária, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS), sob a orientação da Prof. Débora Nunes.

Estive presente em dois encontros do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária, vivenciando o valor da Extensão na árdua busca de novos horizontes de aprendizagem.

Experiências de projetos extensionistas, na perspectiva da *Troca de Saberes* entre a Universidade, através de seu corpo discente, e a comunidade, são ferramentas pedagógicas essenciais para a prática da cidadania, mudança de valores e transdisciplinaridade. Desvendar a raiz epistemológica que norteia a extensão com o objetivo de elucidar questões inerentes ao discurso acadêmico e a efetivação da teoria, baseada em valores e experiências sociais vinculadas à localidade onde o projeto se insere, é um caminho possível. O olhar, a escuta e a voz de pesquisadores extensionistas são ferramentas potenciais ao trilhar de novos rumos e significados do fazer e acontecer na extensão.

Nessa perspectiva, a sua participação possui um lugar privilegiado no desenho metodológico dessa pesquisa, enquanto pesquisador e protagonista contemporâneo da história da extensão. Solicito-lhe, assim, que me retorne, via *e-mail*, com a maior brevidade possível, o Artigo ou Trabalho de Conclusão do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária, com resumo, para contribuições a essa investigação.

Agradeço imensamente a sua preciosa colaboração.

Dahyse de Oliveira e Oliveira
***e-mail:* dahyse@yahoo.com.br**
Telefone: (71) 99132-2244

APENDICE E - Protocolo de Pesquisa

1) DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Título do projeto: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: VIVÊNCIAS E SABERES DO CURSO NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (Minas Gerais, 2013)

Nome do responsável: Dahyse de Oliveira e Oliveira

Entidade Patrocinadora: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com recursos do Programa de Apoio à Capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos (PAC-DT)

Período de realização: 2013-2016

Local de realização: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte (MG).

2) INTRODUÇÃO

A presente investigação baseia-se nas premissas do desenvolvimento regional e urbano, recorrendo a conhecimentos científicos dos campos das ciências sociais e humanas. O interesse numa pesquisa dessa natureza justifica-se tendo em vista o respaldo social em que se apresenta a extensão e sua capilaridade de ação na promoção do desenvolvimento. A Extensão Universitária é uma realidade do mundo acadêmico, em interação com as comunidades, onde os agentes extensionistas produzem conhecimentos e propostas concretas de intervenção no território, em uma perspectiva sustentável. Nessa perspectiva, as aprendizagens que conduzem a formação de um indivíduo crítico e reflexivo, tanto intra, quanto extramuros da academia, potencializam saberes que promovem o desenvolvimento local e regional, convalidando o respaldo social das ações de extensão. Nesse sentido, o caso em estudo tem como foco o Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária (CEEU), ocorrido em Belo Horizonte - Minas Gerais, em 2012-2013. A diversidade de origem de talentos extensionistas dos corpos discente e docente fornece, excepcionalmente, um panorama nacional das práticas e estudos sobre extensão universitária, oriundas de instituições públicas, privadas e comunitárias. A sustentabilidade das

ações extensionistas, tanto no âmbito local quanto regional, se apresentam como instrumentos potenciais de desenvolvimento para as diversas regiões do país.

3) TRABALHO DE CAMPO

Esta investigação pretende estudar os resultados alcançados, em termos de desenvolvimento regional e troca de saberes, de agentes extensionistas egressos do primeiro CEEU. Este Curso surgiu fruto da parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT) e o Fórum Nacional de Extensão das IES Particulares (FORREXP), fortalecendo a ação extensionista nos campos teórico-conceitual, político, metodológico, de avaliação e de gestão acadêmica.

A metodologia aplicada será fundamentada no método do Estudo de Caso, através da pesquisa descritiva qualitativa, em uma abordagem histórica. Serão realizados levantamentos bibliográficos, pesquisa documental, pesquisa de campo e análise de uma amostra dos trabalhos monográficos de egressos do referido curso.

4) QUESTÕES ESPECÍFICAS

As discussões, que delimitam os caminhos desta investigação, contemplarão os seguintes questionamentos:

- a) Qual a importância da extensão universitária para o desenvolvimento de regiões?
- b) Que modelos de extensão universitária foram identificados nos relatos monográficos de egressos do Curso de Especialização em Extensão Universitária, em Minas Gerais?
- c) Em que medida os relatos monográficos dos estudantes relacionam a troca de saberes extensionistas como fator de desenvolvimento local sustentável?

Esta pesquisa pretende investigar os antecedentes históricos, os fundamentos legais e conceituais que amparam a extensão universitária; a origem e criação do Curso de Especialização em

Extensão Universitária; as analogias existentes nas pesquisas extensionistas relatadas nas monografias do CEEU, no que tange a troca de saberes e desenvolvimento regional; as aprendizagens decorrentes do diálogo colaborativo entre os atores extensionistas que potencializam o desenvolvimento de regiões, com sustentabilidade.

5) PREVISÃO DE ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa pretende concluir suas atividades em 4 anos.

6) GUIA PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

A experiência do CEEU, com agentes de capilaridades regionais diversificadas, almeja revelar a construção de conhecimentos diferenciados dos predominantes nos espaços acadêmicos decorrentes de ações extensionistas. Percebe-se que, em virtude do contexto geográfico ao qual se insere o sujeito, da sua vivência e da troca de saberes, pelo viés da extensão, o fomento ao desenvolvimento de regiões é aplicado e replicado em múltiplas dimensões: institucionalização acadêmica, metodologias aplicadas, gestão e avaliação da extensão. Essas vertentes do estudo levaram à definição das seguintes etapas de investigação: formulação das questões de pesquisa, definição da unidade de investigação, elaboração do protocolo, coleta de dados, análise e interpretação dos dados e redação do relatório.

Esta investigação busca revelar o estado da arte da Extensão no Brasil. Evidenciar as inúmeras possibilidades de desenvolvimento decorrentes de agentes que vivenciam a extensão, compartilhando visões semelhantes ou diferentes de mundo, é um caminho a ser descoberto. Afinal, a construção de saberes e significados para a produção de novos conhecimentos, através do diálogo colaborativo e de uma sólida contextualização com a realidade local, consagra a extensão em uma potencialidade para o desenvolvimento de regiões, numa perspectiva sustentável.

APENDICE F - Grade de trabalhos monográficos publicados

Quadro 11 - Relação de Autores e Monografias recebidas, com informações sobre publicação e temas abordados – 2016

No de Ordem	Nome do autor	Título da Publicação	Publicado em	Tema abordado
1	Antonio Augusto de Jesus	Jogos Universitários da Universidade do Estado de Minas Gerais – JUEMG: avaliação de resultados e impactos para o fortalecimento da extensão.	O autor informou, via <i>e-mail</i> em 26/04/2016, que seria publicado pela CAPES.	Avaliação da extensão
2	Edileusa Medeiros Bezerra	Projeto Legados Sociais para a Copa do Mundo 2014: uma Experiência de Extensão Universitária da Universidade do Estado da Bahia	III Jornada de Extension do Mercosul (www.extension.unicen.edu.ar/web/jem2014/po-nencias acesso em 22/02/2016) ISBN 978-950-658-351-4	Gestão da extensão
3	Olga Sueli Bezerra	Percepções e Conceitos de Sustentabilidade entre Discentes Participantes do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEXT) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB)	Revista Práxis: Saberes da Extensão. V. 3, n. 3 (2015) ISSN: 2318-2369	Avaliação da Extensão
4	Shamyr Sulivan de Castro (Ana Inês Sousa, Mirian Cristina Pontello Barbosa Lima)	Curricular Intersections of University Extension and teaching in Physical Therapy Programs	Fisioter Mov., 2015 Jan/Mar; 28 (1): 127-39 ISSN 0103-5150	Metodologia de extensão/curricularização

Fonte: elaborado pela autora desta dissertação, conforme documentos recebidos dos estudantes, via *e-mail*.

APENDICE G - Questionário de Pesquisa de Campo



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Os dados a seguir serão utilizados como fontes de investigação à elaboração da tese de doutoramento da discente **Dahyse de Oliveira e Oliveira**, que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, na UNIFACS, em Salvador (BA), sobre as ações e pesquisas que permearam as discussões contemporâneas, acerca da temática sobre extensão universitária, decorrentes do Curso de Especialização em Extensão Universitária, em Belo Horizonte (MG), em 2012/2013.

QUESTIONARIO DE PESQUISA DE CAMPO

Data de preenchimento do questionário: 23 out. 2013

1. DADOS DO RESPONDENTE:

Nome: Ellen Maia Boncompagni e Mônica Abranches Fernandes

Função no Curso: Secretária e Coordenadora

Telefone para Contato: (31) 3319-4990

E-mail para Contato: cespext@gmail.com

2. DADOS DO CURSO:

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EXTENSAO UNIVERSITÁRIA

Coordenadores do Curso: Marcos Vieira Silva; Mônica Abranches Fernandes; Maria das Dores Pimentel Nogueira; Miriam Cristina Pontello Barbosa Lima.

Instituições Promotoras: Fóruns Nacionais de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX), Universidades Comunitárias (FOREXT) e Universidades Particulares (FOREXP).

Instituição Patrocinadora: FAPEMIG

Universidades Parceiras: UFMG, UFSJ, PUC Minas e UNIBH

Período do Curso: 28/06/12 a 28/09/13

Público estimado: 33 discentes, sendo que terá como público alvo prioritário, docentes, técnicos e outros interessados – graduados e pós graduados – já inseridos, formal ou informalmente, no trabalho da extensão nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

Investimentos envolvidos: R\$ 301.712,25

Objetivos do Curso:

Geral: Contribuir para o aperfeiçoamento da gestão e do desenvolvimento da extensão universitária brasileira por meio da qualificação de profissionais universitários - docentes e técnicos - nos campos teórico-conceitual, metodológico, da avaliação e da gestão acadêmica e política a extensão universitária.

Específicos:

- Promover a reflexão sobre a extensão universitária fundamentada na literatura sobre a construção histórica – conceitual e política – da extensão universitária brasileira.
- Capacitar profissionais para o exercício e aperfeiçoamento da gestão da política de extensão nas universidades brasileiras.
- Propiciar aos alunos conhecimento acerca de metodologias de pesquisa e de extensão universitárias.
- Capacitar os alunos para o planejamento da extensão e utilização ou construção de sistemas de monitoramento e avaliação da extensão universitária.

Metodologia Aplicada: O Curso de Especialização em Extensão Universitária será ofertado para uma turma na modalidade semipresencial, sob forma de aulas expositivas e seminários, utilizando as técnicas didáticas mais avançadas, particularmente audiovisuais, além de orientação a distância. Considerando que o curso se destina preferencialmente a profissionais – docentes e técnicos – que atuam nas universidades na área da extensão, a modalidade semipresencial configura-se como a mais adequada para possibilitar a conciliação entre as atividades profissionais e as letivas.

Parte-se da concepção de que não há educação neutra e o homem, em sua vocação ontológica é o sujeito que atua e transforma o mundo. A ação pedagógica deve proporcionar desafios aos alunos, de forma que a ação e reflexão sobre suas práxis ocorram de forma inseparável. “Nesse sentido, quanto mais conhecer, criticamente, as condições concretas, objetivas, de seu aqui e agora, da sua realidade, mais poderá realizar a busca mediante a transformação da realidade” (FREIRE, 1997, p.12).

As aulas expositivas deverão ser complementadas com ações de pesquisa e elaboração própria dos alunos, permitindo-lhes questionar, argumentar e fundamentar, construindo sua autonomia. No dizer de Demo (2004, p.24) a “função precípua do professor é cuidar da aprendizagem do

aluno, com afinco, dedicação, sistematicidade, continuidade e persistência. [...], porém, cuidar para emancipar, no rumo da autonomia”.

O curso deverá proporcionar aos alunos a compreensão crítica e reflexiva da extensão desenvolvida em suas instituições de origem, o conhecimento e a troca de experiências com profissionais de outras instituições, capacitando-os a intervir na gestão política da extensão nas universidades onde atuam.

As aulas acontecerão em períodos mensais de 30 horas (sendo 24 presenciais e seis não presenciais para a maior parte das disciplinas) nas quintas, sextas e sábados, com oito horas diárias. Os Seminários Temáticos acontecerão também nestes períodos, assim como o Seminário Final de Avaliação. Este seminário, que funcionará também como atividade de encerramento do curso, contará com a presença de todos os alunos, de professores e da coordenação nacional.

O trabalho final do curso será feito em forma de monografia. Estão previstas atividades de orientação presenciais e não presenciais (OP e OPN), propiciadas por professores do curso e voltadas para apoiar os alunos na elaboração da monografia. Para as orientações não presenciais, combinar-se-ão os meios eletrônicos e as diferentes ferramentas de interação entre alunos e professores, como bate-papo *online*, troca de mensagens eletrônicas ou outros meios de interação baseadas em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Todos os professores do curso são considerados potenciais orientadores das monografias, atividade esta para a qual deverão informar sua disponibilidade. Outros docentes, com reconhecida atuação na extensão universitária brasileira também poderão ser convidados a orientar monografias.

As bancas de avaliação das monografias serão compostas pelos próprios docentes do curso e outros convidados e serão realizadas a partir de dois meses da conclusão do curso.

Resultados Alcançados: Integração dos três Fóruns de Extensão Universitária; 31 apresentações e defesas de monografia/artigo; até o momento 16 artigos formatados para publicação; previsão de uma publicação dos melhores trabalhos (média de 12).

3. PÚBLICO BENEFICIADO PELO CURSO:

Nº DE ORDEM	NOME DO DISCENTE	CIDADE DE ORIGEM DO DISCENTE	UNIVERSIDADE DE ORIGEM DO DISCENTE	NOME DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	ÁREA TEMÁTICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
01	Adriane Aparecida Moraes	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro	GESTÃO CULTURAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: uma reflexão sobre as publicações científicas	Gestão
02	Antônio Augusto de Jesus	Belo Horizonte	Universidade Estadual de Minas Gerais	JOGOS UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS- JUEMG: avaliação de resultados e impactos para o fortalecimento da extensão	Avaliação
03	Ataulpa Luiz de Oliveira	São João del-Rei	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	A EXTENSÃO NA SALA DE AULA: um estudo sobre a inserção da extensão em disciplinas de cursos técnicos e superiores.	Avaliação
04	Cintia Armond	Cruz das Almas	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	HORTA ESCOLAR ORGÂNICA: construindo a educação alimentar e a formação de multiplicadores em Cruz das Almas – Bahia	Metodologia de extensão
05	Cláudio Duani Martins	Belo Horizonte	Academia da Polícia Militar	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO POLICIAL: Validade da prática extensionista	Metodologia de extensão
06	Daiane dos Santos Moraes	Porto Alegre	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	O FINANCIAMENTO EXTERNO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS	Avaliação

07	Edileusa Medeiros Bezerra	Salvador	Universidade do Estado da Bahia	LEGADOS SOCIAIS DA COPA DO BRASIL 2014: O Papel da Extensão Universitária na Universidade do Estado da Bahia	Prática de extensão
08	Eduardo Freitas da Costa Silva	Volta Redonda	Universidade Federal Fluminense	UM HIATO ENTRE A NORMATIZAÇÃO INSTITUCIONAL E A PRÁTICA: a percepção discente sobre a extensão universitária – um olhar sobre o Instituto de Ciências Exatas (ICEx – UFF)	Avaliação
09	Gilson José Froes	Montes Claros	Universidade Estadual de Montes Claros	A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS PROMOVEDO A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	Prática de extensão
10	Glauceide Porto Alves	Belo Horizonte	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	AValiação E MONITORAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NO ÂMBITO DA PUC MINAS.	Avaliação
11	Hélia Leomara Dias Melo	Belo Horizonte	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	CONSTRUINDO O TRABALHO COMUNITÁRIO NA PUC MINAS: uma metodologia já inserida nos projetos de extensão?	Gestão
12	Jacqueline Alves de Jesus	Pirapora	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - Pirapora	A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: uma reflexão e análise sobre concepções, diretrizes, atividades propostas para os cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais-IFNMG.	Avaliação
13	Janaina de Assis Rufino	Barbacena	Universidade do Estado de Minas Gerais - Barbacena	A EXTENSÃO EM PUBLICAÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS: Análise da Construção da Imagem Extensionista nas Revistas Científicas de Extensão	Avaliação

14	Joelma Monteiro de Carvalho	Manaus	Universidade do Estado Amazonas	A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS: um panorama no período de 2011 a 2013	Gestão
15	Juvenal Martins Gomes	Araçuaí	Instituto Federal do Norte de Minas - <i>Campus Araçuaí</i>	A PRÁXIS EXTENSIONISTA DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Gestão
16	Luciane Duarte da Silva	São Bernardo do Campo	Universidade Metodista De São Paulo	GESTÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA EM IES PRIVADA	Gestão
17	Lucíola Rangel de Luca-Fraga	Nova Friburgo	Polo Universitário de Novo Friburgo / Universidade Federal Fluminense	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Gestão
18	Márcia Aparecida Lima Vieira	Piracicaba	Universidade Metodista de Piracicaba	UM ESTUDO SOBRE O CONCEITO DE INDISSOCIABILIDADE NOS DOCUMENTOS DOS FÓRUMS DE EXTENSÃO	Metodologia de extensão
19	Marcos Paulo Martins de Freitas	Vitória	Universidade Federal do Espírito Santo	GALERIA DE ARTE E PESQUISA: Relatório de experiência de extensão na Universidade Federal do Espírito Santo	Prática de extensão
20	Maria Regina Fernandes da Silva Souza	Alfenas	Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG	SUBSÍDIOS PARA REGULAMENTAÇÃO DO APROVEITAMENTO DA ATUAÇÃO EXTENSIONISTA DISCENTE NA INTEGRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG	Gestão

21	Marilda Angioni	Blumenau	FURB – Universidade Regional de Blumenau	A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EXTERNA NOS PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	Avaliação
22	Meire Izabel de Araújo	Alfenas	Universidade Federal de Alfenas.- UNIFAL-MG	INDISSOCIABILIDADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS: Um Panorama do período de 2011-2012	Metodologia de extensão
23	Olga Sueli Bezerra	João Pessoa	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba	PERCEPÇÕES E CONCEITOS DE SUSTENTABILIDADE ENTRE DISCENTES PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE BOLSAS DE EXTENSÃO (PROBEXT) DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB)– IFPB	Avaliação
24	Paulo Ernesto Scortegagna	Ijuí	UNIJUÍ- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA BASEADA NOS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, UM ESTUDO DE CASO, NO ÂMBITO DO PROJETO RONDON - POVOADO DE CAPOEIRAS - MUNICÍPIO DE CANSANÇÃO, BAHIA	Prática de extensão
25	Regilena Alves de Freitas Souza	Belo Horizonte	Universidade Fumec	O RETORNO INTANGÍVEL DE UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO: um estudo de usuário	Avaliação

26	Regina Vazquez Del Rio Jantke	São Paulo	UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo	CONSTRUINDO A GESTÃO PARTICIPATIVA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: a experiência do UNISAL - Centro Universitário Salesiano de SP	Gestão
27	Salette Marinho de Sá	Campo Grande	Universidade Católica Dom Bosco	EXPERIÊNCIAS DO COMITÊ DE EXTENSÃO: contribuições à extensão na Universidade Católica Dom Bosco	Gestão
28	Sandra Aparecida Pinheiro Coelho	Viçosa	Universidade Federal de Viçosa.	A IMPORTÂNCIA DO EVENTO TROCA DE SABERES PARA A INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE	Prática de extensão
29	Shamyr Sulyvan de Castro	Uberaba	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	INTERSEÇÕES CURRICULARES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM O ENSINO NOS CURSOS FEDERAIS DE FISIOTERAPIA DO BRASIL	Avaliação
30	Silvio Diogo Lourenço dos Santos	Diamantina	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	A METÁFORA DO CORAÇÃO: uma leitura da extensão universitária à luz do pensamento de Maria Zambrano.	Avaliação
31	Simone Bassi Parentoni Lana Cardoso	São João del-Rei	Universidade Federal de São João del-Rei	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: acompanhar e avaliar para provocar mudanças, consolidar ações e construir saberes	Avaliação

ANEXO A - Participação da pesquisadora em aulas presenciais do CEEU - 2013



DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que **Dahyse de Oliveira e Oliveira**, participou como ouvinte, do Curso de Especialização em Extensão Universitária promovido pelos Fóruns Nacionais de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX), Universidades Comunitárias (FOREXT) e Universidades Particulares (FOREXP), com o patrocínio da FAPEMIG, em parceria com as IES UFMG, UFSJ, PUC Minas e unibh, nos dias 21, 22 e 23 de março de 2013.

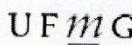
Prof.ª Mônica Abranches
PUC Minas.

Prof. Marcos Vieira Silva
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da UFSJ

Maria das Dores Pimentel Nogueira
Pró-Reitora Adjunta de Extensão da UFMG

Prof.ª Miriam Cristina Pontello Barbosa Lima
Representante do FOREXP

Coordenação Colegiada
Curso de Especialização em Extensão Universitária



Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades
Públicas Brasileiras (FORPROEXT)
Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das
Universidades e IES Comunitárias (FOREXT)
Fórum Nacional de Extensão das IES Particulares (FOREXP)

ANEXO B - Participação da pesquisadora nas defesas de monografias do CEEU - 2013

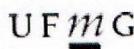


DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que **Dahyse de Oliveira e Oliveira**, assistiu as bancas de apresentação e defesa de monografia no Curso de Especialização em Extensão Universitária, promovido pelos Fóruns Nacionais de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX), Universidades Comunitárias (FOREXT) e Universidades Particulares (FOREXP), com o patrocínio da FAPEMIG, em parceria com as IES UFMG, UFSJ, PUC Minas e UNIBH, nos dias 27 e 28 de setembro de 2013.

Prof.ª Dr.ª Mônica Abranches
PUC Minas.

Coordenação Colegiada
Curso de Especialização em Extensão Universitária



Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades
Públicas Brasileiras (FORPROEXT)
Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das
Universidades e IES Comunitárias (FOREXT)
Fórum Nacional de Extensão das IES Particulares (FOREXP)

ANEXO D - Carta de Saudação ao início do Curso - 2012

Salvador, 27 de junho de 2012,

Prezados colegas extensionistas do Brasil,

Impossibilitada de estar presente a esta solenidade de abertura do curso nacional de Especialização em Extensão Universitária, gostaria de saudar a todos e todas e ter a atenção de vocês pra um breve relato sobre o nascimento deste curso:

Quando, em janeiro de 2008, o professor Ordep Serra, então pró-reitor de Extensão da Universidade Federal da Bahia e eu mesma, então pró-reitora de Extensão da Universidade Salvador/Unifacs, estávamos na França em um evento na *Université Lumière Lyon II* e víamos o encantamento de professores e estudantes face aos nossos relatos de projetos de extensão, dissemos um pro outro, meio brincando: “Olha o quanto nós brasileiros temos a ensinar a estes franceses [...]”.

Começamos a pensar que poderia ser interessante trazer professores e estudantes da França para estudar aqui conosco no Brasil e encontramos no professor da *Lyon II*, François Laplantine, antropólogo e grande conhecedor de nosso país e admirador dos projetos extensionistas, o estímulo para elaborar o projeto de “Mestrado Interinstitucional sobre Extensão Universitária”. É deste esboço que, por caminhos tortuosos, nasceu o primeiro projeto deste curso que começará a partir de agora.

A desistência de implantar esta parceria Brasil – França em torno da Extensão Universitária de deu pelas dificuldades institucionais agravadas pela saída do professor Laplantine e do professor Ordep de cargos de direção em suas Universidades e posterior aposentadoria de Laplantine. Entretanto, foi mais ou menos na mesma época que assumi a presidência do FOREXP, pensando na necessidade de ação conjunta dos três fóruns de extensão, das universidades públicas, comunitárias e particulares, para fortalecer a Extensão no Brasil. Esta articulação entre os fóruns ainda está nascendo e são poucas as ações conjuntas. Sem dúvida, este curso será um marco, pois projetos comuns unem as pessoas e fortalece o respeito mútuo.

A ideia de uma pós-graduação em Extensão, agora de caráter nacional, para fortalecer a ação dos nossos próprios profissionais, foi amadurecendo em minha mente e no meu coração. A oportunidade de conhecer, no Congresso de Extensão Dourados, em abril de 2009, o professor Evandro Ribeiro, então presidente do FOREXT, e de obter seu apoio para a ideia, foi um primeiro passo. Posteriormente, a vibrante professora Laura Tavares, presidente FORPROEX, também abraçou a ideia e estas parcerias abriram caminho para a evolução da proposta.

A questão do financiamento ao curso veio logo à tona e foi através de Marisa Lemos, então pró-reitora de Extensão do Uni-BH, colega da professora Míriam Pontello, aqui presente, e de contatos que elas tinham com a FAPEMIG e seu diretor Mário Neto que veio, em outubro de 2009, a animadora notícia do interesse desta instituição em financiar a ideia.

Para mobilizar outras Fundações de Amparo à Pesquisa no Brasil para apoiar estudantes de outros estados a virem realizar o curso em Minas, o professor Mário Neto, também presidente do CONFAT - Conselho nacional das FAPs – e um parceiro entusiasta do projeto - convidou os presidentes dos Fóruns de Extensão a apresentar a ideia em uma reunião com todos os diretores das FAPS brasileiras. A professora Laura Tavares e eu fomos para uma reunião deles em Natal no início de 2010.

Após esta reunião, na qual fomos acolhidas com atenção e respeito, mas com algumas ponderações sobre as dificuldades das FAPS em apoiar a Extensão, fizemos um intenso contato por cartas e por telefone com estes diretores. Vocês conhecem as dificuldades desta relação entre pesquisa e extensão, que começam a ser superadas, mas conseguimos convencer apenas a FAP da Bahia – FAPESB – a montar um edital, tendo o apoio técnico da FAPEMIG. Uma das estudantes deste curso, tem apoio da FAPESB para estar aqui e isto é um avanço. Agradeço aqui ao então diretor de Inovação da FAPESB, Elias Ramos e ao empenho do técnico Wilton Brandão, por terem viabilizado o edital na Bahia. Convencer outras FAPS além das duas pioneiras é tarefa para a próxima edição do curso, mas não tenho dúvidas que o faremos.

Ao tempo em que caminhávamos para obter apoio das FAPS, consolidava-se a equipe que se responsabilizou por realizar este sonho. Quando as professoras Míriam Pontello do Uni-BH (que veio a ser posteriormente minha sucessora na presidência do FOREXP, após a professora Sônia Mendes) e Mônica Abranches, da PUC – Minas, e o professor Marcos Vieira, da Universidade Federal de São João D’El Rey (UFSJ), começaram a ter reuniões na sede da FAPEMIG para aperfeiçoar e viabilizar a proposta, o curso começou a se tornar realidade. Com a chegada da professora Marisinha Nogueira, da Universidade Federal de Minas Gerais, o projeto tomou fôlego novo.

Pensando no professores no curso, começamos a levantar os talentos extensionistas de Norte a Sul do Brasil, com origem nas três diferentes modalidades institucionais das Universidades brasileiras – públicas, comunitárias e particulares - para termos um corpo docente que realmente representasse a diversidade e competência da Extensão Universitária brasileira. Eles deveriam ser doutores ou ter grande experiência na Extensão e terem contribuições na consolidação desta nas suas Universidades e no Brasil. Pelo “time” que foi formado, sem dúvida os estudantes deste curso são privilegiados por ter uma equipe tão expressiva nacionalmente e com trajetórias profissionais tão ricas sendo responsável por sua formação.

Para finalizar, quero agradecer a todos que abraçaram a ideia, e inclusive a vocês estudantes, que farão grandes esforços para seguir este curso, pela alegria que tenho de vê-lo realizar-se. O interesse público, o trabalho de equipe, as qualidades pessoais de cada um dos que se dedicaram a este sonho, a capacidade de articulação e o amor pela Extensão Universitária são, a meu ver, os fundamentos desta realização. Estou certa que a Extensão Universitária brasileira deverá muito à atuação destas pessoas e instituições e que este curso - e outros que decorrerão dele - irão ajudar a Extensão a ter uma maior relevância acadêmica, maior homogeneidade dentro da diversidade nacional e maior reconhecimento público através da capacitação em alto nível dos seus profissionais.

Parabéns a nós todos, celebremos este momento.

Saudações extensionistas, Débora Nunes

ANEXO E - Carta Convite às Instituições Universitárias - 2012



Fórum de Extensão das IES Particulares

Brasília, 10 de abril de 2012.

Prezado(a) Dirigente de Extensão,

O Fórum de Extensão das IES Particulares - FOREXP tem a satisfação de comunicá-lo que o edital para a seleção de alunos para o primeiro **Curso de Especialização em Extensão Universitária** já se encontra aberto e poderá ser acessado por meio do endereço (http://www.ufsj.edu.br/proex/especializacao_em_extensao.php).

O Curso de Especialização em Extensão Universitária é uma parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, Fapemig, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (Forext) e o Fórum Nacional de Extensão das IES Particulares (Forexp).

A seguir encontram-se algumas informações sobre esse curso:

- Carga horária total de 360 h/a;
- As inscrições para a seleção serão feitas por meio do endereço eletrônico cespext@gmail.com;
- As aulas presenciais ocorrerão com carga horária de 24 horas uma vez por mês, nos turnos da manhã e tarde, no período de 31/05/2012 a 23/03/2013, na PUCMINAS;
- Os alunos estarão isentos do pagamento de mensalidades, uma vez que os custos do Curso serão cobertos pela Fapemig;
- Cronograma
 - Lançamento do Edital: até 30 /03/2012
 - Inscrições das propostas e aprovação dos Pró-Reitores de Extensão: até 08/05/2012
 - Avaliação pela Coordenação Colegiada do Curso: de 09/05/2012 a 18/05/2012
 - Divulgação do resultado: até 18/05/2012
 - Período para a realização das matrículas no endereço eletrônico cespext@gmail.com de 21/05/2012 a 30/05/2012
 - Período de realização do curso 31/05/2012 a 23/03/2013

Gentileza divulgar esse curso, já que o Brasil necessita, cada vez mais, de profissionais qualificados para fazer a gestão das atividades extensionistas nas Instituições de Ensino Superior.

Saudações extensionistas,

Miriam Cristina Pontello Barbosa Lima
 Presidente do FOREXP
miriam.pontello@gmail.com
 31 – 32221-6625 / 9949-1700

ANEXO F - Termo de Cooperação Técnica e Financeira

Considerando a necessidade de formação de profissionais e pesquisadores qualificados em projetos de extensão em Minas Gerais e no Brasil e a preparação para criação de mestrado e doutorado na área;

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 10.224/2012**, com base na Legislação Estadual e Federal, quais sejam, respectivamente, Lei Estadual nº 17.348/08 e Lei Federal de Inovação nº 10.973/04, e suas atualizações, e Resolução nº 35/09, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente **TERMO**, a cooperação mútua entre as Partes, para apoiar as ações para o **PROJETO ESPECIALIZAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**, de acordo com o disposto no Plano de trabalho, parte integrante do presente **TERMO**.

1.2. O presente **TERMO** definirá as premissas básicas que deverão reger a parceria em estabelecida entre os participantes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente **TERMO** é de 18 (dezoito) meses, a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período ou frações, mediante pedido acompanhado de justificativa circunstanciada e aceitação mútua das partes, por meio da assinatura de Termo Aditivo ao presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

O valor total previsto para este **TERMO** é de R\$ 301.712,00 (trezentos e um mil setecentos e doze reais) que, após a publicação deste **TERMO** serão repassados diretamente para Cestora para a execução das despesas constantes do Plano de Trabalho e planilha de execução das despesas, partes integrantes do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para a realização do objeto do Parágrafo Primeiro da cláusula terceira deste **TERMO** correrão à conta da dotação orçamentária da **FAPEMIG** abaixo discriminada ou a que a suceder:

2071.19.573.259.4626.0001.442042.0.101
2071.19.573.259.4626.0001.445042.0.101

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 10.224/2012, PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO ESPECIALIZAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FAPEMIG, A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ, A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, A PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS - PUC/MG, O INSTITUTO MINEIRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNI-BH - IMEC E A FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI - FAUF, NA FORMA ABAIXO:

A **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.949.888/0001-83, sediada na Rua Raul Pompéia, nº 101, Bairro São Pedro, em Belo Horizonte/MG, representada, neste ato, por seu Presidente, Mário Neto Borges, casado, natural de Sacramento, MG, CPF 257786506/63, RG M-384.214, a seguir denominada **FAPEMIG**, a **Universidade Federal de São João Del Rei**, inscrita no CNPJ/MF Nº 21.186.804/0001-05, com sede na Praça Frei Orlando, nº 170, Centro, São João Del Rei, representada, neste ato, por seu Reitor, Helvécio Luiz Reis, inscrito no CPF Nº 333.337.856-68, doravante denominada **UFSJ**, a **Universidade Federal de Minas Gerais**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.217.985/0001-04, sediada na Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus UFMG, Bairro Pampulha, Belo Horizonte/ MG, CEP 31.270-901, neste ato, representada por seu Reitor, Clélio Campolina Diniz, casado, brasileiro, inscrito no CPF 006.416.186-20, Carteira de Identidade nº MG-5.224.845, doravante denominada **UFMG** a **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.178.195/0001-81, sediada na Av. Dom José Gaspar, nº 500, Coração Eucarístico, CEP: 30535-091, em Belo Horizonte/MG, representada, neste ato, por seu Reitor, Dom Joaquim Giovani Moí, inscrito no CPF sob o nº 529.085.936-53, doravante denominada **PUC/MINAS**, o **Instituto Mineiro de Educação e Cultura UNI-BH S/A**, com sede na Av. Professor Mário Werneck, 1.685, bairro Estoril, CEP: 30.455-610, Belo Horizonte/MG, inscrito no CNPJ nº 08.446.503/0001-05, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Rivaldávnia Correa Drummond de Alvaranga Neto, inscrito no CPF 686.533.286-53, doravante denominado **IMEC**, **Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João Del Rei**, CNPJ/MF Nº 05.418.239/0001-08, com sede na Praça Frei Orlando, nº 170 - Sala 215 - Centro - São João Del Rei, representada, neste ato, por seu Presidente, Jucélio Luiz de Paula Sales, inscrito no CPF Nº 677.211.506-63, doravante denominada **FAUF**.

Considerando que a **FAPEMIG** é a agência oficial de indução e fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito do Estado de Minas Gerais;

Considerando que a **Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ**, a **Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG**, a **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC** e o **Instituto Mineiro de Educação e Cultura UNI-BH S.A.** formaram uma coordenação colegiada para promover curso de especialização em extensão universitária;

CLÁUSULA QUINTA – DA COORDENAÇÃO COLEGIADA

A coordenação colegiada será formada por 01 membro da Universidade Federal de São João Del Rei, 01 membro da Universidade Federal de Minas Gerais, 01 membro da PUC/Minas e 01 Membro do Centro Universitário UNI-BH.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ATRIBUIÇÕES

Consistem em atribuições da Coordenação Colegiada:

- Estruturar as ações para o desenvolvimento do projeto, constante do objeto deste **TERMO**, de acordo com as ações dispostas no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento;
- Elaborar instrumento específico para selecionar candidatos do Estado de Minas Gerais para participarem do desenvolvimento do projeto, objeto do presente **TERMO**;
- Receber, analisar e julgar os projetos enviados pelos candidatos do Estado de Minas Gerais;
- Divulgar o resultado de até 06 candidatos selecionados no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Primeiro – Para a seleção dos candidatos do Estado de Minas Gerais, a coordenação colegiada deverá elaborar instrumento convocatório com as condições de participação, elegibilidade e aprovação de 06 candidatos mineiros.

Parágrafo Segundo - Dos recursos financeiros alocados neste **TERMO** serão destinados R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para apoiar os projetos aprovados dos 06 candidatos selecionados pela coordenação colegiada. Sendo a proposta máxima de cada candidato de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o desenvolvimento de cada projeto.

Parágrafo Terceiro – Cada candidato participante deverá elaborar seu projeto de acordo com as condições estipuladas pelo instrumento convocatório elaborado pela coordenação colegiada, elaborando Plano de Trabalho específico, alocando os recursos nos itens financiáveis pela FAPEMIG, com descrição detalhada e justificativa comprovando a relevância do item para o desenvolvimento de seu projeto. Os itens financiáveis serão:

Despesas para desenvolvimento do projeto:

- Aquisição de computadores;
- Materiais de consumo necessários à execução do projeto;
- Aquisição de material bibliográfico nacional e importado.
- Despesas referentes a deslocamento e alimentação para realização do projeto de campo (Diárias).

Despesas para participação da especialização:

- Serviços de terceiros (pessoa jurídica): Passagens nacionais terrestres ou aéreas e diárias nacionais.

Parágrafo Quarto – Após a aprovação de cada projeto, a coordenação colegiada deverá encaminhar a FAPEMIG, o Plano de Trabalho específico de cada projeto aprovado para que a FAPEMIG possa refazer o Plano de Trabalho do Termo de acordo com os recursos alocados nos itens específicos para a execução de cada projeto dos candidatos selecionados e para o cumprimento da legislação vigente.

Consistem em atribuições dos Participes:

I – DA FAPEMIG:

- apoiar o projeto, constante do objeto do presente **TERMO**, alocando os recursos previstos na cláusula terceira, de acordo com o disposto no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, aplicando os recursos exclusivamente para o cumprimento das finalidades deste **TERMO**;
- transferir os recursos diretamente à Instituição Gestora para a execução das despesas constantes do Plano de Trabalho, parte integrante do presente instrumento;
- acompanhar a execução das ações previstas neste **TERMO**;
- receber, conferir e analisar a prestação de contas apresentada pela gestora, para aprovação ou não;
- aplicar as penalidades cabíveis em lei, caso alguma das Partes descumpra as cláusulas deste **TERMO** ou dos Editais dele decorrentes.

II – DA UFSJ:

- exercer a coordenação do presente projeto, objeto do referido **TERMO**, de acordo com o Plano de Trabalho, parte integrante do presente instrumento;
- indicar como coordenador da proposta o Prof. Marcos Vieira da Silva;

c) acompanhar, por meio de 01 membro indicado, que integrará a coordenação colegiada, as ações e atividades de acordo com o Plano de Trabalho e planilha de recursos, partes integrantes deste **TERMO**.

III – DA UFMG:

- acompanhar, por meio de 01 membro indicado, que integrará a coordenação colegiada, as ações e atividades de acordo com o Plano de Trabalho e planilha de recursos, partes integrantes deste **TERMO**;

IV – DA PUC/MINAS:

- acompanhar, por meio de 01 membro indicado, que integrará a coordenação colegiada, as ações e atividades de acordo com o Plano de Trabalho e planilha de recursos, partes integrantes deste **TERMO**;

- b) disponibilizar instalações adequadas para a realização das atividades relacionadas ao curso, objeto do presente **TERMO**;
- c) instituir e executar a Secretaria Executiva para a realização das atividades do curso, objeto do presente **TERMO**.

V – DO IMEC – UNI-BH S.A.:

- a) acompanhar, por meio de 01 membro indicado, que integrará a coordenação colegiada, as ações e atividades de acordo com o Plano de Trabalho e planilha de recursos, partes integrantes deste **TERMO**.

VI – DA FAUF:

- a) exercer a gestão dos recursos previstos na cláusula terceira, aplicando-os exclusivamente para o cumprimento das finalidades deste **TERMO**, após a autorização da coordenação colegiada;
- b) manter os recursos repassados, em conta bancária atualizada, aberta exclusivamente na execução das ações deste **TERMO**;
- c) aplicar os recursos não utilizados obrigatoriamente em conformidade com o § 4º do Art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) adotar, para a execução dos recursos recebidos, procedimentos observados nos termos do artigo 20, parágrafo único do Decreto nº 43.635/2003, conomicidade e eficiência;
- e) permitir o acompanhamento da execução do objeto deste **TERMO** por parte da coordenação colegiada e da FAPEMIG;
- f) manter arquivo com documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude do presente **TERMO**, disponibilizando-as para consulta, a qualquer tempo, inclusive para análise técnica financeira;
- g) registrar, em sua contabilidade, os atos e fatos administrativos referentes à gestão dos recursos alocados por força deste **TERMO**;
- h) submeter a prestação de contas, a FAPEMIG dos recursos recebidos, em 30 dias após a vigência deste **TERMO**, de acordo com o Manual da FAPEMIG;
- i) aplicar, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 6.355/03 e Decreto Estadual nº 44.631/07.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

As receitas auferidas da aplicação financeira serão obrigatoriamente computadas a crédito deste **TERMO**, e só poderão ser utilizadas exclusivamente na execução de seu objeto, desde que o uso seja autorizado pela FAPEMIG.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas das despesas realizadas com os recursos financeiros utilizados para a execução do objeto do presente **TERMO** serão de acordo com as condições e prazos estipulados no Manual da FAPEMIG e Plano de Trabalho anexo a este **TERMO**.

CLÁUSULA NONA – DA DIVULGAÇÃO

Obrigam-se, ainda, os beneficiados a divulgarem o apoio da FAPEMIG, da UFSJ, UFMG, PUC/MINAS e IMEC-UNI-BH S.A., para a execução de eventuais projetos aprovados, em palestras, seminários e cursos ministrados e/ou organizados pelas mesmas desde que relativos aos projetos, ou quando da divulgação de qualquer produto resultado do projeto, que venha a se concretizar através de publicações científicas, artigos em jornais e/ou revistas, folders, banners, cartazes, quadros, folhetos, entre outros. O descumprimento da obrigação prevista nesta cláusula sujeita as partes às penalidades previstas neste instrumento, e outras, na forma de legislação vigente.

Parágrafo Único – É vedada qualquer forma de promoção pessoal, observados o art. 37, §1º, da Constituição Federal de 1988 e a Lei Estadual nº 13.768, de 1 de dezembro de 2000.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os temas relacionados a esta cláusula serão objeto de futura definição pelos partícipes.

RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA

O presente **TERMO** poderá ser denunciado por quaisquer das partes, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência ou rescindido, de pleno direito, no caso de inadimplência de suas cláusulas, por quaisquer das partes.

Parágrafo Primeiro – Em caso de denúncia ou rescisão, as partes responsabilizar-se-ão pelas obrigações surgidas enquanto o instrumento estiver em vigor e gozarão dos benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Segundo – O presente **TERMO** poderá ser rescindido por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas, sendo encaminhado um prévio aviso para saneamento da falta à outra parte em até 15 (quinze) dias, após o qual poderá ser rescindido de pleno direito. Poderá ainda ser rescindido o presente instrumento por motivo de força maior na forma da legislação aplicável, ou impossibilidade de sua execução por ato da autoridade competente, respeitados os compromissos já em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Aplicam-se as partes deste **TERMO**, as penalidades previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente **TERMO** de Cooperação, bem como de seus eventuais termos aditivos, fica condicionada à publicação de seu respectivo extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, por conta e ônus da **FAPEMIG**.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO FORO

Os partícipes elegem a Justiça Federal – Seção Judiciária de Minas Gerais (Belo Horizonte) para dirimir as questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e avençados, os partícipes assinam o presente instrumento, para um só efeito, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas a seguir assinadas.

Belo Horizonte, 04 de janeiro de 2012.

Mario Neto Borges
Presidente da FAPEMIG

Helvécio Luiz Reis
Reitor da UFSJ

Clélio Campolina Diniz
Reitor da UFMG

Dom Joaquim Giovani Mel
Reitor da PUC/MINAS

Rivadávia Correa Drummond de Alvarenga Neto
Diretor Executivo do IMEC e Reitor do Centro
Universitário UNI-BH

Marcos Vieira da Silva
Coordenador

Jucélio Luiz de Paula Sales
Presidente da FAUF

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____

ANEXO G - Cronograma de aulas do Curso - 2012



Curso de especialização em
**Extensão
Universitária**

Prezados(as) Alunos(as) do Curso de Especialização em Extensão Universitária

Apresentamos o cronograma de aulas das disciplinas do Curso de Especialização em Extensão Universitária.

Data	Horário	Disciplina	C/H	Créditos	Ementa
28jun12	8 às 12h	História, Conceitos e Perspectivas da Extensão Universitária	45h	3	Universidade no Brasil: aspectos históricos e conceituais. Práticas fundadoras da extensão; evolução histórica, construção conceitual, diretrizes acadêmicas, modalidades da extensão nas universidades. Políticas de extensão universitária brasileiras. Fóruns de Extensão, documentos e papel histórico na mobilização da comunidade acadêmica nacional.
29jun12	13 às 17h				
30jun12	8 às 12h				
26jul12	13 às 17h				
27jul12	8 às 12h	Extensão e produção de conhecimento: referenciais para a articulação com a pesquisa e o ensino	30h	2	Organização político-administrativa e políticas acadêmicas; reflexões sobre PDI, PPI e os projetos pedagógicos dos cursos; políticas interdisciplinares e transversais; articulação da extensão com o ensino e a pesquisa; a "via-de-mão-dupla" na produção acadêmica extensionista em relação a outras produções e saberes
28jul12	13 às 17h				
30ago12	8 às 12h				
31ago12	13 às 17h				
1set12	8 às 12h	Metodologias de pesquisa	30h	2	Conceito de pesquisa e elementos básicos. Etapas da pesquisa: escolha do tema, formulação do problema, revisão de literatura, coleta, análise e interpretação dos dados e apresentação dos resultados. Tipos de pesquisa: quantitativa, qualitativa, etnográfica, pesquisa-ação, estudo de caso. Métodos e técnicas de coleta de dados: survey, observação, questionário, pesquisa documental, entrevista, grupo focal. Procedimentos de análise de dados. Normas técnicas para os trabalhos científicos.
27set12	13 às 17h				
28set12	8 às 12h				
28set12	13 às 17h				
29set12	8 às 12h	Metodologias da Extensão universitária	30h	2	Fundamentos, tipos e características da Pesquisa-Ação; aplicação de técnicas de pesquisa etnográfica e observacional nos projetos de extensão; a construção de projetos cooperativos; as relações comunicativas no âmbito dos projetos de extensão; geração de vínculos e estratégias de mobilização social; a formação e a atuação de equipes interdisciplinares. Metodologias quantitativas na extensão universitária.
25out12	13 às 17h				
26out12	8 às 12h				
26out12	13 às 17h				
27out12	8 às 12h	Gestão e institucionalização da Extensão	45h	3	Fundamentos de Gestão e gestão compartilhada da extensão universitária; dinamização dos processos gerenciais e funções, tipos de ações de extensão; planejamento estratégico e institucionalização da extensão nas IES e no MEC; estrutura organizacional da extensão e formação de redes; mobilização e articulação da comunidade acadêmica, formação em extensão; financiamento da extensão e captação de recursos e parcerias; A extensão na legislação brasileira.
29nov12	13 às 17h				
30nov12	8 às 12h				
01dez12	13 às 17h				
20dez12	8 às 12h	Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Extensão	45h	3	Planejamento: aspectos conceituais e práticos. Universidade e avaliação. A utilização da avaliação na extensão universitária: diretrizes e práticas. Tipos de avaliação: do rigor científico à integração das técnicas. Sistemas de Monitoramento e avaliação. Tipologia dos instrumentos avaliativos. Os sujeitos da avaliação: docentes, discentes, gestores, comunidade, processos
21dez12	13 às 17h				
22dez12	8 às 12h				
24jan13	13 às 17h				
25jan13	8 às 12h				

25jan13	13 às 17h	Aspectos informacionais da gestão e monitoramento da extensão	30h	2	Gestão da extensão e novas tecnologias. A construção de banco de dados. Softwares para gestão da extensão oriundos das instituições públicas, privadas e comunitárias. Mecanismos informacionais para avaliação de extensão.
26jan13	8 às 12h				
21fev13	13 às 17h				
22fev13	8 às 12h	Seminários temáticos em Extensão Universitária	30h	2	1 - Direitos Humanos e Justiça 2 - Cultura 3 - Educação 4 - Saúde 5 - Meio Ambiente 6 - Trabalho, tecnologia e produção
22fev13	13 às 17h				
23fev13	8 às 12h				
21mar13	13 às 17h				
22mar13	8 às 12h	Seminário Final Avaliação	15h	1	Avaliação do curso
23mar13	13 às 17h				
25abr13	8 às 12h				
26abr13	13 às 17h	Optativa 1: Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais	30h	2	Conceitos relacionados ao processo de formulação e avaliação de projetos: processo de planejamento (relevância, concepções, atores sociais, ambiente), instrumentos (planos, programas, projetos), elementos (apresentação, diagnóstico, justificativa, finalidade, objetivos, público-alvo, metas, resultados/produtos, metodologia, cronograma de atividades, recursos), monitoramento e avaliação (indicadores).
27abr13	8 às 12h				
27abr13	13 às 17h				
25abr13	8 às 12h	Optativa 2: Fundamentos Teóricos da Ação Social	30h	2	Conceitos de Ação Social, instituições, organizações e movimentos sociais e sua relação com o Estado. Diálogos interculturais. Modelos de gestão e intervenção na sociedade.
26abr13	13 às 17h				
27abr13	8 às 12h				
A ser definida	A ser definido	Elaboração da monografia e Defesa de Monografias	30h	2	Conceitos de Ação Social, instituições, organizações e movimentos sociais e sua relação com o Estado. Diálogos interculturais. Modelos de gestão e intervenção na sociedade.

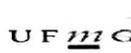
Prof. Marcos Vieira Silva
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da UFSJ

Maria das Dores Pimentel Nogueira
Pró-Reitora Adjunta de Extensão da UFMG

Prof.ª Miriam Cristina Pontello Barbosa Lima
Representante do FOREXP

Prof.ª Mônica Abranches
PUC – Minas.

Coordenação Colegiada
Curso de Especialização em Extensão Universitária



Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades
Públicas Brasileiras (FORPROEXT)
Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das
Universidades e IES Comunitárias (FOREXT)
Fórum Nacional de Extensão das IES Particulares (FOREXP)